O TÍTULO ORIGINAL DESTA OBRA É:

Prince Henry the Navigator the Hero of Portugal and of modern discovery

Pissarlekar

O INFANTE D. HENRIQUE
e o início dos descobrimentos modernos

1945

COMPOSTO E IMPRESSO NA
PORTUGÁLIA
TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO
111, Rua Alferes Malheiro, 117
PÔRTO

Infante D. Henrique

Do livro J. Fr. Lafitau *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde*, T. I, Paris, MDCCXXXIII.

C. RAYMOND BEAZLEY

O infante D. Henrique

e o início dos descobrimentos modernos

Tradução do inglês, anotada,

por

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

Venient annis sæcula seris
Quibus Oceanus vincula rerum
Laxet, et ingens pateat tellus
Thetys que novos detegat orbes,
Nec sit terris ultima Thule.

SÉNECA, Medea, 376-380

1985

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO—PÔRTO

DESTA EDIÇÃO FÊZ-SE UMA
TIRAGEM ESPECIAL DE CEM
EXEMPLARES EM PAPEL DA
COMPANHIA DO PRADO,
DE MAIOR FORMATO, NUMERADOS
E RUBRICADOS PELO EDITOR.

AO EX.MO SR.

JOAQUIM BENSAÚDE

HISTORIADOR ILUSTRE DOS DESCOBRIMENTOS

E

BENEMÉRITO DA PÁTRIA

COMO PREITO DE AMIZADE

DEDICA

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

PREFÁCIO DO TRADUTOR

São já numerosos os estudos biográficos de estrangeiros sôbre a figura do infante D. Henrique, e a Livraria Civilização editou, há poucos anos ainda, em tradução portuguesa, uma obra volumosa da ilustre lusófila Miss Elaine Sanceau, que às grandes figuras da nossa história vem dando o melhor da sua atenção e dos seus cuidados, seguindo na esteira dessa brilhante pléiade de lusófilos ingleses principiada nos fins do século XVII com o rev. John Colbatch, e que, nos tempos modernos, conta entre os seus membros mais ilustres os Profs. Edgar Prestage e William Entwhistle e o sr. Aubrey Bell, além de tantos outros que, mercê dos esforços do Instituto Britânico e do British Council, *se têm vindo interessando pela história e pelos costumes da nossa terra.*

O livro do sr. C. R. Beazley pode considerar-se um dos melhores trabalhos até hoje escritos por um estrangeiro àcêrca do Infante. Superior em muitos pontos à conhecida obra de Henry Major Henry the Navigator, *tem o mérito especial de haver saído da pena de um «técnico» da história da geografia, do autor, entre tantos ilustre, de* The dawn of modern Geography, *obra monumental que não desesperamos de ver um dia traduzida em língua portuguesa.*

Tendo estudado a evolução do descobrimento da Terra através dos tempos, o Autor encontrou-se ante a figura, para tantos enigmática, daquele a quem os estran-

geiros chamam, sem fundamento, aliás, o Navegador, e de cujo impulso resultou a completa transformação do curso da História e das condições políticas, sociais e económicas do mundo moderno. Com efeito, se não se pode afirmar categòricamente que o continente africano, o americano e o australiano jamais seriam conhecidos a não existir D. Henrique, a verdade é que o facto de êle existir veio alterar por completo o curso da História. Mais do que a queda de Constantinopla sob os golpes de Maomé II, mais do que os descobrimentos colombinos, o simples facto de em 1418 (?) D. Henrique começar a mandar as suas caravelas à procura do Bojador teve repercussões de carácter universal, como é fácil de concluir meditando um pouco nas dos dois acontecimentos acima referidos.

Não somos, todavia, dos que crêem que o único móbil do filho de D. Filipa fôsse o desejo de dilatar a fé cristã, como alguns espíritos ilustres do nosso tempo parecem inclinados a crê-lo. Tampouco julgamos fôssem razões meramente mercantis que o seduzissem. Zurara, embora panegirista de D. Henrique, é claro e categórico no que diz: o Infante era impulsionado por razões diversas, em que, curiosamente, se misturavam o seu espírito místico de cruzado e o prático de senhor dos territórios descobertos pelos seus homens. E se, ao morrer, deixou aos sucessores o pesado encargo das dívidas enormes contraídas para manter sempre no mesmo ritmo o movimento inicial, nem por isso devemos concluir apressadamente que desprezava os interêsses materiais que lhe advinham das emprêsas ultramarinas. Todavia, hemos de reconhecê-lo, se no seu espírito pesavam muito mais as razões, digamos, de ordem mística, no dos seus homens predominavam as da cupidez, salvante aquela escassa meia dúzia dos que se sentiam prêsa da febre do desconhecido e procuravam, sobretudo, ir sempre mais além.

O livro do sr. C. R. Beazley não é simples panegírico. É o livro de quem pretende revelar, aos seus compatriotas e ao vasto mundo de língua inglesa, a figura imensa do homem que se encontra à porta dos tempos modernos, projectando a sua sombra até sôbre os nossos dias. Escrito bastantes anos depois do de Major, êle

é, como acentuámos acima, obra de um «técnico», o qual, por espírito de probidade, procura ligar a acção do Infante a outras que, embora parcelares e sem continuïdade, a prepararam. Por isso, a primeira parte do presente volume é preenchida com largo conspecto do descobrimento da Terra a partir dos fins da Idade antiga. É como resumo breve da sua obra fundamental a que aludimos.

Para o público português, porém, tornava-se necessária a anotação dos passos que pudessem oferecer dúvidas, ao mesmo tempo que a nossa discordância nos levou a acentuá-la naqueles em que ela existe. Por isso fomos quási prolixos nas anotações, as quais, de certo modo e sem vaidade, nos parece terem valorizado a obra por a completarem no que ela tem de omisso.

Por dever de ofício nos temos visto muitas vezes em sérios embaraços por ignorar qual a bibliografia respeitante a certos sectores de estudo, ou por desconhecermos os passos e até as obras em que determinadas matérias são tratadas. Neste mesmo livro tivemos bastas vezes ocasião de o comprovar, pois, normalmente, o Autor cita apenas as obras em que colheu os dados para a sua elaboração, fazendo, por vezes, largos excertos que traduz ou transcreve de traduções já feitas. Por hábito e por princípio gostamos de ir sempre às fontes, e não seria esta a ocasião mais azada para deixarmos, pela primeira vez, de o fazer. Por isso recorremos aos originais que pudemos encontrar e dêles fazemos as transcrições, indicando os passos para que outros os possam verificar de visu, sentindo necessidade de o fazerem. Nem sempre foi trabalho fácil, mas, por isso mesmo, damos por bem empregado o tempo gasto nas buscas. Por experiência própria, sabemos como é de lamentar o tempo perdido em pesquisas, mal fàcilmente evitável desde que os autores citassem com precisão os pontos que entenderam dever transcrever.

Também nas gravuras e nos mapas entendemos dever fazer algumas alterações, substituindo umas e outras e acrescentando novos elementos tendentes à valorização da obra.

Não é êste ainda o trabalho definitivo que a memória de D. Henrique espera. Nem em português êle existe,

não exceptuando mesmo o panegírico fragmentário de Zurara, nem podemos considerar como tal qualquer das obras de estrangeiros até hoje escritas sôbre o Infante, ou porque têm muito de panegírico, ou por estarem antiquadas pelo aparecimento de documentação posterior que obrigaria a modificar os pontos de vista dos autores. Em todo o caso, cremos que é dos mais completos trabalhos escritos àcêrca do ilustre português.

Quanto a nós, por bem pagos nos damos de quantas canseiras nos trouxe a tradução desta obra, de que a menor, ainda assim, teria sido a de não atraiçoar, traduzindo, o pensamento do Autor. E contentes ficamos por que ela veja, pela primeira vez em língua portuguesa, a luz do dia, precisamente ao celebrar-se o 5.º centenário da grande expedição de 1445 à Guiné, de cujos resultados haviam de aproveitar-se, anos depois, os descobridores da África Equatorial.

Braga, Novembro de 1944.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

PREFÁCIO

Pretende êste volume, baseado em fontes originais, dar um relato dos progressos da ciência geográfica e das emprêsas da Cristandade durante a Idade Média até aos meados ou fins do século XV, e, ao mesmo tempo, da vida do infante D. Henrique, que deu o mais amplo impulso a êste movimento da expansão europeia. E assim, como dizemos no capítulo I, procurámos tratar as explorações como cadeia contínua na história da Europa cristã, desde os tempos da conversão do império, e da vida do Infante, como eixo e época central no decurso de muitos séculos. Por isso ligámos essa vida o mais possível ao que ocorreu antes dela e a preparou. Uma têrça parte do texto, pelo menos, é ocupado pela história da preparação nos tempos mais remotos, e a diferença entre o nosso relato dos descobrimentos do século XI e do século XV, por exemplo, reside principalmente em ser um de menos e outro de mais pormenores. É evidente que esta diferença depende da importância, em época posterior, de uma figura de extraordinário interêsse e fôrça, que é o verdadeiro herói do drama da Conquista Geográfica do Mundo exterior, partida da Cristandade ocidental. O interêsse que desperta a figura do Infante é um pouco obscurecido pela carência de conhecimento completo da sua vida; mas sobra ainda bastante para fazer a pintura de um herói da ciência e da acção.

O nosso objectivo é, pois, essencialmente histórico, mas uma história em que certa vida e certo centro biográfico se tornam cada vez mais importantes até podermos, na sua conclusão, lançar uma vista de olhos sôbre o progresso passado de mil anos e sôbre o progresso futuro das gerações que realizaram as imediatas grandes vitórias no progresso geográfico.

Os mapas ilustrativos dêste relato dão a mesma vista contínua do desenvolvimento geográfico da Europa e da Cristandade até ao fim da era henriquina, e constituem as primeiras reproduções inglesas, em forma acessível, de muitas das grandes cartas da Idade Média. Considerados em conjunto, cremos que darão o melhor aspecto da cartografia ocidental ou cristã antes de Colombo que pode encontrar-se em livro inglês, àparte os grandes atlas históricos.

Do mesmo modo, o texto dêste volume, especialmente nos primeiros capítulos, procura suprir a falta — que julgamos existir — de um relato seguido dos originais conhecidos da expansão da Europa durante as empresas geográficas, desde a conversão do Império até ao período dos descobrimentos que caracterizam mais nìtidamente a transição da Idade Média para o Mundo moderno.

A principal bibliografia consultada foi a seguinte:

Para o capítulo da Introdução: *O relato de Reinaud sôbre os geógrafos árabes e as suas teorias em relação com os gregos, na sua edição de Abulfeda (Paris, 1848).*

A edição de Massudi de Sprenger (1841).

A tradução de Edrisi por Amadeu Jaubert.

O resumo de Ibn Batuta, traduzido por S. Lee (Londres, 1829).

A tradução de Abulfeda, editada por Reinaud.

A India *de Albiruni, principalmente dos caps. I, 10-14; XVII, 18-31.*

Heinrich der Seefahrer, *por Wappäus, I Parte.*

Para o Capítulo I (Primeiros peregrinos cristãos):

Itinera et Descriptiones Terræ Sanctæ, *vols. I e II, publicados pela «Société de l'Orient» (Genebra, 1877 e 1885), que dão os textos originais de quási tôdas as memórias dos peregrinos à Palestina até à morte de Bernardo* — o Sábio.

As publicações da «Palestine Pilgrims' Text Society».

Early Travels in Palestine, *de Tomás Wrigth (Bohn).*

Récueil pour Servir à l'histoire de la géographie, *de D'Avezac.*

Estudos alemães recentes sôbre as viagens dos primeiros peregrinos, como o de Gildemeister sôbre Antonino de Placência.

Para o Capítulo II (Os «Vikings»): *As* Heimskringla *ou Sagas dos Reis noruegueses, de Snorro Sturleson.*

Os ensaios de Dozy.

As Viagens dos Zenos, *possìvelmente espúrias, com a viagem de Ivan Bardsen, nas edições da Sociedade de Hakluyt.*

Para o Capítulo III (As Cruzadas e as Viagens por terra): *Publicações da «Palestine Pilgrims' Text Society».*

A edição dos originais de D'Avezac no seu Recueil.

Cathay and the Way Thither, *de Yule.*

A edição do Marco Polo, de Yule.

Benjamim de Tudela e outros nas Early Travels in Palestine, *de Wright.*

Friar Jordanus, *de Yule.*

Travels, *de Sir John Mandeville.*

Para o Capítulo IV (Explorações marítimas): *O mapa de Marino Sanuto de 1306.*

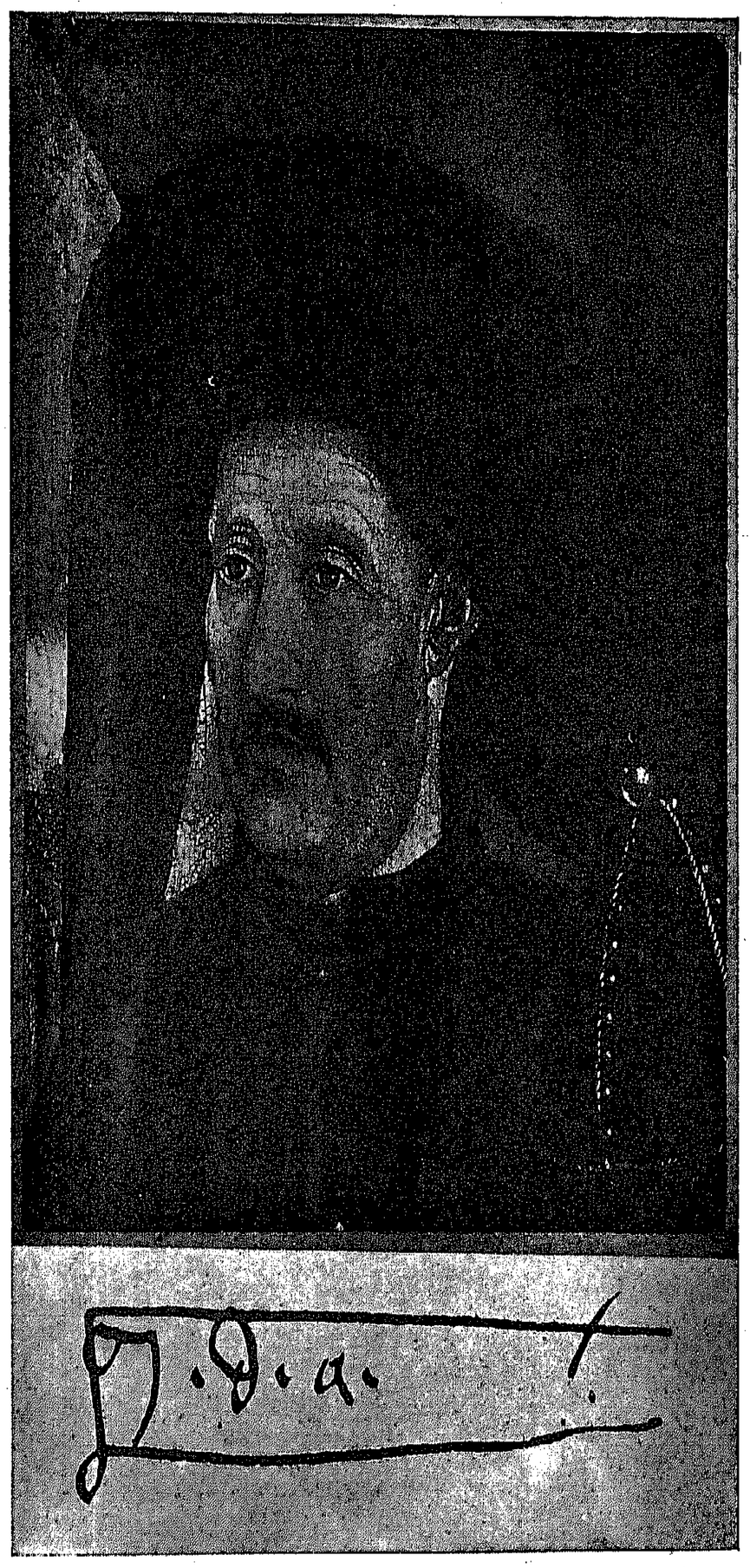
O portulano Laurentino de 1351.

O mapa catalão de 1375-6.

Notícias dispersas coligidas nos primeiros capítulos do Prince Henry the Navigator, *de R. H. Major* (1).

---

(1) Esta obra foi traduzida para português por José António Ferreira Brandão, Lisboa, 1876. *(N. do T.).*



O INFANTE D. HENRIQUE

vestindo de luto

A Conquest of the Canaries, *de Béthencourt (Sociedade de Hakluyt, ed. de Major).*
Heinrich der Seefahrer, *de Wappäus, II Parte.*

Para o Capítulo V (Ciência geográfica): De Naturis Rerum, *de Neckam.*
Os sete principais mapas-mundi do século XIV e princípios do século XV.
Os principais portulanos.
Notícias dispersas, por exemplo da «Bíblia» de Guyot de Provins, Brunetto Latini, Beccadelli de Palermo, coligidas nos primeiros capítulos da obra de Major.
Henri le Navigateur, *de Wauwerman.*

Para o Capítulo VI (Portugal até 1400): *A* Crónica de D. João I.
Os Filhos de D. João I, *de Oliveira Martins.*
A História de Portugal, *de A. Herculano.*
De Expugnatione Lixbonensi, *de Osberno.*

Para o Capítulo VII (A situação do Infante em 1415): Crónica do Descobrimento da Guiné, *por Zurara.*

Para o Capítulo VIII (Ceuta): *A* Crónica da Conquista de Ceuta, *de Zurara.*
A Crónica do Descobrimento, etc., *do mesmo.*

Para o Capítulo IX (O estabelecimento do Infante em Sagres): *A* Crónica do Descobrimento, *de Zurara.*
A Ásia, *de Barros.*
Henri le Navigateur et l'École Portugaise de Sagres, *de Wauwerman.*

Para o Capítulo X (O Cabo Bojador e os Açores): *A* Crónica do Descobrimento, *de Zurara.*
Os Filhos de D. João I, *de Oliveira Martins.*

Para o Capítulo XI (A vida política do Infante, 1433-1441): Crónica de el-rei D. Duarte, *de Rui de Pina.*
Os Filhos de D. João I, *de Oliveira Martins.*
A Crónica de el-rei D. João I, *de Zurara.*
A Crónica de el-rei D. Afonso V, *de Rui de Pina.*

Para o Capítulo XII (Do Bojador ao Cabo Verde): *A* Crónica do Descobrimento, *de Zurara.*
Barros.
A Crónica de el-rei D. Afonso V, *de Rui de Pina.*
Os Filhos de D. João I, *de Oliveira Martins.*

Para os capítulos desde o XIII até final: A Crónica do Descobrimento, *de Zurara.*
As narrações de Cadamosto e de Diogo Gomes.
A Crónica de el-rei D. Afonso V, *de Rui de Pina.*
A Chancelaria do infante D. Henrique.

As três vidas modernas do infante D. Henrique que consultámos principalmente são:

Henry the Navigator, *de R. H. Major.*

Heinrich der Seefahrer, *de Wappäus.*

Prinz Heinrich, *de De Weer.*

E as vidas dos Infantes da Casa de Avis, nos Filhos de D. João I, *de Oliveira Martins.*

Os mapas e ilustrações foram planeados em séries regulares.

I. Pelo que respeita aos primeiros, pretende-se mostrar, em sucessão histórica, o curso do progresso geográfico na Cristandade até à morte do Infante (1460). Exceptuando Ptolomeu, representativo do conhecimento do mundo no seu ponto culminante na civilização pré-cristã, e Edrisi, representativo dos sectários árabes de Ptolomeu, cuja influência sôbre a primitiva geografia cristã foi muito acentuada, todos os mapas reproduzidos pertencem à ciência das épocas e países cristãos. Os dois mapas-mundi acima referidos são ambos colocados na Introdução e considerados ùnicamente como os exemplares mais importantes da ciência que o império greco-romano legou aos cristãos, mas que entre os séculos VII e XIII foi principalmente cultivada pelos Árabes. Entre os primitivos mapas cristãos de S. Sever, possìvelmente do século VIII, o mapa anglo-saxão do século X, o mapa de Turim do século XI, e o mapa espanhol do século XII (1109), representam esboços típicos do mundo, muito grosseiros e simples, em que, dentro de um quadrado ou de uma elipse rodeada pelo oceano, apenas se esboçam algumas indicações importantes, como as principais divisões de países. O mapa anglo-saxão, embora muito superior aos outros aqui representados, pertence essencialmente a esta espécie de obra, em que se preservou um pouco de verdade pela feliz ignorância das histórias dos viajantes que mais tarde entraram em moda, mas em que há ùnicamente um conhecimento de factos geográficos muito vago e muito geral.

Por outro lado, no grupo imediato, a que pertence o mapa do Saltério, e de que o mapa de Hereford é o nosso melhor exemplo, a cultura mítica — colhida em livros como os de Plínio, Solino, S.to Isidoro e Mariano Capela, que coligiu histórias de animais e monstros, pedras e homens, maravilhas divinas, humanas e naturais sob o princípio de Credo quia impossibile *— superou tôdas as outras considerações, e um mapa do mundo torna-se um grande livro de desenhos de objectos curiosos, perdido o próprio interêsse central e primário da geografia. Mas ao lado, e quási ao mesmo tempo, dêstes espécimes de mitologia geográfica, a ciência da geografia recebeu novo impulso com as cartas das costas ou portulanos dos marinheiros das Baleares e italianos, alguns exemplares dos quais constituem o nosso imediato grupo de mapas.*

O portulano Dulcert de 1339 e o Laurentino de 1351 são dois dos melhores exemplares desta espécie de trabalhos, que nos deram na realidade o nosso primeiro mapa cuidado de uma parte do globo, mas que durante algum tempo estiveram inteiramente limitados ao desenho das costas e procuravam substituir a carência prática de capitães, pilotos e marinheiros. O atlas catalão de 1375-6 mostra o tipo do portulano tornado extensivo a um autêntico mapa-mundi; o cuidado pormenorizado e a sumptuosidade dêste exemplar prepara-nos para o trabalho ainda mais perfeito de Andrea Bianco e de Benincasa no século XV. Assim como o portulano Laurentino de 1351 rememora a viagem de 1341 e regista o seu descobrimento das ilhas atlânticas, assim o mapa catalão de 1375-6 rememora a viagem catalã de 1346 e dá-nos o melhor e mais moderno desenho do NO da costa africana, tal como se conhecia antes dos descobrimentos do infante D. Henrique.

O último dêstes grupos de mapas é o que regista factos do tempo de D. Henrique, como o mapa de Fra Mauro de 1459 ou os mapas de Andrea Bianco e de Benincasa (e. g. 1436, 1448, 1468), entre os quais o primeiro é o único que podemos apresentar aqui.

O mapa Borgiano de 1450 aqui reproduzido é um espécime extraordinário do que se fazia ainda em 1450, não um exemplar de progresso geográfico; e o mapa de 1492, registando os descobrimentos dos Portugueses até dobrarem o cabo da Boa-Esperança, serve para ilustrar o avanço dos exploradores nos anos imediatamente consecutivos à morte do Infante, como se realizou no seu tempo.

Na maior parte dos casos, os mapas reproduzem-se segundo o moderno critério, mas, como poderá ver-se pela posição dos nomes, a disposição normal na Idade Média era com o S. ou E. no alto.

II. Com as ilustrações pretendemos dar os retratos ou desenhos dos principais personagens ou lugares relacionados com a vida do infante D. Henrique. Do próprio Infante há três: uma do MS de Paris de Zurara, uma do pórtico da igreja do convento de Belém (1), *e uma da estátua jacente do seu túmulo na Batalha. Duas outras são: (1) — O grupo completo dos túmulos reais da casa de D. Henrique: o pai, a mãe e os irmãos. (2) — As estátuas jacentes do pai e da mãe — D. João I e D. Filipa — em pormenor. Segue-se o aspecto exterior e o aspecto geral da mesma igreja — o Westminster de Portugal e mausoléu da família de Avis, a que pertencia o Infante — o maior dos santuários portugueses.*

Damos a Universidade de Coimbra — à qual, na sua qualidade de Reitor, de Chanceler ou de patrono, D. Henrique esteve tão intimamente ligado, a que um dia concedeu casa e pelo que as suas benemerências lhe granjearam o título de «Protector dos estudos em Portugal» — para ilustrar a sua vida de estudioso e de homem de ciência. A igreja da Ordem de Cristo em Tomar recordar-nos-á outro aspecto da sua vida — o monge militar, grão-mestre (2) *de uma ordem militar de Cavalaria que impunha aos seus membros vida de celibato, e a qual, sob a sua direcção, tomou parte activa na exploração e colonização das costas africanas e das ilhas atlânticas.*

Os retratos de Colombo, de Vasco da Gama e de Albuquerque, que concluem esta série de ilustrações, são dos três discípulos e continuadores mais ou menos conscientes do Infante, os três homens que mais fizeram para realizar os seus planos. O primeiro, que deveu ao avanço português para o sul a sugestão de sucesso correspondente para oeste, e que encontrou a América pelo caminho oriental da Índia — tal como o Infante planeara, cêrca de um século antes, rodear a África e alcançar o Malabar pelo caminho oriental e meridional — foi o mais próximo dos imitadores felizes do Infante

---

(1) Sôbre esta parece ter sido feita a gravura da *Histoire des Découvertes et Conquêtes*, de Lafitau, que reproduzimos neste volume. *(N. do T.)*

(2) D. Henrique nunca aceitou o título de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, contentando-se com a de Governador, que usou tôda a vida *(N. do T.)*.

no tempo, e o maior na realização. Colombo não foi simples continuador da iniciativa portuguesa, porque seguiu uma nova linha desprezada, fêz a maior de tôdas as adições geográficas à ciência humana e a mais ousada penetração no desconhecido jamais feita — mas, apesar da sua posição e interêsse independente, Colombo foi certamente, e de algum modo, discípulo de D. Henrique, e deveu muito da sua inspiração ao impulso do Infante. Vasco da Gama, o primeiro a navegar directamente de Lisboa à Índia rodeando a África, e Albuquerque, o realizador, senão o fundador, do Império português no Oriente, foram simplesmente os realizadores das vastas ambições que tiveram o seu ponto de partida na obra e sua vida do infante D. Henrique, o qual tem direito a considerá-los os dois principais campeões dos seus planos e da sua política. Albuquerque, como Colombo, é em muitos pontos mais do que continuador; mas na linha principal das suas realizações êle segue a obra de outros homens, e, entre êstes, de nenhum como do Herói de Portugal e dos descobrimentos modernos.

Por último, tenho de agradecer a muitos amigos, na generalidade pela sua constante gentileza e prontidão em nos auxiliarem de qualquer modo, e em particular muito pelo generosíssimo e valioso auxílio em certos passos.

O sr. T. A. Archer, além do benefício das suas sugestões em geral, deu-nos especial ajuda nos capítulos I, III, V e na Introdução, principalmente onde se fala na relação do progresso geográfico com as Cruzadas (1).

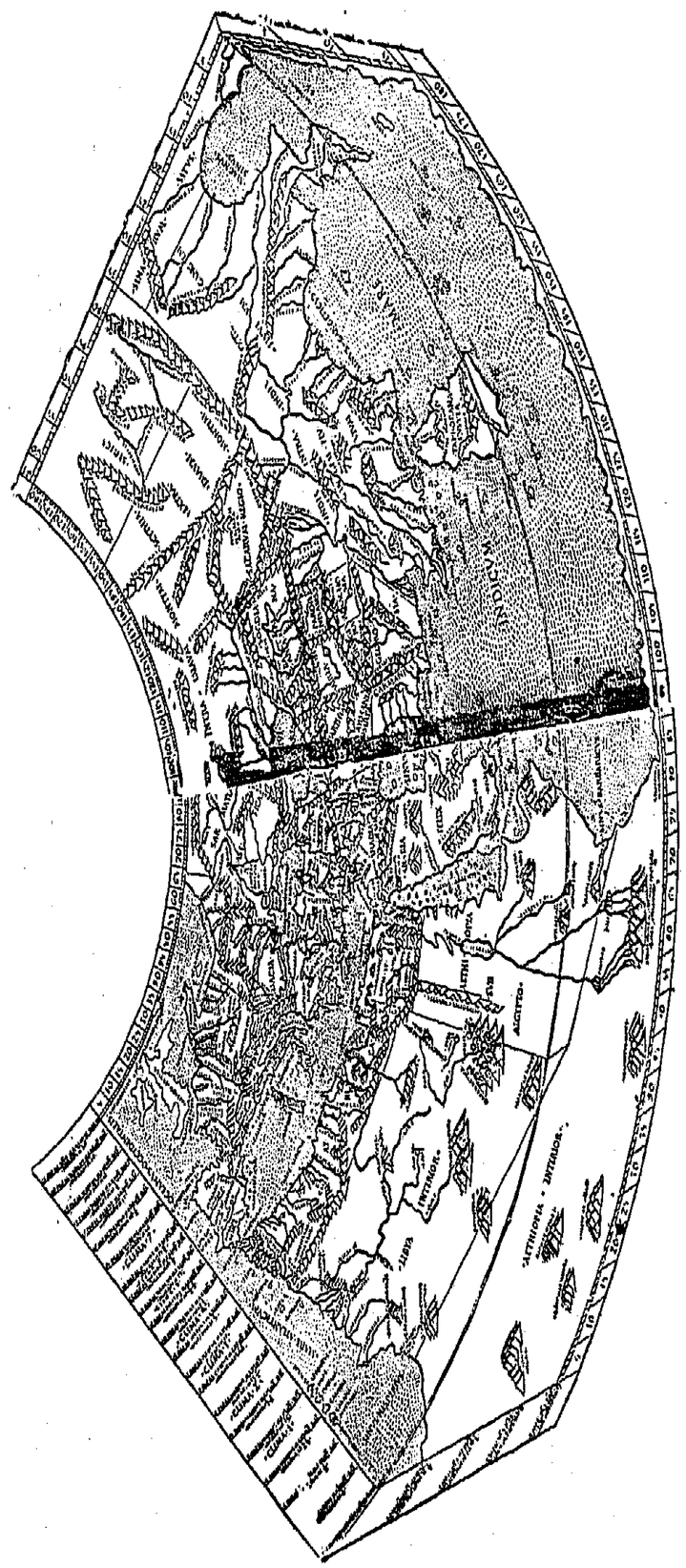
O sr. F. York Powell reviu o capítulo II sôbre os «Vikings», e o Prof. Margoliouth fêz o mesmo à Introdução sôbre a geografia grega e arábica. O sr. Coote, não só nos auxiliou na sala dos mapas do Museu Britânico, mas também leu as provas do capítulo V.

O sr. H. Yule-Oldham, no capítulo XVIII sôbre a viagem de Cadamosto, e o sr. Prestage nos capítulos VIII e IX sôbre a tomada de Ceuta e o estabelecimento em Sagres, foram gentilíssimos nas sugestões.

Pelo que respeita a conselhos úteis no capítulo I — Os primeiros peregrinos cristãos — devemos agradecer ao Prof. Sanday; e pela revisão de uma grande parte das provas de todo o livro, ao sr. G. N. Richardson e ao rev. W. H. Hutton.

Quanto às ilustrações, retratos, monumentos, etc., somos especialmente obrigados ao Vice-Chanceler da Universidade de Oxford (Dr. Boyd), que autorizou a reprodução das suas aguarelas de assuntos portugueses, e ao rev. R. Livingstone de Pembroke e a sir John Hawkins de Oriel pelo seu empréstimo de fotografias.

(1) Compare-se Archer e Kingsford, *The Crusades*, nas *Stories of the Nations* (N. do A.)



O MUNDO SEGUNDO PTOLOMEU

(Ver o índice dos mapas)

O Infante D. Henrique

The Lusitanian Prince who, heaven-inspired,
To love of useful glory roused mankind,
And in unbounded commerce mixed the world (1)
THOMSON: *Seasons, Summer*, 1010-2.

INTRODUÇÃO

As idéias dos Gregos e dos Árabes acêrca do Mundo, principal herança legada, em conhecimento geográfico, à Idade Média cristã.

A ciência árabe constitui um dos principais elos entre o velho mundo culto dos Gregos e dos Latinos e a Europa do infante D. Henrique e do Renascimento. Em geografia ela adoptou principalmente os resultados de Ptolomeu e de Estrabão; e muitos dos viajantes e escritores mulçulmanos obtiveram alguns informes adicionais da ciência índia, persa e chinesa; mas embora acrescentassem muito de facto à cartografia grega, não se arriscaram a corrigir os seus postulados.

Que postulados eram êstes? Em parte, eram as suposições de desenhadores modernos, mas diferiam em alguns pormenores importantes. Vejamos, primeiro, as concordâncias. Na ciência dos Antoninos e até no tempo de Aníbal indicavam-se com mais ou menos precisão três continentes—a Europa, a Ásia e a África—, um Oceano a rodeá-las, o Mediterrâneo, o Mar Negro, o Mar Cáspio, o Mar Vermelho, o Gôlfo Pérsico e as costas do sul da Ásia e do norte e

(1) «O príncipe lusitano que, sob inspiração celeste, levou a humanidade a amar a glória útil e ligou todo o mundo num comércio sem limites». *(N. do T.)*

ocidente da Europa. Na descrição de Estrabão encontramos semelhantemente, mais ou menos nos seus lugares exactos, o Nilo, o Danúbio, o Eufrates, o Tigre, o Indo, o Ganges, o Iaxartes e o Oxus (1), o Reno, o Elba, o Don e o Volga, com as principais cadeias de montanhas da Europa e da Ásia ocidental, e encontram-se ainda melhor situados na grande carta de Ptolomeu. Os países e nações desde a China à Espanha estão dispostas segundo a ciência moderna.

Mas havia diferenças fundamentais também. Nunca houve, como no esbôço do mundo de Ptolomeu (± 130 D. C.), um excesso mais claro de ciência teórica, conjectural. Os seus predecessores principais, Eratóstenes (2) e Estrabão (3), haviam deixado muitos espaços em branco nas suas cartas, e confundiram muitos pormenores, mas apanharam com regular precisão os principais aspectos do Velho Mundo. Ao procurar preencher o que não conhecia por experiência própria, Ptolomeu produziu uma paródia dêsses aspectos. O seu mapa, pela intrincada falsidade, e apoiado como era pelo maior nome na ciência geográfica, paralisou todo o progresso real no conhecimento até os homens começarem a investigar não só os seus factos, como também as suas teorias. E como tôda a ciência moderna seguiu, de facto, o progresso do conhecimento do mundo ou «geografia», podemos ver como era importante que esta revolução se realizasse e que Ptolomeu fôsse destronado.

Os Árabes, dominando muitos centros da antiga cultura (acima de todos a própria Alexandria de Ptolomeu), divulgaram a pseudo-ciência dos seus antecessores pelo mundo culto, juntamente com a cultura genuína recebida dos Gregos. Êles corrigiram e ampliaram os resultados dêstes em muitos pormenores. Mas muitas das suas teorias geográficas eram simples reproduções de Ptolomeu, e aos êrros dêste acrescentaram confusões ainda mais bárbaras, ou invenções próprias. O resultado de tudo isto, pelo século X D. C., foi uma geografia baseada não na ciência mas em idéias de simetria. Era um esquema próprio das *Mil-e-uma-noites* (4).

Como chegou até aí Ptolomeu?

Os seus êrros principais eram apenas dois, mas dêles estão isentos Estrabão e muitos dos geógrafos gregos. Êle fêz do Oceano Índico um mar interior e encheu o hemisfério sul com a África

(1) Respectivamente os actuais rios Sir Daria e Amu Daria, que desaguam no Cáspio. *(N. do T.)*

(2) 276-194 A. C. *(N. do T.)*

(3) 60 A. C. — 20 D. C. *(N. do T.)*

(4) As viagens de Mascham e dos Zenos consideram-se autênticas, mas têm-se lançado dúvidas sérias sôbre ambas. *(N. do A.)*

ou a terra antártica desconhecida, até à qual levou a África (1). No seu mapa, o Continente Negro estendia-se por um lado até ao SE da China, e pelo outro infinitamente para O, embora aqui não haja sinais da América ou de qualquer continente atlântico. Foi um triunfo de imaginação culta sôbre as investigações maçadoras. No tempo de Adriano a ciência ambicionava conhecer exactamente todo o Mundo. Êle não era totalmente conhecido; por isso um ilustre estudioso construíu uma *mélange* (2) de facto fantasiada, baseada sobretudo num trabalho conjectural de imaginários cálculos astronómicos. Ptolomeu ligou a China à Africa no extremo oriente, e nesta costa ocidental imaginária, em frente de Malaca e da Índia Inferior, colocou várias cidades e rios arbitrários. Entrando em pormenores, cortou ao meio tôda a península do Industão, embora poupasse a Índia Inferior (3) ou Áurea Quersoneso dos Malaios, e alargou a Taprobana (ou Ceilão), até ao dôbro do tamanho da Ásia Menor. E assim, a costa meridional da Ásia, desde a Arábia até ao Ganges, corria quási direita em direcção a E, com um braço de mar que cortava o moderno Carnático (4), entre o continente e a grande Ilha das Especiarias, incluindo a maior parte do Decão. O Gôlfo Pérsico, muito maior do que o Mar Negro neste mapa, tinha a largura igual ao comprimento; a forma do Cáspio era, por assim dizer, voltada ao contrário e a sua maior extensão colocada de E. para O. em vez de de N. para S. As costas do Euxino, do Egeu e do Mediterrâneo sul, apesar de familiares, mal se aproximavam da verdade. A Escandinávia era uma ilha mais pequena do que a Irlanda; a Escócia representava-se como grande península oriental da Bretanha, com as Xetlândia e os Fär-Öer (Tule) a pouca distância ao N., mas à esquerda da grande ilha. O mar de Azov, um pouco inferior ao Euxino, estendia-se para o N. até ao centro da Rússia. Tôda a África central e o grande continente do sul ou antártico eram apresentados como desertos sem estrada — «uma terra desabitada por causa do calor»; e as fontes do Nilo supunha-se estarem nos lagos e nas Montanhas da Lua.

(1) Rejeitando a velha idéia de um Oceano circundante, espécie de cinta ou limite do mundo conhecido e substituindo-o pela nova fantasia de um continente sem limites (por todos os lados excepto pelo N O) — fantasia que a vasta extensão dos domínios romanos no tempo do Império devia ter impulsionado. *(N. do A.)*

(2) Em francês no original. Tôdas as palavras ou expressões francesas que se encontrarem nesta tradução e no corpo da obra, figuram naquela língua no original. *(N. do T.)*

(3) Os anglo-saxões chamam Índia Inferior *(Further India)* à parte da Indo-china onde está a Birmânia e a península de Malaca. *(N. do T.)*

(4) Região do Indostão, na costa do Malabar, entre o rio Brixna e o cabo Comorim (Presidência de Madrasta). *(N. do T.)*

E assim se explicaram todos os problemas da antiga geografia: onde a ciência de Ptolomeu falhara por completo, nenhum ocidental do tempo estivera nem era provável que fôsse. Todo o mundo conhecido e desconhecido estava descrito com tal clareza e firmeza, pensava-se, que o que faltara a Aristóteles substituía-se então.

Vale a pena observar como, séculos antes de Ptolomeu, em época mais próxima de Aristóteles, a geografia de Eratóstenes e de Estrabão, usando com mais circunspecção a ciência e restringindo muito mais a fantasia, compusera uma carta muito mais digna de fé (1).

Êste mapa primitivo e sem crédito anulou tôdas as deturpações mais sérias de Ptolomeu. A África estava cortada cêrca do cabo Não, a O. e do cabo Guardafui, a E. E a «costa da Canela», entre êstes dois pontos, era orlada pelas montanhas da Etiópia, onde nascia o Nilo. Foi esta a teoria que reviveu no declínio da era ptolomaica e que animou os marinheiros portugueses com a esperança de uma rápida chegada à Índia rodeando a África, como parecia dar a entender a grande reentrância oriental da costa da Guiné. Posteriormente, neste mapa pre-ptolomaico, deixou-se o Oceano do sul livre de um suposto Continente meridional e, exceptuando um encurtamento indevido do Velho Mundo, em geral como ilha no meio do vasto oceano circundante, o mundo culto possuía uma descrição fidedigna da Ásia ocidental, da Europa central e da África do norte, duzentos anos antes de Cristo.

É verdade que a China de Estrabão é pequena e interrompida, que o seu Ceilão (Taprobana) é até muito maior do que o de Ptolomeu; que a Irlanda (Ierne) aparece ao *norte* da Bretanha; e que o Cáspio desemboca no Mar do Norte por um canal longo e estreito. Mas o verdadeiro formato da India, do Gôlfo Pérsico e do Euxino, do Mar de Azov e do Mediterrâneo são indicados com bastante rigor no esbôço geral. Esta primitiva carta não tem o acabamento cuidadoso

(1) Empregando as palavras «carta» ou «mapa» da descrição de Estrabão (± 20 D. C.) não pretendemos dizer que o próprio Estrabão deixasse mais do que uma descrição de que depois se fêz um plano: «O mundo segundo Estrabão». O mesmo se aplica a Eratóstenes (± 200 A. C.) e a todos os geógrafos gregos anteriores a Ptolomeu. O Atlas de Ptolomeu, provàvelmente, e a Tábua de Peutinger, com mais certeza, são mapas realmente desenhados por antigos desenhadores; mas são os únicos sobreviventes de um número muito maior. *(N. do A.)*

A chamada «Tábua de Peutinger» (assim denominada por ter pertencido a um nobre de Augsburgo que tinha êsse nome e viveu nos princípios do século XVI), que hoje se encontra na Biblioteca de Viena de Áustria, é uma extensa carta itinerária do mundo romano, embora o seu traçado tenha, muitas vezes, desfigurado a forma das terras. Supõe-se datar do século II da nossa era e é talvez o mapa-mundi mais antigo hoje existente. *(N. do T.)*

da de Ptolomeu, mas está isenta dos seus êrros enormes, e tem tôda a vantagem da ciência, embora imperfeita, sôbre a conjectura brilhante.

Êste trabalho conjectural puro e simples, até mesmo em Ptolomeu, só aparece a espaços e não afecta muito as partes centrais e, para a época, muito mais importantes do Velho Mundo, mas temos ainda de ver como tôda a geografia parecia ser trabalho de fantasia no período medieval e sob a imaginação dos Árabes.

Devemos recordar com clareza que as principais descrições gregas do Mundo foram, desde o princípio, de autores cristãos e muçulmanos, antes dos medievais; aquêles fizeram a sua escôlha, e o facto é que, especialmente os Árabes, escolheram com raras excepções a última delas, o sistema de Ptolomeu, porque era a mais ambiciosa, simétrica e bonita.

Descrevamos por um momento o desenvolvimento gradual desta mitologia geográfica.

Partindo da noção de o mundo ser um disco ou uma esfera no centro do universo, à volta da qual se moviam seis círculos celestes — o Meridiano, o Equador, a Eclíptica, os dois Trópicos e o Horizonte —, os filósofos árabes construíram, quanto à terra, a doutrina de uma Cúpula ou Cimo do mundo, e, quanto ao céu, uma pseudo-ciência do Anona ou Lugares fixos das Constelações, ligados aos doze Pilares do zodíaco e às 28 Mansões da Lua.

Não é nosso intuito referir-nos neste lugar à astrologia árabe; apenas vale a pena indicar essa ligação como fonte possível do primitivo conhecimento cristão da Cruz do Sul e de outras estrêlas famosas na história da exploração, como Dante cita no Canto I do *Purgatório*. Mas as doutrinas geográficas do Islão, tiradas do Pentateuco hebreu e da parte teórica de Ptolomeu, tiveram um efeito mais imediato e reaccionário sôbre a ciência. As divisões simétricas da Terra em sete zonas ou climas feitas pelos Gregos; e da superfície do mundo (1), em três partes de água e uma de *terra firma;* a disposição quádrupla índia da «Terra de Roma» e do Oriente; a similar quádrupla divisão chinesa da China, Índia, Pérsia e Tartária: tudo isto reapareceu confusamente na geografia árabe. Da Índia e do sânscrito «Lanka» parece terem tido a primeira idéia do mito de Odjein, Arin ou Arim, «o Cimo do Mundo»; de Ptolomeu, derivou com certeza o número consagrado de 360.º de longitude, correspondente admiràvelmente aos dias do ano, e dividido precisamente em 180.º de terra habitável e 180.º de

(1) Em que a parte habitável do mundo, situada principalmente no hemisfério norte, era quási duas vezes tão extensa como a largura. *(N. do A.)*

mar, ou deserto virgem. Aos sete climas fizeram corresponder os grandes Impérios do mundo — entre os quais deram a primazia ao Califado (ou Bagdá), China, Roma, Turquestão e Índia.

A cidade sagrada de Odjein fôra o centro de muitos dos primitivos sistemas orientais; na forma árabe de Arin («A Cúpula da Terra») tornou-se o ponto fixo em volta do qual giraram as teorias medievais da forma do mundo. «Algures no Oceano Índico entre Comorim e Madagáscar» tornou-se a convenção quando a montanha não podia localizar-se junto de alguma das linhas conhecidas de costas; ela estava ligada às noções do Roc, e das Montanhas de Lua na Africa, a Ilha do Magneto e o Reino Oriental originaram uma única e vasta pérola; e até em Rogério Bacon ela serve de sinal algébrico para um centro matemático do mundo

A expansão do conhecimento, embora levasse a ciência árabe a admitir a convicção do êrro de Ptolomeu em estender demasiado os limites do mundo dêle conhecido, apenas conduziu à invenção de uma distinção escolástica entre o Leste e o Oeste reais e tradicionais, ao passo que a confusão se completava pela história disfarçada, sempre tão popular entre os orientais. A «Gades de Alexandre e de Hércules», os mais remotos pontos oriental e ocidental, tomaram o nome das conquistas do autêntico Iskander (1) e o herói mítico dos gregos e dos Fenícios. Arim, no meio, com as colunas de Hércules e de Alexandre, e os polos norte e sul a igual distância dela — o centro e os quatro cantos do mundo tão bem determinados quanto o permitia a geometria — eis o mapa, primeiro dos Árabes e depois dos eruditos cristãos, seus seguidores.

Para fazer idéia da completa fascinação assim lançada sôbre o pensamento entre o Islão e a Cristandade, podemos considerar as palavras dos eruditos cristãos dos séculos XII e XIII, que viviam longe do Islão, muito depois de começar a decair a sua glória intelectual, e numa época em que a filosofia escolástica cristã alcançara posição independente. Gerardo de Cremona e Adelardo de Bath (tradutor do grande geógrafo árabe Moámede Al-Carismi) no século XII, Rogério Bacon e Alberto Magno no século XIII são tão claros nos seus postulados geográficos como nas suas regras teológicas ou éticas. E o que aqui nos importa é que elas reflectiam exactamente o espírito da ciência ou pseudo-ciência do tempo imediatamente anterior, de modo que as suas palavras podem dar-nos idéias do estado do pensamento maometano entre os séculos VIII e XIII, entre os escritores da côrte do califa Almamum (813-833) e Edrisi na côrte do rei Rogério II da Sicília (1150).

(1) O nome porque entre os Árabes era conhecido Alexandre, o Grande. *(N. do T.)*

1 — *Adelardo*, sumariando Moámede Al-Carismi através da sua cultura parisiense, fala-nos do «Exame dos planetas e do tempo, partindo do centro do mundo, chamado *Arim*, cuja distância aos quatro cantos da terra é igual, isto é, 90.º correspondentes à quarta parte da circunferência do mundo. É ocioso e sem vantagem procurar localizar todos os países do mundo e fixar todos os limites do tempo. Por isso se toma o meridiano como medida do último e *Arim* do primeiro, e dêste ponto de partida não é difícil localizar outras regiões». E conclui: «Arim está sob o equador, no sítio onde não há latitude», e afirma claramente que existiam então entre os Árabes tábuas para calcular todos os principais lugares de qualquer região partindo do meridiano do *Arim*.

2 — *Gerardo* de Cremona, que, apesar de residir durante algum tempo em Toledo, é essencialmente italiano, fala-nos àcêrca do «Meio do Mundo», de onde se calculam as longitudes, «chamado Arim», e «que se diz estar na Índia», cuja longitude é de 90º de O. para E. ou vice-versa.

Na sua *Teoria dos Planetas*, Gerardo diz-nos coisas ainda mais maravilhosas. Arim era um centro geográfico conhecido e empregado por Hermes Trimagesto e por Ptolomeu e, ainda, pelos grandes geógrafos árabes; Alexandre da Macedónia marchou para o oriente exactamente até a uma distância de Arim igual à de Hércules para oriente; ambos atingiram o Oceano circundante, e, por conseqüência, «Arim é eqüidistante 90º de ambas as Gades; igualmente 90º de cada um dos polos, norte ou sul». Tudo isto ocorre nas tábuas de Afonso *o Sábio* de Castela cêrca de 1260, e dois dos maiores pensadores medievais, Alberto e Rogério Bacon, reproduziram os pontos essenciais desta doutrina, a sua falsa simetria e a sua oscilação entre a verdade e a tradição, com alterações de sua própria responsabilidade.

3 — *Alberto, o Grande* (Albertus Magnus), o único imediatamente inferior a Tomás de Aquino entre os escolásticos continentais, no seu *Resumo da Astronomia* repete Adelardo na questão de Arim «onde não há latitude», ao passo que

4 — *Rogério Bacon* discute não só o E. e o O. verdadeiros e tradicionais, mas até um duplo Arim, sendo um «debaixo do solstício, o outro debaixo da zona equinocial». Êle acha que Arim não está no centro do mundo real mas apenas do tradicional. Em outro passo do *Opus Majus*, Bacon, o nosso primeiro autor inglês de ciências exactas, admite que o cimo do mundo não é exactamente de 90º a partir do E., embora os matemáticos assim o façam. Todavia, escreve, não há qualquer contradição porque os teóricos «falam do mundo habitável que conhecem, supondo a verdadeira noção da latitude e da longitude» e esta «verdadeira noção» não «é tão grande como em viagem

verificaram Plínio e outros». «A longitude do mundo habitável é mais de metade de tôda a circunferência». Isto, reproduzido na *Imago Mundi* do cardeal Pedro de Ailly (1410), caíu nas mãos de Colombo e auxiliou a fixar as suas doutrinas da forma do mundo («em forma de pêra»), do paraíso terrestre, da circunferência da terra – de tal modo contraído que suprimia pràticamente o Pacífico (1).

Voltemos aos Árabes. Vimos como êles não se limitaram a seguir as teorias dos Gregos, que a sua experiência de conquistadores no próximo Oriente desacreditou, mas, nas grandes linhas da geografia, acrescentaram êrros aos antigos, puseram preconceitos no lugar da ciência e legaram aos cristãos um mapa do mundo semi-fantástico. Resta-nos apenas ilustrar o seu êrro principal, de fantasia demasiado viva, com algum pormenor em pontos secundários.

1 — O «Quartel habitável» do mundo de Ptolomeu, medindo exactamente metade da longitude do globo, foi aceito literalmente pelo mundo muçulmano, como aceitou o Pentateuco, desde o momento em que principiou o seu estudo da ciência na côrte do Almamum (813-833). Mas como as conquistas dos Califas revelaram regiões orientais muito para além dos limites de Ptolomeu, tornou-se necessário, no caso de se considerarem em conjunto os seus dados, comprimir a parte do seu mapa que se encontrava inteiramente descrita. «Infelizmente não houve no Ocidente terras descobertas de novo para compensar esta compressão». No tempo de Massudi — pelo século X — os factos e as teorias andavam assim em desacôrdo.

2 — Com respeito à forma da África, a maior parte da opinião árabe confirmava Ptolomeu, mas, entre os mais esclarecidos, a partir da época de Massudi, pode descobrir-se uma tendência ou para recuar até à posição de Estrabão, em parte agnóstica, ou para descobrir qualquer nova teoria mais harmónica com os factos conhecidos. Quere dizer: os seus cartógrafos cortavam a África pelo cabo Não, ou pelo Bojador e pelo cabo Guardafui, e deixavam todo o resto ao «Verde Mar das Trevas», ou, como Massudi, desenhavam um grande Continente meridional, separado da África por estreito canal a ligar o Oceano Ocidental ao Mar de Habaxe – da Abissínia ou da Índia. Em qualquer dos casos, considerava-se a África uma ilha.

3 — No Alcorão as palavras «Gog e Magog» de Jeremias (2),

(1) Nas cartas de Colombo para a rainha Isabel em 1498 encontramos o eco remoto da *mélange* árabe da geografia de Moisés e dos gregos, com os resultados das correcções de Rogério Bacon a Ptolomeu. «O velho hemisfério — escreve êle — que tem por centro a ilha de Arim, é esférico, mas o outro (novo) hemisfério tem a forma da metade inferior de uma pêra. Exactamente a cem léguas a ocidente dos Açores, a terra ergue-se no Equador e a temperatura torna-se mais forte. O cimo está em frente da embocadura do Orenoco». *(N. do A.)*

(2) Aliás é Ezequiel quem se refere a Gog «terra de Magog, príncipe e chefe de Mosoch e de Tubal» (*Exe.* XXXVIII, 1). *(N. do T.)*

O MUNDO SEGUNDO EDRISI

(Ver o índice dos mapas)

referentes aos nómadas da Ásia central, aparecem como Iadjudje e Madjudje. A história completa no século X e no tempo de Edrisi, relaciona-os com Alexandre, *o Grande,* que também se encontra no Alcorão com o nome de Dul-Carnain e com a muralha da China. «Quando o Conquistador — diziam os Árabes — chegou ao sítio onde o sol nasce, pediram-lhe que erguesse uma muralha para expulsar os salteadores de Iadjudje e de Madjuje das ricas terras do Sul». Por isso êle construíu uma muralha de ferro através do único passo por onde o Turão ligava ao Irão, ficando, portanto, Turcos e Tártaros de fora. Até atingirem o Cáucaso, os Árabes supunham geralmente que isto correspondia à muralha de Alexandre. Quando os factos desmentiram essa teoria, serviram os Urales ou os montes Altai para a substituir. Finalmente, quando os muçulmanos dominaram a Ásia central, só a muralha da China, para lá do deserto do Gobi, satisfazia às condições do nebuloso mas histórico monumento, fora de qualquer perigo prático de verificação.

4 — Em contraste impressionante com o constante progresso da exploração e do comércio árabe no Mar Oriental, está o horror muçulmano pelo Oceano Ocidental para além da Africa, o «Verde Mar das Trevas» ou Atlântico. E o que temos a acentuar neste ponto é que êles comunicaram muito desta cobardia paralisadora às nações cristãs. Só os Normandos da Escandinávia, fazendo vida àparte e forçados a navegar pelo bravio Mar do Norte, ficaram isentos desta superstição meridional, e se aventuraram através do Oceano até às Fär-Öer, à Islândia, à Groenlândia, e à costa do Labrador.

Na realidade, os doutores do Alcorão entendiam que se devia privar dos direitos civis todo o homem que fôsse bastante louco para embarcar para o desconhecido, ainda mesmo em viagem de cabotagem. Ibn Said vai mais longe e diz que ninguém jamais o fizera: «os redemoinhos engolem sempre qualquer aventureiro». Até à geração imediatamente anterior ao infante D. Henrique, cêrca de 1390, outro luzeiro da ciência muçulmana declarava o Atlântico «ilimitado, pelo que os navios não se aventuravam para longe da vista das costas, porque, mesmo que os marinheiros conhecessem a direcção dos ventos, não poderiam saber aonde êles os conduziriam, e como não há terra habitada para além, corriam o risco de perder-se no meio da neblina, do nevoeiro e dos vapores. O limite do Ocidente é o Oceano Atlântico».

Tal era o juízo definitivo da gente arábica, e dos seus povos sujeitos, sôbre os limites orientais do mundo, e êles ajudavam a fixar por dois modos esta crença, que passou dos tímidos mercadores do Império Romano para os cristãos gregos e latinos. Primeiro, o Califado espanhol cortou todo o acesso ao Mar Ocidental para além da

baía da Biscaia, desde o século VIII ao XII. Até à conquista de Lisboa em 1147, nenhuma emprêsa cristã pôde, por êste lado, alcançar qualquer base ou ponto de partida. Nem pôde esta emprêsa desenvolver-se livremente até à conquista do Algarve, no extrêmo SO da Península, nos fins do século XII (1).

Em segundo lugar, na época mais obscura da depressão cristã — os séculos VII, VIII, IX e X — quando só a fugaz época de Carlos Magno oferecia as perspectivas de um Império católico, independente e progressivo, no Ocidente, os Árabes foram considerados, juntamente com os Bizantinos, os principais sucessores da cultura grega. A ciência, a metafísica, as idéias abstractas dêstes séculos chegaram à Alemanha, à França e à Itália, vindas de Córdova e de Bagdade, assim como de Bizâncio. E a respeito de questões, como o Atlântico sul, o Oceano Índico, ou a forma da África — em que o Islão tinha todo o campo livre e não havia qualquer descobrimento positivo e anterior que pudesse contradizer a natural relutância em comprovar a tradição com a experiência — a Cristandade aceitou o veredicto árabe com deferência.

Do mesmo modo, em pontos ainda mais difíceis — como a teoria de um canal do Cáspio ao Mar Negro, ou do Cáspio ao círculo ártico, ou do Mar Negro ao Báltico — Paris, Roma, Bolonha e Oxónia aceitaram as descrições árabes.

Tornou-se necessário esperar pelos defeitos da geografia árabe para compreendermos como a ciência e a navegação estavam tão pouco adiantadas, durante o longo domínio sarraceno das vias comerciais e da tradição geográfica do mundo. Entre Ptolomeu e D. Henrique — entre os séculos II e XV — o conhecimento que os homens tinham do mundo era apenas êste:

1 — O extremo norte, onde os «Vikings», meio cristãos, meio pagãos, haviam chegado talvez até ao sítio actual de Nova-Iorque e fundaram, por outro lado, o reino medieval da Rússia.

2 — A costa SE. da África, desde o cabo Guardafui até Madagáscar, revelada pelos interêsses comerciais da família Emossaide (800-1300).

3 — O extremo oriente, a Ásia central e inferior, pelos descobrimentos de Marco Polo e dos frades prègadores que seguiram as vias dos primeiros viajantes muçulmanos.

O primeiro dêstes era segrêdo dos nórdicos, em breve esquecido, ou descobrimento abortivo, interrompido pelos Tártaros. O segundo era segrêdo árabe, zelosamente guardado como direito de

(1) Aliás em meados do século XIII, pois o Algarve foi conquistado em 1249-1250. *(N. do T.)*

comércio. Só o terceiro acrescentou conhecimento novo e muito directo à parte principal do mundo civilizado.

Mas durante todo o período do seu domínio comercial — desde o século VIII ao século XII — os Árabes tiveram cuidado especial pelo tráfego, pelas conquistas e pelas explorações terrestres. Pouco lhes importava o mar. Levou-lhes algum tempo a adoptarem em seu proveito o descobrimento de Hipalo (no século II D. C.) das monções do Oceano Índico. Em terra, porém, os viajantes e os escritores muçulmanos — que seguiam geralmente na rectaguarda dos exércitos, mas às vezes à frente dêles — nada fizeram para alargar o horizonte do mundo maometano, embora só com Marco Polo e os missionários franciscanos dos séculos XIII e XIV a Europa cristã partilhasse dêste ganho.

Quando os primeiros Califas conquistavam, mandavam levantar o plano dos seus novos domínios. Assim, depois de Tárique e Muça terem subjugado a Espanha, Valide de Damasco pediu-lhes um relatório do país e dos seus recursos. A obrigação geral da peregrinação a Meca obrigava todo o muçulmano a viajar uma vez na vida; e muitos árabes, depois de o Califado se fixar do Oxo aos Pirinéus, jornadeavam de um lado para o outro com a alegria de um senhor que percorresse vastos domínios, mostrando o seu temido turbante aos súbditos de tôdas as nações.

Todavia isto não era ciência geográfica, nem sequer pseudo-ciência. Antes de Maomé, os Árabes tinham certo conhecimento das estrêlas e dedicavam-se à astrologia. Mas foi na côrte de Almamum (813-833) que o seu espírito investigador pela primeira vez os levou a responder à grande pregunta geográfica: Onde? Durante os séculos IX e X apareceu uma série sucessiva de viajantes e de pensadores que, todos com os seus sonhos desordenados, preservaram os melhores resultados dos mapas gregos e teriam feito progressos muito maiores, se não fôsse a sua falta de auxílio ao trabalho original. Como não puderam refazer Aristóteles na filosofia, também não puderam, com todo o seu novo conhecimento do remoto Oriente, refazer a geografia de Ptolomeu e de Estrabão.

Algumas grandes eras — por exemplo, a de Almamum de Bagdade (830 D. C.), de Mamude de Gasna (1000 D. C.), de Abderramão III de Córdova (950 D. C.) — dão-nos a história da geografia árabe.

A ciência muçulmana, iniciada nos últimos anos do século VIII, foi reformada e organizada, no Novo Império, pelos Califas do IX. Os itinerários dos generais vitoriosos, os mapas e as tábuas preparadas pelos governadores das províncias, e o conhecimento recentemente adquirido do pensamento grego, índio e persa, constituíram o

assunto principal do estudo. O barbarismo dos primeiros crentes foi-se desvanecendo, e recordaram-se as palavras de Maomé: «Procurai a ciência até na China». Nos fins do século VIII a *Geografia* de Ptolomeu (1) e a obra de Marino de Tiro (2) hoje perdida, já haviam sido traduzidas. Almamum chamou à sua côrte todos os principais «matemáticos» ou filósofos do Islão, tal como Moámede Al-Carismi, Alfargano e Solimão, o mercador. Depois construíu dois observatórios, um em Bagdade e outro em Damasco, e mandou fazer uma carta fixando a latitude e a longitude de todos os lugares que êle e os seus sábios conheciam. Al-Carismi interpolou o novo Ptolomeu árabe com adições do sânscrito, e utilizou um pouco a trigonometria índia. Alfargano escreveu o primeiro tratado árabe do astrolábio e adaptou a divisão grega dos sete climas à nova cultura. Solimão, na época das relações mais continuadas entre a China, a Índia e o Califado, viajou por todos os países do remoto Oriente, navegou no «Mar da Escuridão de Breu» na costa oriental da Ásia, e, pelas suas viagens, tornou-se o protótipo de Simbade, o marinheiro.

O impulso dado por Almamum não morreu com êle. Cêrca de 850 Alquendi traduziu de novo Ptolomeu; logo em 840 o califa Vateque-Bilá mandou explorar as regiões da Ásia central, sendo os seus resultados conservados por Edrisi. Poucos anos depois (± 890) Ibn-Cordadbé, «Filho dos Magos», descreveu as principais vias comerciais, a Índia pelo Mar Vermelho, de Jidá a Sinde, a russa pelo Volga e pelo norte do Cáspio, a persa pelo caminho do Balque até à China. Foi por êste último que alguns supuseram ter seguido em 883 os mensageiros do rei inglês Alfredo até descerem ao sul em busca da Índia e dos cristãos de S. Tomé (3).

O primitivo movimento científico no Islão atingiu o seu apogeu com Albateni e Massudi no princípio do século X. O primeiro determinou, mais exactamente do que antes, vários problemas de geografia astronómica (4). O segundo visitou todos os países desde a Índia Inferior até à Espanha; — até a China e Madagáscar parecem ter estado compreendidas dentro do âmbito das suas últimas jornadas; e as suas viagens no Oceano Índico põem-nos em presença da autêntica Saga de Simbade do século X.

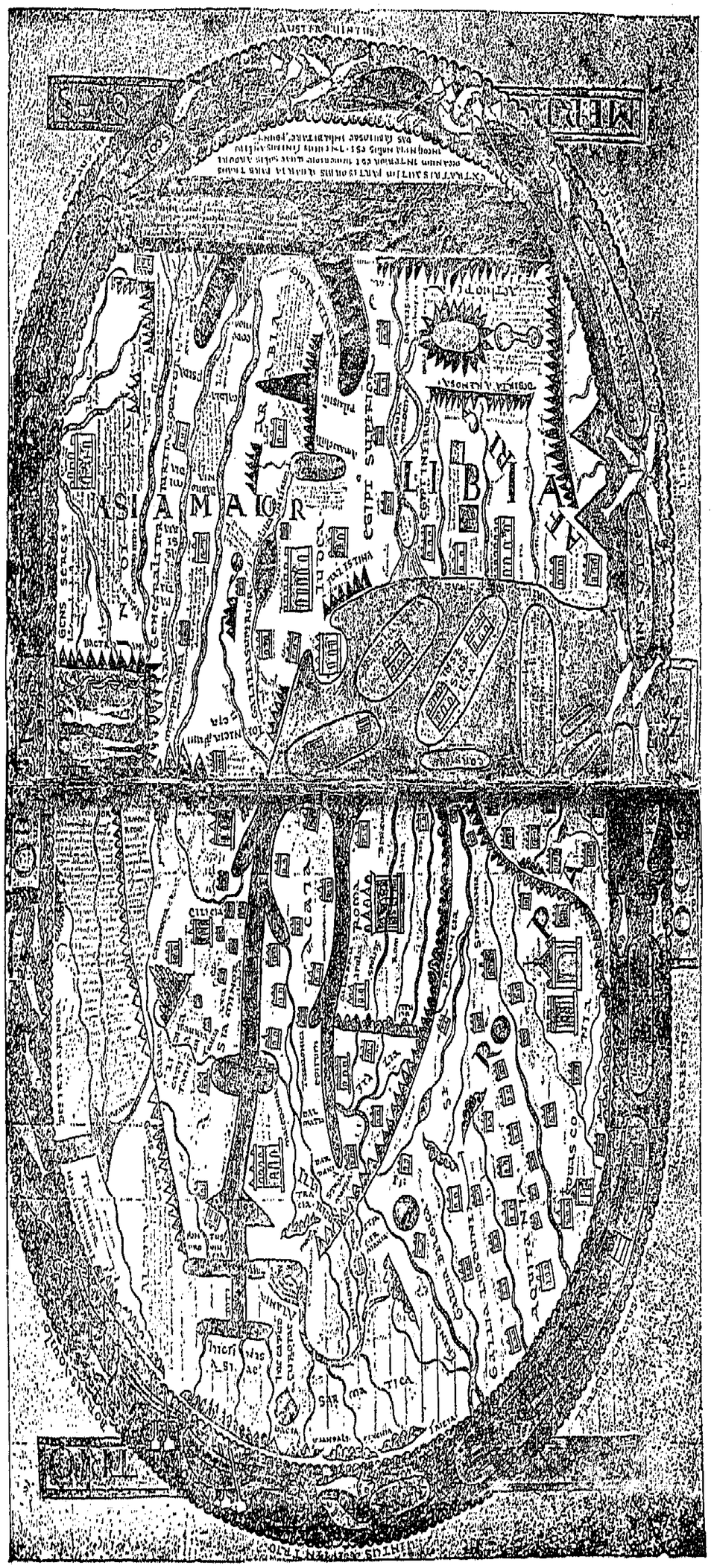
---

(1) Conhecida desde então pelo nome árabe da tradução: *Almagesto*. *(N. do T.)*

(2) Geógrafo que viveu no século II da era cristã. Trabalhou no sentido de elaborar um mapa-mundi que se perdeu ou não chegou a traçar. *(N do T.)*

(3) Supostos cristãos convertidos pelo apóstolo S. Tomé, a quem teria cabido a evangelização da Índia. *(N. do T.)*

(4) A Obliqüidade da Eclíptica, a Excentricidade do Sol, a Precessão dos Equinócios. *(N. do A.)*



O MAPA-MUNDO DE S. SEVER
(Ver o índice dos mapas)

A história de Simbade, tal como a registam as *Mil e uma noites*, tem sido relacionada com um original das histórias índias dos *Sete sábios*, com as viagens da época de Cosroés Nuxirvão ou de Hárune-Alráxide, mas a narrativa parece ser original árabe, relato autêntico, com um pouco mais de mistério e de exagêro do que de costume, de viajantes dos séculos IX e X, de Solimão a Massudi, reproduzido em forma de uma série de novelas (1).

Com Massudi principia também a discussão formal de problemas geográficos que afectavam o Islão. ¿O mar Cáspio era interior? Ligava-se ao Euxino? ¿Qualquer dêles ou ambos estavam ligados ao Oceano Ártico? A África era ilha? Sendo assim, ¿haveria também um Continente meridional desconhecido? ¿Qual era a forma da Ásia de SE? ¿Devia aceitar-se integralmente a longitude de Ptolomeu? Na hipótese contrária, como a deveriam corrigir? Massudi, servindo-se mais de Estrabão e de Albateni do que de Ptolomeu, chegou a resultados regularmente cuidados e muito plausíveis. As suas principais novidades foram o longo canal do mar de Azov ao mar do Norte, e o estreito entre a África do sul e o nebuloso Continente meridional. No seu esbôço, o Oceano Índico (ou Mar de Habaxe) contém a maior parte da superfície aquática do mundo, e o Mar de Aral aparece pela primeira vez na geografia muçulmana. Por último, o seu relato das viagens árabes de cabotagem do Gôlfo Pérsico a Socotorá e Madagáscar prova, implìcitamente, que não se usava ainda a bússola.

Massudi cortou a cercadura do mundo ainda mais do que Ptolomeu. Êste deixara um oceano a ocidente da África; aquêle fêz confinar as Canárias (ou Ilhas Afortunadas), limite do mundo ocidental conhecido, com a Índia, limite do oriental.

A primeira época da geografia árabe terminou com Massudi o seu nome mais ilustre, no meado do século X. A segunda época está resumida nas obras do sábio oriental Albiruni e de Edrisi, o Ptolomeu árabe (1099-1154), que encontrou abrigo na côrte cristã do rei Rogério II da Sicília. No remoto Oriente, como no Ocidente, na Espanha e em Marrocos, no Corassão e na Índia, a ciência muçulmana era agora obrigada a refugiar-se entre os estrangeiros, com a decadência dos Califados de Bagdade e de Córdova. Os «gasnevides» Mamude e Massude, na primeira metade do século XI, atraíram às suas côrtes não só Firdusi e Avicena, mas também Albiruni, cujo «Canon» se tornou o livro de texto da ciência maometana, e que, pelo alcance dos seus conhecimentos e a subtileza prática do seu espírito,

(1) «Com a história de Simbado relaciona-se a extensão histórica das feitorias árabe na costa oriental da África, por meio da empresa da família do Emossaide». *(N. do A.)*

não tem rival no seu tempo (1). A escola espanhola, originando directamente Edrisi, meio muçulmano, meio cristão, com os seus mestres, é ainda de maior interêsse. Podemos encontrar um dos seus primeiros rastos na tradução latina do *Almanaque* árabe feito pelo bispo Háribe de Córdova em 961, e dedicado e oferecido ao califa Haquem — uma das provas mais evidentes do consciente trabalho complementar da filosofia católica e maometana no tempo do papa Silvestre II e do nosso S. Dunstan. Um século depois, após a reconquista de Toledo por Afonso VI (1084), foi construído um observatório, servido por judeus e muçulmanos, que tinham estado a produzir constantemente tábuas astronómicas e geográficas e dicionários durante todo o século XI. Uma tribo completa de comentadores de nomes de lugares, de climas e de constelações e de instrumentos geográficos trabalhou nesta última época do Califado espanhol, e os seus resultados são expostos ao mesmo tempo por Abu Hamide de Granada e por Edrisi.

Nascido em Ceuta em 1099, êste grande geógrafo viajou pela Espanha, pela França, pelo Mediterrâneo ocidental, pela África do norte, antes de se fixar na côrte normanda de Palermo. Rogério II, o príncipe mais civilizado da Cristandade, rebento final da grande raça de Roberto Guiscard e de Guilherme, *o Conquistador,* deu a Edrisi o seu justo valor, recusou separar-se dêle e empregou gente em tôda a parte do mundo a reünir materiais para os seus estudos. Dêste modo, o mouro obteve conhecimento aproximado da Noruega, da Suécia, da Finlândia e das costas do Mar Branco, não só para o mundo muçulmano mas também para a Europa do sul. A sua obra, dedicada a Rogério e chamada *Al-Rojari* do nome dêle, teve por prémio a nobilitação, pelo que foi como conde siciliano que êle terminou a sua esfera celeste e o disco terrestre de prata sôbre que «estava registado todo o circuito do mundo conhecido com todos os seus rios».

Todos os seus grandes predecessores árabes, bem como Eratóstenes, Ptolomeu e Estrabão, se encontravam compendiados no seu sistema — resultante de quinze anos de estudo abstracto, consecutivos a uns trinta de actividade prática nas viagens (2).

Devemos referir-nos aqui em especial ao relato de Edrisi àcêrca

(1) A escola de matemáticos persas que produziu os mapas de Alestacri e Ibn Haucal, e o livro de latitudes e longitudes, atribuído por Abulfeda ao turco Alfarabi, foi o descendente imediato de Albiruni. *(N. do A.)*

(2) Dividiu o mundo em climas à maneira grega, não tomando em consideração as divisões políticas ou as que assentavam na língua ou na religião. Cada clima subdividia-se em dez secções. Na forma da África, seguiu a Ptolomeu. *(N. do A.)*

da viagem dos «Aventureiros» *(Magrurins)* de Lisboa pouco tempo antes de 1147, data da tomada definitiva da capital portuguesa pelos cristãos, porque esta é a mais antiga viagem conhecida, desde o advento do Islão, empreendida pelo Oceano Ocidental para saber o que existia nêle e quais eram os seus limites. Conta-nos Edrisi que os Aventureiros eram em número de oito, todos parentes. Construíram um navio, meteram água e provisões a bordo, para muitos meses, e partiram com o primeiro vento leste. Após onze dias, chegaram a um mar, cujas águas espêssas exalavam cheiro fétido, cobrindo numerosos recifes e eram escassamente iluminadas. Temendo pelas vidas, mudaram de rumo, navegaram em direcção ao sul durante doze dias, e assim chegaram a uma ilha, possivelmente a Madeira, a que chamaram El Ganam por causa dos carneiros que lá encontraram, sem qualquer pastor a guardá-los. Ao desembarcarem, encontraram uma nascente de água corrente e figos bravos. Mataram alguns carneiros, mas a carne era tão amarga que não a puderam comer, levando, por isso, ùnicamente as peles. Navegando para o sul mais doze dias, encontraram uma ilha com casas e campos cultivados, mas, quando se aproximaram dela, foram cercados, presos e transportados nos seus próprios barcos a uma cidade à beira-mar, a uma casa onde havia homens de grande estatura e mulheres de grande beleza. Estiveram ali três dias, e ao quarto apareceu um intérprete do Rei, que falava árabe e lhes preguntou quem eram e o que queriam. Êles responderam que andavam à busca das maravilhas do oceano e dos seus limites. Ao ouvir isto, o Rei riu-se muito e disse ao intérprete: — «Dize-lhes que o meu pai, um dia, mandou a alguns escravos que fôssem para o mar e, depois de terem navegado através da sua extensão durante um mês, encontraram-se privados da luz do sol e voltaram sem nada terem sabido». Então os Aventureiros foram mandados para a sua prisão até surgir o vento oeste, altura em que lhes vendaram os olhos e os meteram a bordo e, no fim de três dias chegaram à terra firme da África. Ali foram postos em terra, com as mãos amarradas e deixados assim, sendo libertados pelos Berberes. Voltando à Espanha, concluía Edrisi, uma rua junto dos banhos quentes de Lisboa recebeu o nome de Rua dos Aventureiros (1).

No centro extremo do mundo muçulmano, na costa S. E. da África, havia um progresso mais real. No tempo de Edrisi tinha sido feita essa importante adição dos viajantes e dos geógrafos árabes

(1) V. *Description de l'Afrique et de l'Espagne,* por Edrisi, ed. Dozy e Goeje, Leydo, 1866, § 184. *(N. do T.)*

ao conhecimento do mundo pelas notáveis aventuras comerciais dos Emossaides.

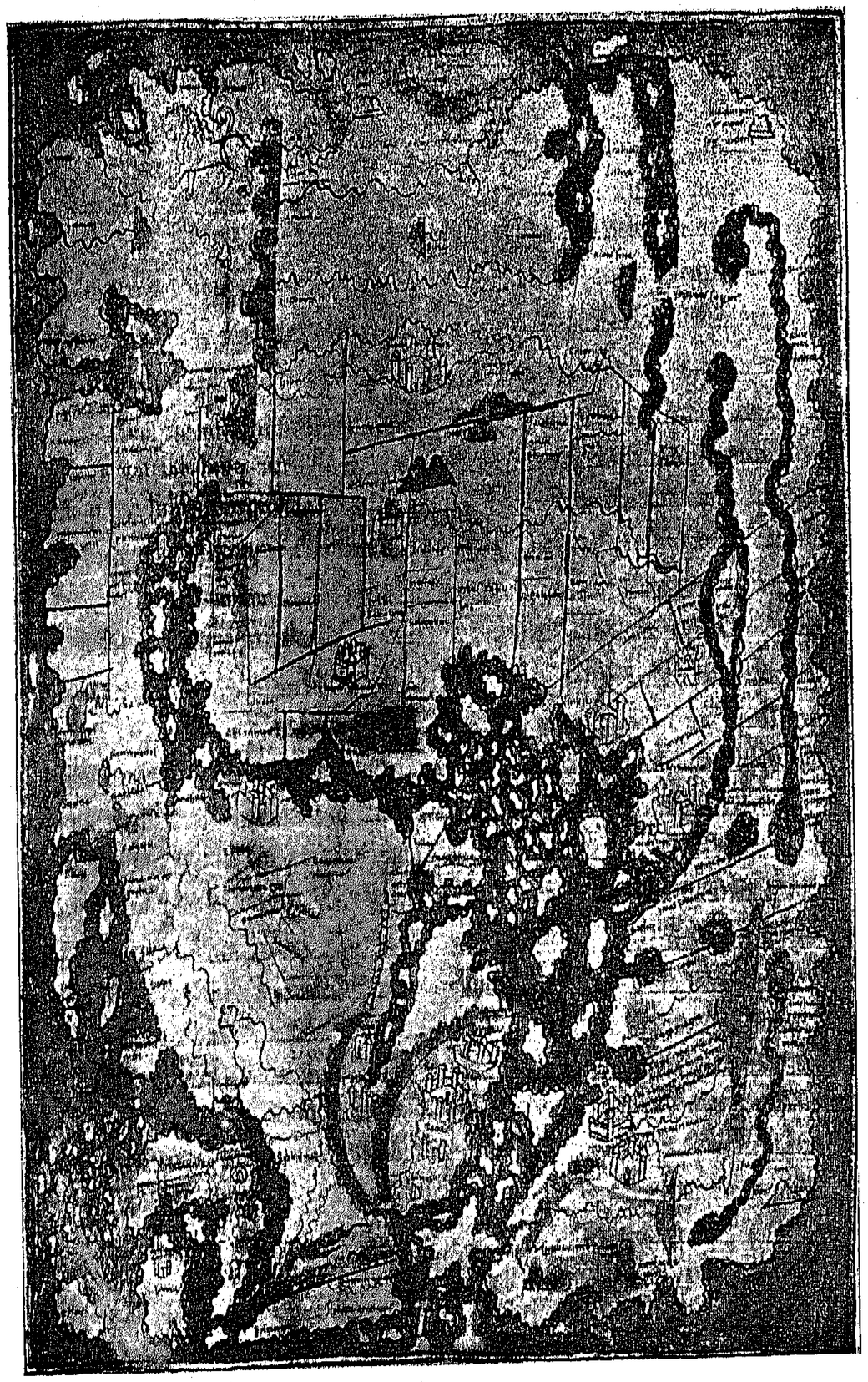
Levara muito tempo a realizar-se.

Cêrca do ano 742, dez anos depois da batalha de Tours, a família Emossaide, descendente de Ali, primo e cunhado de Maomé, procurou fazer Califa de Damasco a Saide, seu chefe de tribo e bisneto de Ali. A tentativa falhou, e tôda a tribo teve de embarcar. Desceu o Mar Vermelho e a costa africana, e todos se estabeleceram como negociantes no Mar da Índia. Socotorá parece ter sido, primeiro de tôdas, o seu empório e capital, mas antes do fim do século X haviam fundado colónias comerciais em Melinde, Mombaça e Moçambique, que, por sua vez, levaram ao estabelecimento nas costas fronteiras da Ásia. Assim o comércio do Oceano Índico foi garantido pelo Islão, surgiram no Malabar os primeiros estabelecimentos muçulmanos, e quando os Portugueses entraram neste *mare clausum*, em 1497-8, encontraram um cinto de cidades costeiras «mouriscas», de Mogadoxo a Sofala, dominando o comércio interior da Índia e da África, como Ibn Batuta encontrara em 1330.

Além disso, no tempo de Edrisi, a persistência firme e os resultados evidentes das explorações terrestres dos Árabes tinham sido reconhecidos por uma espécie de «Doutoramento em Viagens». Para o mais alto grau de cultura não bastava estudar o Alcorão, o Suna e os filósofos gregos no original; um homem, para ser perfeitamente educado, devia ter viajado pelo menos em tôda a extensão do Islão. Todos os sucessores de Edrisi, nos séculos XII e XIII, mostraram esta mistura de ciência e de religião, de energia prática e especulativa.

A tradição governava ainda o pensamento muçulmano, mas tinha surgido uma espécie de apêndice, semi-reconhecido, à tradição, constituído por observações reais dos homens e das coisas. E o principal factor destas observações era o interêsse geográfico.

A vida de Al-Heravi de Herat (1173-1215), o *Doctor Ubiquitus* do Islão na época das Cruzadas, dá-nos uma imagem de outro Massudi. Heravi, o amigo do imperador Manuel Comneno, «o primeiro dos cristãos», parece ter querido pessoalmente demolir o muro de vedação do mundo religioso em nome do interêsse comum da ciência. Em 1197 ofereceram-lhe o patrocínio dos Príncipes cruzados, e Ricardo *Coração-de-Leão* suplicou em vão o favor de uma entrevista. Heravi que andava em uma das suas viagens de exploração, recusou, irritado, ver o Rei que lhe perturbara o sossêgo e o fizera perder tempo. Antes de morrer, dizia-se que percorrera todo o mundo da China aos Pirenéus e da Abissínia ao Danúbio, «inscrevendo o seu nome em tôdas as muralhas», e a sua descrição do Império do Oriente era o único ponto em que Turcos e «Romanos» estavam de acôrdo,



O MAPA ANGLO-SAXÃO

(Ver o índice dos mapas)

pois, em Bizâncio, tanto Gregos como Latinos liam Heravi como a um doutor cristão. Outro exemplo do mesmo espírito católico é «Iacuto, o Romano» (1), cujo *Dicionário*, terminado na primeira metade do século XIII, era um sumário do progresso geográfico desde Edrisi, assim como a obra similar de Ibn Saide, da mesma época.

Mas o facto é que tanto a cultura como o poder estavam então a oscilar do Islão para a Cristandade. Os viajantes mais ousados e mais felizes, após a aparição dos Mongóis, foram os venezianos Marco Polo e os frades prègadores que criaram a cristandade chinesa (1270-1350); a Madeira e as Canárias (ao largo da África muçulmana) foram finalmente redescobertas, não por iniciativa árabe mas pelo italiano Malocello em 1270, pelo inglês Macham no reinado do nosso Eduardo III, e pelos navios portugueses sob o comando de genoveses em 1341 (2); em 1291 os Vivaldos aventuraram-se para lá do cabo Bojador, onde nenhum mouro fôra jamais visto, excepto quando arrastado pelas tempestades, como na história problemática de Ibn Fatimá que «viu pela primeira vez o Cabo Branco» entre o cabo Bojador e o cabo Verde.

No século XIV o mapa de Edrisi foi suplantado pelos novos mapas e cartas costeiras ou portulanos. Tendo caído na desordem o mundo muçulmano, a sua ciência declinou. A «Astrologia judiciária» parecia dominar cada vez mais o Islão, e da irrupção dos Turcos resultou gradualmente a ruína de tôda a elevada cultura muçulmana. A superstição e a barbárie partilharam as honras e os despojos desta vitória.

Mas dois grandes nomes fecharam os quinhentos anos da cultura árabe.

1 — Ibn Batuta (± 1330), que se encontrava tão à vontade na China como no seu Marrocos natal, é o último dos viajantes maometanos de importância real. Embora apenas se possuam resumos da

---

(1) Iacuto «o vermelho», originàriamente escravo grego, que fêz tentativas persistentes mas infrutíferas para mudar o nome para Iacube ou Jacó, veio a ser um dos mais ilustres enciclopedistas árabes, que foi impedido de explorar a Ásia central pelas hordas de Gengis Cã e morreu em 1229. *(N. do A.)*

(2) O problema do descobrimento (ou redescobrimento) das ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores é daqueles que, no estado actual dos nossos conhecimentos, ainda não foi solucionado e queremos crer que jamais o será. O Autor perfilha a teoria, aliás plausível, de que as ilhas haviam sido conhecidas na antiguidade, mas se havia perdido a tradição da sua existência. Historiadores modernos há que defendem ponto de vista contrário, negando-se a admitir como verdadeira a evidência dos portulanos anteriores ao Infante D. Henrique. Não é para uma simples nota o desenvolvimento do nosso pensamento sôbre êste assunto tão complexo. Por isso remetemos o leitor curioso para o nosso trabalho *O problema do descobrimento da Madeira* (Guimarães, 1944) em que compendiámos as diferentes versões dêsse debatido descobrimento, comparando-as e discutindo-as. *(N. do T.)*

sua obra, o coronel Yule tem razão plena na sua opinião de «que ela deve considerar-se pelo menos um dos quatro roteiros principais da Idade Média, juntamente com o livro de Marco Polo e os diários dos dois frades viajantes, Fr. Odorico e Fr. Guilherme de Rubruquis».

2 – A escola oriental da geografia muçulmana termina com Abulfeda, assim como a ocidental com Ibn Batuta. Êle tornou a escrever, com perfeição perfeitamente enciclopédica, a «História e a descrição da terra do Islão, nos primeiros anos do século XIV». Mas esta obra tem todos os erros de uma compilação, embora seja cuidadosa, escrita naquela época ou em outra qualquer. Baseia-se em informações e não na verificação directa; sob nenhum aspecto é original. Começando por ser uma imitação, assim terminou. Se regeita Ptolomeu, é apenas para seguir Estrabão ou qualquer outro; em todos os dados matemáticos e astronómicos, a sua doutrina está de acôrdo com os alexandrinos anteriores de mil e duzentos anos, e êste último *précis* da ciência de uma grande raça e de uma grande religião apenas se pode compreender à luz do seu modêlo – a geografia grega.

CAPÍTULO I

Primeiros peregrinos cristãos

(±333–867)

O interêsse especial da vida e da obra do infante D. Henrique (1394-1460) consiste na relação que êle tem com a expansão geral da Europa e da Cristandade — expansão que viera lentamente ganhando fôrça desde o século XI. Mas, mesmo antes da maré tomar nova direcção no tempo de Hildebrando e da primeira Cruzada, mesmo no tempo em que Constantino fundava o império cristão de Roma, a capital cristã no Bósforo e a Igreja oficial do mundo oriental, — as peregrinações, o comércio, a conquista e a colonização tinham sucessivamente apelado para as energias das raças dinâmicas, «os músculos motores da Europa». Devido ao «generoso Henrique» é que esta actividade alcançou o seu terceiro e triunfante estádio — até à época de Colombo, de Vasco da Gama e de Magalhães —; mas só descrevendo o primitivo progresso dêsse movimento centrífugo, que fêz da civilização europeia a civilização dominante no mundo, podemos avaliar razoàvelmente o valor dessa transição, da qual D. Henrique é o herói.

Mais do que qualquer outro homem, é êle o autor do movimento descobridor dos séculos XV, XVI e XVII, — e foi devido a êste movimento que se conquistou a Índia, se repovoou a América, se conheceu o mundo, e a civilização que o mundo romano legara conquistou, ou eclipsou totalmente, todos os seus velhos rivais e superiores: o Islão, a Índia, a China, a Tartária.

Antes, porém, do século XV, antes de nascer o infante D. Henrique, a Cristandade, grega e latina, era, quando muito, uma das grandes fôrças civilizadoras e conquistadoras a lutar pelo domínio; antes da era das Cruzadas, antes do século XI, ela era claramente mais fraca do que o poder muçulmano; parecia incapaz de combater contra os Eslavos ou contra os pagãos escandinavos; só a distância a salvou de vir a ser uma província da China; e da Índia, o grande prémio do mundo, separavam-na os Árabes. Mas antes do advento do Islão, nos reinados de Constantino, de Teodósio ou de Justiniano, o Estado eclesiástico dos Césares bizantinos, então dominante em quási tôdas as províncias do império de Trajano, encontrava-se num declínio esplêndido mas seguro, devido à exaustão das raças meridionais. A nossa história começa, pois, naturalmente, nos piores tempos, e prossegue durante mil anos, desde as conquistas pagãs e maometanas dos séculos V e VII, até ao inverso dessas conquistas no século XV. A expansão da Europa continuou durante todo êsse tempo, mas nestes começos, nos anos precedentes e posteriores ao papa Gregório, *o Grande,* até a herança da Grécia e de Roma, no amplo conhecimento do mundo e energia prática e exploradora, parecia ter desaparecido.

E no declínio do velho império, enquanto Constantino e Justiniano, ao que se dizia, recebiam e trocavam embaixadas com a Côrte da China, não houve extensão real de conhecimento ou perspectivas geográficas. As emprêsas cristãs neste campo são principalmente de peregrinações, e os peregrinos só deixaram de ser importantes quando os Normandos, ao princípio pagãos e depois cristãos, começaram a orientar, de modo muito diferente, a expansão da Europa. A energia renascente do comércio e o sempre crescente impulso das peregrinações são absorvidos por êste nomadismo dos «Vikings», o primeiro grande movimento centrífugo da nossa Europa na Idade Média. Os «Vikings» são o tipo mais completo de exploradores: não só descobriram novas terras e comerciaram com elas, como também as conquistaram e colonizaram. Êles não estenderam apenas o conhecimento da Europa a um novo mundo, mas ainda tôda a sua condição e essência.

Por último, a actividade parcial do comércio e da religião, universalizada e tornada «política» pela raça ocidental dominante — para si só — é partilhada por tôda a Cristandade nas Cruzadas, cuja idéia se colheu na Espanha, mas com o espírito dos vagabundos nórdicos, e tornada universal para o mundo latino, para tôda a federação de Roma. Nos séculos XI, XII e XIII temos a preparação para o descobrimento e colonização do mundo exterior pelos europeus nos séculos XV, XVI e XVII da era cristã.

Desde a conversão de Constantino até à Reforma, a história da Cristandade é ininterrupta; o último Império romano é o Estado eclesiástico de um Príncipe cristão, como a Europa moderna é o Estado eclesiástico de uma sociedade nominalmente cristã. A Europa medieval não se considerou a si mesma outra coisa senão o velho Estado mundial sob a égide da religião: os homens viviam, da Espanha até à Rússia, sob um Santo Império Romano de tipo italiano, teutónico, bizantino ou independente. A Inglaterra e a Rússia não faziam parte do renascimento germânico de Carlos Magno; tinham, contudo, exactamente os mesmos dois elementos dominantes na sua vida: a tradição clássica e a Igreja cristã.

E assim, durante tôda esta época, a expansão desta sociedade — seja qual fôr o nome por que a conheçamos: descobrimento, exploração, cultura geográfica — tem história contínua. Mas antes de o advento do Islão, no século VII, lançar a Cristandade na sua vida medieval pròpriamente dita, antes de a nova religião iniciar a, realmente, idade nova, no fim da qual viveu o próprio infante D. Henrique, estamos muito longe do nosso assunto para encontrar outra coisa além da mais remota preparação para a obra do infante D. Henrique, por exemplo nos peregrinos dos séculos IV e V e em Cosmas Indicopleustes. É apenas com o século VII e com a época dos nossos Beda e Vilfredo que principia na realidade a necessária introdução ao nosso assunto.

Todavia, para ilustrar a idéia geral de que os descobrimentos constituem um impulso primitivo e original de qualquer sociedade vigorosa e estão em proporção com a actividade universal do Estado, não é sem interêsse notar que as peregrinações cristãs começam com Constantino, as quais, primeiro aspecto da energia exploradora, denotam imediatamente o novo estabelecimento da religião e da política. Helena, mãe do Imperador, com

a sua visita à Palestina, a sua igreja de Belém e o seu descobrimento de relíquias em Jerusalém, contribuiu para impor como moda dominante o costume de alguns devotos; e oito anos após o concílio de Niceia, em 333, apareceu a primeira geografia cristã sob a forma de guia ou itinerário de Bordéus aos lugares santos da Síria, segundo o modêlo do itinerário imperial dos Antoninos. A rota dêste segue pela Itália do Norte, Aquileia, Sírmio (1), Constantinopla e Ásia Menor, e milhares de peregrinos anónimos seguiram o mesmo caminho nos trezentos anos seguintes, além de oito ou nove que deixaram um relato, principalmente sob a forma religiosa, mas contendo em substância o mais amplo aspecto do globo que então era possível entre os ocidentais.

Muitos dos peregrinos, como Paula, amiga de S. Jerónimo, o bispo Euquério e Melânia, seguiram o mesmo caminho e pararam nos mesmos pontos, mas três ou quatro acrescentaram novos pormenores aos resultados conhecidos.

S.ta Sílvia, de Aquitânia (385), não só viaja pela Síria, visita o baixo Egipto e a Arábia Pétrea e a Sinaítica, como também até Edessa, na Mesopotâmia setentrional, junto mesmo da fronteira da Pérsia hostil e pagã. «Para ver os frades» ela atravessa Osroene (2), vai a Haran (3), perto da qual estava «a casa de Abraão, a quinta de Labão e o pôço de Raquel», até aos arredores de Nisibis (4) e Ur dos Caldeus (5), perdidas pelos Romanos desde a derrota de Juliano; daqui, regressou a Antioquia pelo «Padan-aram» (6). Quando atravessavam o

(1) Cidade da Panónia, nas margens do Savus *(Save)*. Com êste nome existia outra povoação na Gália Transpadana, junto do lago Benaco (*Como*). *(N. do T.)*

(2) Ou Orroene; região a NO. da Mesopotâmia, separada da Síria pelo Eufrates. *(N. do T.)*

(3) Cidade da Mesopotâmia, na região citada em a nota anterior. *(N. do T.)*

(4) Cidade da Migdónia, região ao norte da Mesopotâmia. *(N. do T.)*

(5) Cidade, hoje desaparecida, que se supõe ter ficado situada junto do Eufrates, nas proximidades da actual Bassorá, e onde Abraão vivia quando foi chamado por Deus para ir estabelecer-se na Palestina. *(N. do T.)*

(6) Possivelmente o deserto da Síria ou a Arábia deserta. *do T.)*

Eufrates, os peregrinos viram o rio «precipitar-se em torrente como o Ródano, mas maior», e no caminho para a pátria, pela grande estrada militar, então ainda não atravessado pelos Sarracenos, entre Tarso e o Bósforo, Sílvia dá uma breve nota sôbre a fôrça e os hábitos de bandoleiros dos montanheses isáuricos (1), que no fim salvaram a Cristandade dos próprios Árabes com quem o nossa peregrina os acamarada.

Cosmas Indicopleustes, no tempo de Justiniano, está no final, como Sílvia está no começo, de um período definido, o do império cristão de Roma, ainda «cesariano» e não simplesmente bizantino, «patrício» e não papal, «consular» e não carolíngio.

Contemporâneos de Cosmas são dois dos principais entre os primeiros ou primitivos peregrinos, Teodósio e Antonino Mártir. O primeiro deu-se a algumas excursões — em fantasia — fora do território que conhecia na Palestina, indo pelo Oriente até Susa e Babilónia, «onde nenhum ser humano pode viver por causa das serpentes e dos hipocentauros», e pelo Sul até ao Mar Vermelho e seus dois braços, «dos quais o oriental se chama Golfo Pérsico» e o ocidental, ou arábico, sobe até às «treze cidades da Arábia destruídas por Joshua» (2) — mas quanto ao resto o seu conhecimento não é extenso, nem peculiar. Por outro lado, Antonino de Placência é muito interessante, espécie de Mandeville (3) primitivo, que mistura a verdade e a sua oposta em proporções quási iguais e com uma espécie de parcialidade decidida pelas lendas favoritas.

Conta-nos como Tripoli fôra arruïnada pelo último terramoto (9 de Julho de 551); como a sêda e vários tecidos de lã se vendiam em Tiro; como os peregrinos gravavam os nomes nas relíquias mostradas em Caná de Galileia — «e aqui eu, pecador como sou, escrevi os nomes dos meus pais»; como Betsã, a metrópole da

(1) A Isáuria é uma região montanhosa da Ásia Menor, servindo de limite à Licaónia e a Pinídia. *(N. do T.)*

(2) Transcrição grega do nome hebraico *Ieouschua*, isto é, «Josué» ou «José». A referência é ao condutor do povo hebreu que, após a morte de Moisés, o levou ao país de Canã. *(N. do T.)*

(3) Autor de um livro de supostas viagens pelo Oriente, que não passam de meras fantasias baseadas, em parte, nos relatos então conhecidos. *(N. do T.)*

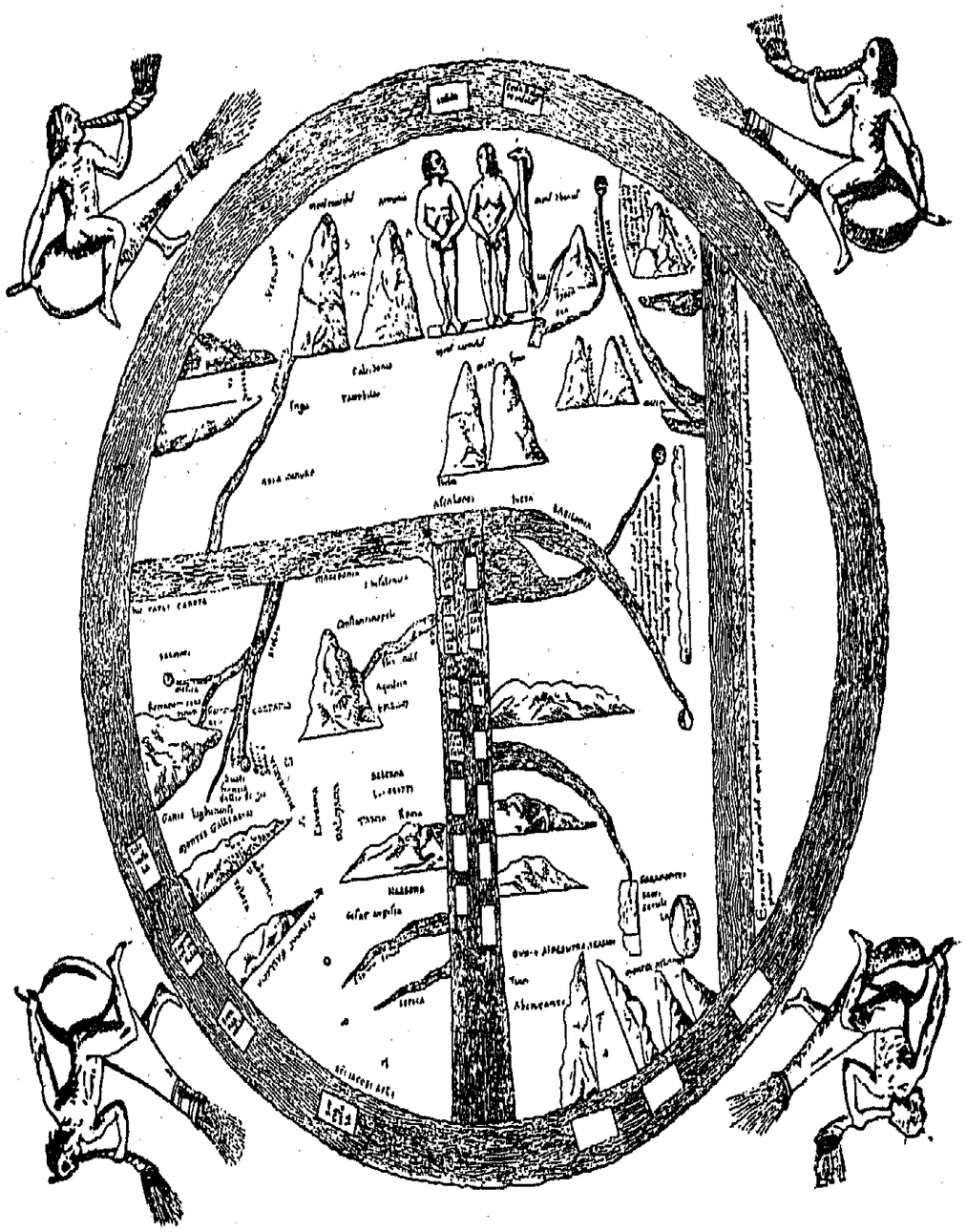
Galileia, «está situada numa colina», embora na realidade esteja numa planície; como os samaritanos odeiam os cristãos e mal lhes falam; «e evitai cuspir na sua terra, porque êles nunca o esquecerão»; «como o orvalho cai no Hermão pequeno, tal como David diz: *O orvalho do Hermão que caiu na colina de Sião*»; como nada pode viver ou mesmo flutuar no Mar Morto, «mas é instantâneamente engolido»—falsidade tão verdadeira que jamais a disse qualquer viajante; como o Jordão abre caminho para os peregrinos «e se conserva erguido como muralha todos os anos pela Epifânia durante o baptismo dos catecúmenos, como David disse: *O mar viu aquilo e chorou, e o Jordão recuou*»; como em Jericó há um Campo Santo «semeado pelo Senhor por suas mãos». Havia-se espalhado o boato de que a coluna de sal da mulher de Lot «diminuíra por ser lambida»; «é falso», diz Antonino, a estátua estava exactamente onde sempre estivera.

Em Jerusalém, os peregrinos subiram à Tôrre de David, «onde êle cantou o Saltério», e à basílica de Sião, onde entre outras maravilhas viram a «pedra que os construtores rejeitaram» e que emitia um «som semelhante ao murmúrio de uma multidão».

Voltamos novamente aos factos com um sobressalto quando na secção seguinte ouvimos falar de hospitais para três mil doentes, perto da igreja de S.ta Maria, junto a Sião (1); a seguir, com as pègadas e as relíquias de Cristo e o vôo maravilhoso da Coluna da Flagelação —«Transportada por uma núvem a Cesareia», somos levados através de uma série de «impressões» novas.

As mesmas noções disparatadas de lugar e de tempo e da natureza seguem o Mártir através da Galileia até Gilboa, «onde David matou Golias e Saúl morreu, onde jamais cai orvalho ou chuva, e onde os demónios aparecem de noite, girando como flocos de lã ou como ondas do mar» —, até Nazaré, onde estava o «Barrote de Cristo carpinteiro» —, até Elua, onde quinze virgens consagradas tinham amansado um leão e o haviam levado a viver com elas numa cela—, até ao Egipto, onde as Pirâmides são por êle consideradas os «doze celeiros de

(1) *Sião* é o nome da parte alta da cidade de Jerusalém. Na literatura hebraica, por sinédoque, emprega-se muitas vezes êste nome pelo de Jerusalém. *(N. do T.)*



O MAPA DE TURIM (séc. XI)

(Da Biblioteca de Turim)

(Ver o índice dos mapas)

José», pois a lenda ainda não fizera concordar o seu número actual com o texto dos sete anos de abundância.

Mas com tudo isto, Antonino de vez em quando dá-nos algumas visões de um mundo mais vasto. Em Jerusalém encontra etíopes «com os narizes fendidos e anéis nos dedos das mãos e dos pés», e que lhe disseram haverem sido assim marcados pelo Imperador Trajano «como sinal».

No deserto do Sinai fala-nos dos «Sarracenos» mendigos e idólatras; nos portos do Mar Vermelho vê «navios da Índia» carregados de perfumes; sobe o Nilo até às cataratas e descreve o nilómetro de Assuão e os crocodilos do rio; êle acha Alexandria «esplêndida mas frívola, amando os peregrinos mas enxameando de heresias».

Mas muito mais maravilhoso do que a trapalhada prática de Antonino Mártir é o disparate sistemático de Cosmas, que inventou ou criou uma teoria e um esquema do mundo, numa «topografia cristã» (1).

Foi, talvez, a sua viagem à Índia, ou a sua profissão monástica, ou o seu estudo da Escritura, ou qualquer causa desconhecida que o fêz desempenhar o papel de Aristóteles cristão. Seja como fôr, êle sentiu-se chamado a terreiro para defender a causa de Santo Agostinho contra os infiéis e refutar a «imbecil fábula» dos Antípodas. Cosmas faz retroceder os homens até à Revelação em tal assunto, e o seu sistema era «demonstrar segundo a Escritura, a respeito da qual não é permitido a qualquer cristão duvidar». O homem, por si só, não podia compreender o mundo, mas na Bíblia tudo era claro. E segundo a Bíblia, isto não admitia discussão.

O Universo é um paralelogramo plano, e o seu comprimento é exactamente o dôbro da sua largura. No centro do universo está o nosso mundo rodeado pelo oceano e por outro mundo exterior ou cercadura onde os homens viveram antes do Dilúvio. Foi dali que Noé e a Arca vieram, por mar, até à terra actual.

Ao norte do mesmo mundo está uma grande montanha, semelhante à futura «Cúpula da Terra» dos muçulmanos e à anterior dos hindus, que talvez seja ori-

---

(1) *Topographia Christiana* é o nome da obra de Cosmas. *(N. do T.)*

ginal do próprio Cosmas. À volta dela gira o Sol e a Lua, produzindo o dia e a noite conforme aparecem ou desaparecem por detrás dela.

O céu é constituído por quatro paredes que se encontram na «abóbada do céu» que está por cima do plano em que vivemos, e êste céu está «colado» ás arestas do mundo exterior, o mundo dos Patriarcas.

Mas êste céu é também dividido em dois pelo firmamento, colocado entre a nossa atmosfera e o «Novo Céu e Nova Terra onde vive a justiça»; e o plano dêste mundo superior encontra-se coberto pelas «águas que estão acima do firmamento»; acima dêstes há o Paraíso, e abaixo do firmamento vivem os anjos: «ministros», «fogos flamejantes» e «servos de Deus para o homem».

As provas disto são simples, e assentam principalmente em uns cinco textos do Velho Testamento e dois passos de S. Paulo.

Primeiro, o livro do *Génesis* declarava ser o «livro da geração do Céu e da Terra» — quere dizer, de tudo o que está no céu e na terra. Mas a «fábula dos Antípodas, própria de comadres» obrigaria o céu a conter a terra, tendo de se alterar a palavra de Deus para — «Estas são as gerações do céu». Para a mesma verdade — a dupla existência independente do céu e da terra — Cosmas apresenta o testemunho adicional de Abraão, de David, de Oséas, de Isaías, de Zacarias e de Melquizédeque, que liquidaram a hipótese dos Antípodas. «Como é que, na verdade, poderia dizer-se que a chuva *cai* ou *desce*, como se diz nos Salmos e nos Evangelhos, nas regiões em que apenas poderia dizer-se que ela *sobe*?»

O mundo também não pode ser globo ou esfera suspensa no ar ou com qualquer espécie de movimento, porque ¿que dizem as Escrituras? «Tu firmaste a terra, e firme permanece» (1). Elas dizem «na face da terra» e não «em cada face» ou sôbre nada mais do que uma face — «sobre *a* face» e não atrás ou ao lado, mas a face plana e extensa que conhecemos. «Quem, pois, tendo presente êstes passos diante de si se atreveria sequer a falar nos Antípodas?».

(1) *Salmos*, CXIX, 90. *(N. do T.)*

Isto contra a falsa doutrina; restabelecer a verdade é ainda mais simples. ¿Não se refere S. Paulo, possuïdor de ciência, falsamente assim denominada, ao nosso mundo como um tabernáculo, tal como o fizeram David, S. Pedro e S. João? «Porque sabemos que, se a nossa casa terrestre dêste tabernáculo fôr desfeita, temos de Deus um edifício» (1); «Porque também nós, os que estamos neste tabernáculo, gememos carregados» (2), o que nos leva à conclusão natural da fé iluminada que o tabernáculo de Moisés era a cópia exacta do universo. «Toma bem sentido, e faze tudo conforme o modêlo que te foi mostrado no monte» (3). Portanto as quatro paredes, o telhado, o soalho e as proporções da Tenda do Deserto mostravam-nos, em pequena escala, tudo o que existe em a natureza.

Se fôsse preciso mais qualquer indicação, bastava percorrer o profeta Isaías e o patriarca Job. «Êle o que estende os céus como cortina, e os desenrola como tenda para nêles habitar» (4); «Êle considera tudo o que há debaixo dos céus, e difunde a sua luz sôbre as extremidades da terra» (5).

Todo o raciocínio é semelhante aos argumentos teológicos a respeito dos efeitos da queda do homem sôbre as estrêlas e o mundo vegetal, ou as alterações atmosféricas devidas aos anjos.

Mas apesar de Cosmas apresentar o seu sistema como artigo de fé, não faltaram homens, e até santos, que, em geografia, estiveram do lado da razão nos tempos mais tradicionais. Isidoro de Sevilha e Vergílio, o monge irlandês missionário do século VIII, conservavam-se fiéis à velha crença de Basílio e de Ambrósio, de que a questão dos Antípodas não fôra resolvida pela Igreja, e que o êrro nessa matéria era venial e não mortal. O sistema do tabernáculo do «homem que foi à Índia» nunca teve muitos defensores; a sua obra esqueceu depressa, embora alguns amigos do paradoxo lhe chamassem «a grande autoridade da Idade Média» — em face dos factos

(1) *II Cor.* V, 1 *(N. do T.)*
(2) *Ibid.*, V, 4 *(N. do T.)*
(3) *Êxodo*, XXV, 40. *(N. do T.)*
(4) *Isaías*, XL, 22 *(N. do T.)*
(5) *Job.* XXXVII, 3 *(N. do T.)*

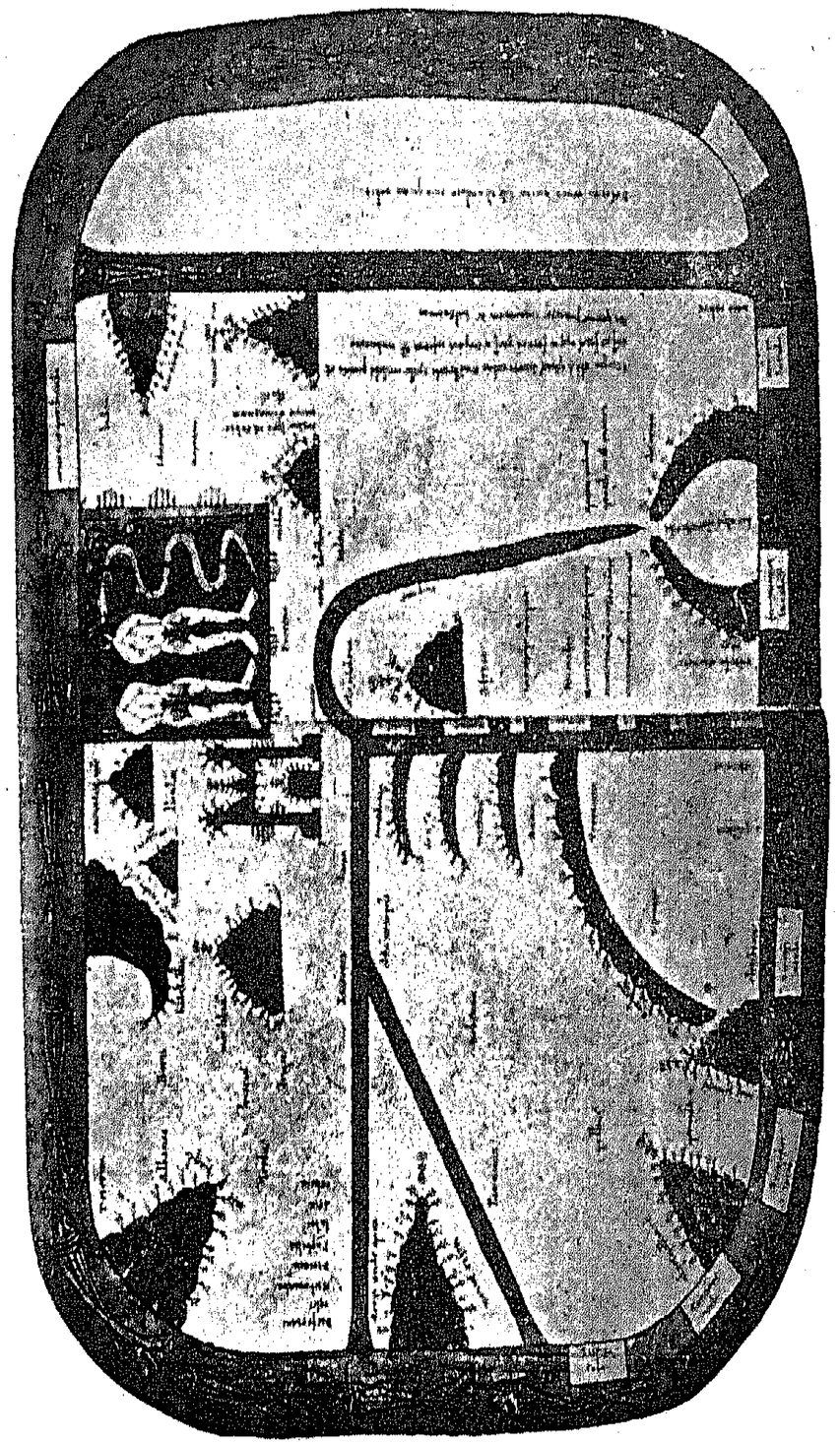
conhecidos, que esta era a posição real de Ptolomeu e de Estrabão, que ninguém podia falar de «Idade Média» desta maneira inábil, assim como do mundo antigo e do moderno; e que Cosmas é quási desconhecido na grande era da ciência medieval, a partir do século XII.

Seja o que fôr que se pense de Cosmas e do seu *Sistema cristão de todo o Mundo, segundo a Sagrada Escritura*, tem interêsse para nós por ser o último dos velhos geógrafos cristãos a fechar uma era que, embora senil, fôra um dia civilizada no mais verdadeiro sentido, e a preparar-nos para entrar em outra que, em comparação, é literalmente obscura. Desde a época de Justiniano e desde o advento do Islão nos primeiros anos do século VII, a cultura geográfica da Cristandade caminha a par da sua contracção e aparente declínio. Há viajantes; mas nos quinhentos anos imediatos não há teóricos, cosmógrafos ou cartógrafos do Universo ou Globo habitável.

Desde a época em que o Islão, após um século de conquistas, começara a transformar-se em Estado organizado, ou federação de Estados, nos fins do século VIII e princípios do século IX – tornando-se, dêste modo, o principal herdeiro da velha cultura oriental até ao século XIII — a Cristandade contentou-se com receber a sua geografia, as suas idéias do mundo em geral dos Árabes, que por seu turno dependiam dos gregos pre-cristãos.

A relação de Ptolomeu e Estrabão com os conhecimentos modernos vê-se melhor através das obras dos geógrafos árabes, mas os Sarracenos destruíram muito, antes de começarem também a construir. Assim como os bárbaros do norte, no século V, interromperam a esperança de um renascimento cristão da literatura e da ciência pagãs, assim os muçulmanos dos séculos VII e VIII cortaram cerce o renascimento católico e romano de Justiniano e de Heráclio, em que a nova fé e o Velho Estado haviam chegado a um acôrdo militante.

Entre Cosmas e a época dos *Vikings*, a exploração «cristã», «romana», «ocidental» está compreendida em limites muito estreitos: os poucos peregrinos, cujas narrativas representam para nós tôda a literatura de viagens nos séculos VII, VIII e IX, nada de novo acrescentam, até mesmo quanto a descobrimentos práticos; a teoria e o trabalho teórico cessaram simultâneamente, e os pri-



O MAPA HISPANO-ÁRABE (1109)
(Da Biblioteca do Museu Britânico, de Londres)
(Ver o índice dos mapas)

meiros impulsos da nova vida no comércio e nas viagens de Amalfi e na súbita e esplêndida irrupção da vida nórdica na sua época de pirataria, ainda se não manifestavam; não se manifestam na realidade senão no tempo de Alfredo de Inglaterra, de Carlos, *o Calvo* e do papa Nicolau I, «o Grande». Todavia, tal como é, êste estádio do desenvolvimento europeu pelas peregrinações conta para alguma coisa. A religião, assim como é o primeiro agente na formação das nações modernas, também o é no primeiro impulso para a sua expansão. E isto tem especial interêsse para nós.

Os viajantes ocidentais melhor conhecidos nesta época mais obscura dos tempos cristãos (600-870), Arculfo e Vilibaldo, estão relacionados com a Inglaterra e os princípios da ciência inglesa na época de Beda.

Arculfo, bispo franco ou galicano, que, por 690, foi o primeiro dos escritores «latinos» a visitar Jerusalém, o vale do Jordão, Nazaré e os outros lugares santos da Síria desde a conquista maometana, foi levado no seu regresso por tempestades até ao grande mosteiro irlandês de Iona, onde descreveu as suas maravilhas ao abade Adamnão, que então ocupava o lugar dos apóstolos irlandeses Patrício e Columba, e foi por Adamnão que esta narrativa veio a ser apresentada e dedicada a Aldfrite, *o Sábio*, o último dos grandes Reis nortumbrianos, na sua Côrte de Iorque (±701). Não só chegou até nós o original, mas também possuímos dois resumos, um mais longo, outro mais breve, feitos por Beda, o Venerável Beda, como manual útil para os ingleses, *Referente aos Lugares Santos*. Por isto temos a noção de como vida nova está constantemente a nascer debaixo das aparências da morte. A conversão da Inglaterra, que Gregório, *o Grande*, Teodoro e os frades irlandeses tinham conseguido durante o século VII, o mais obscuro dos séculos cristãos, estava agora a dar os seus frutos na obra de Beda, o qual foi realmente o indício de um movimento intelectual muito mais duradoiro do que o próprio, e no de Bonifácio, Vilbrordo e Vilibaldo, que começaram a converter a Germânia ao Cristianismo, para contrabalançar as suas perdas no Sul e no Oriente, da Arménia à Espanha.

Arculfo abunda naquele espírito místico e anti-científico do tempo. Em Jerusalém recorda «uma alta

coluna que, ao meio-dia, não dá sombra, provando que é o centro da terra, pois David diz: «Deus é o meu rei desde todos os tempos, a preparar a salvação *no meio da Terra*».

«Nas faldas do Líbano» chega a um lugar «onde o Jordão tem a sua origem em duas nascentes Jor e Dão, cujas águas se juntam no único rio Jordão»

No Mar Morto uma luz acesa poderia vogar à vontade, e ninguém se afogaria, ainda que quisesse; o betume dêste lugar era quási indissolúvel; as únicas frutas ali existentes eram as maçãs de Sodoma, que se desfaziam em cinza na bôca.

As três igrejas no alto do Tabor estavam de acôrdo com os três tabernáculos descritos por Pedro.

De Damasco, Arculfo dirigiu-se ao pôrto de Tiro, e assim chegou ao Egito por Jafa. Achou Alexandria tão grande que lhe levou um dia inteiro a atravessá-la. Pensou que o pôrto era «de difícil acesso e semelhante na forma ao corpo humano, com bôca e pescoço estreito, alargando-se depois muito».

A grande tôrre do Faro ainda estava acesa tôdas as noites com tochas. Era ali o «Empório de todo o mundo»; havia «inumeráveis mercadores de tôda a parte»; a «terra era sem chuva e muito fértil».

O Nilo era navegável até à cidade dos Elefantes; para além, nas Cataratas, o rio «corre por entre ruínas bravias precipitando-se de um rochedo». Os seus cais, os seus canais, e até os seus crocodilos «não tão grandes como vorazes», todos são descritos, e Arculfo, de regresso à pátria por Constantinopla, conclui com um relato da capital da Cristandade, «sem dúvida a metrópole do Império romano, e a maior das suas cidades»; por último, quando o peregrino passou em frente da Sicília, viu a «ilha de Vulcano a vomitar fumo de dia e chamas de noite, com um barulho semelhante ao trovão, e é sempre mais violento às sextas-feiras e aos sábados».

Vilibaldo, sobrinho de S. Bonifácio, e parente, por sua mãe, do rei Ina de Wessex, partiu para o Oriente cêrca de 721, passou dez anos em viagem, e, ao regressar, seguiu os seus patrícios em trabalho missionário e à morte, entre os pagãos da Germânia superior. Embarcou em Southampton, passou a Ruão, a Luca e aos Alpes, por Nápoles e Catânia, «onde está o monte Etna; e

quando êste vulcão entra em irrupção, pegam no véu de Santa Agata e atiram-no ao fogo, que cessa imediatamente». Daqui, por Samos e Chipre, até Antaradus e Emesda [1], «na região dos Sarracenos», onde tôda a companhia, que escapara aos salteadores muçulmanos da Gália meridional [2], foi encerrada numa prisão por suspeitos de espiões. Um espanhol intercedeu por êles e obteve a sua libertação; mas Vilibaldo andou ainda cem milhas e livrou-se de tôda a suspeita perante o Califa de Damásio. «Viemos do Ocidente onde o sol desaparece e não conhecemos nenhuma terra para além — a não ser água». Para espiões, disse êle, era demasiado distante; o Califa concordou e deu-lhe um passe para todos os lugares da Palestina, com o qual êle atravessou em todos os sentidos a Terra Santa quatro vezes, sentindo ao sair a mesma dificuldade que teve ao chegar. Como Arculfo, viu as fontes de Jor-Dão, a «gloriosa igreja» de Helena em Belém, os túmulos dos Patriarcas em Hebrão, as maravilhas de Jerusalém. Sentiu-se comovido em especial ao ver as colunas da Igreja da Ascenção no Olivete, «porque todo aquêle que puder andar de rastos entre aquelas colunas e a parede, está livre de todos os pecados». Passou repetidas vezes em Tiro e Sidónia «na costa do mar Adriático (como êle chama ao Levante), a *seis* milhas uma da outra»; por fim partiu para Constantinopla, com alguns trofeus da peregrinação, que conseguiu salvar, e um pouco de «bálsamo numa cabaça coberta com petróleo», mas os agentes fiscais tê-los-iam matado a todos se a fraude se descobrisse — pelo menos assim o supunha Vilibaldo. Após dois anos de relações constantes com os cristãos gregos da nova Roma, vivendo numa «cela aberta ao lado da igreja» (naturalmente Santa Sofia), o primeiro dos viajantes ingleses regressou à velha Roma, como Alculfo fizera, por mar, vendo, como êle, o «Inferno de Teodorico» nas Líparis. Não pôde alcançar o monte, embora sentisse curiosidade por saber «que espécie de inferno seria» a que o «tirano» gôdo fôra condenado por ter matado Boécio e Símaco, e pelo seu arianismo

(1) Localidades da Fenícia. *(N. do T.)*

(2) Os Árabes, que tinham invadido a Espanha em 711, dominavam então o sul da França. *(N. do T.)*

impenitente. Mas apesar de não poder ser visto nem ouvido, todos os peregrinos notaram que a «pedra-pomes» que os escribas usavam era lançada pelas chamas do inferno, e caía ao mar, sendo depois atirada à costa e a apanhavam».

Tal era a filosofia do Catolicismo àcêrca dos países do mundo conhecido no século VIII, pois o relato de Vilibaldo foi publicado com licença de Gregório III, e, juntamente com o de Arculfo, constitui um comentário razoável, durante quatrocentos anos, ao velho Itinerário de Bordéus.

A impressão dada pelos nossos dois principais roteiros, de Arculfo e de Vilibaldo, é confirmada pelo monge Fidelis, que viajou no Egito por 750, e por Bernardo, *o Sábio*, do Monte de S. Miguel, que ultrapassou tôdas as viagens de peregrinos um século depois (867). Subindo o Nilo, Fidelis ficou espantado ao ver os «Sete Celeiros de José (as Pirâmides), semelhantes a montanhas, mas tôdas de pedra, quadradas na base, arredondadas no cimo e torcidas no tôpo como uma espira. Ao medir o lado de uma delas verificou-se que tinha quatrocentos pés». Do Nilo, Fidelis seguiu pelo canal de água doce de Neco, de Adriano e de Anru, só bloqueado em 767, direito ao Mar Vermelho «perto de onde Moisés atravessou com os Israelitas». O peregrino queria ir procurar as rodas dos carros de Faraó, mas os marinheiros eram teimosos e fizeram-no rodear a península do Sinai, descendo um dos braços do mar e subindo o outro (1), até Eziongaber e Edom.

Bernardo, «o monge francês» do Monte de S. Miguel, seguiu o caminho directo, por terra, por Roma e Bari, então cidade sarracena, cujo amir mandou os peregrinos numa armada de transportes que conduzia a Alexandria uns nove mil escravos cristãos. Ao chegar ali, como Vilibaldo, Bernardo foi considerado «suspeito» — lançado numa masmorra até pagar resgate, e só então lhe permitiram seguir por etapas pagando logo e o bastante, porque todo o viajante devia pagar, quando infiel, não só o tributo ordinário dos súbditos cristãos do Egito, mas também «o dinheiro do caminho». O Islão tem sempre feito dos estrangeiros um magnífico manancial de extorsão.

(1) Respectivamente o gôlfo de Suez e o de Acabá. *(N. do T.)*

Chegando, por fim, a salvo a Jerusalém, o grupo (constituído pelo próprio Bernardo e dois amigos, um espanhol, o outro frade de Benevento) ficou alojado «na Hospedaria do glorioso imperador Carlos, fundada para todos os peregrinos que falam a língua romana», e, depois de fazerem as habituais visitas de devoção e de nos dar o relato do milagre da Páscoa do Fogo Santo na igreja do S.to Sepulcro, tomaram um navio para a Itália e desembarcaram em Roma, ao fim de sessenta dias de tormentos no mar.

A narrativa de Bernardo fecha com as igrejas romanas — a de Latrão, onde as «chaves de tôda a cidade são postas tôdas as noites nas mãos do Papa apostólico», e a de S. Pedro, na «parte ocidental de Roma, que não tem rival no mundo quanto à extensão».

Pela mesma época, ou um pouco antes do viajante bretão (808-850), outro latino escrevera um pequeno relato *Das casas de Deus em Jerusalém*, que, com o diário de Bernardo, é o nosso último registo geográfico antes da época dos Normandos.

Estava a chegar uma nova era — não de tímidos e humildes peregrinos apenas, mas de reis do mar e de marinheiros, que fizeram do mar a sua pátria e, pelo menos para o norte da Europa, quebraram a tradição das viagens terrestres e de cabotagem.

Mas, a pesar de tudo, os peregrinos primitivos tiveram o seu lugar. Não vale a pena insistir em que a perspectiva mental dêstes homens é infantil; isso prova-se melhor com as suas próprias palavras e a sua própria escala dos factos; mas é necessário insistir em que nesses viajantes encontramos uma experiência e um conhecimento comparativamente mais vastos; e como a comparação é o único meio de prova em qualquer época, ou de qualquer homem dentro da mesma, os próprios erros e limitações do passado, como os vemos, têm para nós valor histórico e constante. Quere dizer: está-nos a ser constantemente recordado, primeiro como chegámos ao estado actual de domínio sôbre a natureza, sôbre nós próprios, sôbre todos os seres; e depois, como a nossa obra é imperfeita, frívola e porque está sempre condenada a sê-lo, se a considerarmos num real ponto de vista final, ou antes segundo a nossa própria visão do possível.

Portanto, se no caso dos nossos viajantes medievais o seu interêsse é o próprio reverso do nosso; se êles sentem prazer em meditar em pensamentos que a nós nos parecem impróprios; se o seu espírito parece ter-se detido tanto em fábulas aceitas como na pequena quantidade de factos da experiência necessários para uma vida activa, não nos pertence a nós julgar ou lamentar ou escarnecer os homens que estavam a abrir-nos o mundo e devido a cujo trabalho nós vivemos.

Em especial, não podemos esclarecer isto quando chegamos ao ponto mais baixo das fortunas, o trabalho mental e material, a posição e perspectiva da Europa e da Cristandade. Um mundo semi-bárbaro herdara um passado esplêndido, mas levou séculos antes de essa herança ser realizada pelo presente tão alterado. Nesta época de transição, há homens a escrever a língua de César e de Agostinho, de Alexandre, de Platão e de Aristóteles, que haviam sido êles próprios, ou cujos pais o haviam sido, piratas, salteadores, nómadas — «lôbos da terra ou do mar» — para os gregos ou os romanos do sul; que tinham sido até para as províncias romanizadas do norte, como a Bretanha, simplesmente «cães», «cachorros do covil da barbárie», destruïdores da ordem do mundo. A credulidade ilimitada e o terror servil, a superstição e a tirania feudal da alta Idade Média, marcam o primeiro estádio da reconstrução da sociedade, quando homens selvagens e fortes, que haviam conquistado, se lançaram sôbre os esgotados e cansados senhores do mundo ocidental, para lhes ensinarem a ser e fazer dêles uma raça mais dura.

CAPÍTULO II

Os «Vikings» ou Normandos

(787-1066)

Os descobrimentos, conquistas e colónias dos «Vikings», desde o Mar Branco à América do Norte, são os primeiros jactos de luz que surgem no meio do mar de negrume que rodeia a pequena ilha do mundo conhecido e que fêz o Cristianismo. E segundo a necessidade da época, êstes foram os únicos princípios naturais da expansão europeia.

Os Sarracenos, desde o advento do Islão, dominavam as grandes vias comerciais do Sul e do Oriente. Apenas no Ocidente e no Norte a costa se encontrava livre de todos os perigos, exceptuando os naturais.

No Califado muçulmano estava-se agora ocupado em seguir as velhas vias comerciais, as tradições imemoriais do Oriente, ou, como na África meridional, estendendo a esfera da actividade comercial e, portanto, da civilização; os homens de ciência comentavam antigos textos de gregos e de latinos, ou adaptavam-nos a um conhecimento mais vasto.

Mas na Cristandade, no meio do atrofiamento da actividade mental e física, quebrado por curtos períodos e, em certos países, pelos renascimentos de Carlos Magno, dos Imperadores Isáuricos, de Otão I, de Alfredo e de sua casa, o primeiro sinal da ressurreição duradoira foi a energia militante dos inimigos pagãos — porque os Normandos só pelos fins do primeiro milénio foram sèriamente tocados pelo Cristianismo. Após o renascimento

material surgira o espiritual; tôda a vida da Idade Média acordou com a conversão das nações nórdicas e a da Hungria; mas, na energia plena e brilhante dos séculos XI, XII e XIII, temos de reconhecer o fruto dos indomáveis Normandos, assim como dos missionários irlandeses, franceses e ingleses, que, nos tempos obscuros da era cristã, estavam a construir o império de Inocêncio III.

Especialmente em exploração, era evidente que a teoria seguiu a execução. Flávio Gioja, de Amalfi, não aplicou o magnete à navegação — não «deu aos marinheiros o uso do magnete» — senão quando a própria navegação se aventurou pelo Atlântico desconhecido. A história do progresso geográfico na alta Idade Média é, assim, antes crónica da aventura que de ciência.

Mas os descobrimentos dos Normandos não são só os primeiros; são as principais realizações das viagens e dos empreendimentos ocidentais no verdadeiro Desconhecido, entre o tempo de Constantino e as Cruzadas. O facto central da expansão europeia nos tempos obscuros (do século VII ao XI) é o avanço dos «Vikings» até ao Continente ártico e a América cêrca do ano 1000. Tudo o que está antes disto na mesma linha é duvidoso e sem importância, porque, das outras viagens ao Ocidente nos séculos VI, VII e X, que, após o êxito de Colombo, surgiram a reclamar a prioridade no descobrimento do Novo Mundo, não há uma só que mereça relação.

S. Brandão em 565, os sete Bispos espanhóis em 734, os Bascos em 990 podem ter visto ou não as suas ilhas *Antilia, Atlantis,* das *Sete Cidades,* mas não podem comprovar-se ou apreciar-se tal como acontece com as viagens do Cavalo Encantado ou do Terceiro Calender [1].

[1] S. Brandão (ou S. Balandrão) foi um santo irlandês, que, segundo a lenda, teria atravessado o Atlântico nos meados do século VI, para ir evangelizar o ocidente desconhecido. A ilha de *S. Brandão* figura em muitos dos portulanos e das cartas medievais, exactamente como a *Antilia* ou das *Sete Cidades,* ilha hipotética (que alguns historiadores pretenderam identificar com uma das grandes Antilhas) para a qual teriam escapado sete Bispos espanhóis após a invasão árabe-berbere do século VIII, ilha em que cada um dêles fundou uma cidade povoada pelos espanhóis que os acompanhavam. A crença na existência dessa ilha persistiu, até mesmo quando já havia conheci-

Apenas temos a certeza de alguns factos sem importância, meio acidentais, como as visitas dos eremitas irlandeses à Islândia e às ilhas Fär-Öer durante o século VIII, e os restos das suas celas e capelas, sinos, ruínas e cruzes, encontrados pelos Normandos no século IX.

Foi em 787 que os «Vikings» desembarcaram pela primeira vez na Inglaterra; nos começos do século seguinte ameaçavam tôda a linha costeira dos cristãos, desde a Galiza até ao Elba; em 874 começaram a colonizar a Islândia; em 877 viram a Gronelândia; em 922 Rolf obteve a sua «Normandia» de Carlos, *o Simples,* pelo tratado de Clair-sur-Epte; logo em 840 se fundou o primeiro reino normando ou ostmano na Irlanda, e em 878 o condado normando das Órcadas, enquanto, pela mesma época, parece que os primeiros «Vikings» alcançaram o Mar Branco no extremo norte da Europa.

Este avanço é quási tão rápido como o dos primeiros sarracenos; dentro de cem anos, desde a primeira incursão dos Dinamarqueses e Normandos pelo poder crescente e dominador dos novos reinos nacionais, dentro de três gerações a partir de Halfdan, *o Negro;* primeiro os rebeldes irrequietos, depois os realistas seus perseguidores, tinham alcançado os limites mais ocidentais e mais setentrionais do mundo conhecido, desde Finisterra, na «Spanland», até o cabo Farewell na Gronelândia, do cabo Norte na Finlândia até aos cabos do noroeste da Irlanda, desde Novgoródia ou «Holmgard», na Rússia, até «Valland», entre o Garona e o Loire.

As principais linhas do avanço dos Normandos eram três: pelo noroeste, pelo sudoeste e pelo nordeste, mas cada uma delas, passado algum tempo, dividiu-se, com resultados importantes.

A primeira via marítima, passando por Caithness, as

mento de terras a ocidente, após as explorações henriquinas. Em muitos documentos das chancelarias reais até D. Manuel I há referências às ilhas das Sete Cidades, sendo um dos mais preciosos e categóricos aquêle em que D. João II faz concessões a Fernão Dulmo e a Afonso do Estreito, que iam «a descobrir a ilha das Sete Cidades» em 1486. *(N. do T.)*

Órcadas, as Xetlândia e as Fär-Öer, ia ter à Islândia, à Gronelândia e, por fim, à Vinelândia, no continente norte-americano; mas uma onda nova de piratas colonizadores desceu dos estabelecimentos nas costas e nas ilhas da Escócia setentrional para S. O., pelo apertado canal de S. Jorge, e dispersou-se para E., N. e S. da Irlanda e para as costas ocidentais da Inglaterra e da «Bretland».

A segunda invasão passou em frente da costa norte da Alemanha e, ao chegar ao estreito de Dover, caíu sôbre as duas margens do Canal Inglês, conforme a resistência era mais forte ou mais fraca em Wessex ou em «Frankland». A guarda avançada juntou-se aos Ostmanos e aos Orcádios nas ilhas Scilly (1) e na Cornualha, e prosseguiu na pilhagem da baía da Biscaia e das suas costas. Os mais irrequietos não levaram muito a descobrir a riqueza do Califado muçulmano de Córdova e a procurar abrir caminho pela fôrça, subindo o Douro e o Tejo.

A expansão, por êste lado, não devia parar senão depois de ter fundado, partindo da colónia normanda do Sena, um reino normando na Inglaterra e um domínio nas Duas Sicílias; isto, porém, foi obra do século XI, a época da organização e do império estabelecido.

No terceiro ponto da expansão setentrional, para E. e NE., havia dois caminhos distintos do primeiro; um tinha o Báltico por via, e dividia-se para o N. até à Finlândia, pelo Gôlfo de Bótnia, e para E. até à Rússia e Novgoródia («Gardariki» e «Holmgard»); o outro costeando «Halogaland» até «Biarmaland», pela Lapónia até Perm e a Arcângel dos tempos posteriores.

Destas três vias de movimentação, a mais importante para nós é a primeira, que é também a mais antiga; a segunda, para o S. e para SO., quási não ministra quaisquer resultados directos à nossa história; e a terceira, para E. e para o N., interessa principalmente à história russa. Quando o rei Alfredo ainda não nascera tinham-se fundado permanentemente estabelecimentos normandos nos pontos extremos, costas e ilhas da Escócia e da Irlanda, e nos anos da sua infância, cêrca

(1) As Sorlingas, ao largo do cabo Land's End. (*N. do T.*)

de 860, Nadodd, o Jarl (conde) das Fär-Öer, avistou a Islândia, que fôra atingida pelos monges irlandeses em 795, mas teve então de se acrescentar aos ganhos duradoiros da Europa como terra nova, «Snowland» — alguma coisa mais além de um eremitério para religiosos exilados do mundo. Quatro anos depois (em 864), o sueco Gardar chegou a esta Última Tule e deu-lhe outro nome tirado do seu próprio: «Gardar's Holm». Outro «Viking», Raven Floke, seguiu o rasto do primeiro explorador em 867, antes de a Islândia receber o seu nome final e a primeira colonização dos normandos Ingolf e Leif e dos criadores de gado dos Fär-Öer em 874, no terceiro ano do reinado de Alfredo no Wessex.

Três anos depois, em 877-8, na mesma ocasião do avanço mais extremo dos Dinamarqueses na Inglaterra, quando Gutrum empurrou o Rei inglês para a ilha de Athelney, os Normandos alcançaram o seu ponto mais avançado na Europa; Gunnbiorn avistou uma terra nova a NO., à qual chamou «Camisa Branca» por causa dos campos de neve, e à qual Erico, *o Ruivo,* um século depois, chamaria Terra Verde (Gronelândia) — «porque não há nada como um bom nome para atrair colonos». Com isto o Velho Mundo chegara mais perto do que nunca do descobrimento de um novo.

Geográficamente, êste lado do Continente ártico pertence à América do Norte, e quando os seus «fiordes» se transformassem, por sua vez, em centros de colonização e de novo avanço, tornava-se natural chegar à Terra Nova e ao cabo Cod. A viagem real era entre o cabo Farewell e o continente europeu; das baías da Gronelândia até ao Labrador havia uma passagem tempestuosa e perigosa, mas não muito comprida e, pelo que podemos conjecturar por raros relatos, não era tão fria nem abundava tanto em gêlo como hoje.

A exploração, porém, ultrapassou a colonização. Só em 986, mais de um século depois do descobrimento de Gunnbiorn, é que Erico, *o Ruivo,* um dos chefes dos colonos islandeses, conduziu um grupo de sequazes e amigos a um exílio permanente em terra desconhecida. Nos poucos anos imediatos deu-se início a muitas aldeias, e os primeiros descobrimentos americanos seguiram-se imediatamente. Cêrca de 989 um tal Biami Heriulfson,

seguindo o pai, da Islândia ao fiorde de Erico na Gronelândia, foi arrastado para O. pelas tempestades até uma região plana e abundante em florestas, e depois a uma ilha montanhosa coberta de glaciares. Com brisa fresca voltou para trás e regressou em quatro dias à sua casa do fiorde de Erico.

Mas a sua narração despertou grande interêsse; chegou a época, e os piratas normandos, que depois de sofrerem tanto no passado nada receavam no futuro, ofereceram-se ansiosamente para seguir o novo caminho; o próprio Biami, ao visitar a Noruega e ao contar a sua história, foi censurado pela sua negligência; e quando regressou à Gronelândia «falava-se muito do descobrimento de terras desconhecidas». No ano 1000, Leif, filho de Erico *o Ruivo*, partiu com o fim propositado de descobrir. Comprou o navio de Biami, tripulou-o com vinte e cinco homens e fêz-se ao mar. Primeiro chegaram à terra que Biami vira da última vez, e desembarcaram. Não se via relva, mas grandes cadeias de montanhas cobertas de neve que se estendiam pelo interior, «e o caminho que levava da costa a estas montanhas era um único campo de neve e pareceu-lhes terra de pouco proveito» — pelo que a deixaram, chamando-lhe «Helluland» ou Terra de Ardósia, talvez o Labrador do século XVI.

Fizeram-se de novo ao mar e encontraram outra terra, plana e arborizada, com uma costa baixa de areia branca que descia até ao mar. Pela sua natureza, disse Leif, chamar-se-á «Markland» (Terra dos Bosques). Daqui, seguindo durante dois dias levados pelo vento de NE., chegaram a uma ilha, onde desembarcaram à espera de bom tempo. Provaram o orvalho da relva e acharam que nunca haviam visto coisa tão doce. Saindo novamente para o mar, por um estreito entre a ilha e um cabo, chegaram a certo lugar onde viram sair um rio de um lago; meteram o navio por ali e lançaram âncora, transportando as camas para terra e armando as tendas, com uma grande cabana ao meio, preparando-se para invernar ali.

Não faltava o peixe para comer. — «No lago havia o maior salmão que êles tinham visto» — e a região parecia-lhes tão boa que não precisavam no inverno de forragem para o gado. Não havia geada; a relva parecia bastante verde durante todo o ano, e o dia e a noite

eram mais iguais do que na Islândia ou na Gronelândia. A companha dividiu-se em duas: uma parte trabalhava nas cabanas, a outra explorava o país, regressando ao acampamento tôdas as noites. Tôda a região se chamou «Vinland» (Terra das Vinhas) por causa das videiras bravas encontradas pelos viajantes, os quais levaram para o fiorde de Erico amostras delas, bastantes para encher o barco, e das árvores e do «trigo semeado por si mesmo» encontrado nos campos. Por isso Leif foi denominado «o Feliz» e obteve muitas riquezas e fama, mas Thorwald Ericson, seu irmão, entendeu que êle não explorava bastante e «determinou que falassem dêle» ainda mais que do primeiro colonizador de Vinelândia.

Fêz-se ao mar com trinta homens e foi ter direito às tendas de Leif na Vinelândia, onde passou o inverno. Aos primeiros indícios da primavera, Thorwald fêz equipar o navio e mandou à frente o seu comprido barco em exploração.

Todos pensaram, do mesmo modo, que a terra era bonita e arborizada; verificaram que era pequena a distância entre a floresta e o mar, que a costa era tôda de areia branca, e que havia muitas ilhas ao largo da costa e muitos baixos; mas não viram rastos de homem ou de animal, excepto um celeiro de madeira numa ilha muito para oeste. Depois de costearem durante todo o verão, regressaram no outono às tendas.

Na primavéra seguinte, Thorwald dirigiu-se para E. e «para o norte, ao longo da terra, chegaram a um cabo e quebraram a quilha e ficaram ali muito tempo para a reparar e chamaram ao lugar Cabo da Quilha (Kialarness) por causa disto». Depois dirigiram-se para E, ao longo da região, por tôda a parte profundamente arborizada, até Thorwald, em certo lugar, meter os navios à terra e mandar deitar escadas para terra, dizendo: «De boa vontade me estabeleceria aqui».

Mas então encontraram os primeiros rastos de outros homens; muito longe, na praia de areia branca, avistaram três indícios — três barcas de pele de animal dos Skraelings ou Esquimós, com três homens escondidos dentro de cada um dêles. Os homens de Thorwald capturaram e mataram oito, mas um fugiu «até um sítio, dentro do fiorde, onde havia diversas habitações semelhantes a pequenos montes no chão». Sôbre os Nor-

mandos, diz a Saga (1), caiu pesada sonolência até «chegar até êles um ruído repentino e aparecer uma hoste inumerável que vinha do fiorde, em barcos de pele, e se dispôs ao longo da praia».

Os «Vikings» ocultaram-se por detrás da amurada dos navios e defrontaram as setas dos Esquimós até as dispararem tôdas e êles «fugirem o mais depressa que podiam», deixando Thorwald com uma ferida mortal debaixo do braço. Êle apenas teve tempo de mandar os seus homens «levá-lo ao sítio em que queria viver, porque era verdade que devia ali ficar durante algum tempo, mas com uma cruz à cabeça e aos pés, e assim morreu e foi enterrado como dissera». O lugar chamou-se Cabo da Cruz por causa do chefe morto, mas a tripulação ficou ali todo o inverno e carregou o navio de vides e cachos, e na primavera regressou ao fiorde de Erico na Gronelândia.

A partir de então, após o primeiro insucesso, os descobrimentos tornaram-se coisa séria — não devia levar-se por diante senão com fortes esquadras bem armadas. Foi isto que fêz deter a expansão destas colónias árticas; nas melhores condições, eram pequenas de mais para poderem ir além da sua conservação própria contra a natureza e os selvagens «skraelings» nos precários estabelecimentos ao longo da costa, onde os campos de gêlo já havia muito empurravam o homem, lenta mas seguramente, para o mar, com as suas defesas, os seus campos e as suas pastagens penosamente alcançados.

Mas os colonos não se consideravam inteiramente vencidos senão quando se encontravam de todo dominados; então apenas se resolveram a conquistar as novas terras encontradas e que acharam disputadas.

Primeiramente, um terceiro filho de Erico, *o Ruivo*, Thorstein, pensou em ir à Vinelândia buscar o corpo do irmão Thorwald. Fêz-se ao mar e perdeu terra de vista, vagueando pelo oceano durante o verão inteiro,

(1) — As *Sagas* são longos poemas épicos dos povos do Norte, semelhantes à *Chanson de Roland* ou ao *Cantar del Mio Cid*, mas nas quais há talvez maior recurso ao maravilhoso do que nestes últimos poemas. A Saga a que o Autor aqui se refere é a *Heimskringla* (A Saga dos Reis dos Normandos), de Snorr Sturleson. (*N. do T.*)

até regressar à Gronelândia na primeira semana do inverno (1005).

Seguiu-o o maior marinheiro da Vinelândia, Thorfinn Karlsefne, que na realidade se dedicou a fundar uma nova colónia no Mar Ocidental. Saiu da Noruega para a Islândia logo depois da morte de Thorwald em 1004, passou à Gronelândia por 1005, «quando, como anteriormente, se falava muito da viagem à Vinelândia», e em 1006 preparou-se para partir com cento e seis homens e cinco mulheres, em três navios. Levavam com êles tôda a espécie de gado, indo com a disposição de estabelecer-se na terra se pudessem, e Karlsefne e a sua gente fizeram o pacto de cada um ter igual parte nos lucros. Leif alugou-lhes as suas casas da Vinelândia, «porque lhas não queria ceder sem reservas», e dirigiram-se primeiro à Helulândia (Labrador), onde encontraram grande quantidade de rapozas, depois à Marklândia, abundante em animais bravios, e a seguir a uma ilha, na embocadura de um fiorde, desconhecida até ali, cheia de eideres (1).

Chamaram aos novos descobrimentos Ilha da Corrente e fiorde da Corrente, do nome da corrente que ali se lançava no mar, e mandaram um grupo de oito homens, num barco, à procura da Vinelândia. Mas o barco foi arrastado pelos ventos do oeste até à Islândia, e Thorfinn, com os restantes, dirigiu-se para o sul até chegar ao rio de Leif Ericson «que se lançava de um lago no mar, com ilhas em frente à embocadura da corrente, terras baixas cobertas de trigo bravo e terrenos elevados revestidos de videiras».

Estabeleceram-se ali, deram à terra outro nome «Esperança, por causa da boa esperança que tinham dela», e principiaram a derrubar árvores, a apascentar o gado nas terras altas e a colher as uvas.

Após o primeiro inverno, os «Skraelings» vieram ter com êles, primeiro para traficar em peles e martas contra leite e seus produtos, e depois para combater; isto porque nem uns nem outros se entendiam, e os indí-

(1) Ave também conhecida pelo nome de «ganso do norte» (*Somateira mollissima*), cujas penas se utilizam hoje no enchimento dos agasalhos de leito conhecidos por *edredões* (do inglês *eider-down*). (*N. do T.*)

genas queriam entrar de fôrça nas casas de Thorfinn, tendo estado para se travar luta porque queriam lançar mão das armas dos homens.

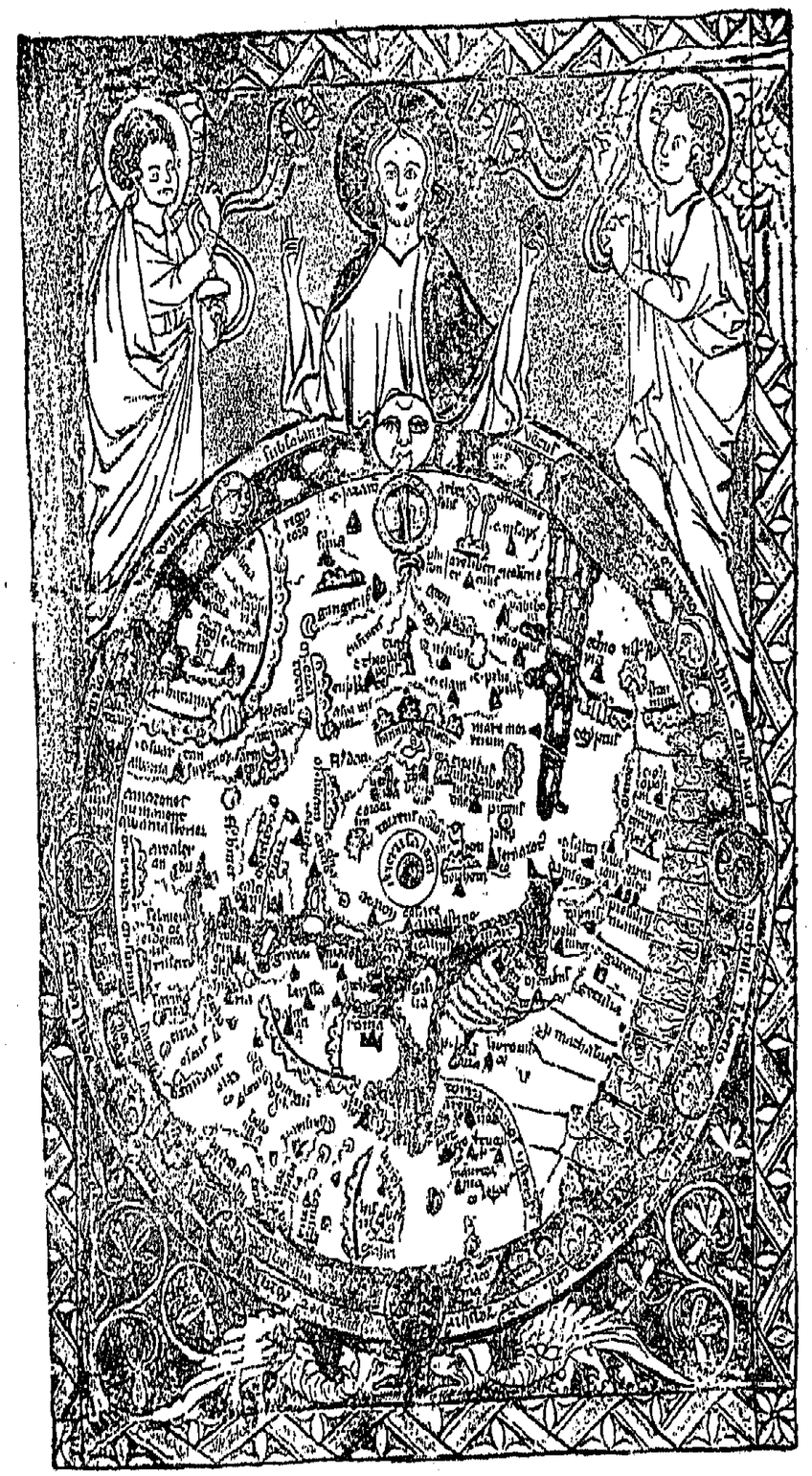
Receando isto, Karsefne pôs uma defesa à volta da colónia e preparou-se para o combate, «e nesta mesma ocasião nasceu-lhe na aldeia, um filho, chamado Snorre, da sua mulher Gudrid, viúva de Thorstein Ericson, que êle trouxera consigo». Então os Esquimós caíram sôbre êles, «muitos mais do que antes, e houve uma batalha, e os homens de Thorfinn ganharam o dia e salvaram o gado», e todos os seus inimigos fugiram para a floresta.

Thorfinn ficou ali todo o inverno, mas na primavera começou a sentir-se aborrecido com o seu empreendimento, e regressou à Gronelândia «levando muitas fazendas», vinhas, madeiras e peles, e chegou ao fiorde de Erico no verão de 1008.

Assim termina a história do último esfôrço sério para colonizar a Vinelândia; e a Saga, não apresentando qualquer causa definida para êstes insucessos repetidos, parece querer demonstrar que até o aborrecimento insignificante provocado pelos «Skraelings» bastava para mudar a sorte. As dificuldades naturais eram tão grandes, os homens tão poucos que um inimigo sem importância podia tanto como a última palha num molho ou o homem ímpar numa assembléia. A resistência dos indígenas americanos aos colonos europeus nunca foi séria em qualquer parte do continente, mas a distância do ponto de origem e as dificuldades da vida na nova terra puderam, até nos tempos de Raleigh e Soto [1], manter em cheque homens que

[1] Walter Raleigh tentou, sem resultado, fundar uma colónia inglesa na América do Norte em 1578, tornando a mandar lá uma expedição seis anos mais tarde, sem maior êxito, e igualmente baldadas foram as de 1583 e 86.

Fernando de Soto, «governador e Capitão General do Reino da Florida», partiu em 1539 da Navarra com quatro navios e um milhar de homens, dirigindo-se para o continente americano no intuito de explorar o território compreendido entre a Florida e o México, à busca do *El Dorado*. Após o desembarque, encaminharam-se para o interior, tendo de se defrontar com a hostilidade do clima e dos indígenas, esta motivada pelas crueldades praticadas pelos espanhóis. A expedição não deu os resultados que Soto esperava, tendo perdido muitos dos seus componentes, entre os quais o próprio chefe da expedição. Todavia contribuiu para o alargamento dos conhe-



MAPA DO SALTÉRIO (séc. XIII)

(Da Biblioteca do Museu Britânico, de Londres)

(Ver o índice dos mapas)

ràpidamente fundaram e conservaram impérios europeus nos mares da Índia.

Por isso então — apesar de, quando Thorfinn regressou, «se voltar a falar numa viagem à Vinelândia por ser proveitosa e honrosa», e uma filha de Erico, *o Ruivo*, chamada Freydis, falar aos homens (em especial com dois irmãos Helge e Finnboge) noutra tentativa à região onde tôda a casa de Erico fôra e falhara; apesar de Leif alugar as suas tendas como antes, e aparecerem sessenta homens válidos, e mulheres, que queriam ir — a colónia nunca pôde estabelecer-se firmemente. Freydis e os seus auxiliares partiram em 1011, chegaram à colónia, que foi repovoada pela terceira vez, e invernaram ali; — mas as invejas em breve separaram o campo, Helge e Finnboge foram assassinados com todos os seus companheiros, e os restantes regressaram em 1013 à Gronelândia, «onde Thorfinn Karlsefne estava precisamente para voltar à Noruega, e era voz corrente que nunca saíra do fiorde de Erico navio mais rico do que aquêle que êle comandava. Foi êsse mesmo Karlsefne, conclui a Saga, quem deu um relato completíssimo de tôdas as suas viagens, mas não sabemos se Thorfinn regressou algum dia da Vinelândia, se houve mais quaisquer tentativas de fixação nas tendas de Leif ou noutro sítio, se o relato que temos destas viagens é realmente uma Saga de Erico, contando apenas as proezas de Erico, *o Ruivo*, e da sua família, porque depois de Biami quási todos os chefes da Vinelândia eram desta família. Apenas podemos calcular que tôdas estas sugestões são prováveis, cotejando-as com os poucos factos adicionais conhecidos dos «Skalds» ou bardos noruegueses. O primeiro é que em 983-4, Are Marson de Reykianes, na Islândia, foi impelido por tempestades para oeste à Terra do Homem Branco, onde o seguiu Riarni Asbrandson, em 999, e Gudleif Gudlang-

---

cimentos geográficos, sendo então, pela primeira vez, revelada a existência do grande rio Mississipi. Entre os indivíduos que constituíam a expedição figuravam cinco portugueses, sendo também um português que escreveu o relato, impresso em 1557 em Évora sob o título de *Relaçam verdadeira dos trabalhos q̃ ho governador dõ Fernãdo d'Souto e certos fidalgos portugueses passarom no descobrimẽto da prouincia da Frolida*, reimpressa em 1940, em terceira edição, pela benemérita Agência Geral das Colónias. (*N. do T.*)

1985

son, em 1029. Esta história é do seu amigo Rafn, «o mercador de Limerick», e de Are Frode, seu trineto, que chamou Grande Irlanda à terra desconhecida (1). Verdadeiro ou não, êste descobrimento seria posterior aos de Erico e de seus filhos, se a notícia dêle só chegou à Islândia ou à Noruega depois da viagem de Thorfinn Karlsefne, como em geral se supõe. Por outro lado, a extensão da viagem é uma dificuldade, e todo o caso tem aspecto duvidoso — tentativa de dar um rival à Saga de Erico com um êxito muito mais brilhante alguns anos mais cedo (2).

Parece que estamos em terreno mais seguro no nosso próximo e último capítulo das explorações dos «Vikings» no NO., nas notícias fragmentárias das viagens da Gronelândia e da Vinelândia nos meados do século XIV, e no relato razoàvelmente claro e continuado das duas colónias da Gronelândia nas baías ocidental e oriental.

Sabemos, por exemplo, que o bispo Erico foi do fiorde de Erico à Vinelândia em 1121; que alguns padres da diocese de Gardar, na Baía oriental, foram, em 1266, para as terras do oeste, ao norte da Vinelândia; que os dois Helgasons descobriram uma terra a oeste da Islândia em 1285; que houve uma viagem de uns dezassete homens, que foram da Gronelândia à Marklândia em 1347, viagem relatada em 1354.

A não ser que elas sejam meras fantasias, parecem provar algo do constante intercâmbio entre a metrópole e as colónias do NO. da Europa e do NE. da América, e uma colónia permanente de Normandos cristãos no Novo

(1) Uns julgam-na ser a Carolina do Sul, outros as Canárias. *(N. do A.)*

(2) Embora as viagens de exploração dos Normandos, «Vikings» ou Reis do Mar sejam hoje admitidas pelos historiadores mais conspícuos, a verdade é que é ainda muito problemático o seu estabelecimento no actual continente americano. Vários são os historiadores que se têm ocupado do assunto e pretendido identificar o «Helluland», o «Vinland» e o «Markland» das Sagas, sem qualquer êxito, o que, no ponto de vista prático, nenhum acréscimo traria à história da civilização. O problema é demasiado vasto e complicado para ser aflorado, ao menos, numa breve nota. Para os que porventura queiram dêle ter uma idéia e conhecer aquêles com que se prende, remetemo-los para o nosso ensaio *O problema dos Côrte-Reais e a pedra de Dighton,* a publicar dentro em breve na revista «Gil Vicente». *(N. do T.)*

Continente torna-se provável admitindo tal intercâmbio. Entre 901-1000 a Islândia e Gronelândia haviam-se tornado «católicas de nome e cristãs de apelido»; em 1126 a série de Bispos de Gardar principia com Arnold, e os padres dificilmente se arriscariam a ir até à Vinelândia para converter «Skraelings» numa terra quási deserta.

A história posterior das colónias gronelandesas, embora interessante, e podendo levar-se até ao ano de 1418, não faz parte da expansão mas da contracção da Europa e do Cristianismo. E a viagem dos Zenos em 1380-95 à Gronelândia e às ilhas ocidentais da Estotilândia e de Drogeo, pertencem a outro capítulo; são as últimas emprêsas do descobrimento medieval antes de o infante D. Henrique começar a sua obra, e constituem a conclusão natural da introdução desta obra.

Mas é curioso notar que exactamente quando o gêlo e os Esquimós iam pondo têrmo aos últimos restos das colónias normandas no Continente ártico, e quando cessa inteiramente todo o intercâmbio entre a Vinelândia, a Gronelândia, a Islândia e a Noruega, os marinheiros portugueses, retomando a obra de Erico, de Leif e de Thorfinn, em outro ponto, dobravam o Cabo Verde e aproximavam-se da ponta meridional da África, fornecendo assim sugestões ao espírito de Colombo, das quais resultou o conhecimento duradoiro do mundo que os «Vikings» tinham avistado e colonizado, mas não puderam conservar.

As pretensões venezianas, galesas e árabes a terem visitado a América, no rasto dos Normandos, antes da viagem de 1492, pertencem antes à história pormenorizada das controvérsias geográficas. É facto quási certo que a linha NO. da migração escandinava atingiu, pelo ano 1000, o Cabo Cod e as costas do Labrador. É igualmente certo que, por êste lado, os Normandos nunca fizeram avanço posterior duradoiro ou registado. Um único veredicto pode fazer-se contra todo os outros descobrimentos medievais do Continente oriental: — Não há provas.

As outras vias do avanço setentrional, embora caracterizadas por proezas igualmente atrevidas e militares, têm menos de descobrimento original. Houve inumeráveis combates e receberam-se e deram-se duros golpes a tôdas as nações desde Arcângel até Córdova, de Lime-

rick a Constantinopla; e os «Vikings», logo que chegavam a terras novas, davam novos nomes à maior parte dos cabos e costas, dos rios, das ilhas e dos países da Europa, do norte de África e da Ásia oriental. A Ibéria veio a ser *Spanland;* a Galiza, *Jacobsland* (1); a Gália, *Frankland;* a Bretanha, *England, Scotland, Bretland;* a Hibéria, *Irland;* o Islão, de *Spanland* passou a *Serkland* ou terra dos Sarracenos. A Grécia foi *Grikland;* a Rússia, *Gardariki;* as colunas de Hércules no Estreito de Gibraltar, foram *Norva's Sound,* que posteriormente se derivou do nome do primeiro normando que as atravessou. A cidade de Constantino foi a Grande Cidade, *Mirklagard;* Novgoródia, *Holmegard,* a cidade que, entre tôdas as outras, mais impressionou e influenciou a primeira era «viking» de expansão setentrional. ¿Pois não foi ela a sua cidade mais activa e mais forte? ¿«Quem pode estar de pé perante Deus ou a Grande Novgoródia?» a não ser os homens que a edificaram e correriam a saqueá-la se ela se voltasse contra êles?

Mas tudo isto era apenas a passagem de uma raça mais activa por uma região que um dia Roma e os cristãos tinham conhecido muito bem, embora muito disso estivesse então esquecido. Foi só nas regiões altas da Rússia e no remoto Norte que os Normandos alargaram sensìvelmente o mundo oriental para E. ou NE. como fizeram por meio das suas colónias da Islândia no NO.

No S. e no SO. nenhum «viking» ou realista sectário dos «Vikings», como Sigurd, o Cruzado, navegou para além do canal de Norva e da «Serkland» (2), e, na qualidade de peregrinos, mercadores, viajantes e conquistadores no Mediterrâneo, a sua obra não era, evidentemente, de exploração. Êles tiveram uma parte preponderante no desfazer do pesadelo muçulmano no sul da Europa; visitaram os Lugares Santos e

...a cidade de Hierosólima sagrada,
E do Jordão a areia tinha vista,
Que viu de Deus a carne em si lavada... (3)

(1) De Santiago de Compostela. (*N. do A.*)
(2) A não ser que a Terra do Homem Branco e a Grande Irlanda sejam as Canárias. (*N. do A.*)
(3) *Lusíadas*, III, 27. (*N. do T.*)

combateram como guardas varangianos nos exércitos dos grandes bizantinos Nicéforo Focas, João Tzimisques, Basílio II ou Maniaques; mas em tudo isto descobriram mais para êles próprios do que para os europeus.

Todavia a Rússia, a velha Rússia de Novgoródia e de Kiev, o Mar Branco, o Cabo Norte e as costas da Finlândia, assim como as regiões externas da Escócia e da Irlanda, foram primeiramente conhecidas com clareza devido aos Normandos. A mesma raça contribuíu muito para revelar a moderna Lituânia e a Prússia, e a conversão de tôda a Escandinávia, metrópole e colónias, nos séculos X e XI trouxe ao mundo civilizado e à igreja de Roma as modernas Noruega, Suécia e Dinamarca, com todos os estabelecimentos «vikings».

Primeiro, na parte oriental, foi em 862 que os Russos pediram auxílio aos seus vizinhos, menos temíveis, das proximidades de Upsala, contra os seus vizinhos mais incómodos dos arredores de Kiev, e em Setembro do mesmo ano Rurico chegou a Novgoródia e fundou o reino medieval da Rússia, que no século X, com Oleg, Igor e Vladimiro, foi primeiro devastador, depois inimigo declarado e por fim aliado, na fé e nas armas, do Império Bizantino.

Durante todo êste tempo e posteriormente, até à época do dilúvio tártaro, as relações dos Suecos, dos Dinamarqueses e dos Normandos com Gardariki foram constantes e continuadas, principalmente nos tempos das viagens à Vinelândia, quando Vladimiro e Iaroslavo reinavam em Novgoródia e os dois Olavos, o filho de Trigve e o Santo, procuraram refúgio na côrte dêles antes e depois do seu tormentoso govêrno na Noruega.

O tio de Olavo Trigveson envelhecia no exílio em Novgoródia quando o jovem Olavo e a mãe fugiram da Noruega para irem ter com êle, sendo aprisionado pelos «Vikings» no Báltico, tendo ficado seis anos no gôlfo de Riga antes de chegarem a Holmgard (972).

Em 1019, Ingigerd da Suécia casou com Iaroslavo; dez anos depois S.to Olavo foi expulso da Noruega pela revolta; fugindo para a Rússia, ofereceram-lhe um reino chamado Volgária, a moderna Casan, cuja velha metrópole de Vulgar foi conhecida dos viajantes árabes do século IX, e cujas ruínas ainda podem ver-se. Olavo hesitou entre isto e morrer em Jerusalém, como peregrino; preferindo, por fim, voltar à Noruega, apesar das dificuldades.

O seguinte Rei dos Normandos, Magno, *o Bom,* veio de Novgoródia, pelo Ládoga, até Trondjeim, quando Haroldo Hardrada, filho de Olavo, fugiu para o refúgio do pai na côrte de Iaroslavo; quando Magno se encontrava exilado, haviam pedido novas a seu respeito a todos os mercadores que negociavam com Novgoródia.

O último dêstes primitivos reis, Haroldo Hardrada, fêz de Novgoródia a sua pátria durante todo o tempo da sua aventura no Oriente e no Sul, antes de ir a Miklagard, depois da sua fuga e de todo o tempo de serviço na Guarda varangiana da imperatriz Zoe. As suas relíquias de peregrino da Terra Santa e os seus despojos de guerra de Serkland — África e Sicília — foram trazidos e entregues aos cuidados de Iaroslavo até o dono poder vir reclamá-los; e quando, por fim, veio, fugindo à vingança bizantina, através do Mar Negro para o Mar Azov e «todo o Reino oriental» de Kiev, encontrou os seus bens intactos e a princesa Isabel pronta a casar com êle e a ajudá-lo com homens da Rússia e dinheiro para reconquistar a Noruega e morrer na Ponte de Stamford pela Coroa de Inglaterra (1066) [1].

Haroldo é o tipo de todos os «Vikings», de raça norueguesa, na sua maior e mais irrequieta energia. Guilherme, *o Conquistador,* Canuto, *o Grande,* Roberto Guiscard ou Rogério da Sicília são todos homens mais ilustrados e mais fortes, mas não há nenhum «aventureiro», nenhum pirata como o homem que em cinqüenta anos, depois de combater em todas as terras conhecidas de cristãos ou dos seus vizinhos e inimigos, pensava ainda, durante algum tempo, em partir para as terras recém-descobertas e assim cumprir o seu juramento e promessa de completar uma vida de aventuras sem par com um descobrimento sem igual. Combatera animais selvagens na arena de Constantinopla; banhara-se no Jordão e limpara de ladrões as estradas da Síria; assaltara oitenta castelos na África; socorrera os Islandeses famintos e vivera como Príncipe na Rússia e na Nortúmbria; nas suas próprias canções gaba-se de ter navegado em volta

[1] Êste Haroldo, eleito Rei de Inglaterra depois da morte de Eduardo, *o Confessor,* foi morto na batalha de Hastings combatendo contra o duque Guilherme da Normandia, que invadira a Inglaterra e a conquistou. (*N. do T.*).

de tôda a Europa; mas o protótipo de Reis do mar, como Drake e Magalhães, morreu sem ter feito um único descobrimento. Homens da sua própria terra e época tinham-lhe passado à frente por tôda a parte, mas êle consubstanciara em si próprio o trabalho, as aventuras, as conquistas e os descobrimentos de muitos. Êle foi a incarnação do espírito nórdico, e foi com homens como êle e proezas como as suas que a Europa se encheu daquela energia nova de pensamento e de acção, aquela vida nova e cultura que constituiu a base e deu impulso ao movimento orientado pelo infante D. Henrique, por Colombo e pelos Cabotos.

As guerras de Haroldo impediram-no de vir a ser um grande explorador, mas os capitães noruegueses que fizeram serviço às ordens de Reis pacíficos realizaram algo do que êle queria fazer.

Voltemos agora atrás, às viagens de Othere e Vulfstão, no tempo do rei Alfredo, cêrca do ano 890, quando um Rei normando, Haroldo, *Cabelo Loiro,* foi visto pela primeira vez nos rios e mares da Escócia e da Irlanda. O seu descobrimento do Mar Branco, do Cabo Norte e dos golfos de Bótnia e da Finlândia veio a ser seguido por muitos normandos, como Thorer Hund, no reinado de S.to Olavo, nos cento e cinqüenta anos seguintes [1]; mas a viagem de Othere foi a primeira e a principal destas aventuras, em motivos e em resultados.

«Êle disse a seu senhor o rei Alfredo que era o normando que vivia em ponto mais setentrional, numa terra junto do Mar Ocidental, e que queria descobrir até onde se estendia a terra para o norte, ou se qualquer homem vivia ao norte daquele deserto. Por isso dirigiu-se direito ao norte, próximo da terra; durante três dias deixou a terra deserta à direita e o mar largo à esquerda, até onde os caçadores de baleias vão»; e continuou ainda para o norte, durante mais três dias (até ao Cabo Norte da Europa).

«Então a terra voltou à direita e, com vento oeste, navegou durante quatro dias até a terra virar ao sul, e navegou ao longo dela mais cinco dias até a um grande rio — o Duina — que entrava pela terra e onde, para lá do rio, tudo era habitado» — a moderna região do Perm e Arcângel.

[1] E parece que um certo número de marinheiros «vikings», precederam Othere na sua viagem ao Duina. (*N. do A.*)

Ali mercadejou com os habitantes, os primeiros que encontrou, exceptuando os caçadores fineses, desde que deixara o seu fiorde. Além do seu desejo de ver a região, procurava marfim de vaca-marinha e peles.

Pareceu-lhe que os Fineses e os homens de Biarma (Arcângel) falavam quási a mesma língua, mas entre a sua pátria e esta terra de Biarma nenhum ser humano vivia com residência fixa, e tôda a terra do normando era comprida e estreita e escassamente povoada, diminuindo em largura à medida que se dirigia para o norte, desde sessenta até três dias de viagem.

Alfredo continua dizendo (1) como Othere, navegando para o sul durante um mês, desde a sua terra, tendo a *Irlanda* à direita e costeando a Noruega durante todo o tempo à esquerda, chegou à Jutlândia, «onde um grande mar entra pela terra, tão vasto que nenhum homem o pode atravessar», de onde, dentro de mais cinco dias, chegou à costa «da qual os Ingleses chegaram à Bretanha».

Vulfstão, ao serviço do mesmo Rei, contou-lhe como navegara durante sete dias do Schleswig até Truso e o Vistula, tendo o Wendland (ou Pomerânia e Prússia) à sua direita todo o tempo. Êle descreveu o «Witland perto do Vistula e Estland e Wenland e Estemere e o Ilfing que corria do lago Truso para Estemere», mas nem o Rei nem o seus capitães sabiam bastante para contraditar a velha idéia, já encontrada em Ptolomeu e em Estrabão, de que a Escandinávia era uma vasta ilha.

E assim, foi para satisfação do seu senhor saxão que Vulfstão e Othere, com as suas viagens ao largo das costas da Noruega, da Lapónia, da Pomerânia e da Prússia, rodeando o Mar Branco, o gôlfo de Riga e a Finlândia meridional, acrescentaram à geografia ocidental uma vista mais coerente da Europa do NO., especialmente do Báltico; mas êstes descobrimentos normandos, embora feitos ao serviço de um Rei inglês, pouco empregados foram, excepto pelos Normandos, e devem atribuir-se parte aos «Vikings» parte a Alfredo, *o Grande*. Assim, em 965 o rei Haroldo, *Pele Gris*, da Noruega, «foi combater com gente nas margens do Duina» e destroçou-a, e em 1026 Thorer Hund juntou-se a uma esquadra mandada por S.to Olavo ao Mar Branco, saqueou o templo do ídolo de Jomala, e exterminou os seus compatriotas, à traição, no seu regresso à pátria. Onde se faz o relato de duas expedições deve haver probabilidades de vinte ignoradas e improváveis, e o mesmo se pode igualmente admitir quanto ao gradual progresso do conhecimento por meio dos incessantes ataques dos Reis e piratas normandos às terras ao sul do Báltico, onde viviam os Vends.

(1) A narrativa das viagens de Othere (Otar, Otário ou Otério) foi-nos deixada pelo rei saxão Alfredo, *o Grande* (849-901), que incluiu numa tradução sua da obra do espanhol Paulo Orósio. (*N. do T.*)

Assim os Normandos puderam fazer um avanço definido para o desconhecido, a O., a E., a NO. e a NE.; até as vias normandas de invasão e de colonização a SO., apesar de poucos resultados gerais fornecerem aos descobrimentos, conduziram, com certeza, a uma inclusão mais segura de tôdas as partes das Ilhas Britânicas no ocidente civilizado, por meio dos condados dos «Vikings» em Caithness, nas Orcadas, nas Xetlândia, na ilha de Man e nas Hébridas, e na costa da Irlanda, onde as colónias ostmanas se transformaram em reinos. De cêrca de 840, quando a primeira destas colónias estava já regular e permanente fixada, até ao século XI, quando uma série de grandes derrotas — de Brian Born em Clontarf, em 1014, de Godwine e de Haroldo na Inglaterra, de 1042 a 1066, e dos Reis normandos e escoceses na geração imediata — pràticamente destruíram o domínio norueguês fora das Órcadas — porque, naqueles duzentos anos, Dinamarqueses e Normandos não só saquearam e colonizaram, mas também governaram e reorganizaram uma boa metade das Ilhas Britânicas.

Pela época de Alfredo, os principados «vikings» encontravam-se espalhados pelas costas do N. e do O. da maior das nossas duas grandes ilhas, e estavam a guarnecer três lados da menor. Cêrca de 900, Haroldo *Cabelo Loiro*, o pioneiro dos Reis noruegueses, perseguiu os seus traidores, primeiro até à Xetlândia e Órcadas, depois até Caithness, às Hébridas e Man. Seu filho Erico, que o seguiu, percorreu os mares do norte, de Arcângel a Bordéus, e o mesmo fêz Hakon, *o Bom*, em 936, e outros Príncipes noruegueses em 946, 961, 965, e, acima de todos, os dois grandes reis Olavos em 985-9 e 1008-14 combateram e triunfaram em grande parte do mundo conhecido pelos Normandos. E assim a Terra dos

Francos, a Inglaterra, a Irlanda e a Escócia viram-se obrigadas a aproximar-se mais, devido ao perigo comum, enquanto os Reis do mar fundavam estados sòlidamente estabelecidos, que aumentavam com as alianças, primeiro entre si e mais tarde com as suas antigas vítimas cristãs, quando os reinos normandos constituíram parte da Cristandade latina; e depois desta se ter revigorado e despertado com os seus ataques, o valor total do tempo da provação chegou para os dois partidos: conquistados e conquistadores.

Porque os efeitos das invasões normandas (formativos, revigoradores e provocadores) tiveram projecção directa na expansão que havia de chegar na era imediata, até mesmo para aquêles países sossegados e moderados, Inglaterra, França e Itália, para quem havia muito tinha passado o tempo das migrações, e onde os «Vikings» não puderam, como nos remotos NE. e NO., estender a área da civilização ou o conhecimento geográfico.

Por último, o novo impulso da Inglaterra na exploração, no comércio e até nas peregrinações, resultou claramente — em acção e reacção — dos ataques noruegueses e dinamarqueses, despertando o velho espírito de uma raça afim, de primos mais velhos que haviam mergulhado no letargo e esquecido a sua perícia naval.

Mas desde a paz de Wedmore (878) [1], Alfredo, primeiro que todos, começou a construir uma armada inglesa, capaz de se bater, de dar caça e de afundar os barcos «vikings»; depois decretou uma peregrinação e esmola anuais ao Limiar dos Apóstolos em Roma; a seguir mandou vários capitães ao seu serviço a explorar a maior parte do mundo que pudessem, para a sua nova descrição da Europa. A coroação do seu esfôrço em extensão religiosa fêz-se em 883, quando Sigehelm e Athelstan levaram presentes e cartas a Jerusalém e à Índia, aos Cristãos de S. Tomé; o triunfo correspondente da exploração científica do Rei, os descobrimentos no Mar Branco e no Báltico, parece terem ocorrido mais perto do fim do reinado, antes de 895.

[1] Tratado estabelecido entre o rei saxão Alfredo e Gutrum, rei dos Dinamarqueses, pelo qual aquêle reconhecia aos invasores a posse dos territórios por êles ocupados na East Anglia. (*N. do T.*)

CAPÍTULO III

As Cruzadas e as viagens terrestres

(1100—1300)

Os peregrinos foram os pioneiros da expansão da Europa e da Cristandade até Carlos Magno, num ponto de vista; e em outro, mais vasto, até às Cruzadas.

O seu trabalho original, até onde o podemos considerar original, foi totalmente apagado pelos «Vikings», que realizaram descobrimentos autênticos de primeira importância ao buscarem novos mundos para conquistar, mas quando os primeiros aventureiros «vikings», e depois os Normandos, estabelecidos nas colónias e na velha pátria, adoptaram o Cristianismo, como os Árabes adoptaram o Islão, o espírito dos peregrinos transformou-se em formas novas e mais poderosas. Com a conversão da Hungria e da Escandinávia [1], a Europa cristã ficou a constituir um sólido bloco e um Império mais forte do que o de Constantino ou o de Carlos Magno, uma federação espiritual e não uma unidade política, um todo uno, não em subordinação visível mas em zêlo comum pela fé comum. Tal era o estado do mundo latino e, de certo modo, também do mundo grego e russo pelos meados do século XI, quando os Imperadores bizantinos destruíram a fôrça do Califado oriental e recuperaram a maior parte do reino de Heráclio; quando o Papado romano, no tempo de Leão IX, de Hildebrando e de

[1] Completada por 1000-1040. (*N. do A.*)

Urbano, começou a sua fase política, aspirando, em grande parte com êxito, a uma Federação Imperial da Europa sob a égide da religião; quando por tôda a parte, em Espanha, em França, em Inglaterra, na Alemanha e na Itália, as nações, que lentamente se tinham constituído naquela *Domus Dei,* estavam cheias de vida nova recebida dos Normandos, que, como piratas, conquistadores ou aliados, se tinham fixado entre elas.

A longa cruzada, que durara quatro séculos em Espanha e na Itália meridional e no Levante, que assolara as cercanias das ilhas do Mediterrâneo, ou os passos dos Alpes e dos Pirenéus, ou as margens do Loire e do Tibre, — tendia então, nas vésperas da primeira Cruzada síria de 1096, ràpidamente para uma vitória decisiva. Toledo fôra reconquistada em 1084; o domínio normando nas Duas Sicílias já substituíra uma defesa cristã, débil e prestes a cessar, contra os amires árabes; os peregrinos seguiam aos milhares para onde haviam seguido aos dez, ou isolados, pela estrada terrestre, recentemente reaberta, através da Hungria; apenas no remoto Oriente a primeira aparição dos Turcos, como campeões muçulmanos (1), ameaçava a maré crescente. A Cristandade vira uma expansão maravilhosa do Norte pagão; agora, que ela ganhara para si os Normandos, ia imitar-lhes o exemplo. O fim deliberado dos Papas apenas deu uma direcção ao sentir universal de energia irrequieta e abundante, desejosa de acção mais vasta. Mas não foi o movimento cruzado em si que trouxe tanta luz nova, tanto conhecimento novo do mundo à Europa, como os *resultados* daquele impulso no comércio, nas viagens e na colonização.

1 — Desde o século XI, nos princípios dêste período, todos os grandes peregrinos — Sevulfo, o mercador inglês, o rei Sigurd da Noruega, o abade Daniel de Kiev e os seus seguidores — tinham em vista alguma coisa mais além da piedade; tinham um interêsse geral pelas viagens; alguns dêles um interêsse especial pelo comércio; muitos dêles iam combater e orar.

2 — Mas quando o espírito belicoso da Igreja militante parece cansar-se, e os seus esforços na fundação

(1) Como em 1071, quando esmagaram Romanos e Bizantinos na batalha de Manzikert. (*N. do A.*)

de novos reinos — em Antioquia, em Jerusalém, em Chipre, em Bizâncio — cada vez mais infrutíferos, a expansão directa do conhecimento geográfico principia com as viagens científicas. A Vinelândia, a Gronelândia e o Mar Branco e outros descobrimentos noruegueses foram grandes descobrimentos feitos por uma grande raça em seu próprio proveito; desligadas, como estavam, das grandes vias do comércio ou do sentimento religioso, elas não foram levadas a cabo com o conhecimento geral do Ocidente. No Vaticano existia um relato completo das viagens normandas à América quando Colombo procurava provas de terras a atingir, — da Índia, como êle esperava, no lugar onde encontrou um continente desconhecido e um novo mundo. Mas ninguém sabia nada disto; até a colónia da Gronelândia se perdera e esquecera no século XV; em 1553 os marinheiros ingleses chegaram a Arcângel, sem suspeitarem de que Othere ou Thorer Hund tinha estado ali seiscentos anos antes; a Rússia, desde o século XII ao século XVI, esteve quási afastada da vista e do pensamento, sob o domínio tártaro e muçulmano; mas os missionários, os mercadores e os viajantes que seguiram os exércitos cruzados até ao Eufrates, e se arrastaram pelas estradas das caravanas até Ceilão e o Mar da China, trouxeram ao conhecimento da Cristandade a Asia Central e Inferior — *Thesauri Arabum et divitis Indiæ.*

E como êste conhecimento trazia proveito; como os Polos e os seus companheiros tinham realmente aberto ao conhecimento do Ocidente êsses grandes prémios de riquezas materiais que até a Roma de Trajano nunca havia conseguido atingir, e que foram partilhadas entre os Árabes e os indígenas, longo tempo sem rivais, não era provável que se esquecesse fàcilmente. Desde essa época, nos fins do século XIII, até ao êxito dos Portugueses noutra via, nos fins do século XV, o interêsse europeu esteve deveras ocupado em seguir as velhas vias terrestres e tirar dos seus recursos maior proveito.

3 — Havia outro aspecto do mesmo problema, uma esperança ainda mais brilhante para os homens que pudessem atrever-se a tentá-la. Encontrando uma via marítima para o depósito indiano, marinheiros como os Venezianos e os Genoveses, ou os seus discípulos Espa-

nhóis, podiam chegar aos tesouros do mundo na sua própria nascente, encontrar um império mercantil para a sua pátria e obter o único domínio do céu na terra, do verdadeiro paraíso terrestre.

Depois, senhores da riqueza do Oriente e do poder militar do Ocidente, as nações cristãs poderiam esmagar o seu velho inimigo, o Islão, entre o martelo e a bigorna; podiam lutar pelo domínio de todo o globo habitável.

Foi com pensamentos desta espécie, vagamente inspirados pelas Cruzadas e a sua herança de descobrimento de Bagdade até ao Cataio, que os Vivaldos deixaram Génova para buscarem uma via oceânica em redor da África em 1281-91 «com a esperança de ir às partes das Índias»; que Malocelo chegou às Canárias por 1270; e que voluntários continuaram a mesma busca quási vinte vezes nas quatro gerações seguintes antes de os seus esforços espasmódicos se organizarem e prosseguirem até à realização com D. Henrique e os Portugueses (1412-1497).

4 — Por último, o renascimento da Europa na era das Cruzadas não foi apenas prático, mas espiritual. A ciência foi, finalmente, atingida e modificada, pela nova vida muito menos do que a arte da guerra, o estado social das cidades ou o comércio das repúblicas comerciais. E a geografia e os seus afins não levaram muito tempo a sentir mudanças, embora só muito lentamente se operassem e se tornassem úteis. A primeira notícia do magnete no Ocidente é de cêrca de 1180; o seu emprêgo pelos marinheiros talvez possa, com certeza, datar-se do século XIII e dos descobrimentos de Amalfi.

Voltemos, porém, atrás. Temos de descrever com precisão a preparação da obra do infante D. Henrique, tal como tem sido gèralmente descrita, primeiro pelos guerreiros-peregrinos, os viajantes da Nova Idade, os mercadores, prègadores ou turistas, que seguiam pelas estradas terrestres orientais; depois pelos marinheiros que começaram a quebrar o encanto do Oceano Ocidental e a abrir o alto mar, as verdadeiras estradas reais do mundo; por último pelos estudiosos que, mais que ninguém, com os seus mapas e globos, instrumentos e teorias são os treinadores, os mestres e os antepassados espirituais do Herói dos Descobrimentos.

Os primeiros forneceram a matéria, as atracções e as recompensas do movimento de exploração; dos outros pode dizer-se que deram a forma por que se alcançou o êxito, o génio da arte de navegar.

E tão precisos eram uns como os outros.

A razão humana executou o seu trabalho tão bem devido a uma esperança razoável; os homens rodearam a África no meio das tempestades atlânticas por causa do Oriente doirado existente para além dela.

Foram, como vimos, os viajantes terrestres dos séculos XII, XIII e XIV que abriram êsse Oriente doirado à Europa e levaram um conhecimento inspirador ao sonho e à tradição. Dêstes viajantes terrestres os primeiros dignos de nota são Sevulfo de Worcester, Adelardo de Bath e Daniel de Kiev, três daquela hoste de peregrinos pacíficos que seguiram os conquistadores da Primeira Cruzada (1096-9). Todos êles deixaram os seus relatos, e todos pertencem à nova era, em contraste flagrante com as hordas dos antigos peregrinos, até os mais recentes, como o bispo Eldredo de Worcester e Iorque, que coroou Guilherme, *o Conquistador*, ou Sweyn Godwineson ou Thorer Hund, cujas visitas são meramente de penitência. Cada conversão recente das nações nórdicas trazia nova corrente de devotos à Itália e à Síria, renascimento vivo do hábito de peregrinação do século IV; mas quando se formou a Cristandade medieval e a paixão religiosa se tornou mais firme e menos espiritual, o descobridor e o observador confundem-se com o peregrino em todos os relatos que nos chegaram.

Sevulfo era um leigo e mercador que partiu em romaria (1102) e se fêz frade a instâncias do confessor Vulfstão, bispo de Worcester. Mas embora a narrativa tenha sido considerada de imenso avanço sôbre todos os primitivos guias, termina com a Terra Santa e não toca sequer nos sítios de peregrinação mais salientes, na Mesopotâmia ou no Egito, visitados e descritos por Sílvia ou Fidelis.

Partindo uns três anos depois da conquista latina de Jerusalém, em 1099, o viajante inglês descreve seis caminhos diferentes da Itália até à Síria, prova do grande desenvolvimento do intercâmbio mediterrâneo e da segurança prática contra os piratas, largamente alcançada a partir do começo do segundo milénio.

O seu trajecto, por Monopoli, Corfu, Corinto e Atenas, levou-o a Rodes «que antigamente possuía o Ídolo chamado Colosso, uma das sete Maravilhas do Mundo, mas destruído pelos Persas, com quási tôda a terra da Romênia, no seu caminho para a Espanha. Êstes eram os Colossenses a quem S. Paulo escreveu» (1).

Daqui até Mira na Lícia, «pôrto do Adriático como Constantinopla o é do Egeu».

Desembarcando em Jafa, após uma viagem de treze semanas, Sevulfo encontrou-se, em breve, entre as maravilhas de Jerusalém, que não tinham deminuído desde o tempo de Arculfo. À frente do S.to Sepulcro estava o famoso Umbigo da Terra, «agora chamado Compasso, que Cristo mediu com as suas próprias mãos, pondo a salvação no meio, como dizem os Salmos». As mesmas lendas eram fabricadas com os mesmos textos, como nos séculos VI e VII.

Descendo ao Jordão, «quatro léguas a leste de Jericó», viu para além a Arábia, «odiosa a todos os que adoram Deus, mas que possui o Monte onde Elias foi arrebatado aos Céus num carro de fogo».

A dezóito dias de jornada do Jordão está o Monte Sinai, no caminho do Helbrão, onde ainda se conservava «o carvalho de Abraão», e onde, como diziam os peregrinos, «se sentou e comeu com Deus», mas o próprio Sevulfo não saíu da Palestina por êste lado. Depois de atravessar a Galileia e ver a Casa de S.to Arqui-Triclin (S. «Director-do-Festim»), em Caná, dirigiu-se a Bizâncio por mar, escapando aos cruzeiros sarracenos e suportando as tempestades, que fizeram naufragar ante os seus olhos, no caminho de Jafa, uns vinte navios mercantes e de peregrinos, que então estavam ancorados. Mas por aqui não só podemos ver como o tráfico religioso e comercial do Mediterrâneo aumentara com as Cruzadas, mas ainda que as vias principais dêsse tráfico haviam mudado. Desde a conquista muçulmana, os visitantes

(1) O frade não parece ter sido muito versado na geografia do seu tempo, o que o fêz deixar-se levar pela semelhança de vocábulos O *colosso* do Rodes nada tinha que ver com os *colossenses* a quem. S. Paulo escreveu a sua epístola e que habitavam a cidade de Colossos *(Colossæ)*, na Frígia, próximo de Laodicea, uma das sete igrejas da Ásia. *(N. do T.)*

tinham vindo à Palestina, na sua maioria através do Egito; a conquista da Síria pelos cristãos reabriu a via marítima directa, como a conversão da Hungria e da Europa do NE. reabrira a via terrestre directa, cem anos antes (± 1000—1100). As vias do vale do Danúbio e do «Mar Romano» foram ambas abertas, e novamente o Ocidente se lançou no Oriente como já não fazia desde a conquista de Alexandre, desde que a reacção oriental surgira por alturas da era cristã, subindo cada vez mais até à preia-mar dos renascimentos persa e árabe do Império asiático.

Entre as várias classes de cruzados-peregrinos da época de Sevulfo havia estudiosos-devotos como Adelardo e Daniel, vindos dos dois extremos da Cristandade, a Inglaterra e a Rússia, Bath e Kiev; reis do mar nórdicos, como Sigurdo ou Roberto da Normandia; e até viajantes judeus, rabinos ou mercadores, como Benjamim de Tudela. Todos êles, seguindo na esteira da primeira Cruzada e parando, na sua maior parte, no ponto culminante do seu avanço, pertencem ao mesmo grupo, época e impulso que o próprio Sevulfo, e estão nitidamente separados dos grandes viajantes do século XIII, que agiram mais como pioneiros da Fé e do Império ocidental do que como seguidores dos seus exércitos.

Mas, exceptuando o abade Daniel (1106) e o rabi Benjamim (±1160-73), que estão àparte, nenhum dos nossos exemplos de outros peregrinos da exploração do século XIII tem qualquer coisa de original ou de digno de nota.

Adelardo ou Atelardo, compatriota de Sevulfo e de Vilibaldo, é mais ainda o arauto de Rogério Bacon e de Neckam. Mais teórico do que viajante, a sua viagem pelo Egito e pela Arábia (±1100-14) parece principalmente de carácter científico. «Êle procurou as causas de tôdas as coisas e os mistérios da Natureza», e foi com «um rico fornecimento de cartas», especialmente de manuscritos gregos e árabes que regressou a Inglaterra para traduzir para latim uma das principais obras de astronomia dos Sarracenos, as tábuas Carismianas. Já o encontrámos a tentar seguir a transmissão da geografia grega e índia para a Europa e a Cristandade através dos Árabes.

O abade Daniel de Kiev é, em si, um viajante vulgar e bastante mentiroso, peregrino inofensivo e devoto, tão descuidado como Antonino Mártir em tôdas as matérias de facto. Mas tem interêsse e valor quási únicos como representante dos começos da expansão russa. O seu trabalho sôbre a Via Sacra é uma das primeiras provas do interêsse do seu povo pelo mundo para além das estepes, e da prontidão e decisão daquela nação em expandir a civilização cristã no Oriente, como o fizeram os Francos depois de vencerem os muçulmanos ocidentais. A Rússia medieval, anterior aos Tártaros e posterior aos Normandos, era então uma coisa muito diferente da «gente mais imunda que cães» dos exploradores árabes. A casa de Rurico orientara e organizara uma nação sem igual na Europa, até cair dentro do âmbito geral do desenvolvimento cristão. Ela tomara do Ocidente a instituïção do júri e os juízes; a sua igreja, a sua fé, a sua arquitectura, as suas maneiras e a sua moral vieram-lhe da Côrte do Império Romano do Bósforo. Daniel e os outros russos, que atravessaram aquêle Império no tempo de Nestor, por motivos comerciais ou religiosos, foram a vanguarda de uma grande expansão nacional e rácica, que está agora precisamente a começar a «dominar o mundo».

Em 1022 e 1062 há notícia de dois frades de Kiev, que, entre uma multidão de desconhecidos, visitaram a Síria, e cêrca de 1106, provàvelmente devido à notícia da conquista franca, Daniel deixou o seu rio natal, o Neva (1), na Pequena Rússia, atravessou Bizâncio, e, pelo Arquipélago e por Chipre, chegou a Jafa e a Jerusalém, descrevendo tôda a distância percorrida e a de cada paragem, em *verstas* (2) ou meias-milhas.

O seu tom é muito semelhante ao de Sevulfo, e os seus erros são igualmente graves, embora êle não fale «senão do que foi visto com êstes próprios olhos». O «Mar de Sodoma exala um cheiro ardente e fétido que leva a desolação a todo o país como se fôsse enxôfre a arder, pois os tormentos do Inferno estão por baixo dêle». No entanto não viu isto; os salteadores sar-

(1) Aliás o Dniepre. *(N. do T.)*

(2) Medida itenerária russa, que mede cêrca de mil sessenta e sete metros. *(N. do T.)*

racenos impediram-no disso, e soube que «o próprio cheiro do lugar faria doente uma pessoa».

As medidas das distâncias são tôdas suas. Capernaum está «num deserto, não muito longe do Grande Mar (Levante) e a oito *verstas* de Cesareia», metade da distância indicada no capítulo seguinte entre Acre e Haifa, e menos de metade da largura do lago de Tiberíade. O Jordão recorda a Daniel o seu rio natal, em especial por causa dos pântanos de água estagnada.

Confunde Samaria, ou «Sebastopol» com Nablus (1); Betshã com Bashã; Lida com Ramelé; Cesareia de Filipe com a grande Cesareia da Costa (2). Não muito longe de Capernaum e do Jordão está «outro grande rio que sai do Lago de Genesaré e desagua no mar de Tibérias, passando por uma grande *cidade* chamada Decápole» (3).

Do monte Líbano «saem seis rios que descem para leste até ao lago de Genesaré, e seis para oeste em direcção à grande Antioquia, pelo que esta se chama Mesopotâmia, ou terra de entre os rios, e o Harã de Abraão fica entre êstes rios que alimentam o lago de Genesaré».

Daniel também nos deixou um relato das suas visitas ao convento de Mar Saba, no vale de Cedrão, perto do Mar Morto, a Damasco, no séquito do príncipe Balduíno, e à igreja do S.to Sepulcro, em Jerusalém, para ver o milagre do Fogo Santo, visto por Bernardo, *o Sábio*, espécie de duplicado do milagre de Beth-Horon, também narrado por Daniel, «quando o sol parou enquanto Josué vencia o rei Og de Bashã» (4).

(1) Samaria também tinha o nome de *Sebaste*; Nablus (ou Naphuse) é a antiga Signem. *(N. do T.)*

(2) *Betshã* (Beth-Shean), *Bashã* (Basham), cidades da tribo de Issacar, hoje Beisã; *Lida* (Lydda), cidade da tribo de Dan, hoje Loud; *Ramelé* (Ramleh), cidade situada ao sul da anterior; *Cesareia de Filipe*, cidade da Itureia, na antiga Tetrarquia de Filipe; *Cesareia*, pôrto de mar do reino de Samaria. *(N. do T.)*

(3) Convém recordar que o lago de Genesaré e o mar de Tibérias são diferentes nomes do mesmo lago, que é atravessado pelo Jordão na direcção N.-S. *Decápole* era o nome de uma região meridional da Tetrarquia de Filipe. *(N. do T.)*

(4) Og, rei de Bashã (ou Basã), não foi o que Josué derrotou, mas um dos que Moisés venceu durante a sua marcha para a Palestina. Vejam-se o *Deuteronómio*, cap. III, vers. 1-22; e *Josué*, cap. X, vers. 1-15. *(N. do T.)*

Não foi em vistas, nem em cultura, nem mesmo no terreno que atravessaram, que êstes peregrinos mostraram qualquer progresso sôbre os principais dos viajantes mais antigos; é na vida nova e no movimento, na nova esperança que êles nos dão de maiores coisas do que estas. Para nós tal interêsse reside no rei Sigurdo da Noruega (1107-11), cruzado nórdico na nova era que tanto deveu da sua própria vida aos Normandos, mas que é o único a que nos referiremos aqui como possível tipo do explorador-chefe — possível não actual — porque a sua viagem nada aumentou de definido ao conhecimento ou à expansão da Cristandade. A sua campanha na Terra de Tiago ou Galiza, e o seu ataque à Lisboa muçulmana, quarenta anos antes de ela se tornar a cabeça e o coração de Portugal, assim como as suas proezas nas Baleares, mostram-nos um facto concreto do declínio do Islão oriental, e até lhe podemos chamar preparativo para a obra do infante D. Henrique, pròpriamente um capítulo da expansão portuguesa e não da europeia.

Houve muitos outros como Sigurdo — Roberto da Normandia, o pirata inglês Godrico, que atravessou à fôrça as esquadras sarracenas levando por pendão um chuço, Edgar o Etelingo, neto de Edmundo Ironside, a esquadra de Darmouth que em 1147 reconquistou Lisboa —, mas a conquista latina da Síria, passadas as Cruzadas, levou-nos, num sentido restrito, aos seus resultados, na exploração do remoto Oriente.

O primeiro grande nome desta época, do nosso próximo capítulo principal de Preparação, é Benjamim de Tudela; estando, porém, compreendido na época primitiva, quando o interêsse primário era a Guerra Santa em si, êle é também o último dos viajantes da Palestina — daqueles orientais cujo horizonte autêntico era o sagrado oriente da Síria. Está situado um pouco antes do despertar do interêsse universal pelo mundo desconhecido, pois os Normandos cristãos, com a adopção da nova fé, perderam muito da sua velha inquietação infinita e amor feroz e perscrutador pela aventura, e o seu espírito, embora ligado a todo o ocidente católico pelo movimento dos cruzados, não se definiu claramente senão quando o mundo foi explorado e tornado conhecido, quando os homens da Europa se encontraram à vontade em todos os países e em todos os mares.

Benjamim tinha, como todos os judeus e como rabino, o interêsse de um sectário, e a sua obra não foi de espécie tal que chamasse ràpidamente a atenção do mundo cristão. Por isso o valor das suas viagens ficou inédito até as divisões religiosas deixarem de ocultar a direcção do progresso. Visitou as comunidades judaicas desde a Navarra até Bagdade, e descreveu as posteriores a elas, desde Bagdade até à China, mas escreveu para os seus próprios compatriotas e ninguém mais, exceptuando êstes, parece ter-se importado com êle; o que descobriu (±1160-73) foi para si próprio e para o judaísmo, e só o seu lugar real no século XII o torna um precursor dos Polos ou do infante D. Henrique. Podemos ver isto pela sua estranheza e confusão desesperada em Roma, como um franco em Pequim ou em Deli. «A igreja de S. Pedro está situada no local do palácio de Júlio César, perto da qual estão oitenta palácios de oitenta Reis chamados Imperadores, desde Tarqüínio a Pepino, pai de Carlos, que primeiro tomou a Espanha aos Sarracenos... Nos arrabaldes da cidade está o palácio de Tito, que foi deposto por trezentos senadores por gastar três anos no cêrco de Jerusalém, que êle devia ter concluído em dois».

E assim por diante — com o «palácio de Galba, de três milhas de circuito e com uma janela por cada um dos dias do ano», com S. João de Latrão e os seus troféus hebraicos, «duas colunas de cobre do templo de Salomão que ressumam suor pelo aniversário do incêndio do Templo», e as «estátuas de Sansão e de Absalão» no mesmo local. O mesmo com Sorrento, «edificada por Adarezer quando fugia do rei David», com o velho túnel romano entre Nápoles e Pozuoles, «construído por Rómulo, que receava David e Jacob», com Apúlia, cujo nome «vem do rei Pul da Assíria» — em tudo isto temos como que a mitologia católica às avessas, David pôsto na Itália quando o Ocidente punha Trajano nas nascentes do Nilo. Não era provável que uma obra desta espécie fôsse lida na sociedade dos Papas e dos eruditos, dos frades e dos cruzados, exactamente como os relatos budistas de viagens missionárias da China, mil anos antes. A paixão religiosa que pusesse em movimento os Cruzados havia de conservar os católicos afastados, tanto tempo quanto ela pudesse, dos judeus, dos turcos,

dos infiéis e dos heréticos que êles conquistaram e entre os quais se estabeleceram.

Mas, com a perda final de Jerusalém pelos Latinos e a ruína do Califado de Bagdade pelos Tártaros mongóis (1258), a barreira de ódio fanático enfraqueceu, e a Ásia central tornou-se uma atracção para a Cristandade em vez de um sombrio terror, informe e vazio, excepto para os Hunos, os Turcos e os demónios. A Côrte papal mandou missão após missão para converter os Tártaros, que hesitavam, como então se supunha, entre o Islão e a Igreja, e com os primeiros missionários à Casa de Gengis Cã foram os primeiros mercadores italianos que abriram a Côrte do Grande Cã a Veneza e Génova.

Já em 1243 se sabia que um inglês vivia entre a Horda ocidental, os conquistadores da Rússia; mas as relações oficiais começam em 1246 com João de Plano Carpini. Êste homem, franciscano de Nápoles, partiu em 1245 como Legado do papa Inocêncio IV aos Tártaros, seguiu a estrada terrestre do norte, através da Germânia e da Polónia, chegou a Kiev, «a metrópole da Rússia», com o auxílio do Duque de Cracóvia, e por fim apareceu no campo de Batu, no Volga. Daqui seguiu pelo Mar de Aral, «de extensão moderada com muitas ilhas», até à côrte do irmão de Batu, o próprio Grande Cã «Cuiuc», onde o estrangeiro cristão se encontrou entre uma multidão composta de quatro mil enviados de tôdas as partes da Ásia (1246).

Ao fim de dezasseis meses, Carpini regressou pelo mesmo caminho, «pelas planícies» e por Kiev, para fazer em Roma o primeiro relato genuíno da Tartária, na sua maior extensão, desde o Dniepre até à China (1247).

Os grandes rios, lagos e montanhas da Rússia e do Turquestão, a posição e distribuição da terra e dos seus habitantes, «até do Cáspio ao Oceano do Norte, onde dizem que os homens têm focinho de cão», são então descritas pela primeira vez por um observador honesto, esperto e penetrante, nem acanhado nem crédulo.

Carpini começa, na realidade, o grande mapa ocidental fidedigno da Ásia inferior. O seu conhecimento pessoal não alcançou a China ou a Índia, mas no seu *Livro dos Tártaros* (1), disse-se à Europa quási tôda a verdade, e quási nada senão a verdade a respeito da vasta região e das grandes raças de entre os Cárpatos e o deserto de Gobi. Na mesma obra incluiu-se o primeiro relato regular dos hábitos e da história dos «Mongóis a que chamamos Tártaros», e a veracidade simples do frade surge em tôdas as alusões que tornam a sua obra tão humana: as suas entrevistas com os chefes tártaros e com outros viajantes irmãos; os seus perigos e dificuldades com os salteadores letões e travessias de rios em sítios abandonados ou vedados; a sua passagem do Dniepre sôbre o gêlo; as suas três últimas semanas «trotando» (2) em cavalos pelas estepes.

Andámos uma boa distância desde o abade Daniel, pois em João de Plano Carpini a Europa cristã tem finalmente um verdadeiro explorador, um verdadeiro historiador, um genuíno homem de ciência ao serviço da Igreja e dos descobrimentos.

Seis anos depois, Carpini foi seguido por Guilherme de Rubruquis, flamengo mandado por S. Luís de França com o mesmo intuito de conversão e de descobrimento (1253), mas por caminho diferente, pelo Mar Negro e o Quersoneso (3) para lá do Don «no extremo de Azov, que divide a Europa da Ásia, como o Nilo divide a Ásia da África», até ao grande acampamento do Volga; «o maior rio que jamais vi, o qual vem da grande Bulgária ao norte e desagua num lago (o Mar Cáspio), de que levaria quatro meses a fazer o circuito». Na parte superior do seu curso, o Don e o Volga «não estão separados mais que dez jornadas, mas afastam-se à medida que avançam para o sul». O Cáspio é «feito com o Volga e com os rios que nêle desaguam vindos da Pérsia». Daqui seguiu pelas Portas de Ferro do Derbend, entre o Cáspio e o Cáucaso, «que Alexandre fechou aos bárbaros da Pérsia». Auxiliado por um nestoriano,

(1) Pròpriamente *Historia Mongalorum*. Há duas edições modernas desta obra, ambas precedidas de larga introdução: a de D'Avezac, publicada em 1839, no tômo IV do *Recueil de Voyages et de Mémoires* da Sociedade de Geografia de Paris; e a de G. Pullé, publicada em Florença em 1913. *(N. do T.)*

(2) «*Tartari fecerunt equos nostros trotare*». *(N. do T.)*

(3) A actual Crimeia. *(N. do T.)*

com influência na Côrte tártara como tantos da sua igreja, Rubruquis chegou aos «Alpes» da região de Altai, onde encontrou um pequeno senhorio nestoriano governado, como os Estados do Papa, por um padre, que foi, pelo menos, um dos que originaram o grande fantasma medieval — o Preste João.

Atravessando as grandes estepes da «Tartária» oriental, «semelhantes ao mar agitado quando se olha para elas», Rubruquis chegou finalmente à capital mongol em Caracorum, tendo verificado que o Cáspio não tinha saída ao norte, como Estrabão e Isidoro haviam imaginado. Daqui regressou à pátria, sem ter obtido grandes resultados.

Embora se considere Rubruquis o mais brilhante e literário dos viajantes medievais, a sua missão foi infrutífera, e o interêsse da sua obra consistiu mais em recolher costumes e mitos — em sociologia — do que em acrescentar qualquer coisa de positivo ao conhecimento geográfico do Ocidente (1). João de Plano já percorrera o caminho até Caracorum e anotara tôdas as características principais das terras a ocidente do deserto de Gobi. O avanço posterior para oriente da China e para o sul da Índia estava ainda por fazer.

Mas enquanto Rubruquis se encontrava ainda entre os Tártaros, Nicolau e Mateus Polo, tios de Marco, o mais famoso dêles (2), negociavam (1255-65) com a Crimeia e as regiões do sul da Rússia—então sob o domínio da Horda Ocidental—, e daí a pouco, seguindo as caravanas até Bucara, foram conduzidos à côrte de Cublai Cã, por essa ocasião algures perto da muralha da China. Após uma recepção muito amigável, foram recambiados para a Europa com presentes e uma carta para o papa Clemente IV, a oferecer pousada e sustento a doutrinadores cristãos. Cublai «fizera freqüentes preguntas aos Polos àcêrca das terras ocidentais», e pedia cem «latinos para lhe ensinarem a fé cristã, porque êle

(1) O relato da viagem de Rubruquis — *Itinerarium fratris Willelmi de Rubruquis* foi editado modernamente no *Recueil de Voyages et de Mémoires* no mesmo tômo indicado na nossa nota de pág. 87. *(N. do T.)*

(2) Dos dois Polos só Mateus (ou Mafeu) era tio do célebre Marco, que era filho de Nicolau *(N. do T.)*

estava convencido de que Cristo era o único Deus» (1). Munidos do passaporte imperial, a Tábua de Ouro, os nossos mercadores regressaram a Acre em Abril de 1269.

Encontraram morto o velho papa e Gregório X a substituí-lo, mostrando êste frieza em responder ao pedido do Cã; mas em 1271 partiram para a sua segunda viagem para o Extremo Oriente, levando consigo dois frades prègadores e seu sobrinho Marco, então de dezanove anos de idade (2).

Na Arménia os frades assustaram-se com o estado de perturbação do Próximo Oriente, e voltaram para trás (3), tal como Agostinho de Cantuária procurara escapar à missão aos ingleses de que o encarregara o papa Gregório I em 597. Para a Igreja, aquela época era tão momentosa como esta; se o século XIII terminasse pela cristianização do Império mongol, transformaria a vitória católica dos séculos IV e VI no Oriente, a vitória que, nos setecentos anos imediatos, fôra preparada para uma realização, cada vez mais completa, de um império mundial — o que chegou por fim para a civilização europeia, mas não para o Cristianismo.

Todavia os Polos continuaram o caminho para noroeste durante mais de «mil dias», três anos e meio, até chegarem à presença de Cublai Cã, para além do Gobi, da Grande Muralha e das barreiras montanhosas da China, em Cambalu ou Pequim, «princesa coroada das cidades capital».

A sua jornada foi primeiro através da Arménia Menor e Maior, depois por Mossul (Ninive) até Bagdade, onde o último «prelado dos mouros a que elles chamam Califf» (4) fôra morto por Olgalu e os seus tártaros,

(1) Cublai Cã era filho de mãe cristã segundo a tradução portuguesa do livro de Marco Polo. Cublai «crija Christo ser huũ no conto dos boõs deuses». *(N. do T.)*

(2) Segundo o testemunho do próprio Marco, o motivo dessa demora de dois anos foi ter tardado muito a eleição do Papa. *(N. do T.)*

(3) «E quando todos juntamente chegarom a Glaza. ho gram Soldam de Babilonia com grande hoste era entrado em Armenia. ho qual stes frades temendo que por os perijgos das guerras e furtunas dos caminhos. nom poderiam a cheguar ao dito Rey dos Tartaros. ficarom em Armenia com ho mestre do Templo». *Marco Paulo*, Lisboa, 1922, liv. I, cap. VI. *(N. do T.)*

(4) *Marco Paulo*, liv. I, cap. XVI. *(N. do T.)*

— serrado dentro de um saco e lançado ao Tigre segundo um relato, enterrado vivo segundo outro — em 1258. Mas embora as histórias do diário de Marco constituam o seu principal interêsse, como representativas do resumo e da reflexão da ciência e da história, e da cultura geral do mundo cristão no seu tempo, não devemos aqui desviar a atenção da sua geografia. A sua primeira nota de valor é o Cáspio, «que mede de circuito duas mil e oitocentas milhas e é como um lago, não tendo união com outros mares e no qual há muitas ilhas, cidades e castelos». A extensão das missões nestorianas, «por tôdas as partes da Índia, até ao Cairo e a Bagdade e onde quere que vivem cristãos», impressiona-o logo no comêço das suas viagens — muito mais quando encontra as suas igrejas no Huão-Ho e no Iansequião —, é verdade que em declínio mas testemunhando ainda o papel que aquela grande heresia desempenhara como intermediário do próximo com o remoto Oriente — papel que a história ainda não explorou. Entrando na Pérsia como negociantes, os Polos foram naturalmente a Ormuz, já então o grande mercado do Islão para o comércio com a Índia, onde os europeus realmente entraram na terceira e, para êles, desconhecida faixa do mundo, depois de passarem uma zona de terra conhecida, através de um país inimigo, conhecido apenas como tal. Estando a ponto de seguirem a via marítima de Ormuz para a China, como contavam, os nossos italianos viram-se obrigados a voltar atrás, para nordeste, pela Pérsia e o Pamir, a região de Caxegar e às estepes de Gobi, até ao Cataio e aos palácios de prazer de Cublai, visitando, de passagem, Caracorum e a região de Altai. Em 1275 estavam em Xantu, a Xanadu de Coleridge (1) — a capital de verão de Cublai Cã — e só

(1) *«In Xanadu did Kublai Khan*
A stately pleasure-dome decree,
Where Alph, the sacred river, ran,
Through caverns measureless to man,
Down to a sacred sea».

«Cublai Cã mandou fazer uma majestosa mansão de prazer em Xanadu, onde o rio sagrado, o Alfe, corre até um mar sagrado, por entre cavernas que o homem não pode medir». **Coleridge:** *Kublai Khan. (N. do A.)*

em 1292 obtiveram licença para voltarem mais uma vez ao Ocidente.

Ali os Polos tornaram-se uma espécie de engenheiros consultivos da Côrte mongol; Marco foi até criado em 1277 membro do Conselho Imperial e mandado, daí a pouco, em missões do Govêrno para o Iunão (1), no extremo sudeste da China, e à cidade de Ianchou.

A maior parte das memórias de Marco é ocupada com a descrição das trinta e quatro províncias do Império tártaro, o qual reünia as «seis partes de Cataio e as nove partes de Mangi», as regiões da China setentrional e meridional como nós as conhecemos, — descrição de estradas, rios e cidades, do comércio, da Côrte e dos portos imperiais, os costumes e o modo de viver dos povos sujeitos àquêle Império, talvez o maior que jamais se conheceu. Em especial, os viajantes que seguem pelas estradas públicas que saem de Pequim ou Cambalu para tôdas as províncias, pousam nas dez mil aposentadorias reais ao longo delas; duzentos mil cavalos estão preparados para o serviço público, testemunhando a admirável rapidez do trânsito dos mensageiros do Grão Cã, «para êles poderem ir de Pequim à muralha da China em dois dias».

Mas pouco menos diz a respeito dos grandes rios — as artérias do comércio chinês, ainda mais do que os caminhos das caravanas — acima de todos o Iansequião, «o maior rio que há no mundo, semelhante a um braço de mar, durando mais de cem dias a viagem pelo seu curso desde a nascente até ao oceano, e para o qual correm muitíssimos outros, tornando-o tão grande que quantidades inacreditáveis de mercadorias são transportadas por êste rio. Atravessa — diz Marco — dezasseis províncias, passa nos cais de duzentas cidades, num dos quais eu vi só de uma vez cinco mil navios, e há outros onde existem mais» (2).

(1) Confinante com a Alta Birmânia, o Laos e o Tonquim. *(N. do T.)*

(2) «... ho mais grande ryo que ha no mundo, ao qual chamam Quyan, ho qual ha em ancho dez milhas, e em alguũs lugares oyto, e em outro .vj. e ha mais de çem jornadas em longuo. Em este ryo per conto ha mais naues que em todo mar e ryos de çidades, e mais mercadorias preçiosas trazem por elle que per

A largura, a profundidade e a extensão do Polisangão e do Caramarã são pouco menores do que as do Quião; desde o ponto em que Marco atravessou o segundo dêstes até ao oceano não havia outra ponte, a centenas de milhas de distância, «em virtude da sua extraordinária grandeza» (1).

Por último, Pequim, a capital do Império, com Quinsai e as outras capitais das províncias de Mangi e de Cataio, chamam a admiração ilimitada dos Polos como a de qualquer outro viajante ocidental, desde o muçulmano Ibn Batuta até aos frades cristãos de século XIV.

Pequim, a dois dias de viagem do oceano, residência da Côrte em Dezembro, Janeiro e Fevereiro, no extremo noroeste do Cataio, tinha sido recentemente reconstruída num quadrado central de vinte e quatro milhas em redor, e doze arrabaldes três ou quatro milhas de comprido, com doze portas» (2), onde os mercadores e estrangeiros viviam, cada nação com «bôlsas» ou armazéns, onde êles eram alojados. Daqui até à terra de Gog e Magog e à planície de Bargu, o Grão Cã viajava todos os anos, no verão, por causa do ar fresco da região de planaltos da Ásia central, e também para apreciar melhor

---

todallas terras çercanas daquem mar que em todos seus nauios podem ser trazidas. Que eu Marco vy em ho porto desta çidade de Singuy naos da dita çidade bem çinco mil. que nauegam per este ryo. E cada hũa das çidades que estam sobre este ryo tem mais que a çidade de Singuy. porque som maiores. E estam sobre aquelle ryo bem duzentos pouco mais ou menos. E passa ho ryo per termos de .xvj. provincias». *Marco Paulo,* liv. II, cap. LIX. *(N. do T.)*

(1) «Hindo pelo caminha alem do castello de Caycui a .xx. milhas he achado o ryo Coromoram. sobre ho qual nom esta ponte algũa pela grande largura delle e he muy fundo. e chegua atee ho mar occeano». *Ob. cit.*, liv. II, cap. XXXI. *(N. do T.)*

(2) «Esta çidade he quadrada. e estendese em redor .xiiij. milhas. em tal maneyra que a face de cada hũa quadra tem em longuo seys milhas. Tem os muros de taypa branqueados de fora de altura de .xx. passos. e a parte mais baixa delles tem em ancho dez passos. e quanto mais sobe por alto tanto mais som delguados. em tanto que na mayor altura soomente he tres passos. E tem .xij. portas principaes .s. em cada hũa quadra tres. e sobre cada hũa das portas tem senhos paaços...»

«Fora da çidade de Cambalu estam .xij. arraualdes mujto grandes a cada hũa das portas. nos quaes som recebidos quaesquer estrangeiros mercadores». *Ob. cts.*, liv. II, cap. X. e XI. *(N. do T.)*

os grandes reinos da Rússia e da Bactriana sujeitos ao seu domínio. Os seis meses da Primavera e do Outono passava-os em lentas excursões pela China central e meridional até ao Tibete, por um lado, e ao Tonquim, pelo outro. Mas maior até do que Pequim, Quinsai ou Cansai, a Cidade do Céu, na China meridional, embora já não fôsse até mesmo a capital de um reino independente de Mangi, era a obra que coroava a civilização chinesa. Ela ultrapassava as outras cidades de Cublai, tal como estas ofuscavam a Roma ou a Veneza do século XIII.

«No mundo não há outra semelhante, pois é voz comum que ela tem cem milhas de circuito, com um lago de um lado e um rio do outro, dividida por muitos canais sôbre os quais e os canais de ligação há doze mil pontes de pedra; há dez mercados, cada um com meia milha quadrada; grandes depósitos de pedra onde os mercadores índios arrecadam as suas mercadorias; palácios e jardins dos dois lados da rua principal, que, como todos os caminhos de Mangi, é pavimentada de pedra de ambos os lados e no centro cheia de cascalho, com passagem para a água que a conserva sempre limpa» (1). Os principais artigos de comércio são sal, frutas, pedras preciosas e tecidos de oiro; o papel-moeda do Grão Cã é empregado por tôda a parte; todos, excepto alguns nestorianos e muçulmanos, são «idólatras e tão faustosos e felizes que a gente se julgaria no Paraíso».

Fôra só em época recente que Cublai, ou o seu general Baião, conquistara Quinsai e expulsara o Rei de Mangi com o seu serralho e os seus amigos. Até então o exilado só pensava em prazeres, em vinho, em mulheres e em canções, o «doce que lhe custou o môlho amargo que ouvistes», mas à aproximação do perigo,

---

(1) «... a muy nobre çidade de Quinsay. que quer dizer em nossa lingua çidade do çeeo. A qual he a mayor çidade de todo ho mundo. e he em a provincia de Mangy a mais principal (...) Ho cerço desta çidade tem derrador çem milhas. e tem doze mill pontes de pedra. e som de tanta altura que hũa. grande naao por a mayor parte per sob ellas pode passar. E esta çidade esta sytuada em hũa lagoa. assi como a çidade de Veneza. e se nom tiuesse pontes nom poderiam hir por terra de hũa rua pera outra. e por tanto he neçessario de serem alli tantas mill pontes (...) Todallas ruas som calçadas de pedra. em tal maneira que toda a çidade he muj limpa». *Ob. cit.*, liv. II, cap. LXIV. *(N. do T.)*

fugiu, a bordo dos navios que mandara preparar, para «certas ilhas inexpugnáveis no meio do oceano», e, se pudermos identificar estas ilhas com Cipango ou o Japão, os conquistadores perseguiram-no até lá. Nada há mais interessante, no livro de Polo, do que a história do insucesso dos Mongóis nas ilhas orientais a mil quinhentas milhas da costa de Mangi, então pela primeira vez trazidas ao conhecimento dos cristãos.

Esta terra do Japão, «muito grande, de gente branca, de maneiras amáveis, idólatras em religião, sob o govêrno de um Rei natural» (1), foi atacada pela esquadra de Cublai em 1264 por causa do oiro que ela possuía em tal abundância que «o palácio do Rei, janelas e soalhos eram revestidos dêle, como as igrejas aqui são de chumbo, como dizem os mercadores — mas estas eram poucas e o Rei não permitia a exportação do oiro» (2).

A expedição foi um desastre tão grande como o velho ataque dos Atenienses à Sicília e não se repetiu, apesar de serem mandadas depois disto, pelo Grão Cã esquadras para os mares do sul, que se supõe terem descoberto a Papuásia, se não o Continente australiano. «Neste mar da China, em frente a Mangi», Marco diz ter ouvido «a marinheiros e pilotos que há sete mil quatrocentas e quarenta ilhas, a maior parte delas habitadas, nas quais não há planta que não deite um cheiro agradável — especiarias, aloés e pimenta, prêta e branca» (3). Os navios de Zaitum (o grande mercado chinês do comércio indiano) conhecem êste mar e as suas ilhas, «porque vão todos os invernos e regressam todos os verões, levando um ano na viagem, e tudo isto apesar de ser longe da Índia e não estar sujeito ao Grão Cã» (1).

Mas Polo, nesta secção do seu Roteiro ou Memórias de Viagem, não só descreve as principais características de uma costa e de um mar mal conhecidos dos europeus e muito simplesmente negados por Ptolomeu e a principal escola tradicional da geografia ocidental. Ao serviço de Cublai, e no seu regresso por mar até Adém e Suez, revelou as oito províncias do Tibete, tôda a Ásia do SO., de Cantão a Bengala, e o grande arquipélago da Índia Inferior.

A quatro dias de viagem, para lá do Iansequião, Marco entrou na «vasta região do Tibete, subjugada e devastada pelo Cã durante o espaço de tempo de vinte dias de jornada, e tornada um deserto sem habitantes, onde aumentaram extraordinàriamente os animais ferozes» (2). Fala-nos aqui dos bois iaques e dos grandes cães tibetanos, tão grandes como burros, e do almiscareiro, das especiarias, e dos «lagos salgados com leitos de pérolas» (3), e da idolatria cruel e bestial, e dos costumes sociais do povo.

---

(1) «... e começarey em a ylha grande de Cipangu. Esta ylha da parte do oriente he alonguada no alto mar da rybeyra de Mangy per mill e quinhentas milhas. e he muyto grande. Os moradores della som aluos e de conuinhauel estatura Som ydolatras. e tem rey proprio». *Ob. cit.*, liv. III, cap. II. (*N. do T.*)

(2) Ha hy ouro em muy grande abastança. mas el rey nom ho leyxa leuar de ligeyro fora da ylha. pella qual cousa vam la poucos mercadores. e assy mesmo muy poucas vezes som leuadas la naaos de outras partes. Ho rey da ylha tem huũ grande paaço. Todo cuberto de ouro fyno. assy como anttre nos som cubertas as ygrejas de chumbo. As freestas deste paaço som guarnidas e lauradas de ouro. E ho asoalhamento das salas e de muytas camaras he cuberto de tauoas de ouro. as quaes tem em grosso medida de dous dedos». *Ob. cit.*, loc. cit. (*N. do T.*)

(3) «Aquelle mar onde esta a ylha de Cipangu. he mar occeano. e chamase Cyn. que quer dizer mar de Mangy. porque a prouincia de Mangy he em as ribeyras delle. Em este mar onde he Cipangu som outras ylhas muytas. as quaees com diligencia contadas pellos marinheyros daquella terra. he achado que som sete mill quatroçentas e quorenta oyto. das quaes a mayor parte som pouoadas de homẽs. Em todas as ditas ylhas som as aruores bem cheirantes. nem creçehy aruoredo que nom seja bem cheirante e proueitoso muyto. Hy som as especiarias infijndas. A pimenta he hy branca como neue. ha hy de pimenta preta muyta e em grande auondança». *Ob. cit.*, liv. III, cap. VIII. (*N. do T.*)

(1) «...as naaos de Mangy. as que la vam. per huũ anno enteyro duram em ho mar. porque no inuerno se vam. e no veram tornam. ca dous ventos soos correm em aquelle mar. huũ no inuerno. e outro em ho veraão. E he esta terra muy afastada das ribeyras de India. e porque em ella nom foy leyxo de contar della». *Ob. cit.*, liv. III, cap. VIII. (*N. do T.*)

(2) «E passadas as ditas çinco jornadas. achase a prouincia de Tebeth. a qual ho gram Cham em pelejando e conquistando destruyo. que mujtas çidades som destroidas e castellos derribados (...) E porque he assi destroyda e despouoada he neçessario que os caminhantes leuem consiguo mantijmentos per .xx. jornadas e aynda mais porque careçe de pouoações. foram alli multipricadas alimarias monteses em grande multidom». *Ob. cit.*, liv. II, cap. XXXVI. (*N. do T.*)

(3) «...e ha hi hũa lagoa em que som as perlas em tanta auondança. que se ho gram Cham as leixasse liuremente tomar e leuar. nom as aueriam em stima. e assi se perderia ho valor dellas (...) Em esta prouincia ha gram multidom de gauderios de que tiram ho almisquire». *Ob. cit.*, liv. II, cap. XXXVIII. (*N. do T.*)

Ainda mais para sudoeste, o conselheiro Polo chegou ao rio Cinamão (rio da Canela), chamado Brius, nas proximidades da província de Caindu, às regiões de Carazã, onde se fabrica a porcelana e governada pelo filho de Cublai, e até Bengala «junto da fronteira da Índia», onde Marco escarneceu do costume de se tatuarem, ao qual chama «bordados de carne para enfeite das peles dos tolos» (1).

Daqui voltou à China, a mais rica e a mais famosa terra de todo o Oriente, onde havia «paz tão firme que as lojas podiam deixar-se abertas cheias de fazendas tôda a noite, e os viajantes e estrangeiros podiam andar dia e noite por tôda a parte, sem ninguém lhes tocar e nada temerem» (2).

---

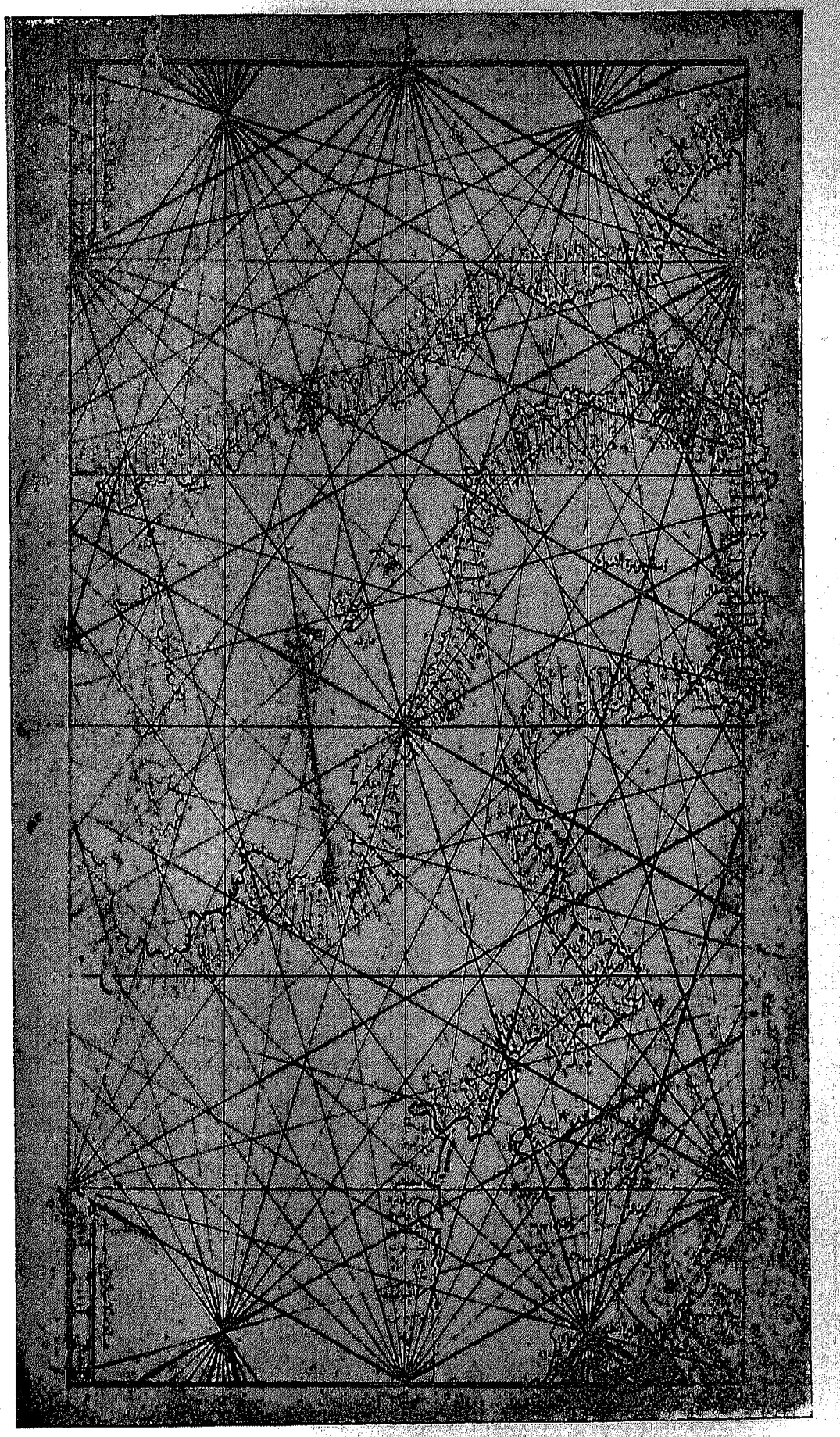
(1) «Os homẽs e molheres daquella prouincia *[Canguigui* e não *Bengala]* pintam com hũa agulha suas façes e os collos e as maãos e os ventres e as pernas, e fazem ymageẽs de lyões e de dragoões e de aues muy sotilmente, as quaes som assi firmes na pelle que nunca se pode tirar. E ho que tem destas ymageẽs mais he auido por mais fremoso». *Ob. cit.*, liv. II, cap. XLVI. (*N. do T.*)

(2) «Muytas vezes as tendas dos officiais eram leyxadas abertas nas noites, e nom era alguũ que ousasse entrar em ellas nem lhe fazer dano. Todos os caminhantes que algũa cousa traziam seguros andauam e liuremente de noyte e de dia per todo ho regno sem reçeberem enjuria». *Ob. cit.*, liv. II, cap. LIII.

A citação do Autor parece-nos equivocada, porquanto não é à China pròpriamente dita que Marco Polo se refere, mas à já referida «província» de Mangi. Nem a paz que esta gozava era contemporânea do viajante veneziano, mas anterior à partida dêste para a Mongólia em 1271.

O leitor atento deve ter já notado certa discrepância entre as transcrições do Autor e os passos correspondentes da velha tradução portuguesa do livro de Marco Polo. O sr. Beazley transcreve, ao que parece, da tradução inglesa daquela obra, feita por H. Yule e publicada com o título de *The Book of Ser Marco Polo the Venetian*. A versão portuguesa, publicada pela primeira vez em 1502, pelo famoso impressor alemão Valentim Fernandes, com o título de *Marco Paulo*, foi feita da versão latina de fr. Francisco Pipino, impressa em Antuérpia em 1485 (?) por Gerardo de Leen.

Sabe-se que Marco Polo não escreveu o livro que tem o seu nome, mas o ditou a Rusticiano de Pisa (quando os dois se encontraram nas prisões de Génova, após a batalha de Curzola), o qual a escreveu em francês. Esta primeira redacção foi trasladada para a língua toscana e desta para latim pelo citado fr. Francisco Pipino, ao que parece ainda em vida do Marco Polo. Nos dizeres de F. M. Esteves Pereira, benemérito reeditor do *Marco Paulo*, «Tanto quanto se pode avaliar pela comparação do texto latino com a versão portuguesa é a tradução literal do texto latino de Frei Francisco Pipino, sem outras modificações que as usualmente empregadas pelos escri-



CARTA MARÍTIMA ÁRABE (comêço do século XIV)

(Da Biblioteca Ambrosiana, de Milão)

(Ver o índice dos mapas)

Mas os Polos aborreceram-se, até dos favores da Côrte e da sua mansão celestial; queriam regressar à terra, ao «Frankland» e à Cristandade, onde a vida era tão rude, pobre e contingente, mas por amor da qual tinham vindo tão longe e tanto haviam arrostado. O Cã, porém, ficou melindrado à mais leve insinuação dos seus desejos, e só um acaso providencial os trouxe novamente à Europa. Vinte anos após a partida, êles foram mandados embora temporàriamente, sob promessa solene de regressarem, na qualidade de guias de uma embaixada que ia levar uma noiva mongol para um Cã persa, que vivia em Tabris e era parente do próprio Cublai. Portanto, em 1292, embarcaram para a Índia em Zaitum, «um dos mais belos portos do mundo, onde há tanta pimenta que a que vem por Alexandria para o Ocidente é tão pouca comparada com ela como um com um cento» (1). Atravessando, depois, o gôlfo de Cheinan, durante mil e quinhentas milhas, e passando «infinitas ilhas, com ouro e muito comércio», gôlfo «semelhante em todo o mundo» —chegaram a Ciamba e, após outro percurso igual, a

---

tores portugueses do século XV, que traduziram obras da língua latina» (*MARCO POLO*, *Introdução*, pág. XV). Não pudemos alcançar a tradução inglesa de Yule, pelo que ignoramos até que ponto vai a sua fidelidade ao original. H. Cordier, revisor da terceira edição (Londres, 1903) desta tradução, diz haver então uns oitenta e cinco manuscritos do livro, datando dos séculos XIV e XV; posteriormente outros apareceram. Mas, segundo informa o prof. C. Errera, «O códice mais próximo do original considera-se ser o de Paris, publicado no *Recueil de Voyages et de Mémoires* (...) vol. I, Paris, 1824» *L'Epoca delle Grandi Scoperte Geografiche*, Terza edizione. Milano, 1926, pág. 130, nota 1.

Por aqui pode ver-se como naturais são as discrepâncias assinaladas no princípio desta nota, o que, todavia, não nos quisemos furtar a registar para proveito e elucidação dos estudiosos. Diga-se, entretanto, de passagem que a versão portuguesa impressa por Valentim Fernandes é omissa em alguns capítulos. Recentemente (1944) foi publicado em português uma nova tradução do livro de Marco Polo, com o título de *O Milhão*. (*N. do T.*)

(1) - «E depois de v. jornadas he achada a çidade de Zeytom. a qual he grande muyto e tem nobre porto a que vem naaos de India com mercadorias em muj grande multidom. Ca qualquer naao que vay com pimenta pera Alexandria pera despois dalli ser leuada aa terra de christãaos. a este porto vem çento. Ca este he huũ dos dous melhores e mayores que som no mundo». *Marco Paulo*, liv. II, cap LXX. (*N. do T.*)

Java, que os marinheiros supunham a maior ilha do mundo, «com mais de três mil milhas de circuito e governada por um Rei que não paga tributo a nenhum outro, não se propondo o próprio Cã subjugá-lo por causa da extensão e perigo da viagem» (1).

Cem milhas a sueste, a esquadra chegou a Java menor «com um circuito de cêrca de duas mil milhas, abundante em tesouros e especiarias, ébano e pau brasil, e situada tanto ao sul que não pode ver-se a Estrêla do Norte e nenhuma das estrêlas da Ursa Maior» (2). Estiveram ali em grande susto por causa «daqueles brutos antropófagos», com quem travaram relações para obterem alimentos, cânfora, especiarias e pedras preciosas, sendo forçados a demorar ali cinco meses devido à violência do tempo — até seguirem para a Baía de Bengala «onde há selvagens que vivem em ilhas no alto mar, com cabeça e dentes de cão, como me disseram, completamente nus, homens e mulheres, e vivendo a vida dos animais» (3).

Partindo daqui, a mil milhas a oeste, diz Marco, está Ceilão, «a mais bela ilha do mundo, com duas mil e quatrocentas milhas de circuito, e outrora teve três mil e seiscentas, como se vê em mapas antigos, mas os ventos do norte têm transformado grande parte dela em mar» (4).

---

(1) — «...cheguam aa ylha grande chamada Jaua a.mayor. que tem em çerco tres mill milhas. Em esta ylha ha rey que nom he tributario a outro alguũ rey (...) ho gram Cham nunca ha pode conquistar». *Ob. cit.*, liv. III, cap. X. (*N. do T.*)

(2) — «Alem da ylha de Penthaym per ho sueste de çem milhas he achada a ylha que se chama Jaua a menor. que em ho çerco della tem duas mill milhas (...) Ha hy auondança de todas as especias aromaticas. e de outras muytas especias cuja semelhança nunca vimos aquem do mar. Empero esta ylha he posta ao meo dia. tanto que se nom pode em ella veer ho pollo artico.s. aquella estrella a que chamamos norte». *Ob. cit.*, liv. III, cap. XIII. (*N. do T.*)

(3) — «A outra ylha he chamada Angamam. a qual he grande. Ho pouoo della adora os ydolos. e viuem muy bestialmente. Os homẽs som saluagẽs e muy cruees. Comem arroz e leyte e carnes. Nem auorreçem carne algũa em seu comer. mas ante comem as carnes dos homẽs. Som hy homẽs muy feos ca os dentes e os olhos tem como caães». *Ob. cit.*, liv. III, cap. XXI. (*N. do T.*)

Provàvelmente as ilhas Andamão. (*N. do A.*)

(4) «Despoys da partida da ylha de Angamam vam per mill milhas contra ho sudueste e he achada a ylha de Seylam que he hũa das melhores e mayores ylhas do mundo. que ha em derrador duas mill e quorenta milhas. Empero que em outro tempo ja fosse mayor. porque segundo he a fama comuũ em aquellas partes. ho seu çerco abrangia tres mill e quinhentas milhas. mas veeo huũ grande vento da parte do norte. e assy fortemente per muytos annos com muy grande fortuna deu em a ylha. que muytos montes daçerca do mar cayrom em elle e perdeose muyto da ylha. e os mares ocuparom os lugares da terra». *Ob. cit.*, liv. cit., cap. XXII. (*N. do T.*)

Ainda mais para oeste, a sessenta milhas, seguiram para o Malabar, «que é terra firme na Índia maior» (1), e onde os Polos entraram no santuário do Apóstolo das Índias, S. Tomé, como se aí terminasse o horizonte da cultura ocidental.

Temos de deixar aqui os venezianos, mencionando por alto a sua rota desde o Malabar, por Murfili e o Vale dos Diamantes, por Camari, onde voltaram a ver a Estrêla Polar, e por Guzerate e Cambaia até Socotorá, onde Marco, durante a sua permanência, ouviu e anotou as primeiras notícias trazidas à Europa da «grande ilha de Madeigastar» ou Madagáscar, e de Zanzibar (2).

Do relato de Polo àcêrca dos costumes hindus — auto-imolação e especialmente do sacrifício das viúvas *(Suttee)*; das castas; do «rosário de cento e quatro contas para rezar» rezado pelos Brâmanes (3); da sua etiqueta a comer, a beber, nos nascimentos, nos casamentos e na morte — apenas podemos dizer aqui que o primeiro relato cristão sério e directo da Índia e da China é também o mais cuidado e o mais judicioso, e que, não só pelo que diz como também pelo que deixa por dizer, Messer Marco é um verdadeiro Heródoto de Idade Média.

---

(1) «Alem da ylha de Seylom a .lxx. milhas he achada a prouincia de Maabar. que se chama India mayor. e nom he ylha. mas he terra firme». *Ob. cit.*, liv. cit., cap. XXIII. (*N. do T.*)

(2) Este conhecimento novo fôra obtido pela gradual expansão das feitorias árabes ao longo da costa do SE. da África, durante quatro séculos, desde o cabo Guardafui ou das Especiarias até ao canal de Moçambique. (*N. do A.*)

(3) «E ho rey deste reyno [Malabar]... tras pendurado huũ cordom de syrguo no seu colo em que som çento e quatro pedras preçiosas. feytas aa maneyra de contas de coor gris e vermelhos. que lhe conuem. que em cada huũ dia digua çento e quatro oraçoões pella manhaã aa honrra dos seus deoses. e aa tarde outras tantas». *Marco Paulo*, liv. III, cap. XXIII. (*N. do T.*)

Mas o seu relato não se limita a revelar à Europa o extenso leste e sul da Ásia; no último capítulo [1], volta a referir-se aos Tártaros, e, depois de dizer algumas palavras sôbre os nómadas das planícies centrais, dá-nos a nossa primeira relação «latina» da Sibéria, «onde se encontram grandes ursos brancos, raposas negras e martas; e onde há grandes lagos gelados, excepto durante alguns meses do ano, e atravessados em trenós por mercadores de peles» [2].

Para além desta, a Terra das Trevas chega até ao extremo norte, «perto da Rússia, onde pela maior parte do inverno o sol não aparece pela manhã, e o ar é espêsso e escuro como às vezes acontece entre nós, onde os homens são pálidos e atarracados e vivem como os animais, e onde a Oriente se chega novamente ao Mar Oceano e às ilhas dos Falcões» [3].

---

(1) Aliás no anterior ao antepenúltimo, que, na tradução portuguesa, tem o nome de «De hũa terra onde os Tartaros moram em a parte septemtrional. Capitulo .xlvij». *(N. do T.)*

(2) «Em as terras vezinhas da sobredita terra esta hũa outra regiom ou comarca. sob ho senhorio do sobredito rey. em que moram homeẽs que filham hũas alimarias pequenas que tem as pelles delicadas. e som rondes de que ja dissemos. Outrosy arminhos. veyros. raposas negras. e outras semelhantes animalias (...) Aaquelles luguares nom podem hyr cauallos. nem boys. nem asnos, nem camelos. nem outras alguũas alimarias pesadas. porque aquella terra tem em os chaãos laguoas e fontes e pauus. E pellas muy grandes frialdades da terra. que em todo ho tempo faz regelo em aquellas aguoas daquellas laguoas. em tal maneira que nauio alguũ nom pode por hy passar. nem ho regelo nom he de tanta forteleza que possa soportar cousas poderosas. ou alimaria pesada (...) E por ysso os homeẽs daquella terra acharon hũa tal maneyra pera os mercadores de outras terras. que a elles quiserem hyr. ordenarom huũa inuençam desta maneyra. No começo da primeyra jornada daquellas doze jornadas em que se estende aquella terra segundo ja dito he. esta hũa rua que tem muytas casas em que viuem homẽs que trazem e reçebem os mercadores. E em cada hũa daquellas casas som criados caães grandes assy como asnos, ate quorenta. E estes taes caães som acustumados e ensynados para trazer as corças. a que alguũs chamam rojadoyras, e esto he hũa cousa que trazem arrastrando sem rodas (...) e a hũa destas arojadoyras a que chamam corças atam seys caães segundo pertençe. e sobre aquellas corças pooem pelles de vssos. sobre as quaes vam dous homẽs assentados .s. ho mercador que vaa pollas pelles. e ho carreteiro que rege e enderença os caães». *Ob. cit.*, liv. cit., cap. XLVIII. *(N. do T.)*

(3) «Nas postumeyas partes do regno dos Tartaros (...) esta hũa outra terra. nas postumeyras pouoações da parte do septemtriom. Aquella terra he chamada terra de obscuridom. porque ho sol nom aparece hy grande tempo do anno. e ho aar he ally escuro aa maneyra dantre lobo e cam. Os homẽs desta terra som fremosos e grandes e de boõs corpos. mas som muyto amarelos (...) mas som homẽs de costumes deslouuados e viuem bestialmente. *Ob. cit.*, liv. cit., cap. XLIX.

«E a terra he largua. e estendese atee ho mar occeano. Em aquelle mar som ylhas em que nasçem e tomam girofalcos e herodios.» *Ibid.* cap. L. *(N. do T.)*

A obra de Marco Polo marca a preia-mar das viagens terrestres medievais; depois dêle a expansão da Cristandade fêz-se, principalmente, pelos caminhos marítimos. As missões romanas aos Tártaros e ao Malabar, vigorosa e obstinadamente feitas como eram, terminaram por um colapso irremediável; sòmente pela revolta e pela ressurreição do reino da Rússia é que o mundo europeu se expandiu para a Ásia, permanentemente e de modo acentuado. Mas uma multidão de missionários seguiu os primeiros mercadores até ao Cataio e Mangi – frei Odorico [1], João de Monte Corvino, João de Cora; estadistas como Marignolli, legado do Papa, turistas como Mandeville [2], seguiram êstes; o bispo Jordanus de Cápua trabalhou durante anos em Coulão, perto do cabo Comorim (± 1325-35); o martírio de quatro frades em 1 de Abril de 1322, em Tana, na Índia, tornou-se uma das grandes comemorações da Igreja latina; parecia não haver razão para que as missões cristãs, que haviam ganho o norte e o nordeste da Europa, não ganhassem a Ásia central e oriental, cujos povos pareciam tão indiferentes e agnósticos como os nossos Normandos e os pagãos ingleses.

«A fama dos Latinos», diz Jordanus, cêrca de 1330 – e é apoiado por Marino Sanuto – «é maior na Índia do que entre nós mesmos. A nossa chegada é ali sempre esperada e diz-se que os seus livros a predisseram. Ganhe-se o Egito e ponha-se uma esquadra,

---

(1) Há uma edição moderna da narração da viagem dêste autor publicada no *Recueil de Voyages et de Documents pour servir à l'histoire de la Géographie* por H. Cordier, sob o título de *Les voyages en Asie du bienheureux frère Odoric de Pordenone*. Paris, 1891. *(N. do T.)*

(2) John de Mandeville é o autor, verdadeiro ou suposto, de um livro de viagens imaginárias à China, à Índia, à Pérsia e às ilhas de Sunda, constituído por um apanhado das relações dos viajantes autênticos, mas ampliadas pelo espírito fantasista do autor. Podemos compará-lo ao célebre *Libro del Conoscimiento*, do frade mendicante espanhol, a que oportunamente nos referiremos. *(N. do T.)*

de duas galés que seja, neste mar, e a batalha estará ganha». Como o Egito não pôde ser ganho pela fôrça das armas, foi vencido pela ciência náutica. Antes de Polo regressar da China, já começara o périplo da África, e os marinheiros italianos já andavam à procura de caminho mais largo para o Oriente.

Mas não há qualquer livro de viagem por terra, depois do de Messer Marco, que na realidade acrescente qualquer coisa de positivo à cultura europeia antes do século XV; o progresso do intercâmbio comercial entre a Índia e as Repúblicas italianas, a libertação gradual da Rússia, a utilização dos caminhos das caravanas por alguns dos mais activos clérigos do Ocidente, são as notas principais da época entre os Polos e o infante D. Henrique; e as inconsistentes patranhas de Mandeville — «de todos os mentirosos o tipo de primeira grandeza» — poderiam bem ficar sem uma palavra de alusão, até numa história minuciosa dos descobrimentos, se não tivessem, como Ctésias em Heródoto, merecido um pouco de atenção e afastado os espíritos da verdade originária que êle deturpou, pela própria fôrça do descaramento.

As viagens do italiano Nicolau Conti [1] e do mercador russo Atanásio Nikitin [2] à Índia pertencem a época posterior, à era das viagens dos Portugueses; não fazem parte da preparação para o nosso assunto central, são apenas um paralelo obscuro daquele assunto.

Na baixa Idade Média o principal interêsse está noutro ponto. A expansão do Cristianismo no século XIV, e ainda mais no século XV (o do próprio Infante) é a história das aventuras e êxitos, não tanto dos viajantes por terra como dos marinheiros.

---

(1) W. Sensburg publicou modernamente o relato de Conti com o título de *Poggio Bracciolini und Nicolò de'Conti in ihrer Bedeutung für die Geographie des Renaissancehalters,* em Viena, 1906. Em português existe apenas uma versão antiga, feita e editada por Valentim Fernandes em 1502, juntamente com o relato de Marco Polo e a carta de Jerónimo de S.to Estêvão, e reeditada há poucos anos por F. M. Esteves Pereira. *(N. do T.)*

(2) Veja-se a edição moderna de R. Stuebe publicada na *Geographische Zeitschrift,* ano XIV (1908), com o título de *Die Reise des Afanassij Nikitin nach Indien in den Jahren 1466-72.* *(N. do T.)*

CAPÍTULO IV

As explorações marítimas

(1250-1410)

Marinheiros italianos, catalães, franceses e ingleses foram os precursores dos portugueses no século XIV e nos últimos anos do século XIII. E nas viagens terrestres, assim como nas marítimas, as repúblicas de Itália — Amalfi, Pisa, Veneza e Génova — foram os guias e os modelos da Europa. Exactamente como o italiano Dante é o primeiro grande nome nas novas literaturas do Ocidente, assim os italianos Dórias, Vivaldos e Malocelos são os primeiros a reeditar as velhas emprêsas gregas e fenícias no Oceano. Desde Hanão de Cartago e os tírios do faraó Neco, nada se fizera no campo das tentativas sérias para rodear a África, e até o conhecimento das Ilhas Ocidentais ou Afortunadas, tão claro para Ptolomeu e Estrabão, se tornara vago. Os «Vikings» e os Cruzados, seus seguidores, nada haviam feito para sul do estreito de Gibraltar.

Mas enquanto os Cruzados ainda faziam uma guerra demorada e sem esperança sob o comando de S. Luís de França e do príncipe Eduardo de Inglaterra, recomeçavam os descobrimentos no Atlântico. Em 1270 Lançarote Malocello encontrou as Canárias; em 1281 ou 1291 as galés genovesas de Tedisio Dória [1] e dos Vival-

---

(1) Ou D'Oria. Filho do almirante Lamba Doria que em 1284 derrotou os pisanos, facto que os geneveses celebrizaram numa inscrição epigráfica na frontaria da igreja de S. Mateus. *(N. do T.)*

dos, tentando «chegar por mar aos portos da Índia para aí fazerem comércio», chegaram a Gozora ou Cabo Não na costa da Barbaria, a Ultima Tule meridional, e, segundo uma história posterior, «atravessaram o Mar de Ghinoia (Guiné) até a uma cidade da Etiópia», onde até a própria lenda os perdeu de vista, porque em 1312 nada mais se sabia. Das referências freqüentes e categóricas a esta tentativa na literatura da baixa Idade Média, torna-se evidente que os ousados genoveses chamaram sôbre si as atenções do mundo culto e do mercantil como se poderia, naturalmente, esperar. Êstes homens são os pioneiros das explorações cristãs no mundo meridional — os precursores de tôdas as viagens que levaram aos descobrimentos do Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Colombo e Magalhães, — os primeiros que directamente desafiaram as teorias desanimadoras de geógrafos como Ptolomeu, a inacção e o tradicionalismo dos Árabes e as falsidades rebuscadas dos inventores de patranhas, que, á falta de conhecimentos reais, deram voga a terríveis histórias de fadas (1).

(1) Sem querermos negar peremptòriamente a tradição corrente das viagens de exploração no Atlântico anteriores às dos Portugueses, parece-nos, contudo, não haver grande base para as incluirmos, de modo prático, numa história da Geografia ou da Navegação. Sabe-se como as primeiras tentativas dos Portugueses foram de cabotagem, não só por as pequenas galés joaninas não permitirem outra espécie de navegação, como também pela sua ignorância do regime dos ventos dominantes e do modo de os aproveitar. A profunda revolução na arte náutica que permitiu maiores empreendimentos, como o achamento dos Açores, do Brasil e, quiçá, das Antilhas, foi a resultante de uma longa experiência da vida do mar, experiência que só os Portugueses obtiveram primeiro, e de cujos ensinamentos se mostraram ciosos em extremo, como é sabido.

Ora se as pequenas galés e caravelas portuguesas dos princípios do século XV — maiores e mais sólidas do que os navios italianos, feitos para navegarem no Mediterrâneo, onde não existem as fortes correntes dos mares livres, como o Atlântico — não puderam aventurar-se ao alto mar, senão quando a arquitectura naval lhes modificou o formato e a tonelagem, de acôrdo com as lições da experiência, ¿como é que no século XIII, ou antes, galés genovesas poderiam ter efectuado o périplo da África ou tentado fazê-lo? A não ser que a tentativa se fizesse, mas os ousados navegadores pagassem com a vida o atrevimento. Mesmo assim, ¿como é que chegaria até nós a tradição de terem alcançado determinado ponto da costa africana?

O historiador Ch. la Roncière aceita a veracidade desta viagem dizendo que os dois irmãos, Vadino e Ugolino Vivaldi, partiram de

A primeira era, se assim podemos dizer, das viagens ao sul do Atlântico e a África, foi puramente italiana; a segunda caracterizou-se principalmente pelos esforços dos Estados espanhóis para equipar armadas e mandar exploradores sob o comando de capitães genoveses. Em 1317 o genovês Manuel Pessanha foi nomeado Almirante de Portugal; em 1341 três navios tripulados por portugueses e «outros espanhóis» com alguns italianos, largou de Lisboa em busca das ilhas «redescobertas» por Malocelo, concedidas pelo Papa a D. Luís de Espanha, por bula de 15 de Novembro de 1334 (1), e descritas por Bocácio segundo as cartas originais de negociantes e interessados florentinos da aventura de 1341. «Encontraram terra no quinto dia após a saída do Tejo» (1 de Julho); a frota permaneceu ali até Novembro, e depois voltou com quatro indígenas e

Génova em Maio de 1291, com escala por Maiorca, entraram no Oceano, costearam Marrocos, dobraram o cabo Juby e depois «*sur eux se fit le silence*». Como a expedição, organizada à custa de Jacobus Argilofus com o dinheiro emprestado por Bonifácio de Montelongo (vinte libras) por escritura lavrada em 27-II-1291, o fôra pelo prazo de dez anos, a demora no regresso não foi, ao princípio, notada. Mais tarde, porém, Sor Leone, filho de Ugolino, partiu em busca do pai, alcançando Magadoxo, na actual Somália italiana, onde, parece, encontrou rastos do pai, pois soube aí que uma galé genovesa naufragara em *Amenuam* e que os náufragos haviam sido levados para *Graciosa*, no império dos cinocéfalos. Leone Vivaldi pediu autorização ao xeque de Magadoxo, Abu Becre, para lá ir, mas êste, com tôda a sua cortesia, não lha deu, «*à cause de l'incertitude de la route et des dangers du chemin*», e também porque o império de Abdeselibe, o dos cinocéfalos, era inimigo do Islão, «*ce qui était tout dire*». Ainda segundo o autor que seguimos, êste Abdeselibe era nada menos que o famoso *Preste João*, e *Graciosa* a actual Axum. *La découverte de l'Afrique au Moyen Age*, vol. I, pág. 50-57.

Esta narrativa tem todos os visos de um romance sàbiamente arquitectado, embora possa basear-se num facto inicialmente verdadeiro. Dada a escassez de documentação, parece-nos suspeita tal abundância de pormenores, pelo que nos parece prudente a maior reserva em assuntos como êste, em que falta documentação séria e insuspeita capaz de fundamentar afirmação tão categórica. (*N. do T.*)

(1) A bula é de 1344 e não de 1334. D. Luís recebeu o título de «Príncipe da Fortuna» por lhe ter sido dado o domínio das Ilhas Afortunadas, que deveriam ficar em feudo perpétuo à Santa Sé, com a obrigação de pagarem quatrocentos florins de oiro. D. Afonso IV protestou, alegando os seus direitos, em carta datada de Montemor 12-II-1345. (*N. do T.*)

produtos das ilhas. O primeiro pilôto pensava que estas se encontravam a cêrca de novecentas milhas de Sevilha, e nós podemos supor, de certo modo, que o arquipélago de treze ilhas, então explorado e descrito pela primeira vez, representa as ilhas Afortunadas da geografia grega, as Canárias dos mapas modernos, e que as cinco ilhas principais, com os seus habitantes nus mas não selvagens de todo, com excelentes casas de madeira e rebanhos de cabras, palmeiras, figueiras, jardins, campos de cereais, montanhas pedregosas e pinheirais, eram as nossas ilhas do Ferro, Palma, Gomera, Grande Canária e Tenerife. Calcularam que o pico desta última devia ter trinta mil pés de altura (1), com as suas encostas brancas e escarpadas, semelhantes a uma fortaleza. Mas, aterrados pelos sinais de encantamento, não se atreveram a desembarcar, e regressaram a Espanha, deixando as Ilhas do Redescobrimento para serem visitadas por mercadores e piratas da Península como depósito de escravos, até à conquista normanda de Béthencourt em 1402.

A viagem de 1341 alcançou muito tentando pouco; a viagem catalã de 1346, que se seguiu logo a esta, foi uma espécie de regresso aos empreendimentos mais vastos e mais extravagantes dos primeiros genoveses. A 10 de Agôsto de 1346, Jaime Ferrer saiu de Maiorca «para ir ao Rio do Oiro», mas da dita galé, diz o mapa catalão de 1375, mais nenhuma outra notícia se obteve. No mesmo mapa, todavia, o navio dos exploradores está desenhado em frente do «Cabo Finisterra do Oeste da África» (2), e, apesar de tudo, há algumas razões para supor que esta mais nada foi senão uma aventura comercial à Costa do Oiro da Guiné, que se ia tornando conhecida dos mercadores de Nîmes, de Marselha e do Mediterrâneo cristão por causa do tráfico das caravanas através do Saará. Até o infante D. Henrique principiou por aí; a Guiné estava a meio caminho da Índia.

Da mesma época (±1350) da viagem catalã é o Livro

(1) A altura do pico de Teide, na ilha de Tenerife, está calculada em três mil setecentos e dezasseis metros. *(N. do T.)*

(2) No canto inferior esquerdo do mapa reproduzido nesta obra. *(N. do T.)*

do Frade espanhol (1), «da viagem ao sul do Rio-do-Oiro», que fornece uma narrativa de viagem, fabulosa em mais de metade, primeiro por mar além dos cabos Não e Bojador, depois por terra através do interior da África até aos Montes da Lua, a cidade de Melli, onde vivia o Preste João, e «o Eufrates, que vem do Paraíso Terrestre», onde, sob algumas notas autênticas da costa da Barbaria, talvez obtidas dos catalães de 1346, pouco há que não seja um transunto confuso da geografia de Edrisi. Todavia êste foi um dos livros que ajudaram a fixar a noção de um duplo Nilo, setentrional e oriental, um Nilo do Egito e um Nilo dos Negros, com nascente comum nos Montes da Lua (2), sôbre a ciência cristã do tempo, como os geógrafos árabes a tinham fixado sôbre o Islão.

O episódio imediato das explorações atlânticas foi um incidente romântico. No reinado de Eduardo III, um inglês chamado Roberto Machin fugiu de Bristol com Ana d'Arfet (±1370), foi levado da costa da França por

(1) Trata-se do célebre *Libro del Conosçimiento de todos los Reynos y Tierras y Señorios que son por el mundo,* manuscrito espanhol do século XIV só modernamente editado (por D. Marcos Jiménez de la Espada, em 1877). Seu autor, anónimo, diz ter sido um frade mendicante que se gaba de haver percorrido todo o mundo conhecido no seu tempo a bordo de um *leño* na companhia de uns moiros. O *Libro* já foi reduzido às suas justas proporções, não passando de uma cópia, ou melhor, compilação muito descuidada de tudo o que, em matéria de geografia, se conhecia no século XIV, tendo-se provado, aliás, que êle foi acrescentado posteriormente aos primeiros descobrimentos portugueses ao longo da costa da África. No entanto, um historiador da envergadura de Ch. de la Roncière escreveu: «*Ne croyez point pourtant que le* Libro del Conosçimiento *soit un recit de voyage. C'est un cours de géographie, carte en main: le Franciscain a simplement transporté en géographie dynamique la géographie statique d'une mappemonde, décorée de pennons aux palmes vertes, aux lunes rouges et aux montagnes brunes, qui flottaient sur les royaumes africains*». *Ob. cit.*, loc. cit., pág. 118. *(N. do T.)*

(2) Ainda no século XVIII se admitia a crença de que as nascentes do Nilo estavam nos famosos Montes da Lua. James Buce, que percorreu a África do norte, de 1769 a 1772, publicou, na relação da sua viagem, um mapa com essas supostas nascentes, embora tivesse descoberto as do Nilo Azul em 1770. Só nos fins do século XIX, depois das explorações de Buston, Speke, Baker, Stanley e Baumann, a geografia fixou o curso exacto do famoso rio e as suas nascentes, respectivamente na Abissínia (Nilo Azul) e na África Equatorial (Nilo Branco). *(N. do T.)*

um vento do NE., e, ao fim de treze dias, avistou uma ilha, a Madeira, onde desembarcou. O navio levou-o a tempestade, e a amante morreu de mêdo e cansaço, e cinco dias mais tarde, Machim foi enterrado ao lado dela pelos seus homens, que tinham conseguido salvar o escaler de bordo e a seguir se dirigiram para a costa de África. Foram reduzidos à escravidão, como outros cristãos cativos dos corsários barbarescos, mas em 1416, um companheiro dêles, um certo Morales de Sevilha, antigo pilôto, foi resgatado com outros e reenviado para a Espanha. No caminho, Morales foi capturado por um capitão português, Zarco, criado do infante D. Henrique, redescobridor da Madeira, e por meio dêle a história completa de Machim e da sua ilha chegou ao conhecimento da côrte do Infante navegador, que imediatamente dela tirou proveito com a viagem de Zarco em 1420 (1).

Os últimos dos imediatos antecessores dos marinheiros do infante D. Henrique são os franceses. No século XVII, baseados em provas recentemente descobertas, disse-se que entre 1364 e 1410 os homens de Dieppe e de Ruão iniciaram um comércio regular de oiro, marfim e malagueta com a costa da Guiné e levantaram feitorias em Petit Paris, Petit Dieppe e La Mine, que êles assim denominaram do metal precioso lá encontrado. Mas tudo isto é mais que duvidoso, e a autêntica viagem do normando Béthencourt, em 1402, apenas nos dá relação das Canárias e da costa NO. de Marrocos. O cabo Não, ou o cabo Bojador, era ainda o ponto extremo da costa da África conhecido pelos europeus (2).

O fidalgo francês foi impulsionado a atacar as ilhas Afortunadas por duas razões. Primeiro, em 1382, um certo Lopez, capitão de Sevilha em viagem para a Galiza, foi levado por uma tempestade até à Grande Canária, e viveu entre os indígenas sete anos até êle e os seus homens serem denunciados por escreverem para a pátria

(1) Êste conhecido episódio tem sido descrito por diversas formas desde que D. Francisco Manuel de Melo lhe deu curso, no século XVII, com a sua *Epanáfora amorosa*. Veja-se o que deixámos dito na nota 2 de pág. 37. *(N. do T.)*

(2) O Visconde de Santarém demonstrou triunfantemente a inanidade das pretensões dos franceses à prioridade do descobrimento da Guiné, e a documentação posterior não tem feito mais do que confirmar os juízos do ilustre homem de ciência. *(N. do T.)*

a pedir socorro. Para pôr fim a esta intriga os «treze irmãos cristãos», cujo testamento chegou a Béthencourt doze anos depois, foram todos assassinados. Cêrca de 1400 chegaram à Rochela notícias disto e da viagem de um espanhol chamado Becarra às mesmas ilhas, encontrando-se vários aventureiros franceses prontos para tentarem a aventura. Os principais dentre êstes, João de Béthencourt, senhor de Granville, e Gadifer de la Salle, cavaleiro pobre, partiram em Julho de 1402 para conquistarem nos mares um novo reino para si. Apesar de se zangarem os chefes e de a Grande Canária rechaçar todos os ataques, no conjunto a emprêsa teve êxito, e várias das ilhas tornaram-se colónias cristãs — primeiro passo para os impérios coloniais da grande expansão europeia, como o relato dos capelães de Béthencourt é o primeiro capítulo da moderna história colonial.

Mas neste assunto nada é mais claro do que as suas limitações. Ainda em 1425 os colonos franceses parece nada conhecerem da costa africana para além do cabo Bojador; consideram as Canárias mais como um prolongamento da Espanha e da Europa do que como o princípio de um novo mundo. Sentem-se ansiosos por alcançar o Rio-de-Oiro e traficar ali, mas não conhecem o caminho senão de outiva. Béthencourt foi, em pessoa, ao Bojador, e «se as coisas naquela região são como estão descritas no Livro do frade espanhol», êle queria abrir o caminho para o Rio-de-Oiro, pois o frade diz que «está a cento e cinqüenta léguas do cabo Bojador, e o mapa prova o mesmo — que está apenas a três dias de viagem para os navios à vela — por onde se poderia alcançar a terra do Preste João, de onde vêem tantas riquezas». Mas como os nossos normandos apenas têm desejo de conhecer o estado das terras visinhas, ilhas e terra firme», não conheceram a costa para além do «cabo extremo» de Bojador, que substitui o primitivo Finisterra árabe, o cabo Não, Nun, Non ou Nan (1) como limite à navegação.

(1) Cabo Non, isto é, *cabo do Peixe*. Mas os latinos consideraram o *Non* como *Não*, «por *não* haver regresso possível para aquêles que o ultrapassassem», o que exprimem os versos;

Quem passar o cabo Não,
Ou voltará, ou não.

(N. do A.)

Estamos agora em plena época do próprio infante D. Henrique; a sua primeira viagem realizou-se em 1412 (1). Béthencourt morreu em 1425 e é perfeitamente desnecessário seguirmos as histórias das navegações esporádicas em outros pontos dos mares da Europa, por muito interessantes que sejam. Entre 1380-95 os venezianos Zenos partiram para a Gronelândia, ao serviço de Henrique Sinclair, conde das Órcadas, e voltaram com histórias de pescadores, semelhantes às da América Central, dos seus caraibas antropógrafos e do seu barbarismo magnífico (2). Um pouco antes, por 1349, Ivar Bardsen, da Noruega, fêz uma das últimas viagens cristãs

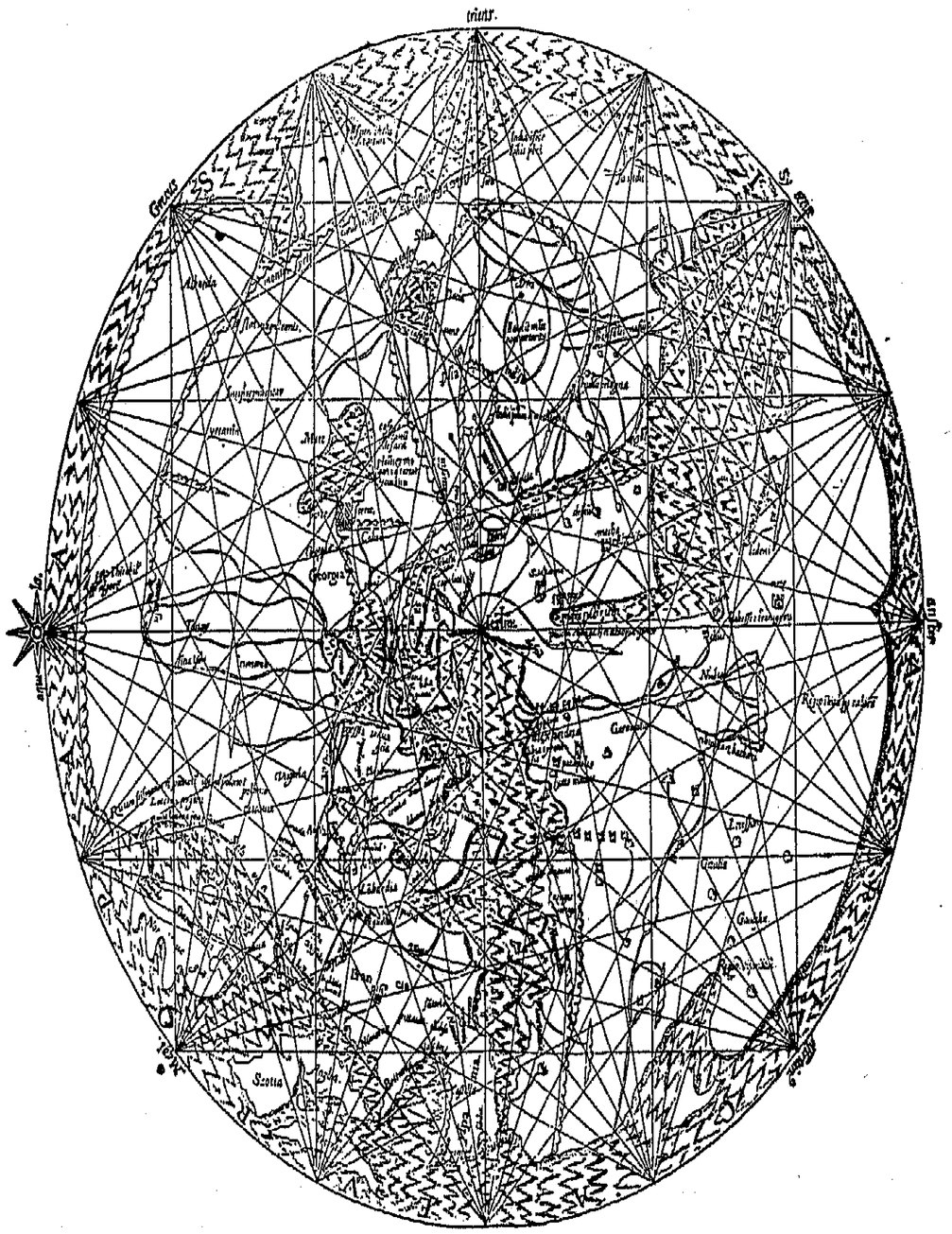
(1) Em 1412 tinha D. Henrique dezóito anos, não tendo sido ainda armado cavaleiro. É possível que já então começasse a sentir a atracção do mar e pensasse em desvendar os seus segredos; nada de positivo, porém, se sabe a tal respeito. A sua primeira viagem pessoal foi a de 1415, quando partiu para a emprêsa de Ceuta. Só depois do regresso do descêrco da cidade em 1416 é que há notícias positivas de mandar caravelas à descoberta. Embora Diogo Gomes nos diga que neste ano Fr. Gonçalo Velho chegara à Terra Alta, para além do Bojador (viagem problemática que nenhum outro historiador regista), a primeira viagem *autêntica* de descobrimento é a dos que em 1418 chegaram a Pôrto-Santo. Parece-nos, por isso, haver lapso nos dizeres do ilustre Autor. *(N. do T.)*

(2) O problema das viagens dos Zenos é outro dos mais debatidos no campo da história dos descobrimentos. Durante muitos anos foram postas em dúvida as afirmações do livro *Dello scoprimento dell'isola Frislanda, Eslanda, Engrovelanda Estotilanda, et Icaria,* editado em Veneza em 1558 e incluído mais tarde por Ramúsio na sua famosa colecção. Modernamente, porém, alguns dos nomes mais eminentes entre os historiadores e os homens de ciência no campo da geografia, como Nordenskiöld, inclinam-se a admitir a veracidade dessas viagens. Um historiador moderno, o sr. Carlo Errera, afirma categòricamente que «*si tratta, se non in tutto in grandissima parte, di un'invenzione dello Zeno cinquecentista dedotta dalle relazioni delle scoperte americane*» (*L'Epoca delle grandi Scoperte Geografiche,* Terza edizione, Milano, 1926, pág. 195, nota). No entanto, como diz Beuchat (*Archéologie américaine,* pag. 49), «*la question que soulève l'ouvrage de Nicolo Zeno le jeune n'est pas tant celle de l'authenticité des faits racontés que celle, bien plus importante, de l'époque où ces divers documents furent réunis*», parecer prudente que igualmente perfilhamos.

Sôbre as viagens (supostas ou autênticas) dos irmãos Zenos, além da obra citada pelo Autor no *Prefácio* dêste trabalho, podem consultar-se as seguintes: *The Voyages of the Venetian brothers, Nicolo and Antonio Zeno, to the Northern Seas,* C. H. Major, London, 1873; *The Annals of the Voyages of the brothers Nicolo and Antonio Zeno,* de Lucas, London, 1898, e *Om Zeniernes reiser,* de G. Storm, Christiania, 1891. *(N. do T.)*

às colónias árticas da Gronelândia, a herança do século XI, então a cairem em ruínas; mas nenhuma destas viagens nos dá qualquer novo conhecimento do Desconhecido que estava então a ser penetrado, não pelo norte ou pelo oriente, mas pelo sul e pelo oeste.

Traçámos os progressos das viagens terrestres e marítimas da exploração ocidental até à época do seu Herói, a verdadeira figura central, não só da história de Portugal como também da expansão europeia. Falta agora dizer alguma coisa sôbre os métodos de preparação da sua obra na teoria científica e no desenvolvimento nacional a partir da era das Cruzadas.



O MUNDO SEGUNDO MARINO SANUTO (± 1306)

(Ver o índice dos mapas)

CAPÍTULO V

A ciência geográfica no mundo cristão desde as primeiras Cruzadas

(1100 - 1460)

Como vimos, a ciência geográfica da Cristandade, antes das Cruzadas dos séculos XI e XII, foi principalmente alheia. Do século XI à época do Renascimento medieval e cristão, nos séculos XI, XII e XIII, os Árabes foram os herdeiros reconhecidos da ciência grega, e o que os Francos ou Latinos sabiam de Ptolomeu ou de Estrabão aprenderam-no ou corrigiram-no nas aulas de Córdova ou de Bagdade.

Mas quando os Normandos e a Guerra Santa com o Islão por tôda a parte despertaram as energias práticas dos cristãos, começou a expandir-se quer espiritual quer imperialmente; e no tempo do infante D. Henrique, no século XV, um português pôde escrever que os descobrimentos dos portugueses «nam se fezeram indo a acertar: mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de estormentos e regras de astrologia» (1).

De facto, a bússola, o astrolábio, o cronómetro e as cartas eram usados no Mediterrâneo cêrca de 1400, exactamente como se encontravam entre os mercadores árabes do Oceano Índico.

Neste capítulo basta-nos lançar uma rápida vista de olhos para a crescente ciência cristã que se ia libertando,

---

(1) Foi o dr. Pedro Nunes, que, aliás, viveu no século XVI. (*N. do T.*)

desde a época em que deixou de seguir cegamente o Islão e pensou e até inventou por si mesmo. Em outro capítulo vimos alguma coisa da duradoira e penetrante influência da tradição grega, muçulmana e hindu no pensamento ocidental, que conquistou absolutamente todos os seus rivais; não devemos esquecer que é necessário certo trabalho original e digno de confiança não só na teoria geográfica como também na exploração prática para explicar o infante D. Henrique e a sua vida — uma vida muito mais de estudioso do que de homem de Estado. E no fim de contas, a invenção de instrumentos, o traçado de mapas e de globos, o cálculo de distâncias não é menos prático do que as viagens mais arrojadas e frutuosas. O que a navegação exige antes de mais é meios de segurança, certa possibilidade de se saber onde se está e para onde se vai, como o uso do magnete permitia aos marinheiros.

«*Prima dedit nautis usum magnetis Amalphis*», diz Beccadelli de Palermo, mas a menção mais antiga da «pedra feia e negra» *(pierre laide et brunette)* no Ocidente é atribuída a um inglês. Alexandre Neckam, frade de S.to Albano, escrevendo por 1180 sôbre «A Natureza das Coisas», diz-nos que êle era empregado comummente pelos marinheiros, não sendo mero segrêdo dos homens de ciência. «Quando êles não podem ver o sol por tempo nublado ou de noite, e não podem dizer que direcção toma a prôa, põem uma agulha por cima de um magnete que gira até que a ponta fica voltada para o Norte e depois pára». Por isso o satírico Guyot de Provins, na sua *Bible* de cêrca de 1210, queria que o Papa fôsse um ponto a indicar a direcção na Fé tão certa como a Estrêla Polar o é para a navegação, «a qual os marinheiros podem ter sempre em frente de si, sem a verem, apenas pela indicação de uma agulha que flutua na água em cima de uma palha, depois de ter sido tocada por um magnete» (1).

Por aqui podemos calcular que não só o magnete era empregado no fim do século XII, mas que fôra conhe-

(1) «*Qui une aiguille de fer boute en un poi de liège et l'atise à la pierre d'aimant bise, s'en un vaissel plain d'yave est mise... dans quel part la pointe vise, la tresmontaine est lá*». *Apud* Ch. la Roncière, *op. cit.*, vol. cit. pág., 33, nota 3.

cido de alguns *savants* muito tempo antes; contudo quando o preceptor de Dante, Bronetto Latini, visita Rogério Bacon em Oxónia, por 1258, e aí lhe mostraram a pedra negra, êle fala dela como coisa nova e maravilhosa, mas com a certeza de, quando a empregassem, despertaria supeitas de feitiçaria. «Ela tem poder de atrair o ferro, e se esfregarem nela uma agulha e a amarrarem a uma palha, de modo que possa flutuar sôbre a água, a agulha voltar-se-á instantâneamente para a Estrêla Polar. Mas nenhum pilôto a podia empregar nem os marinheiros se aventurariam a ir para o mar sob a sua indicação, se levassem um instrumento tão semelhante a coisa do inferno».

É possível que, depois disto, chegasse a vez de Amalfi; talvez fôsse Flávio Gioja ou qualquer outro cidadão daquela antiga república comercial da Idade Média, que desempenhou papel tão importante no preenchimento do vazio entre as duas eras do progresso, quem adaptou o magnete a uma caixa e, relacionando-o com a agulha das cartas, o tornou geral e fàcilmente utilizável. Isto foi, certamente, antes das primeiras viagens do infante D. Henrique que não duvidou de êle ser empregado até pelos navegantes de cabotagem que, além das viagens costeiras, «nom sabem mais teer agulha nem carta pera marear» (1).

Seja como fôr, parece que desapareceu o preconceito e que a agulha de marear entrou em favor, pelo menos entre os navegadores italianos e os seus discípulos espanhóis, nos primeiros anos do século XIV, ou nos últimos do século XIII, e que, quando os Dórias partiram para a Índia por mar em 1291, e a esquadra de Lisboa saíu para as ilhas orientais em 1341, levavam com êles qualquer espécie de guia natural, além das histórias dos viajantes e das suas próprias suposições. Pela mesma época (± 1350), a matemática e a astronomia principiaram a estudar-se em Portugal, e os dois irmãos do Infante, o rei D. Duarte e o grande regente D. Pedro deixaram o seu nome ligado às observações e às investigações científicas. Por isso, D. Pedro, nas suas viagens através da maior parte da Cristandade, reüniu valiosos

(1) Zurara, *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, cap. IX. (*N. do T.*)

materiais para os descobrimentos, especialmente um original de Marco Polo e um mapa, que lhe deram em Veneza, o qual tinha tôdas as partes da Terra descritas e de que o infante D. Henrique recebeu grande impulso (1).

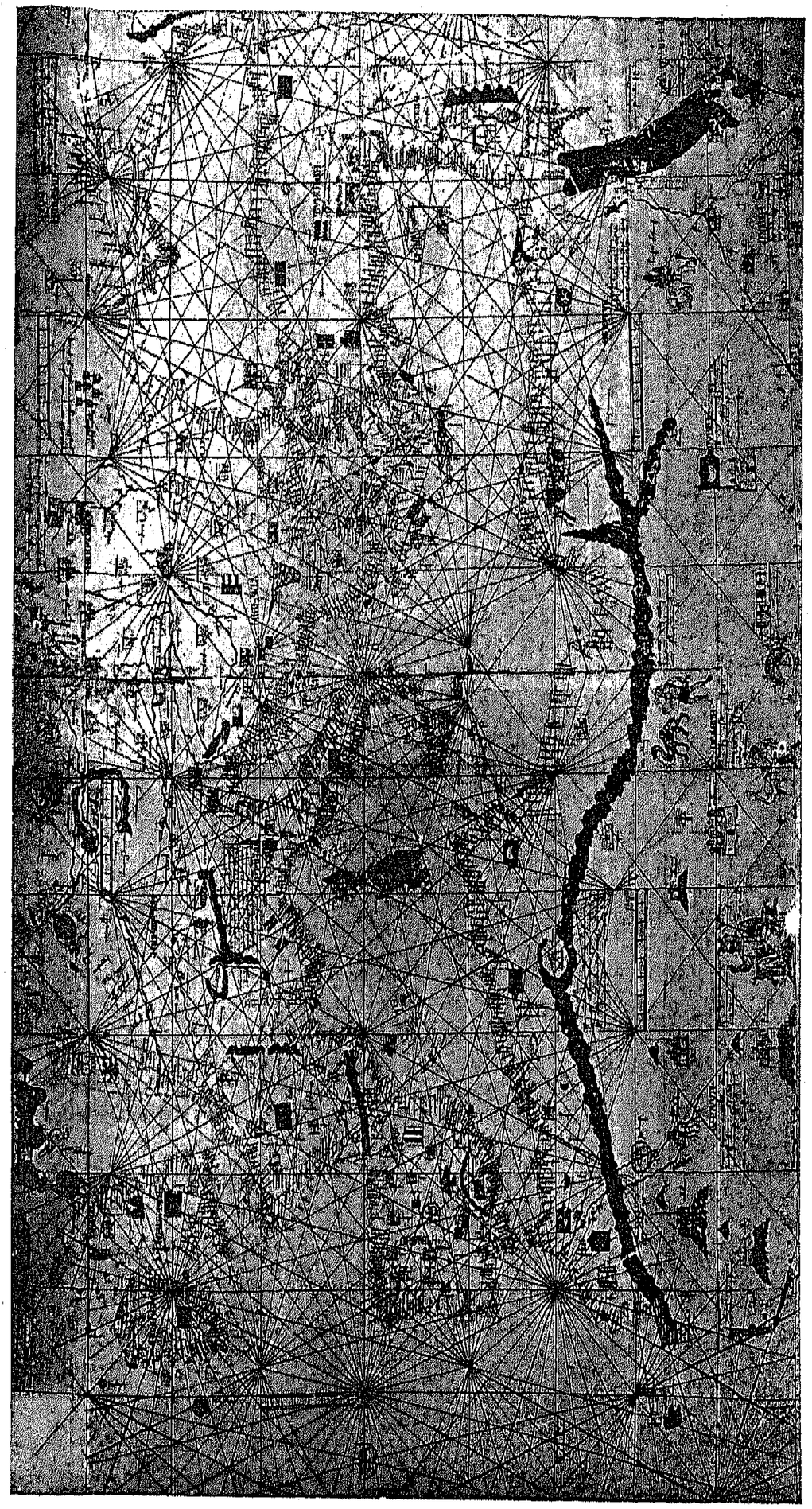
Os bons mapas eram-lhe, na realidade, tão valiosos como se fôssem bons instrumentos, e êles são provas muito mais claras do ponto a que chega o conhecimento geográfico. Há, pelo menos, sete mapas famosos (que chegaram até nós ou que nos foram descritos) dos séculos XIV e XV, os quais dão uma idéia aproximadamente exacta daquilo que o tempo do Infante e do pai pensavam e sabiam a respeito do mundo — alguns dos quais pelo menos se supõe que o próprio Infante usou, e cada um dos quais segue algum progresso na exploração.

Primeiramente é o mapa veneziano de Marino Sanuto, desenhado por 1306, e que deu forma gráfica às idéias inspiradoras das primeiras viagens no Atlântico. Neste mapa, o sul da África é banhado pelo mar como os Vivaldos esperavam encontrá-lo; mas a velha história de uma zona central «desabitada por causa do calor» ainda tem oportunidade, ajudando a confirmar a noção de mares tropicais, «sempre a ferver devido ao sol», lenda que se manteve durante tanto tempo. Além disto, no mapa de Sanuto não há provas de que alguém estivesse na realidade a dar a volta à costa de África; D. Henrique não foi antecipado e é com dificuldade que podemos conceber que êle tenha sido muito auxiliado por êste hipotético salto na escuridão (2).

---

(1) Parece ser lenda sem qualquer fundamento sério a existência desta carta trazida por D. Pedro ao irmão. Cremos que o primeiro a divulgar tal notícia foi António Galvão, na sua obra célebre, recentemente reeditada. E êste passo foi conscienciosamente anotado pelo sr. Visconde de Lagoa, remetendo nós por isso o leitor para essa obra (pág. 122, nota 3). Veja-se também o parecer exaustivo do dr. António Ribeiro dos Santos, *Sobre dois antigos Mappas Geograficos do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaça,* publicado nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, tom. VIII, parte II, pág. 275 e ss. (*N. do T.*)

(2) Sanuto (ou Sanudo) apensou êste mapa, como prova, à sua obra *Liber secretorum fidelium Crucis* em que propunha ao Papa uma Cruzada contra os Infiéis, a qual se devia fazer pelo ataque ao Egito e, simultâneamente, pelo Mar Vermelho, para o que se impunha o périplo da África. Cremos que, nos tempos modernos, é a primeira voz que aparece a lembrar a possibilidade de se rodear a África, con-



PLANISFÉRIO DE ANGELINO DULCERT (1339)
(Da Biblioteca Nacional, de Paris) (*Ver o índice dos mapas*)

Mas o mapa florentino de 1351, conhecido por portulano Laurentino, é, segundo tôdas as aparências, um resumo dos descobrimentos de 1341 e 1346, e um progresso maravilhoso do trabalho de conjectura, se nada mais fôr, porque não só a África é apresentada como ilha, mas as linhas gerais da sua costa são sesenhadas com muita aproximação; na parte oriental dão registados até ao Bojador os cabos, as baías e os rios, e, pela primeira vez, aparecem juntos os três grupos de ilhas atlânticas — Açores, Canárias e Madeira. Para além, os nomes escasseiam, e na grande reentrância do gôlfo da Guiné, exageradíssima, não há nada a demonstrar com certeza quaisquer descobrimentos, o que leva a supor que êste mapa foi feito com dois intentos. Primeiro, compendiar os resultados de viagens recentes; em segundo lugar, e principalmente, lançar teorias geográficas baseadas na tradição e na inferência, aquilo que os antigos haviam dito e aquilo que os coevos podiam imaginar.

Muito tempo depois de ter passado para o ocidente a supremacia dos italianos na exploração, a ciência italiana mantinha ainda o domínio da teoria geográfica: os mapas venezianos dos irmãos Pizzigani em 1367, do convento camaldolense de Murano em 1380 e 1459, e as obras de Andrea Bianco em 1436 e 1448 são as mais importantes cartas medievais depois da Laurentina, e nestas devemos incluir a que acima citamos como tendo sido dada em 1425-8 ao irmão de D. Henrique, D. Pedro, na sua visita a Veneza. Êste tesoiro desapareceu, mas pessoas do tempo de D. Henrique e dos posteriores, que o viram no mosteiro de Alcobaça, dizem que mostrava «tanto ou mais descobertas no tempo passado do que hoje». Ainda que os seus dizeres sejam uma verdade aproximada, são em si prova bastante da supremacia e quási monopólio dos italianos na teoria geográfica.

---

tra tôdas as idéias de Ptolomeu, embora o sr. dr. Duarte Leite (*Coisas de Vária História*, Lisboa, 1941, pág. 18, nota 1) nos diga que a «presença de uma frota cristã no Índico não exige aliás que ela circundasse a África, visto como nos fins do século XIII se construiram em Bagdad galés, que descendo o Eufrates entraram no gôlfo Arábico e foram até o mar Roxo». (*N. do T.*)

Com o ano de 1375 e o mapa catalão desta data, que se refere em especial à viagem catalã de 1346 e se pode considerar resultante da mesma, chegamos ao paralelismo dos espanhóis; mas até à morte de D. Henrique em 1460, os desenhadores italianos estiveram na posse dêsse monopólio, e o grande mapa de Fra Mauro, de 1459, prova e resultado, em grande parte, da obra do Infante, só podia ser desenhado por Venezianos para os homens cujos descobrimentos êle registava.

Há, todavia, outro ponto na ciência cartográfica italiana que vale a pena recordar. Numa época em que a maior parte dos mapas apareciam cobertos de monstros e de legendas, quando a cartografia era meio mítica meio errada, os navegantes costeiros do Mediterrâneo tinham levado os seus portulanos ou mapas marítimos a resultados muito diferentes. Como? Acertariam por acaso? O grande explorador e cartógrafo sueco, Barão de Nordernskiöld diz que «êles nunca haviam tido por objecto ilustrar as idéias de qualquer autor clássico, de qualquer prelado erudito ou as lendas ou devaneios das proezas cavalheirescas da Côrte de qualquer senhor feudal, mais ou menos erudito». Eram simplesmente guias para os marinheiros e mercadores dos portos do Mediterrâneo; raras vezes eram desenhados por homens de estudo, e em troca pouca atenção lhes davam os geógrafos eruditos, os teóricos dos séculos XV e XVI.

Mas êstes mapas de marinheiros práticos, com a sua precisão quási moderna, estão num contraste maravilhoso com os resultados da teoria livre, tal como se vê em Ptolomeu e nos geógrafos árabes, e nos mapas fantásticos, como o mapa-mundi de Hereford, tão bem conhecido na Inglaterra. Esboços cartográficos desta espécie desconheceram-se de gregos e romanos, tanto quanto sabemos. Os velhos périplos eram indicações de rotas, não desenhadas mas escritas, e a única carta costeira árabe conhecida foi copiada de uma italiana. Mas a partir dos começos do século XII, senão antes, o Mediterrâneo ocidental tornou-se conhecido dos marinheiros cristãos — pelo menos daqueles ligados ao comércio e ao intercâmbio no grande mar interior — devido a êsses guias práticos.

A partir dos meados do século XIII, quando o emprêgo da bússola começou a fazer-se nas costas

do sul da Europa, os portulanos principiaram a desenhar-se com o seu auxílio, e pelos fins do mesmo século, cêrca da época do nosso mapa de Hereford (± 1300), estas cartas tinham alcançado a correcção que vemos e admiramos nas que nos restam do século XIV. De quatrocentos e noventa e oito exemplares desta espécie de mapas práticos que possuímos, não há um só anterior a 1311. Entre êstes exemplares não só o conjunto dos materiais, mas os exemplares mais importantes, não só quatrocentos e treze de entre os quatrocentos e noventa e oito, mas todos os mais famosos e perfeitos de entre êstes, são italianos. A série principia com a carta de Vesconte, datada de 1311, e com a de Dulcert, de 1339, e o traçado dêstes dois é fielmente reproduzido, por exemplo, no grande mapa holandês dos Barentszoons (± 1594), porque o tipo fixado uma vez no século XIV, mantém-se firmemente durante o XV e o XVI. O tipo teve tal duração por ser digno de confiança; tôdas as partes da costa mediterrânea eram desenhadas sem grandes êrros ou desproporções, até no ponto de vista moderno, ao passo que os pormenores do trabalho ministraram tudo aquilo de que precisavam os marinheiros práticos. É evidente que êstes pormenores existiram nas linhas das costas, nas embocaduras dos rios e nos promontórios; apenas tocava nos aspectos das terras junto do mar. Os portulanos não aspiravam a outra coisa senão a serem cartas marítimas, e cada vez seriam menos dignos de crédito se procurassem preencher os espaços em branco no interior das terras. Por isso, devemos considerar a mais elevada classe dos mapas teóricos medievais, os que se baseiam nos portulanos, examinando-lhes as linhas de terra, as de água e as das costas. E tais eram os célebres exemplares [1] a que já nos referimos.

---

[1] Os de 1306, de 1351, de 1367, de 1375, de 1380, de 1436, de 1448 e de 1459. *(N. do T.)*

NOTA — Foi o teórico, Raimundo Lúlio (1235-1315), de Maiorca, célebre alquimista, quem se supõe ter sugerido pela primeira vez a idéia de buscar um caminho para a Índia rodeando a África pelo Oeste e pelo Sul. (*N. do A.*)

CAPÍTULO VI

Portugal até 1400

(1095-1400)

O infante D. Henrique [1] é o Herói de Portugal e dos descobrimentos, a figura central da história da sua pátria e o primeiro guia da grande expansão europeia; e o desenvolvimento nacional durante trezentos anos não só faz parte da sua vida, não só foi uma das causas do seu movimento impulsionador, como também foi uma expansão da Cristandade no sentido de um interêsse vivo pelo mundo desconhecido, ou quási desconhecido, que o rodeava.

Os principais factos interessantes da história de Portugal são, primeiro a obstinada e irrequieta independência dos habitantes, sempre rediviva após uma aparente derrota; depois o seu instinto marítimo, que D. Henrique soube transformar em génio explorador e colonizador. Não havia justiça física em a nacionalidade distinta do reino ocidental de Lisboa e no reino oriental de

---

[1] No original «Henrique, o Navegador». É interessante acrescentar que todos os estrangeiros que se têm referido, com mais ou menos desenvolvimento, à figura de D. Henrique o apodam sempre de *Navegador*, nome por que é, em geral, conhecido de todos os estrangeiros, embora a maior viagem marítima por êle empreendida fôsse, talvez, a de Portugal a Ceuta, em 1415, antes de iniciado o grande ciclo dos descobrimentos. (*N. do T.*)

Barcelona. Portugal [1] fazia, essencialmente, parte da Espanha, exactamente como as Províncias Unidas de Guilherme de Orange constituíram parte essencial dos Países Baixos; foi apenas o espírito e a tenacidade da raça que, nos dois casos, deu a alguns provincianos o direito de se transformarem em um povo, direito que foi negado a outros.

Portugal obteve êsse direito com uma luta de trezentos anos, que foi a primeira cruzada contra o Islão; depois com a guerra da independência contra os confrades cristãos de Castela; por fim, com uma guerra civil contra os rebeldes e os anarquistas *(sic)* do interior.

No século XII os cinco reinos da Espanha encontravam-se nitidamente separados dos Estados muçulmanos e uns dos outros; pelos fins do século XV há, apenas, o

(1) A velha Lusitânia romana, mas mais larga ao norte e um pouco mais estreita a leste. Por isso os Portugueses são «Lusos», «Lusitanos», etc., para os poetas. Cf. Camões, *Os Lusíadas*. (*N. do A.*)

Esta é uma questão bastante antiga que surgiu no século XVI, um pouco antes de Camões publicar o seu poema. Embora a maioria dos historiadores tenham procurado ligar os Portugueses aos Lusitanos, considerando aquêles os representantes directos dêstes; apesar de alguns modernos arqueólogos, antropólogos e pre-historiadores terem procurado demonstrar, com larga cópia de argumentos, a filiação étnica dos Portugueses nos selvagens que habitavam o NO. e o extremo leste da Península Ibérica, a verdade é que o problema ainda se encontra por solucionar. Quando os primeiros bárbaros se estabeleceram na antiga Lusitânia já havia séculos — três pelo menos — que as antigas tribos lusitanas se encontravam inteiramente romanizadas e fundidas com os colonos romanos. Posteriormente fêz-se a fusão dos hispano-romanos com os invasores — Visigodos, Suevos e até Árabes e Berberes — que foram os «ingredientes» com que se fizeram os Portugueses. Difícil, se não impossível, é querer separar hoje no sangue dos habitantes de Portugal as gotas de sangue lusitano, porventura nêle existentes. Nem nós precisamos, para nada, de remontar até ao III ou IV século antes de Cristo para estabelecermos uma genealogia que, para alguns historiadores-agiógrafos dos séculos XVI e XVII remontava, pelo menos, até Adão...

É natural que algo do carácter dos Lusitanos — principalmente a nossa indisciplina congénita e a incapacidade para construir a não ser sob regimes de autoridade — se deva aos Lusitanos. Mas nada mais. O resto é apenas orgulho descabido e poesia.

Nos limites desta breve nota apenas afloramos o problema, tomando a liberdade de remeter o leitor curioso para o nosso ensaio *Herculano e os Lusitanos*, no qual expomos, desenvolvidamente, o nosso pensamento. (*N. do T.*)

grande reino central de Fernando e de Isabel, e o pequeno reino da costa ocidental de D. Manuel, *o Venturoso*, herdeiro do infante D. Henrique. Há exemplos, e dos melhores, da sobrevivência dos mais aptos entre as nações, e comparando-a com a da Polónia [1] e do Aragão podemos compreender o significado da sêca e maçadora história medieval do reino de Portugal. O próprio facto de ter existência separada quere dizer alguma coisa para um povo que há dez gerações se governa a si mesmo. Apesar do seu território nunca ter sido mais do que a quarta parte da Península, e a sua população não constituir mais do que um têrço dos de raça hispânica — Portugal, desde os meados do século XII, tem-se conservado só, com menos direitos a essa independência, derivados de qualquer diferença de território ou de sangue, do que a Irlanda ou a Navarra, sempre a combater inimigos externos, do norte, de leste e do sul, e dominando os inimigos do seu próprio interior, ainda piores do que aquêles.

Mas a explicação do desenvolvimento do poder português não reside no seu isolamento, na sua distinção nacional de todos os outros poderes, obstinadamente defendida, mas sim na sua posição central e, por assim dizer, unificadora na história moderna — como guia da Europa e da Cristandade para mundos mais vastos, o que caracteriza a diferença real entre a Idade Média e os nossos dias.

O infante D. Henrique insuflou nos seus compatriotas o espírito dos velhos aventureiros nórdicos, aquêle apetite ilimitado por novos conhecimentos, novos prazeres, novas vistas, novos sons, que estão na base das explorações dos séculos XV e XVI — a exploração de metade da superfície do mundo, o achamento de um novo continente ao sul e a oeste, e a abertura das grandes vias marítimas à volta do mundo. O resultado científico de tudo isto, partindo da nova prova de um mundo esférico obtida por Magalhães, marinheiro português, e os resultados políticos, iniciados também com os primeiros impérios coloniais modernos, fundados por Vasco da

(1) Quando o Autor escrevia a sua obra, a Polónia, tantas vezes retalhada e subjugada, não recuperara a sua independência. (*N. do T.*)

Gama, Cabral e Albuquerque (1), são demasiado vastos para que lhes façamos aqui mais do que referência por alto, mas esta deve estar ligada ao verdadeiro autor dêsse movimento expansionista. Se é verdade que o elemento industrial domina o desenvolvimento moderno; se a filosofia da utilidade, como expressão dêste elemento, é agora o nosso guia na guerra e na paz; e se a substituïção dêste pelo espírito militar (2) se deva datar dêsse domínio nos mares da Índia, que realizou os desígnios de D. Henrique; — se assim é, os Portugueses são para nós, por meio dêle, alguma coisa como os fundadores da nossa civilização comercial e do Império europeu na Ásia.

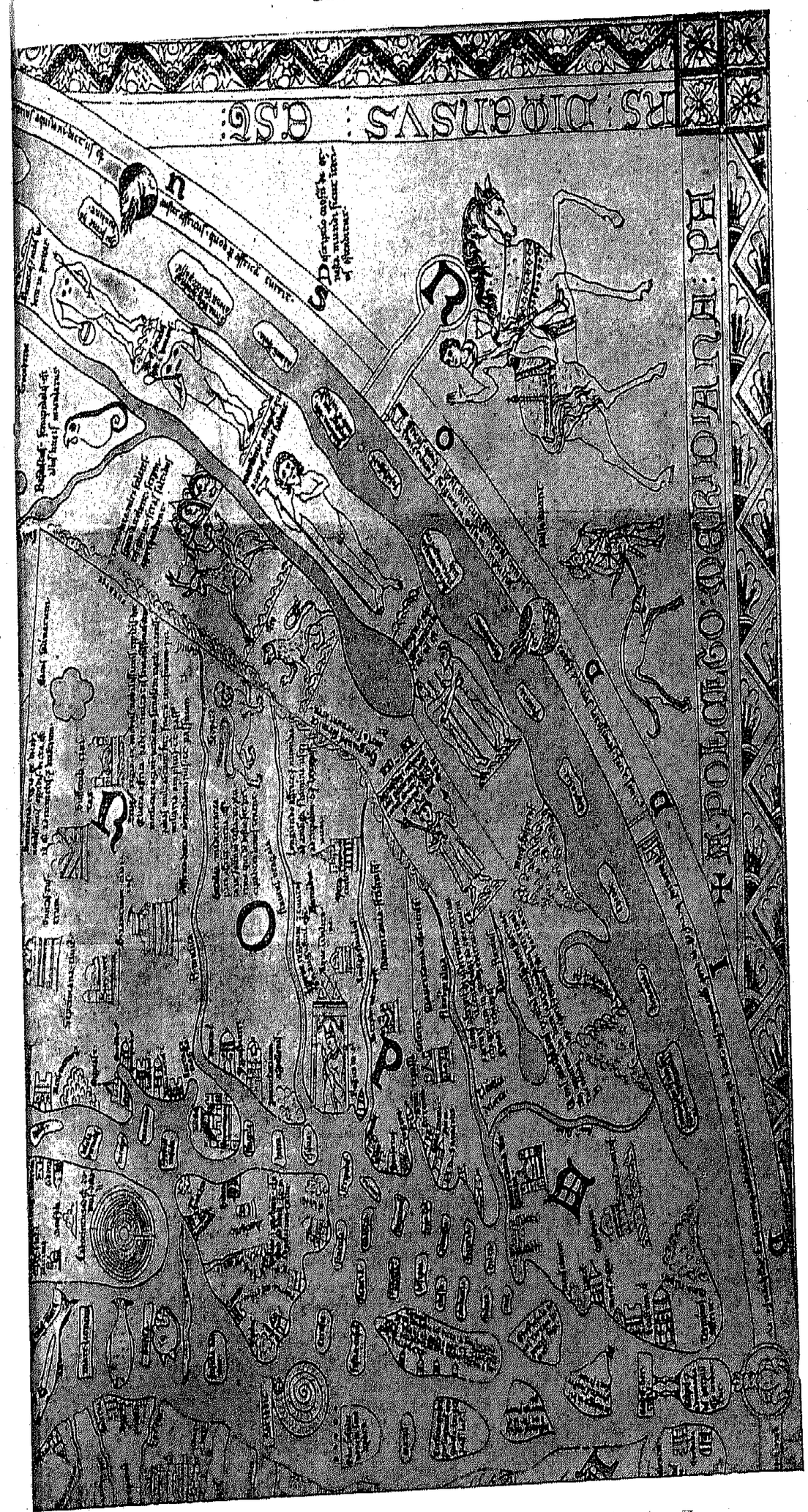
Ao começar o século XV, Portugal — num Renascimento católico, mais que clássico — já atingira a sua vida moderna, umas três gerações antes do resto da Cristandade. Mas a sua história medieval é muito semelhante à de qualquer dos outros cinco reinos hispânicos. Como êles, Portugal militara na expulsão dos Moiros das Astúrias até à Andaluzia, em duzentos anos de frutuosa Cruzada ocidental (1001-1212). Ao mesmo tempo, entre a morte do grande Almançor, último defensor do velho Califado ocidental (1001), e a derrota dos Moiros africanos, que tinham suplantado aquêle Califado, — entre êsses dois factos de triunfo muçulmano e de reacção cristã, o reino português formara-se com o condado cedido em 1095 por Afonso VI de Leão a Henrique de Borgonha (3).

---

(1) Na realidade, o verdadeiro fundador de um império à maneira moderna foi Afonso de Albuquerque. Tanto Vasco da Gama como Álvares Cabral foram, apenas, heróis da epopeia dos descobrimentos. Albuquerque foi muito mais do que isso, porque quis — e chegou a iniciar — a fundação de um vasto Império que consolidasse num todo as partes do vasto mundo descoberto pelos Portugueses. E, a nosso ver, não foi tanto a aflitiva carência de recursos — que tornava irrealizável o ambicionado plano do «Terribil» —, como a incompreensão e a inveja mesquinha dos seus compatriotas, que impediu de levar por diante o pensamento genial do grande guerreiro. (*N. do T.*)

(2) W. H. Lecky, *Rationalism*. (*N. do A.*)

(3) Ainda hoje se ignora como e em que condições o Rei de Leão-Castela fêz essa cedência ao aventureiro borgonhês. A escassez de documentos comprovativos tem deixado larga margem à conjectura de certos historiadores que, longe de esclarecerem, apenas têm complicado o problema. Não nos fica mal, cremos nós, dizer que nada sabemos *de positivo* sôbre êste facto. (*N. do T.*)



A ÁFRICA NO MAPA DE HEREFORD (1275-1300) *(Ver o índice dos mapas)*

Nos trezentos anos imediatos (1095-1383), sob o govêrno dos seus descendentes, que reinaram como Reis em Guimarães ou em Lisboa, podemos seguir uma ascenção gradual, embora embaraçada, até à revolução de 1383, com dois movimentos importantes de expansão e duas recaídas de contradição e de declínio.

Primeiro, vem a formação do espírito nacional por D. Teresa, viúva do conde D. Henrique, e por seu filho D. Afonso Henriques, que, de senhor do Pôrto e de Coimbra, dependente do reino da Galiza (1) e de Leão, se tornou o primeiro Rei livre de Portugal. As suas vitórias sôbre os Moiros com a tomada de Lisboa (1147) e com o dia famoso de Ourique (1139), são seguidas pelas primeiras guerras com Castela e pela época pacífica de organização, nos seus últimos anos, sob a orientação de seu filho D. Sancho, *o Povoador*. Às edificações e às plantações de D. Sancho segue-se a primeira recaída, com a fraqueza de D. Afonso II e a turbulenta menoridade de D. Sancho II. As perturbações constitucionais principiam com a questão de D. Sancho I com Inocêncio III, e com a aparição das primeiras Côrtes nacionais no tempo do chanceler Julião (2).

O segundo movimento de progresso começa com D. Afonso III, *o Bolonhês*, que salva o reino da anarquia e conquista os Algarves, na costa meridional, ao Islão; que, pela primeira vez, estabelece a aliança da Coroa e do povo contra os nobres e o clero (3), e, assim fortalecido, desafia o interdito de Urbano IV.

D. Dinis, seu filho bastardo (4), e por cuja legiti-

---

(1) Aliás «condado». (*N. do T.*)

(2) As primeiras Côrtes portuguesas de que há notícia concreta são as de 1211, realizadas em Coimbra, no começo do reinado de D. Afonso II. Ignorámos onde o Autor colheu a informação que regista na sua obra. (*N. do T.*)

(3) É no início do seu reinado, em 1254, que nas Côrtes realizadas em Leiria, parece que, pela primeira vez, tomaram parte representantes dos concelhos. A recente Realeza, ainda impotente para enfrentar os turbulentos senhores e o exigente alto clero, viu que só apoiando-se no povo poderia contrabalançar o poder dos seus inimigos. Posteriormente, vencida a Nobreza e o Clero, coube ao Povo a vez de suportar o jugo que ajudara a firmar. (*N. do T.*)

(4) Êste é outro dos problemas curiosos da nossa história medieval, D. Afonso III, tendo-se retirado para França, ainda durante o reinado do irmão D. Sancho II, casou ali com D. Matilde, senhora do condado de Bolonha, junto do Canal Inglês. Quando os

mação lutou contra Roma, segue-se a D. Afonso III em 1279, e com êle se inicia a vida expansionista de Portugal, a sua marinha, a sua literatura [1], a sua agricultura, a sua justiça e o seu comércio [2].

A segunda recaída pode datar-se da Peste Negra (1348), que ameaçou a própria vida da Nação e deixou uma espécie de fraqueza crónica. O espírito nacional parecia esgotado; intrigas da Côrte e desastres políticos na ordem do dia; a Igreja e as Côrtes ambas impotentes, e apenas úteis para se combaterem mùtuamente.

Mas no renascimento sob o govêrno de um novo chefe, D. João, pai de D. Henrique, e com uma nova dinastia — a casa de Avis — e a sua «Ínclita geração, altos Infantes», nos anos seguintes à revolução de 1383, o antigo fervor religioso e cruzado aparece unido ao novo espírito de aventura, de actividade tenaz, e Portugal torna-se então um grande Estado, porque tôda a nação participa da vida e da energia de uma liberdade mais que recuperada.

Anteriormente à época de D. Dinis, antes do século XIV, pouco há na história nacional a insinuar a primeira vocação descobridora e exploradora na história cristã. Mas devemos recordar alguns incidentes sugestivos e proféticos dos primeiros tempos, se quisermos estar preparados de todo para os mais recentes.

1. — Pôrto, o «pôrto» da Galiza, desde a formação do condado ou «marca» de Henrique de Borgonha, parece ter dado à região o seu nome — «Portugallia» [3]

descontentes e os conspiradores portugueses o procuraram para lhe proporem a chefia da revolução, parece que a razão de Estado lhe impôs a renúncia ao condado e à mulher. Já Rei, procurou assegurar a sucessão, casando com a filha de Afonso X, o *Sábio*, de Castela, que veio a ser a mãe de D. Dinis. Roma, porém, não sancionou o matrimónio, pelo que se considerou ilegítimo o moço infante até à morte de D. Matilde, condessa de Bolonha. (*N. do T.*)

(1) De facto, a vida literária de Portugal parece ter começado na Côrte de D. Afonso III, cujos poetas — trovadores e jograis — foram dos mais brilhantes. A época dionisíaca é já período de decadência da poesia trovadoresca. (*N. do T.*)

(2) Estas afirmações do Autor devem tomar-se em sentido genérico. (*N. do T.*)

(3) Como se sabe, a denominação que a região recebeu, pelo menos até ao rio Douro, foi a de *Portucale*, do nome da *civitas* luso-romana assente no morro da Penaventosa, onde posteriormente se edificou a Sé da actual cidade do Pôrto. O nome de *Portugallia*

primeiro como Estado independente e por último como reino imperial. Como o primeiro centro da vida portuguesa foi um pôrto e a sua primeira fronteira um rio, houve entre o povo uma espécie de vocação natural para a vida do mar, embora ainda adormecida.

2. — Na aliança da Coroa com os municípios, primeiro na regência de D. Teresa, mulher de D. Henrique, após a morte dêste, 1114-1128, e renovada pelo neto D. Sancho, *o Povoador*, e por D. Afonso III, o «Salvador do Reino» [1], temos um exemplo antigo do poder daquela classe que foi a espinha dorsal do grande movimento de expansão, quando a significação desta lhes começava a chegar.

3. — Na tomada de Lisboa, em 1147, por D. Afonso Henriques, filho de D. Teresa, à frente das fôrças indígenas aliadas com Cruzados do norte — Flamengos, Franceses, Alemães e Ingleses, — temos ante os olhos não apenas o ganho de uma cidade, na realidade grande, por um crescente Estado cristão, não apenas o resultado disto na formação de um reino proveniente de um condado, mas a união mais geral do espírito cruzado com as novas nações da Europa. Portugal é o monumento mais duradoiro da energia dos Cruzados; foi esta que robusteceu os «Lusitanos» até fazerem frente aos Moiros e a Castela; e foi esta que fêz surgir a inclinação marítima do pequeno reino ocidental e impeliu o seu interêsse para o único lado onde isso pudesse vir a ser de grande utilidade geral. Podem dizer que as Cruzadas, no exterior, e a política dos homens de Estado, no interior, tornaram os Portugueses aptos a dirigir a expansão da Cristandade, e possível a obra do infante D. Henrique. O auxílio estrangeiro prestado em Lisboa em 1147 foi apenas uma repetição, em grande escala, daquilo que há muito tempo vinha sendo feito em menor, e foi prestado repetidas vezes até à conquista final das re-

parece ser um vocábulo erudito de criação muito posterior, talvez por influência da crença de que o nome de *Portugal* proviesse, como queria um distinto escritor há anos falecido, de *Portus Gallia* ou *Portus Gallorum* (?!) e não da evolução fonética natural de *Portucale* > *Portugal*. (*N. do T.*)

(1) Quando assumiu a regência, após a deposição de D. Sancho II, o Conde de Bolonha recebeu o título de «Visitador e Defensor do Reino». (*N. do T.*)

giões do sul, entre o cabo de S. Vicente e o Guadiana (± 1250); o reino europeu ficou totalmente formado e a reconquista da Espanha ocidental aos Muçulmanos completara-se.

4. — E após ter passado a era das Cruzadas, ficou o intercâmbio de Portugal com a Inglaterra, a Flandres e as costas do Mar do Norte, que D. Dinis e os Reis do século XIV receberam e aproveitaram, até que, com a nova casa real de Avis, na infância de D. Henrique, êste elemento marítimo e comercial se tornou o mais importante do Estado, até mesmo o interêsse do Govêrno.

E assim, a partir do tratado comercial de 1294 entre os mercadores de Lisboa e os de Londres, encontramo-nos para além do período de lutas, e antes da morte de D. Dinis (1325), já há muito, mais progresso no mesmo sentido. O tratado inglês de comércio é seguido de outros similares com a França e a Flandres, ao mesmo tempo que, não só para proteger êste comércio como também para provar a sua camaradagem ou a sua rivalidade com as repúblicas marítimas da Itália, D. Dinis, *o Lavrador,* (1), mandou construir a primeira armada portuguesa, criou um novo cargo no Estado para o seu comando e deu-o a um marinheiro genovês, Manuel Peçanha, em 1317. Com o novo Almirante-mor principia a era hispano-italiana das viagens marítimas, e o redescobrimento das Canárias em 1341 é o primeiro resultado da aliança (2). Em 1353 o velho tratado de 1294 é ampliado e salvaguardado por novas cláusulas assinadas em Londres, como garantia contra futuras perturbações nos tristes dias iminentes sôbre Portugal.

Para a geração seguinte (1305-1380) a política nacional encontra-se ligada às intrigas espanholas, e perdeu quási tôdas as referências a êsse vasto mundo, ao que o reino voltou com a revolução de 1383, a derrota de Castela no campo de Aljubarrota e a subida de D. João de Avis ao trono. Portugal, uma vez mais, intensamente,

(1) Os versos populares dizem que «El-Rei D. Dinis fêz tudo quanto quis». (*N. do A.*)

(2) A prova mais concludente da nossa actividade marítima anterior ao Infante dá-no-la, principalmente, a conhecida carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, publicada várias vezes em épocas recentes. (*N. do T.*)

PLANISFÉRIO GENOVÊS DE GIOVANNI DI CARIGNANO (± 1320)
(Do Arquivo do Estado, de Florença) (Ver o índice dos mapas)

de modo estritamente nacional (dir-se-ia quási provinciano), volta, nos assuntos peninsulares, à sua velha ambição de ser, não um pêso na política hispânica, mas parte do grande todo da Europa marítima e comercial. Deixando quási de ser hispânico, Portugal ficou, devido a essa troca de interêsses, apto a desempenhar o seu papel de seguir

«Por mares nunca dantes navegados».

Deveu-se isso a um caso de amor, que seguiu a crise. D. Fernando, *o Formoso,* o último da casa de Borgonha a reinar em Lisboa, tornou-se escravo da pior das suas súbditas, o génio mau dêle e do seu reino – D. Leonor Teles. Por amor dela quebrou o contrato de casamento com Castela (1372) e atraiu sôbre si a vingança de D. Henrique de Trastâmara, que o Príncipe Negro de Inglaterra combatera e estivera a ponto de vencer em Navarrete, mas que por fim frustou todos os seus inimigos — D. Pedro, *o Cruel,* D. Fernando de Portugal e o príncipe Eduardo de Crécy e de Poitiers.

Por amor de D. Leonor, D. Fernando arrostara com o grande motim da plebe de Lisboa, quando o alfaiate Fernão Vasques, à frente dos seus partidários, se dirigiu ao Paço, arrombou as portas e obrigou o Rei a jurar manter o casamento castelhano que contratara. Por amor dela quebrou a palavra dada aos mesteirais, como quebrara a que dera aos nobres e ao Monarca seu irmão.

O povo andou à procura da própria D. Leonor pelos corredores do Paço, mas em vão; tinha fugido à justiça sumária, para Santarém. Naquela mesma noite, D. Fernando foi juntar-se-lhe. A são e salvo na sua fortaleza mais poderosa, reüniu um exército e marchou contra a capital. A população dispersou; Fernão Vasques e os outros cabecilhas foram decapitados. E, sem mais demora, o Rei de Portugal, então no Pôrto, casou com a sua apaixonada, nas barbas do próprio marido, de Castela e do seu povo.

Há uns versos que dizem que quando os Reis o querem, de nada valem as leis. Porém, embora em vida de D. Fernando a nobreza e o povo se submetessem, a tempestade estalou novamente quando êle morreu em Outubro de 1383. A Rainha governara pràticamente

durante os últimos dez anos, e o reino parecia que ia voltar a ser província da Espanha. D. João, mestre de Avis, pai do infante D. Henrique e irmão bastardo de D. Fernando, era o chefe do partido nacional, e D. Leonor procurara, em vão, ver-se livre dêle, calado e perigoso como era. Forjou cartas em seu nome e procurou fazer prendê-lo; como o Rei não o queria mandar executar sem julgamento, ela forjou também a ordem e remeteu-a imediatamente ao alcaide do castelo de Évora, onde o Mestre se encontrava prêso. Êle, porém recusou-se a obedecer sem outras provas, e D. João conseguiu escapar e chefiar a restauração nacional.

À morte de D. Fernando, a viúva tomou conta da Regência em nome de D. Beatriz, sua filha, que acabara de casar com o Rei de Castela. A sujeição futura de Portugal era questão de tempo, se o povo se não levantasse e não instaurasse, mais uma vez, a monarquia e o govêrno nacionais. Assim aconteceu em Dezembro de 1383. Sob o comando de D. João de Avis, os patriotas despedaçaram os amigos da Rainha e prepararam-se para defrontar os seus aliados de Castela. A luta decidiu-se no dia 14 de Agôsto de 1385, no campo de Aljubarrota. Castela foi, finalmente, derrotada, e a nova era, a da nova dinastia, principiou. Sob a chefia do rei D. João I e de seus filhos D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, os Portugueses passaram do negrume da sua escravidão para a luz e a vida da sua idade heróica.

O fundador da Casa de Avis, D. João *de Boa Memória*, é a grande figura de transição da história da sua pátria, porque no seu reinado acabou a época do reino simplesmente europeu, começando então a dos descobrimentos e do império. Os limites do território e da população, bem como o tipo de govêrno e de política, quer interna, quer externa, assegurados pela sua vitória e pelo seu reinado, são permanentes em si mesmo, e mantém-se, como condições de êxito, à base do desenvolvimento dos cem anos imediatos.

Até o rumo dos interêsses portugueses, em direcção ao mar e ao sul, é decidido pela sua intervenção, a sua aliança com a Inglaterra, o seu impulso ao comércio, as suas guerras contra os Moiros. Porque nos meados do seu reinado, pela época da conquista de Ceuta (1415), o infante D. Henrique, seu filho terceiro, atingiu a maioridade.

No entanto, o trabalho pessoal do rei D. João (1383-1433) é mais de consolidação e de preparação de recursos para a acção futura, do que o de tomar qualquer parte nessa acção. O seu espírito era mais prático do que profético, mais de senso comum do que criador; mas, com a sua regeneração da Côrte, do comércio, da sociedade e dos serviços públicos do reino, êle tornou o seu povo apto para desempenhar êsse papel, e ser durante algum tempo a gente mais avançada de todo o mundo.

Primeiro que tudo, fundou uma monarquia fortemente centralizadora, como as que caracterizaram o século XV em França, na Inglaterra e na Rússia. O espírito e o alvo de Luís XI, dos Tudores e de Ivã III eram os mesmos de D. João I de Portugal (1): — dirigir e governar todos os sectores, tôdas as pessoas, tôdas as causas eclesiásticas e civis, supremo em todos os domínios. O Mestre de Avis fôra escolhido pelo povo; a populaça de Lisboa e os seus chefes haviam sido os primeiros que ousaram lutar a seu favor; mas êle não queria ser simplesmente Rei dos Parlamentos. Preferia reinar com a ajuda dos seus nobres. Embora desconfiasse do feudalismo, receava as Côrtes ainda mais. Por isso, enquanto, na maior parte das novas monarquias da Europa, a sujeição ou a humilhação da nobreza era a primeira lei da política, D. João procurou seguir o seu caminho por meio de dádivas pródigas, ao mesmo tempo que combatia o feudalismo no govêrno, dimi-

(1) Na realidade, é antes a D. João II, bisneto do *Rei de Boa Memória*, que podemos comparar os Reis citados pelo Autor. É verdade que é com D. João I que principia a desabrochar a idéia de uma monarquia centralizadora, o que pode demonstrar-se com muitas das leis publicadas durante o seu reinado. Mas o antigo Mestre de Avis devia demasiado à nova nobreza, que criara, e ao povo, que o ajudara, para pensar em firmar o poder real sôbre os três Braços em que a população do reino se agrupava. Foi necessário o longo trabalho de anos, quer dos legistas, quer dos próprios Reis; foi preciso que a acção pessoal do infante D. Pedro, as infantilidades e as liberalidades de D. Afonso V, o esfôrço ingente dos descobrimentos e o exemplo de além fronteiras preparassem o terreno para que se desenvolvesse o poder absorvente do *Príncipe Perfeito*, que o *Rei Venturoso* consolidaria. D. João I é um precursor; Luís XI, Henrique VIII e Ivã III são já frutos da árvore por outros plantada. (*N. do T.*)

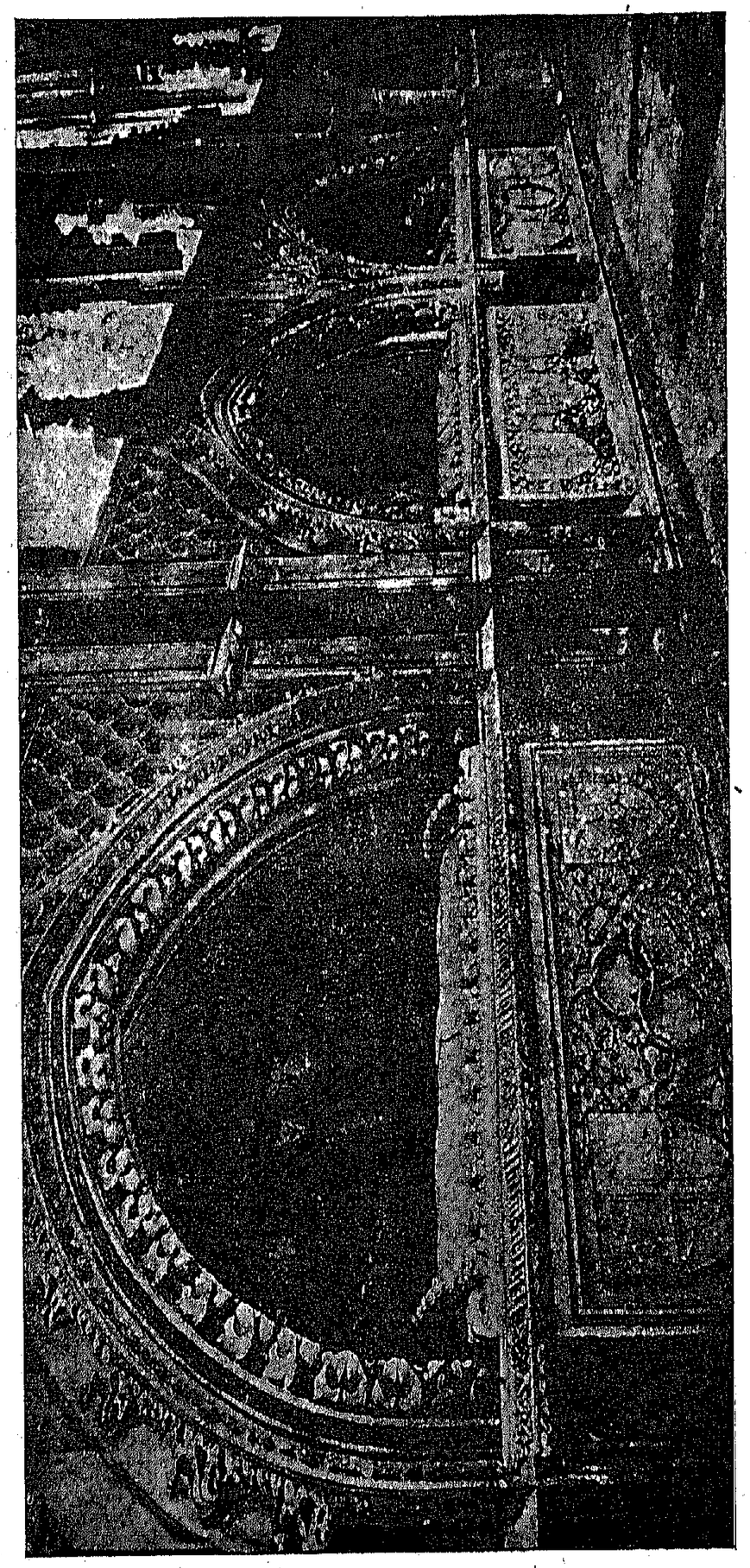
nuindo as imunidades locais, e garantindo as liberdades das cidades contra os nobres usurpadores.

Havemos de ver os resultados disto na vida do infante D. Henrique; por agora há apenas espaço para indicar o facto geral. As outras linhas do govêrno nacional de D. João — a reforma da justiça, a imposição da língua vernácula nos diplomas legais e oficiais em vez do latino, a tentativa de publicação do primeiro código de leis portuguesas, a fixação da Côrte na verdadeira capital nacional de Lisboa [1] — apenas devem relacionar-se com a vida do seu filho como auxiliares daquela unidade política consciente sôbre que assentou a obra de D. Henrique.

O mesmo resultado teve a sua política exterior, que nada mais foi do que as velhas normas de D. Dinis. Neutralidade sistemática com a Espanha e aliança comercial com a Inglaterra e as nações setentrionais, eram as únicas garantias sensatas do reino restaurado; mas desempenharam outro papel além do de simples defesa, despertando a perícia náutica, o conhecimento da terra e até a cobiça dos mercadores portugueses. Nos mercados de Bruges e de Londres, «os mestres da agricultura da Europa», os compatriotas de D. Henrique encontravam-se com os viajantes e mercadores da Itália, de Flandres, da Inglaterra e das cidades hanseáticas, e obtiveram algumas idéias do curso e dos lucros do comércio terrestre e da Índia e do remoto Oriente, ao mesmo tempo que em Nîmes e em Mompilher viam a malagueta e outros produtos das caravanas do Saará e da Guiné.

Os tratados de Windsor e de Paris, de 1386 e 1389; o casamento do próprio D. João com D. Filipa, filha do velho e «respeitável João de Gante» e complacente «Lencastre», e a conseqüente aliança entre a Casa de Avis e a Casa do nosso Henrique IV, são provas de uma Tríplice Aliança, não escrita mas bem compreendida, da Inglaterra, da Flandres e de Portugal, a qual foi fortalecida pelas Cruzadas e por uma política comercial e familiar. E por meio desta amizade tomou corpo o que é hoje a

(1) Definitivamente, só com D. Manuel é que a Côrte se fixou em Lisboa, embora D. João I e os seus sucessores ali vivessem a maior parte do tempo. (*N. do T.*)



TÚMULOS DOS INFANTES NO MOSTEIRO DA BATALHA

principal actividade exterior da vida portuguesa, interêsse pelo comércio, que foi o começo de uma emprêsa descobridora e colonizadora. Por último, além de bom govêrno, além de salvar o reino e de o manter na senda mais próspera, Portugal deveu ao rei D. João e à sua espôsa inglesa a educação de cinco filhos: D. Duarte, *o Eloqüente,* D. Pedro, o grande regente, D. Henrique, *o Navegador,* o condestável D. João e D. Fernando, *o Santo* — primos do nosso Henrique V, o vencedor de Azincourt.

D. Duarte, herdeiro de D. João I e seu infeliz sucessor (1433-8), infeliz como muitos príncipes literatos, mas digno de tudo o que a coragem, a honestidade e os melhores dotes merecem, foi bom administrador, bom filho, bom irmão, bom legista e um dos primeiros escritores da sua língua portuguesa. Como pupilo do grande chanceler de seu pai, o dr. João das Regras, deixou um tratado *Do Regimento da Justiça;* como rei, dois outros, *Da Misericórdia* e um *Leal Conselheiro;* como cavaleiro, um *Livro da ensinança de bem cavalgar* [1]. Pelo que respeita ao nosso propósito foi ainda mais: esteve sempre ao lado do seu irmão D. Henrique, ajudou-o nos seus planos e deu à sua emprêsa apoio em ocasião crítica, quando parecia prestes a afroixar em face de dificuldades infinitas.

Mas o braço direito do Infante foi o seu irmão D. Pedro, *o das Sete Partidas,* que, após ter visitado tôdas as terras da Europa ocidental e combatido com os Cavaleiros Teutónicos contra os Prussianos pagãos, trouxe para Portugal, para se empregar nos descobrimentos, essa grande quantidade de materiais sugestivos, orais e escritos, constituídos por mapas, planos e livros que foram empregados pelos marinheiros de D. Henrique nas primeiras viagens oceânicas.

D. Henrique confiava nos seus juízos e pareceres mais do que nos de qualquer outra pessoa, e, depois da morte de D. Duarte, deveu-se a êle, como Regente, que o generoso apoio do passado fôsse mais do que mantido, pelo que se encontraram muitos navios e homens para dobrar

---

(1) Dos livros que D. Duarte escreveu apenas se encontram publicados os dois últimos. (*N. do T.*)

o Cabo Verde, e que o filho e herdeiro de D. Duarte, D. Afonso V, foi educado no espírito do pai e do tio para lhes suceder na direcção da expansão de Portugal e da Cristandade.

D. João e D. Fernando, os dois irmãos mais novos de D. Henrique, não tiveram muita importância nesta obra, embora ambos possuíssem a mesma qualidade rara que os dois Infantes mais velhos, e o desastre mais grave da vida de D. Henrique, a campanha de Tânger, está intimamente ligado à sorte de D. Fernando, «o Príncipe Constante». Mas, como passámos da primitiva história de Portugal para a era das suas grandes realizações, seria difícil duvidar ou esquecer que a mãe do Navegador também conta para alguma coisa no aperfeiçoamento dos heróis da sua casa. É por seu intermédio que o Príncipe lusitano dos versos de Thomson é meio inglês: «O príncipe lusitano que, sob inspiração celeste, levou a humanidade a amar a glória útil, e que ligou todo o mundo num comércio sem limites».

CAPÍTULO VII

A posição e os desígnios de D. Henrique na época das suas primeiras viagens

(1410-1415)

Then from ancient gloom emerged
The rising world of trade: the genius then,
Of Navigation, held in hopeless sloth,
Had slumbered on the vast Atlantic deep
For idle ages, starting, heard at last
The Lusitanian Prince, who, Heavem-inspired,
To love of useful glory roused mankind,
And in unbounded commerce mixed the world. (1)

THOMSON, *Seasons, Summer*, 1005-1012

O terceiro filho de D. João I e de D. Filipa foi o infante D. Henrique, duque de Viseu (2), mestre da Ordem de Cristo (3), governador dos Algarves, nascido a 4 de Março de 1394, o qual poderia viajar de Côrte para Côrte como o irmão D. Pedro, mas recusou tôdas as ofertas

(1) «Então brotou, da antiga obscuridade, o nascente mundo do comércio: então o génio da navegação, que cheio de inércia sem esperança, estivera adormecido, durante eras de indolências, nas vastas profundezas do Atlântico, ao partir, ouviu, por fim, o Príncipe lusitano que, sob inspiração celeste, levou a humanidade a amar a glória útil e ligou todo o mundo num comércio sem limites». (*N. do T.*)

(2) Foi no regresso da expedição a Ceuta que D. João I criou os primeiros duques portugueses, respectivamente o infante D. Pedro, duque de Coimbra, e o infante D. Henrique, duque de Viseu. (*N. do T.*)

(3) D. Henrique, não querendo aceitar o mestrado da Ordem criada por D. Dinis, limitou-se ao título de Governador da mesma. (*N. do T.*)

da Inglaterra, da Itália e da Alemanha, e escolheu a vida de um estudioso e de um homem do mar,—retirando-se cada vez mais do mundo conhecido para poder descobrir o desconhecido.

Depois da conquista de Ceuta, em 1415, estabeleceu-se na sua Têrça-Naval de Sagres, próximo de Lagos e do cabo de S. Vicente, e, durante mais de quarenta anos, até morrer em 1460, teve o espírito ocupado com o mar que se estendia desde aquêle promontório rochoso até ao Ocidente e ao Sul desconhecidos. Só duas vezes regressou, durante algum tempo, à vida política; no restante, embora respeitado como árbitro das disputas nacionais, e como chefe e mestre do povo, o seu tempo passou-se principalmente a pensar nos seus planos de descobrimento — desenhando os seus mapas, regulando os seus instrumentos, mandando partir os seus navios e recebendo os relatórios dos seus capitães. Os seus fins eram três: descobrir, aumentar a grandeza e a riqueza de Portugal, e espalhar a fé cristã.

1. — Primeiro que tudo, procurava um caminho para a Índia, rodeando a África, por amor da nova ciência em si e pelo poder que êsse conhecimento daria. Como o seu espírito, acima de tudo, se preocupava com o aspecto científico, foi êste aspecto o primordial nos seus planos. Na realidade, procurava descobrir a forma do globo e levar os homens a sentir-se dentro dêle perfeitamente à vontade, para que o mêdo do grande desconhecido existente à volta da pequena ilha do mundo civilizado pudesse apagar-se. Êle estava a dissipar a névoa que durante tanto tempo rodeara a Cristandade, desanimando tôdas as tentativas.

Assim, tôda a questão do mundo e da sua forma, suas terras e seus climas, seus mares e seus continentes, em todos os aspectos da exploração prática, se apresentava ao Infante como teórico; a questão prática que êle ajudou a resolver era apenas uma parte dêsse vasto conjunto. ¿Esta África, que se estendia diante dêle no seu retiro de Sagres, não terminava antes de atingir o polo sul, ou era possível rodeá-la e entrar no Oceano oriental? Desde que o mapa de Ptolomeu entrara em vigor, fôra heresia supô-lo; mas na época das viagens gregas e fenícias o facto fôra imaginado por uns e, talvez, provado por outros.

Os tírios, que o faraó Neco mandara pelo Mar Vermelho mais de seiscentos anos antes de Cristo, ao fim de três anos regressaram com uma história de terem achado que a África era uma ilha, e, portanto, de terem regressado pelo ocidente e pelo norte, através do estreito de Gibraltar.

Após longo tempo de descrédito, a mesma tradição reviveu nos mapas do século XIV, e, apesar das terríveis histórias dos Árabes, D. Henrique pôde, nas primeiras viagens do século XV, encontrar homens capazes de tentarem a perdida esperança de uma via marítima directa da Europa para as Índias. Vimos até onde as cartas e roteiros da época imediatamente anterior a esta haviam avançado no conhecimento do mundo; como o contôrno da costa meridional da Índia foi traçado por Marco Polo, e como êle indicou a ilha de Madagáscar, embora a não visitasse; o mapa florentino de 1351 prova que se poderia adivinhar o traçado aproximado da verdadeira costa de África ainda antes de começar a sua exploração persistente com o infante D. Henrique; as feitorias árabes na costa leste de África e o seu comércio com a costa do Malabar, apesar de serem ainda monopólio cerrado do Islão, tinham levado a estabelecer uma linha de navegação, pronta, por assim dizer, para os primeiros europeus que ali pudessem chegar, e obrigar os pilotos moiros a novo serviço. O descobrimento estava, assim, antecipado quando as costas do ocidente e do sul foram um dia rodeadas.

Além disto, o conhecimento vago da costa da Guiné, já alcançado devido às caravanas comerciais que atravessavam o Saará, foi aperfeiçoado pelo próprio Infante durante a sua permanência em Ceuta, com a certeza de que, se se pudesse ultrapassar o grande bôjo da África para além do Bojador, as suas caravelas atingiriam uma corrente oriental, que passava junto da Costa-do-Oiro e do Marfim, a qual poderia levar direito à Índia, e, de qualquer modo, ficaria ligado ao Mediterrâneo por meio de um tráfico terrestre.

2. — D Henrique estava, também, a fundar um império para a sua pátria sôbre a sua obra de exploração. Ao princípio, talvez pensando apenas que a passagem marítima directa fôsse a possível chave do comércio índico, tornou-se evidente, com cada novo

descobrimento, que o reino europeu podia e devia continuar-se por uma cadeia de fortes e feitorias entre êle e os ricos países por amor das quais tôdas essas costas inóspitas se passavam. Em qualquer dos casos, e aos olhos do homem vulgar, as riquezas do Oriente eram a causa evidente e primária das explorações. A ciência tinha os seus fins próprios, mas, para obter lucro para o seu trabalho, ela tinha de prometer qualquer ganho evidente. E a principal esperança dos capitães de D. Henrique era que as riquezas que então corriam pelas vias terrestres até ao Levante, seguissem, com o tempo, como prémio da ousadia dos Portugueses, pelo caminho marítimo, sem demora ou receio de assalto ou das intromissões dos Árabes, até Lisboa e Pôrto. Isto pagaria todos os incómodos e tôdas as despesas, e imporia silêncio a quantos murmuravam. Porque êste comércio indiano era o prémio do mundo; por amor dêle, Roma destruíra Palmira, atacara a Arábia, dominara o Egito e lutara pelo domínio do Tigre. Pela mesma razão se haviam travado metade das guerras do Levante, e por causa dêle se haviam engrandecido as repúblicas italianas de Veneza, Génova e Pisa.

3. — Por último, D. Henrique era cruzado para lutar com o Islão, e missionário para converter os pagãos. Dêle se pode dizer, exactamente como de Colombo, que se queria fundar um império, êste seria cristão, e os seus capitães, desde a época das primeiras viagens, tinham ordens não só para descobrir e negociar, mas também para converter. Até morrer, esperou encontrar a terra do Preste João, êsse Rei-Sacerdote cristão, semi-verdadeiro, semi-fabuloso, que viveu durante tanto tempo separado da Cristandade pelos Estados maometanos.

Nesta época havia muitas coisas que impeliam a Europa ocidental para o Oriente e para os descobrimentos. Os progressos da ciência e do conhecimento histórico, as narrativas e sugestões dos viajantes, o desenvolvimento das Nações cristãs, a posição de Portugal e o espírito do seu povo — tôdas estas linhas se encontraram, por assim dizer, no tempo, na nação e na pessoa de D. Henrique, e dêsse encontro provieram os resultados de Colombo, de Vasco da Gama e de Magalhães.

Procurámos, nos primeiros capítulos, esboçar a preparação dos descobrimentos do século XV por essas

vias que lentamente se aproximavam do ponto da convergência. Começámos com o conjunto de conhecimentos e teorias àcêrca do mundo, que o Império romano legou à Cristandade, e que na alta Idade Média os Árabes ampliaram, e alguma coisa obtivemos do que disseram os geógrafos muçulmanos, e do que fizeram os guerreiros muçulmanos, do impedimento e também da ajuda que o Islão deu à expansão europeia. Vimos que durante essa grande luta da Cristandade e da velha Ordem contra a barbárie, a principal energia descobridora ou investigadora do nosso mundo ocidental tomou o aspecto de peregrinação. Depois, à medida que o tempo avançava, tornou-se possível ver que os Sarracenos, que haviam começado como destruïdores no sul, se iam tornando mestres e civilizadores na Europa, e que os «Vikings», que, como piratas, pareciam apostados no norte em completar a ruína da civilização latina, na realidade estavam a lançá-la em nova actividade.

Nas Cruzadas esta actividade, que já fundara o reino da Rússia num ponto e chegara à América por outro, parecia passar dos marinheiros nórdicos para tôdas as nações cristãs e para tôdas as classes da sociedade, e com a conversão dos Normandos o seu lugar de descobridores e de guias do mundo cristão ajustava-se aos outros movimentos mediterrâneos do comércio, da guerra e da devoção. Até os peregrinos da época dos Cruzados já não eram característicos: muitas vezes, individualmente, eram membros de outras classes, mercadores, paladinos ou viajantes que, depois de se fixarem firmemente na Síria, começaram a exploração do próximo Oriente.

As três grandes energias descobridoras dos séculos XIII e XIV — viagens terrestres, navegações e ciências — resultavam, no todo ou em parte, das próprias Cruzadas, e seguindo os passos mais importantes das viagens, do comércio e do proselitismo europeu, da Terra-Santa à China, tornou-se cada vez mais evidente que esta busca prática dos tesoiros do Cataio e das Índias era a preparação necessária para as tentativas dos Genoveses e dos Portugueses para abrirem a via marítima como outro caminho mais seguro para a fonte dêsses mesmos tesoiros.

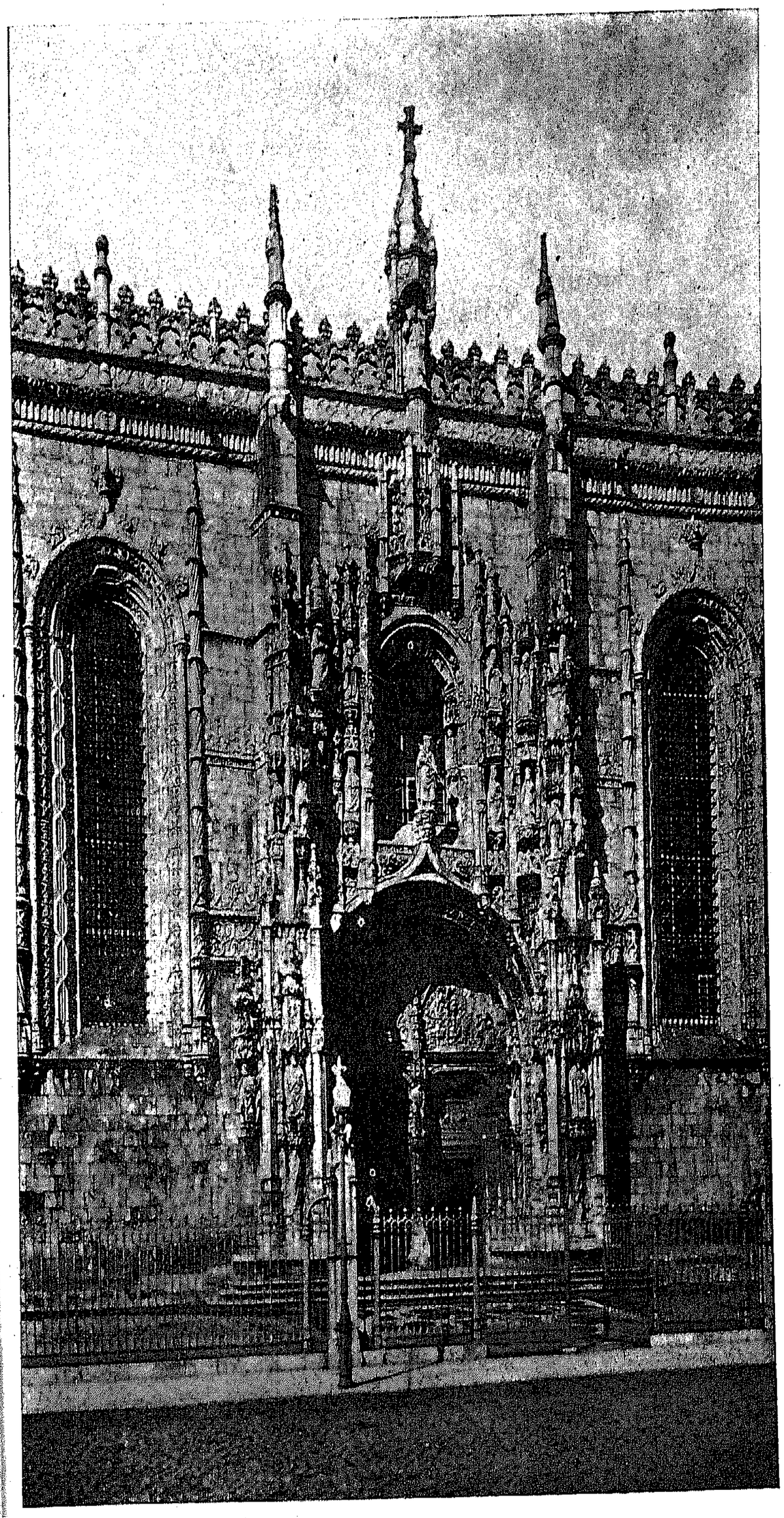
Por último, as aventuras intermitentes e incertas dos marinheiros do século XIV, italianos, espanhóis,

franceses ou ingleses, para rodearem a África ou para chegarem à Índia pela via meridional — atingir um alvo definido sem qualquer plano metódico e claro para lá chegarem — e o renascimento da geografia teórica, que, ao mesmo tempo, procurava preencher as lacunas do conhecimento por tradição, ou por probabilidades — pareciam oferecer contraste evidente e também evidente prefiguração do método do infante D. Henrique. Até os precursores mais próximos, na arte naval e na cartografia (1), diferiam profundamente dêle próprio. Êstes tinham muito do espírito de Ptolomeu e da ciência antiga; desprezavam os factos em favor das hipóteses e de conjectura hábil, pelo que o seu trabalho era convulsivo e infrutífero ou, pelo menos, desanimador.

É verdade que cada geração de pensamento cristão errou menos que a anterior, mas só no século XV, depois de D. Henrique dar o exemplo, principiou a exploração sistemática e contínua. A Márco Polo e a homens como êle, devemos os começos da arte e da ciência dos descobrimentos entre os eruditos; aos portugueses se deve, pelo menos, o transformá-la numa coisa de interêsse nacional, e o libertá-la de falsas filosofias. Chegar ao conhecimento real do mundo, por meio de buscas incessantes e incansáveis, e não dar a conhecer factos concordes com as idéias de qualquer pensador àcêrca do que o mundo devia ser, eis a principal diferença que, a nosso ver, se encontra entre Cosmas, ou mesmo Ptolomeu, e qualquer verdadeiro descobridor. Para haver progresso real do conhecimento, a fantasia deve seguir a experiência, e nenhum sistema ou Universo hipotético, como o que nos mostra a Sagrada Escritura, poderia servir ainda. Chegámos à época em que os exploradores não eram ptolemaicos, estrabonianos ou bíblicos mas naturalistas — homens que, em seu proveito, examinavam de novo os feitos.

Êstes vários objectos tendem todos para o fim central dos descobrimentos, mas não se perdem nêle. A primeira coisa, e a que tornou D. Henrique figura da história universal, foi conhecer êste mundo em que vivemos e ensinar aos homens êsse conhecimento novo;

(1) Exceptuando os autores dos portulanos. (*N. do A.*)



PORTICO DA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS EM BELÉM

os outros fins eram os do seu tempo e da sua terra, mas não são menos importantes na sua vida.

E em todos êles tirou bons resultados; se a sua obra, em parte, parece ter-se exaurido ao fim de cem anos, deve-se antes ao esgotamento do seu povo. O que êle fêz pelos seus compatriotas foi realizado por outros, mas o impulso e a inspiração foram seus. Durante cinqüenta anos (1412-1460) perseverou até chegar à vista da meta, e, apesar de ter morrido antes de se ver o resultado pleno da sua obra, nem por isso se lhe devem menos o terem-se realizado.

Temos visto atribuir a outros êstes resultados, mas se Colombo deu a Castela e a Leão um novo mundo em 1492, se Vasco da Gama chegou à Índia em 1498, se Dias dobrou o Cabo das Tormentas ou da Boa Esperança em 1486, se Magalhães deu a volta ao globo em 1520-2, o seu mestre e orientador não foi outro senão o infante D. Henrique.

CAPÍTULO VIII

O infante D. Henrique e a tomada de Ceuta

(1415)

Vimos já como o reino de Portugal foi quási produto das Cruzadas. Elas haviam deixado atrás de si uma sêde de riquezas e de vida larga, por um lado, e pelo outro o poder muçulmano abalado, o que abriu o caminho e impulsionou os empreendimentos de todos os Estados marítimos. Sabemos que Lisboa fôra durante muito tempo centro activo de comércio com as cidades hanseáticas, a Flandres e a Inglaterra, e vimos também como a projectada conquista de Ceuta e o desejo de um grande esfôrço nacional, por parte do vencedor de Aljubarrota, encontrou o povo preparado. Um príncipe real pôde fazer o que um simples particular não podia, e Portugal, mais completamente desenvolvido do que os outros reinos cristãos, estava preparado para expandir-se sem recear nada do Continente.

Ainda em 1410, antes da conquista de Ceuta, D. Henrique começava a mandar as suas caravelas para além do Cabo Não, que, com o Cabo Bojador, fôra durante tanto tempo o finisterra da África. O primeiro objectivo dêstes navios era alcançar a costa da Guiné passando ao largo da grande saliência ocidental do continente.

Uma vez alcançada aquela costa, o comércio do oiro, do marfim e dos escravos passaria das caravanas do deserto para os navios europeus. Então, como alguns haviam pensado, poderia seguir-se a reintrância africana

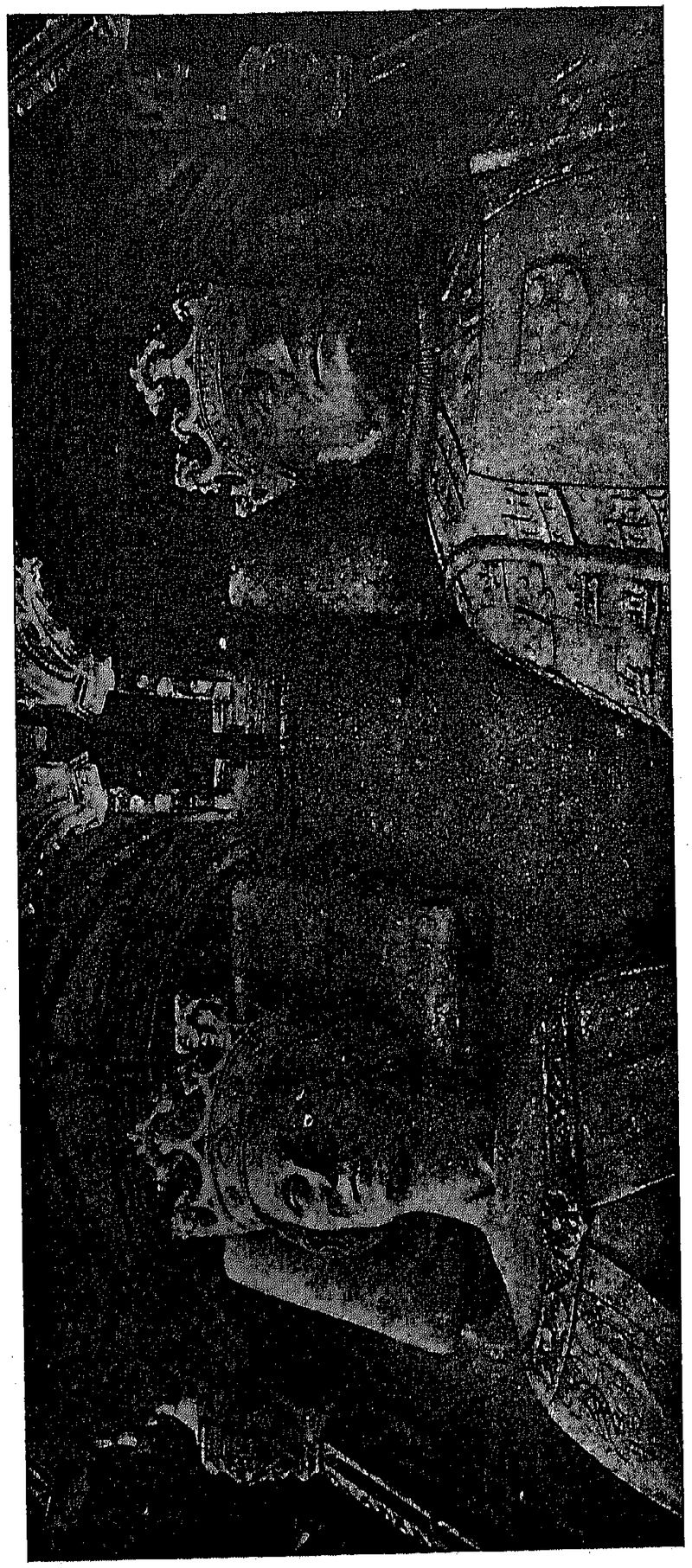
até às Índias, ao largo das baías de Benim e de Biafora, se tal fôsse possível; se o não fôsse, deveria corrigir-se novamente a primeira parte do trabalho, até se encontrar e dobrar o cabo meridional. Atingir a Guiné vinha a ser apenas uma parte do périplo da África, mas era muito mais do que meia batalha ganha; assim como a Índia constituía o prémio final do êxito completo, assim a Costa-do-Oiro era a recompensa do primeiro capítulo dêsse êxito.

Mas destas primeiras expedições, nada se conhece em pormenor; a história das viagens africanas principia com a guerra de 1415 e com o conhecimento que ela deu a D. Henrique àcêrca do Saará, da costa da Guiné e das tribos de moiros morenos e de negros do Níger e da Gâmbia.

Em 1414, tinha D. Duarte vinte e três anos, D. Pedro vinte e dois e D. Henrique vinte, D. João I planeou atacar Ceuta, o grande pôrto moirisco da costa africana do estreito de Gibraltar. Os três príncipes haviam pedido para serem armados cavaleiros. Ao princípio, o pai propusera realizar torneios durante um ano, mas, por sugestão do tesoureiro da Coroa, João Afonso de Alenquer [1], decidiu-se esta emprêsa africana em vez daquilo, porque o mesmo poder e o mesmo dinheiro poderiam despender-se em conquistas aos muçulmanos melhor do que em batalhas fingidas entre cristãos. Por isso, após o reconhecimento da praça e a dissuasão das suspeitas do Aragão e de Granada sob o pretexto de uma declaração de guerra ao Conde da Holanda, D. João obteve o consenso formal dos nobres em Tôrres-Vedras, e saiu de Lisboa no dia de Sant'Iago, a vinte e cinco de Julho de 1415, como lhes predissera, doze dias antes, a rainha D. Filipa moribunda.

Essa magnífica mulher, que partilhara o trono durante vinte e oito anos e educara os filhos para dignos sucessores do marido como chefes de Portugal e «exemplo de todos os cristãos», fôra privada, pela morte, de ver as primeiras vitórias dêles. Mas o seu último pensamento ia para o êxito dêles. Falou a D. Duarte àcêrca da verdadeira coroação de um Rei, a

(1) Aliás João Afonso de Azambuja. (*N. do T.*)



D. FILIPA DE LENCASTRE E D. JOÃO I
pais do infante D. Henrique

D. Pedro a respeito dos seus deveres de cavaleiro na protecção às viúvas e aos órfãos, e a D. Henrique sôbre os deveres de um general para com os seus homens. No dia treze, o último da doença, ergueu-se para preguntar:

— ¿De que lado sopra êste vento tão forte?

E, ouvindo dizer que era norte, deitou-se e exclamou, ao morrer:

— É o vento da vossa viagem que deve realizar-se no dia de Sant'Iago.

Retardar a partida seria respeito fingido. Os cruzados sentiam com êles o espírito da Rainha a incitá-los.

Na noite de 25 de Junho, a armada partiu do Tejo; no dia 27, os cruzados lançaram ferro na baía de Lagos e reüniram tôdas as suas fôrças: «trinta e três galés, vinte e sete triremes, trinta e duas biremes e cento e vinte outros navios» (1), transportando cinqüenta mil soldados e trinta mil marinheiros. Na expedição tomaram parte alguns nobres e mercadores, aventureiros da Inglaterra, de França e da Alemanha. Era uma coisa parecida com uma segunda conquista de Lisboa, mas muito maior armada para prêsa mais pequena.

No dia 10 de Agôsto, chegaram em frente de Algeciras, ainda na posse dos Moiros, como pertença do reino de Granada, e no dia 12 os navios mais leves estavam junto da costa africana; um vento forte quási levou os mais pesados para Málaga.

Ceuta, a antiga Septa (2), uma vez restaurada por Justiniano, foi o principal pôrto de Marrocos e centro de comércio para as estradas comerciais do sul e do oriente, bem como foco de pirataria dos corsários barbarescos. Havia muito que constituía pôsto avançado dos muçulmanos para os seus ataques aos cristãos; agora que a Europa estava a tomar a ofensiva havia de ser pôsto avançado da cruzada hispânica contra o Islão.

---

(1) «*Trium et sexaginta navium onerarium, septum et viginta triremium, duarum et triginta biremium, et centum et viginte aliarum navium*». Matheus Pisano, *De bello Septensi*, in-*Ineditos da Academia*, vol. I, Lisboa, 1790. (*N. do T.*)

(2) Cidade de «Sete» colinas, como alguns dizem. (*N. do A.*)

Conforme o modêlo vulgar, a cidade estava dividida em duas partes: a cidadela e o pôrto, que ocupavam ambos o istmo de uma península, estendendo-se esta umas três milhas fora da costa da África e alargando-se depois, para além da muralha oriental de Ceuta, num ondulado em forma de quadrado.

Era aqui, precisamente onde a terra começava a alargar-se e a fornecer um pôrto natural, que os Portugueses haviam planeado desembarcar, e foi para ali que, com grande custo, o infante D. Henrique levou os navios pesados. As fortes correntes que os afastavam para a costa espanhola mostraram-se, no fim de contas, bons aliados dos europeus. Os Moiros, que tinham ficado alarmadíssimos aos primeiros sinais de ataque e, a tôda a pressa, haviam reünido todo o auxílio que puderam, de Fêz e das montanhas, supuseram que a esquadra cristã se dispersara para sempre, pelo que mandaram embora todos os auxiliares, ficando apenas com a sua guarnição, ao passo que os Portugueses haviam sido animados à acção, mais uma vez, pela energia indomável do rei D. João, do infante D. Henrique e dos irmãos. Na noite de 15 de Agôsto, festa da Assunção, tôda a armada se juntava finalmente junto de Ceuta; D. Henrique lançava ferro em frente da cidade baixa com os seus navios do Pôrto, e o pai, apesar de muito ferido numa perna, ia por entre os navios numa chalupa, preparando todos os seus homens para o assalto que ia dar-se ao nascer do dia. D. Henrique seria o primeiro a pôr pé em terra, onde se esperava que os cais estivessem quási sem defensores, pois tôda a grande fôrça seria lançada contra o castelo, e cada moiro acorreria lá onde o Rei de Portugal comandava o assalto.

Enquanto se ordenavam êstes movimentos na armada, Ceuta mostrou-se completamente iluminada durante a noite, como se estivesse *en fête*. No seu terror, o alcaide não pensou senão em aterrorizar o inimigo com o aspecto de uma cidade imensamente populosa, e mandara acender luzes em tôdas as janelas e em tôdas as casas. Ao amanhecer, os cristãos viram a praia e o pôrto repletos de moiros, soltando gritos de desafio, sendo logo o ataque iniciado por uns voluntários que esqueceram os direitos do Infante. Um certo Rui Gonçalves foi o primeiro a desembarcar e a abrir caminho

para os restantes (1). Os infantes D. Henrique e D. Duarte não demoravam atrás dêle, e, após luta violenta, os Moiros foram rechaçados pela porta que dava para a ponte do desembarque, até às muralhas da cidade, onde se reüniram sob o comando de um negro gigantesco, que combatia nu, mas com a fôrça de muitos homens, derrubando os cristãos à pedrada. Por fim um virote matou-o, e os cruzados entraram de roldão em Ceuta. Mas D. Henrique, como chefe, não consentiu aos seus homens entrarem no centro da cidade para a saquearem, conservando-os junto das portas, e mandou buscar aos navios tropas frescas, que logo vieram sob o comando de Fernandes de Ataíde, o qual aclamava os Infantes:

— Isto é uma espécie de torneio para vós. Aqui ganhareis melhor as vossas esporas de cavaleiros do que se o fizésseis em Lisboa (2).

Entretanto o Rei, com D. Pedro, tivera notícias dos primeiros êxitos de D. Henrique quando ainda se encontrava a bordo, ordenando um avanço imediato. Os Moiros, depois de luta ainda mais renhida do que a travada na parte baixa, foram derrotados, e D. Pedro precipitou-se pelas ruas estreitas, mal escapando à morte provocada pela chuva de grandes pedras atiradas do alto das casas, até encontrar os irmãos numa mesquita, ou numa praça junto dela, no centro de Ceuta.

Os conquistadores espalharam-se depois a saquear a cidade, quási chegando a perdê-la por causa disso. Mas sem a coragem decidida de D. Henrique, que por duas vezes desfez o grupo de moiros com um punhado de homens, chegando por fim à porta da muralha interior entre a cidade baixa e a cidadela com dezassete homens, sendo êle o décimo oitavo, Ceuta ter-se-ia perdido depois de haver sido ganha. Dizia-se que D. Henrique e D. Pedro tinham ficado mortos.

— É a sorte que está reservada aos soldados — respondeu o pai, enquanto se conservava junto dos navios, ao

---

(1) Zurara diz que foi João Fogaça, vedor do Conde de Barcelos. Vd. *Chronica de D. João I*, cap. III. *(N. do T.)*

(2) Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXIV, diz que foi o Tesoureiro João Afonso quem, por palavras parecidas, assim saüdou os Infantes. *(N. do T.)*

sotavento dos fortes, aguardando, como Eduardo III em Crécy, o que os filhos faziam (1).

Mas ao entardecer todo o exército soube que os Infantes estavam vivos, que o pôrto fôra tomado e que os Moiros estavam a abandonar a cidadela.

D. Henrique, D. Duarte, e D. Pedro reüniram em conselho, resolvendo assaltar o castelo ao outro dia de manhã; mas depois do pôr do sol alguns espias, mandados em reconhecimento, trouxeram a notícia de ter fugido a guarnição.

Era verdade. O Governador, desesperado de se agüentar, mal fôra expulso da cidade baixa logo deu o exemplo de um movimento estratégico em direcção às terras altas, de modo que, quando os Portugueses apareceram às portas do forte com machados e começaram a arrombá-las, apenas encontraram dois moiros lá dentro (2), os quais desataram a berrar dizendo aos cristãos que não se incomodassem para isso, porque êles próprios as abririam, e a bandeira de S. Vicente, padroeiro de Lisboa, foi içada, antes do escurecer, na tôrre mais alta de Ceuta.

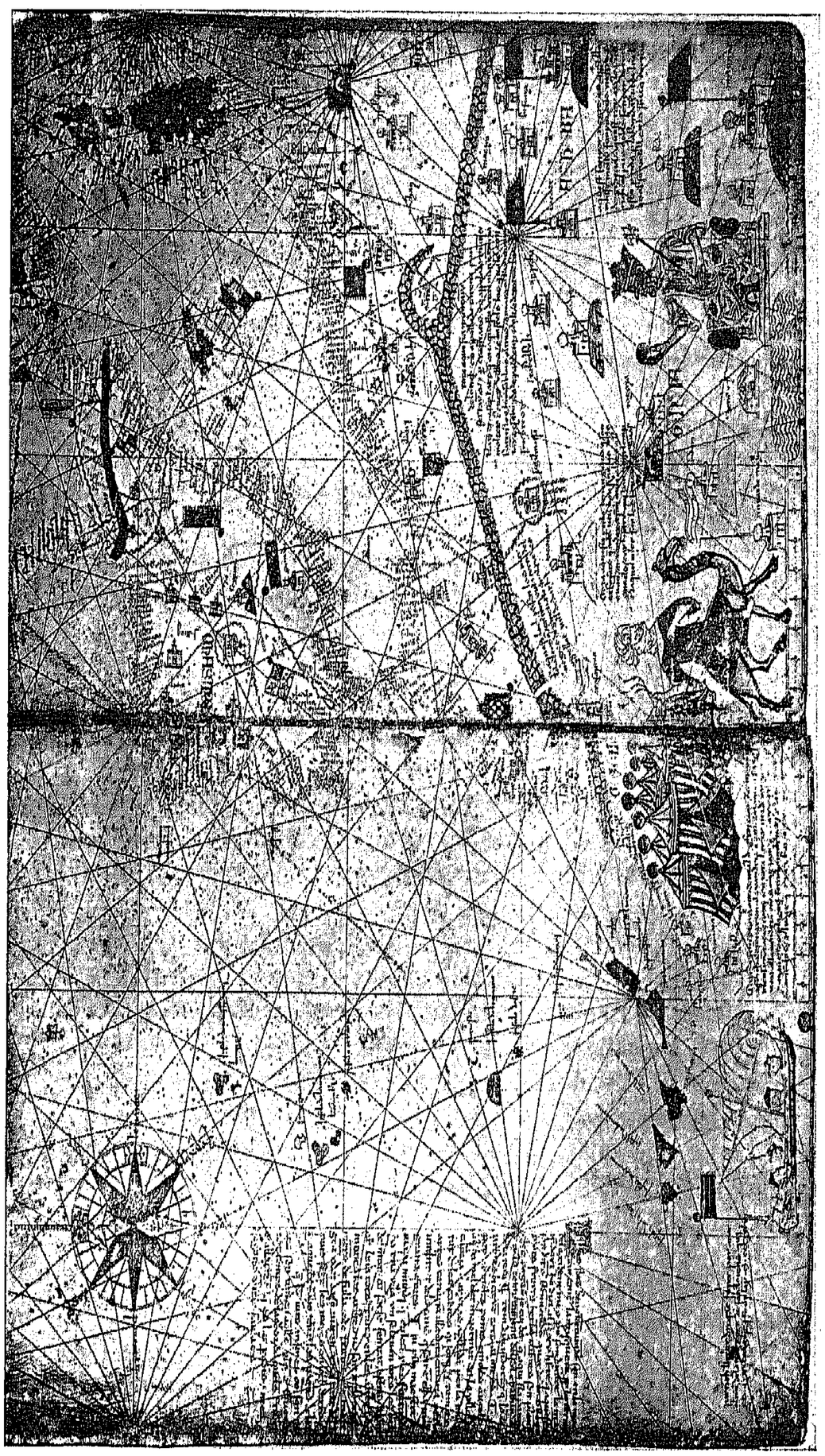
D. João I ofereceu a D. Henrique, pela sua bravura, as honras do dia e o direito de ser armado cavaleiro antes dos irmãos, mas o Infante, que, no princípio do assalto, quisera ceder o comando a D. Duarte, na sua qualidade de irmão mais velho, respondeu ao Rei: «Peço que me nom queiraes fazer semelhante, senam ao tempo que o fazerdes a meus jrmaaõs, porque assy como nos Deos trouxe a este mundo uum ante o outro, assy me prazeria que nos a honrra fosse dada hordenadamente» (3), e os três Infantes foram armados cavaleiros por ordem das idades, segurando cada um nas mãos, desembainhada, a espada que a Rainha lhes dera no leito da morte.

Foi a primeira cerimónia cristã realizada na grande mesquita de Ceuta, purificada pela elevação a catedral, e depois de a cidade ter sido saqueada de porta em porta.

(1) «*Hic est fructus qui militantibus accidere solet*», são as palavras que ao Rei atribui Mateus Pisano. (*De bello Septensi*, cap. LV). (*N. do T.*)

(2) Aliás um biscainho e um genovês, segundo Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXXVI. (*N. do T.*)

(3) Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXXV. (*N. do T.*)



PLANISFÉRIO CATALÃO DE ABRAÃO CRESQUES (1375)
(Da Biblioteca do Museu Britânico, de Londres) (Ver o índice dos mapas)

Só o saque do oiro, da prata, das pedras preciosas, dos tecidos e dos perfumes foi bastante para levar os soldados a desprezar o resto. As «buçetas de conseruas e jarras de mell, manteiga e arrobe e azeite» corriam em enxurrada pelas ruas, e em tal abundância que dariam para sustentar até à saciedade uma grande guarnição.

Os grandes fidalgos e os Infantes levaram para Portugal alguns despojos principescos. D. Afonso, meio irmão de D. Henrique, então Conde de Barcelos e mais tarde mais célebre e mais irrequieto como Duque de Bragança, escolheu para si seiscentas colunas de mármore e de alabastro pertencentes ao palácio do Governador da cidade. D. Henrique obteve em Ceuta informações àcêrca do interior da África, das suas vias comerciais e da Costa-do-Oiro, o que o animou a iniciar nessa altura o hábito das viagens de cabotagem. As suas primeiras viagens de exploração tinham sido tentativas, semelhantes aos esforços isolados e casuais dos aventureiros espanhóis e italianos. É a partir dêste ano que principiam as contínuas viagens oceânicas; desde a época da sua estada em Ceuta, trabalha D. Henrique com firmeza e providentemente para atingir a meta prevista, primeira fase do seu vasto plano, que fôra atravessada por homens que êle vira e com quem falara. Êles tinham vindo a Ceuta desde a Guiné, pelo mar das areias do deserto; êle queria mandar os seus marinheiros até ao *seu* ponto de partida por caminho mais longo, através do deserto marítimo.

E assim a vitória de Ceuta não deixa de ter influência directa no nosso assunto; e, pela mesma razão, bom foi que os conquistadores, em vez de arrazarem a praça, a conservassem. Quando a maioria dos membros do conselho de guerra eram de opinião que se voltasse imediatamente a Portugal, um fidalgo, D. Pedro de Meneses, amigo sincero de D. Henrique, bateu no chão, com impaciência, com uma vara de laranjeira que tinha nas mãos e disse: ()

— Por minha fé! ¡Com esta vara defenderei Ceuta de todos os Moiros!

---

(1) É o célebre *aleo,* do nome do pau com que se jogava a *choca,* jôgo em que o Conde de Viana tomava parte quando o chamarám para o conselho, e que ainda hoje se conserva pendente dos braços da imagem de N.ª S.ª de África venerada na Sé de Ceuta. *(N. do T.)*

Deixaram-lhe o comando da praça, que assim ficou aberta, por assim dizer, à Europa e ao Infante, um dos extremos de uma grande via comercial que D. Henrique ambicionava ganhar para a sua pátria. Quando os seus navios chegaram um dia à Guiné, também o outro extremo dessa linha lhe caíu nas mãos.

O Rei e os Infantes deixaram Ceuta a 2 de Setembro do mesmo ano de 1415, mas as relações de D. Henrique com o seu primeiro campo de batalha ainda não tinham acabado. D. Pedro de Meneses, ao fim de três anos de govêrno, viu que os Moiros o assediavam. O Rei de Granada mandara setenta e quatro navios de guerra a bloquear a cidade por mar, e as tropas de Fêz estavam a abrir caminho em direcção à cidade baixa. D. Henrique foi mandado a tôda a pressa de Lisboa em socorro da praça, enquanto D. Duarte e D. Pedro se preparavam para o seguir, se fôsse preciso, de Lagos e da costa do Algarve. Mas Ceuta salvou-se pelos seus próprios meios. Quando os primeiros socorros atravessavam o estreito de Gibraltar, D. Pedro de Meneses conseguiu fazer-lhes chegar a notícia do perigo em que se encontrava; os Berberes, em terra, conseguiram dominar a Almina ou parte oriental da cidade, ao passo que as galés de Granada haviam atingido o próprio pôrto. Ao saber disto, D. Henrique dirigiu-se para lá o mais depressa que pôde; porém apenas teve tempo de assistir à derrota dos Moiros. D. Pedro de Meneses e a guarnição fizeram uma surtida desesperada quando viram chegar o auxílio que passava o estreito, o que lançou o pânico entre a esquadra do inimigo, ficando só uma galé junto da costa africana para auxiliar os que estavam em terra, ficando êstes sòzinhos, e sem esperança de socorro, nos montes orientais da península de Ceuta, separados dos seus aliados berberes pela cidade. Quando D. Henrique desembarcou, a Almina já fôra reconquistada e os últimos muçulmanos granadinos totalmente massacrados. Ceuta ficou, desde êsse dia, para sempre nas mãos dos cristãos.

Mas o Infante, depois de passar dois meses na esperança de ter de fazer mais qualquer coisa em África, planeou um ataque atrevido na Europa. O Islão possuía ainda na Espanha o reino de Granada, fraco de mais para reconquistar o velho Califado ocidental, mas muito forte, por ser o último refúgio de uma raça vencida e imperial, para ser fácil prêsa dos reinos espanhóis. E Gibraltar, a montanha de Tárique, era, naquele reino, o domínio moirisco mais incomodativo. O próprio Mediterrâneo não estava inteiramente seguro para o comércio e as relações dos cristãos, ao mesmo tempo que a coluna europeia do estreito ocidental era um forte sarraceno. Se Portugal ia conquistar ou explorar a África setentrional, não devia desprezar Gibraltar menos do que Ceuta. Ambos os lados do estreito, Calpe e Abila, deviam estar nas mãos da Cristandade antes desta poder expandir-se livremente pelas costas atlânticas.

Por isso, D. Henrique, contra a opinião de todo o seu conselho, resolveu fazer a experiência na viagem de regresso a Lisboa. Mas uma tempestade dispersou a armada, e, quando esta conseguiu reagrupar-se, passara o momento, e o Infante obedeceu às ordens repetidas do pai, regressando imediatamente à Côrte. Devido à sua bravura e à sua habilidade no assalto a Ceuta, foi criado Duque de Viseu e senhor da Covilhã quando o rei D. João chegou ao reino — após a campanha de África — em Tavira, na costa do Algarve. D. Henrique inicia assim a série dos Duques portugueses com o irmão D. Pedro, que compartilhou das suas honras na qualidade de Duque de Coimbra e senhor das terras desde então conhecidas pelo nome de casa do Infantado; e, entre outros pormenores da guerra, o nome de D. Henrique está ligado ao de uma esquadra inglesa que levara com a sua armada enquanto recrutava navios e homens na primavera de 1415. Do mesmo modo que os cruzados ingleses haviam passado em Lisboa justamente a tempo de ajudarem D. Afonso Henriques na sua conquista, em 1147, assim também vinte e sete navios ingleses, quando se dirigiam para a Síria, chegaram exactamente a tempo de ajudarem os portugueses a fazer a sua primeira conquista ultramarina.

Finalmente, os resultados da campanha de Ceuta, dando conhecimento positivo da África ocidental e do interior a um espírito como o de D. Henrique, já predisposto a procurar um caminho marítimo para a Índia [1],

---

[1] A crítica moderna imparcial não aceita de olhos fechados a teoria de que D. Henrique, ao iniciar os descobrimentos, pretendesse atingir a Índia, apesar de alguns historiadores eminentes a terem aceitado e admitido sem discussão. Sabe-se hoje que o autor *cons-*

registaram-nos todos os contemporâneos e vindoiros que se interessaram pelos seus planos, mas não foram apenas notícias àcêrca das caravanas que êle obteve nas duas visitas de 1415 e 1418. Quer Zurara, o cronista das suas viagens, quer Diogo Gomes, seu oficial, explorador das ilhas de Cabo-Verde e da Gâmbia superior, são perfeitamente claros quanto ao conhecimento novo a respeito da costa obtido então por intermédio dos prisioneiros moiros.

O Infante, não só alcançou notícia da passagem de comerciantes vindos das costas de Tunes até Tombuctu e Cantor, na Gâmbia, o que o inspirou a buscar terras por mar, mas também os seus prisioneiros azenegues lhe falaram nas palmeiras que nasciam na embocadura do Senegal «o rio do Nillo», que lhe permitiriam orientar as suas caravelas na busca daquele rio. Quando D. Henrique estava prestes a regressar de Ceuta a Portugal em 1418, no seu espírito já se mostravam claramente as cinco razões para mandar explorar a Guiné tal como no-las revela o fiel Zurara:

Primeiro que tudo, o desejo de conhecer as regiões para além do cabo Bojador, até então totalmente desconhecidas, quer nos livros quer entre os marinheiros.

Em segundo lugar, o desejo de, encontrando-se cristãos ou bons portos para além daquele cabo, poder entrar em relações de comércio com êles e que pudessem aproveitar aos indígenas e aos portugueses, pois não conhecia qualquer outro povo da Europa que traficasse naquelas partes.

Em terceiro lugar, julgava que os Moiros eram mais poderosos naquele ponto da África do que geralmente se supunha, e receava não haver ali cristãos. Por isso pretendia saber quantos inimigos havia na realidade ali, e qual era o seu poder.

Em quarto lugar, durante as suas lutas contra os Moiros, nunca encontrara um Príncipe cristão que o auxiliasse naquelas partes da África por amor de Cristo, pelo que desejava encontrar um, se pudesse.

---

ciente do plano de alcançar a Índia por mar foi D. João II, cometendo-se grave injustiça atribuindo-o ao Infante. Não é para uma breve nota a discussão dêste assunto que, por demasiado complexo, exige mais espaço do que o limitadíssimo de que aqui dispomos. (*N. do T.*)

Por último, o seu grande desejo era espalhar a Fé cristã e a redenção das vastas tribos de homens que estavam sujeitos à cólera de Deus.

Além de tôdas estas razões, Zurara também acreditava numa sexta e mais forte, que nos diz com tôda a gravidade, como a última e celestial causa do trabalho do Infante:

«E esto he, porque o seo acendente foe Aryes, que he casa de Mars, e he eixaltaçom do sol, e seu senhor está em a xj.ª casa, acompanhado do sol. E porquanto o dicto Mars foe em Aquaryo, que he casa de Saturno, e em casa desperança, segnificou que este senhor se trabalhasse de conquistas altas e fortes, especyalmente de buscar as cousas que eram cubertas aos outros homens, e secretas, segundo a callydade de Saturno, em cuja casa elle he» (1).

---

(1) Não se devem separar as tentativas de D. Henrique e da sua família, para conquistar um império territorial no norte da África, das explorações marítimas e costeiras. Eram dois aspectos de uma única idéia, duas fases do mesmo empreendimento.

Do mesmo modo, o nosso bispado de Ceuta, então fundado, foi o primeiro passo para a conversão organizada dos infiéis do Sul. Os Franciscanos haviam fundado a Sé de Fêz e Marrocos em 1233, mas a emprêsa não tivera seguimento. (*N. do T.*)

CAPÍTULO IX

O estabelecimento de D. Henrique em Sagres e os primeiros descobrimentos

(1418-1428)

Fôsse o que fôsse que o Infante devesse à sua permanência em Ceuta, além da sugestão e incitamento para se dedicar inteiramente aos descobrimentos, isso foi de certo modo posto em prática no seu segundo e último regresso (1418). Desde então até ao fim da vida esteve separado da vida da Côrte de Lisboa, embora reünisse em breve à sua volta uma côrte rival, centro da ciência e da marinharia.

O velho «Promontório Sacro» dos Romanos, ao depois chamado Sagres e a seguir o Cabo de S. Vicente [1] de Nelson e dos mapas modernos, veio a ser o ponto por êle escolhido para passar os quarenta anos seguintes, apesar de ter passado muito dêste tempo no pôrto de Lagos, ali próximo.

Em 1419 D. João I nomeou-o Governador vitalício dos Algarves (a província meridional de Portugal), e o novo Governador começou logo a reconstruir e a ampliar o velho arsenal naval, no istmo do cabo, em local que dentro em breve veio a ser a Vila do Infante [2].

---

(1) A ponta de Sagres fica a sueste do cabo de S. Vicente, pelo que não são a mesma coisa. *(N. do T.)*

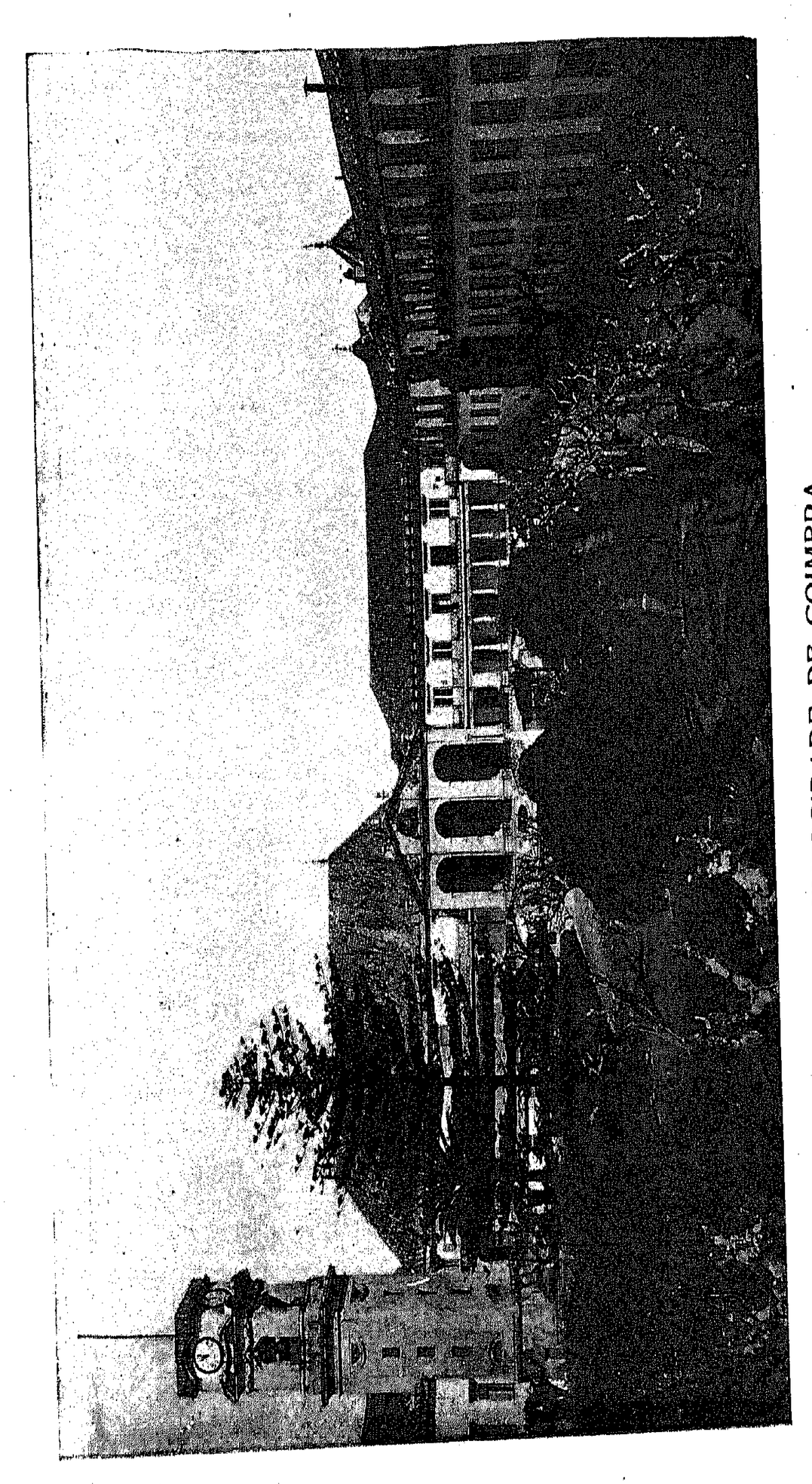
(2) Só em 1443, D. Pedro, então Regente do Reino, concedeu a D. Henrique a ponta de Sagres. É controversa a data e a localização da «Vila do Infante». *(N. do T.)*

Em Lagos se construíram e tripularam os seus navios, e ali, e em Sagres se conheceram todos os planos de descobrimento, se corrigiram os mapas e os instrumentos, e se compararam os relatos dos viajantes antigos com os dos modernos, trabalho do próprio Infante. Os resultados passaram depois para as instruções dos seus capitães e ao equipamento das caravelas. O Promontório Sacro, então por êle colonizado, tornou-se um centro excelente para a sua ocupação de explorar o Oceano. Ali, com o Atlântico a banhar a terra por três lados, êle estava bem no campo da acção. Havia na ponta de Sagres construções que datavam do século XI; a geografia dos Gregos tomara-a como ponto de partida para as suas medições da extensão continental do mundo habitado, e os Genoveses, cuja política consistia em adquirir os pontos mais vantajosos de tôdas as costas, desejavam ardentemente uma colónia naquele local, mas Portugal não quis tornar-se um império do comércio italiano, como era o Império bizantino, e D. Henrique tinha as suas razões pessoais para se garantir a posse de um promontório desolado.

Ali mandou construir um paço, uma capela, um gabinete para estudo e um observatório — o mais antigo de Portugal — e uma vila para os seus auxiliares e servidores. «Porẽ pera este descobrimẽto, mãdou vir da jlha de Malhórca hũ mestre Jacome, hómẽ muy docto na árte de navegar que fazia cártas & instrumentos (1): o qual lhé custou muyto polo trazer a este reino, pera ensinar sua sciẽcia aos officiáes portugueses daquelle mister», como escreveu João de Barros, o «Tito Livro português» (2). Em Sagres foi assim fundado de novo o estudo sistemático da ciência aplicada entre os cristãos, melhor ainda do que o trabalho da velha «Universidade» grega de Alexandria, com que a têm comparado, porque era essencialmente prático. Dali, escreve Pedro Nunes,

(1) O sr. Gonçalo de Reparaz (pai) (in-*Mestre Jacome de Malhorca, Coimbra,* 1930) identificou êste Jácome (ou Jaime) de Maiorca com Jehuda Cresques, filho de Abraão Cresques, autor do mapa catalão de 1375. A admitirmos esta identificação, temos aqui a prova da influência da cartografia catalã nos primeiros descobrimentos de D. Henrique, o que nos propomos tratar com mais desenvolvimento em estudo a publicar. *(N. do T.)*

(2) *Ásia,* liv. I, cap. XVI. *(N. do T.)*



A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

de que D. Henrique foi Patrono

«partiram os nossos mareantes muy ensinados e providos de estormentos e regras de astrologia». Oxalá pudéssemos saber mais coisas a respeito do trabalho científico de D. Henrique; surgiram muitas lendas a seu respeito, e até a sua criação de cadeira de Matemática na Universidade de Lisboa ou Coimbra (1), a melhor prova que temos do trabalho da sua escola, foi posta em dúvida por alguns críticos modernos, e até pelo historiador nacional Alexandre Herculano. Mas, sob êste aspecto, podemos encontrar dois progressos importantes no estudo do infante D. Henrique: primeiro, na cartografia, em segundo lugar, na construção naval.

Como prova da primeira, temos o grande mapa veneziano de Fra Mauro, do convento camaldolês de Murano, terminado em 1459, um ano antes da morte do Infante; as palavras de Cadamosto, prático na navegação, italiano de nascimento, ao serviço de D. Henrique, dizendo que eram «as Caravellas de Portugal os melhores Navios de véla que andão sobre o Mar» (2), podem ser prova bastante da segunda.

D. Henrique, para os dois assuntos, aproveitou-se dos resultados dos italianos e trabalhou com vista ao êxito com a sua ajuda. Assim como Colombo, os Cabotos e Verazzano, posteriormente, representaram a supremacia intelectual da Itália sôbre as outras nações — Espanha, Inglaterra e França —, embora tivessem de encontrar aplicação para os seus serviços e recursos, não nas suas repúblicas comerciais, mas nas Côrtes dos novos reinos centralistas do Ocidente, onde um despotismo paternal dava as melhores esperanças de orientar qualquer movimento popular, social, religioso, político ou científico; assim no século XV, marinheiros como Cadamosto e De Nolli, cartógrafos como Fra Mauro e Andrea Bianco, consideravam, de Veneza e de Génova,

---

(1) A velha Universidade de D. Dinis, fundada em Lisboa e transferida para Coimbra por aquêle Rei, encontrava-se ainda em Lisboa, para onde a transferira D. Fernando em 1377. Só em 1536 é que D. João III a mandou fixar de novo em Coimbra, onde se conservou até hoje. *(N. do T.)*

(2) *Navegações de Luiz de Cadamosto,* na trad. anónima [de Sebastião Mendes Trigoz] inserta na *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas.* Tom. II, 2.ª ed., Lisboa, 1867, pág. 3. *(N. do T.)*

a côrte de Sagres e o serviço do infante D. Henrique como o seu meio próprio, onde poderiam encontrar o incitamento e a recompensa procurados na pátria e tantas vezes em vão.

Não demoraram muito os resultados depois da fixação de D. Henrique no cabo de S. Vicente. A viagem do seu capitão, João de Castro à «fructuosa» região da Grande Canária em 1415 não foi, de modo algum, um descobrimento, pois a conquista de João de Béthencourt em 1402 tornara estas ilhas «Afortunadas» perfeitamente conhecidas (1), mas o achamento de Pôrto-Santo e da Madeira, em 1418-20, constituiu ganho autêntico. Porque a história do Machim e do desembarque dos ingleses na Madeira era um segrêdo fechado, que por sorte chegara ao conhecimento do Infante, mas não mais do que isso, de modo que, pelo que dizia respeito aos descobrimentos gerais, então os Portugueses vogavam no Mar Tenebroso.

Primeiro foi a chegada ao «Pôrto Santo» em 1418. Neste ano, diz Zurara (2), dois cavaleiros da casa do Infante, chamados João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, ambiciosos de renome e ansiosos por servirem o seu senhor, tinham partido para explorar as costas da África com o intuito de chegarem à Guiné, mas foram apanhados pela tormenta por alturas de Lagos e arrastados à ilha de Pôrto-Santo, «o qual nome lhes elles poseram porque os segurou do perigo que nos dias da fortuna passaram».

(1) No texto, a viagem é atribuída a um *John de Trasto,* êrro devido talvez a má leitura do nome *Crasto* do livro de Diogo Gomes, que é o único a indicar esta viagem, localizando-a no ano de 1415. Admite-se hoje que ela seja a que D. Henrique mandou em 1424 ou 1425, àquelas ilhas, sob o comando de D. Fernando de Castro. A cronologia da *Relação* de Diogo Gomes não deve aceitar-se de olhos fechados, não só por não ser êle o autor dela (pois a ditou ao alemão Martim Behaim, que a traduziu para latim ou a escreveu nesta língua), como também por o ter feito já bastante velho, atribuindo a um período anterior um facto passado posteriormente. De facto Zurara, o cronista mais digno de crédito (apesar dos ataques de que tem sido objecto nos últimos anos) não faz qualquer referência a esta viagem, facto que não poderia ser deixado no esquecimento, até por ser o primeiro que, em vida e por ordem do Infante, se fazia, demonstrando os desejos do D. Henrique se aproximar cada vez mais dessa Guiné tão ardentemente buscada. *(N. do T.)*

(2) Aliás João de Barros, *ob. cit.,* liv. cit., cap. II. (*N. do T.*)

Zarco e Vaz regressaram em triunfo a Sagres e contaram que valia a pena estabelecer uma colónia permanente na ilha recém-descoberta. D. Henrique, sempre «generoso», acolheu a idéia com grande interêsse e mandou Zarco e Vaz com outro dos seus criados (1), um Bartolomeu Perestrelo, para colonizar a nova terra, indo êles em dois navios (2), levando produtos: cereais, mel, cana de açúcar, da Sicília, uvas de Malvasia originárias de Creta, e até coelhos de Portugal (3).

Na sua primeira viagem de regresso, Zarco capturara o piloto Morales de Sevilha, e por êle obtivera o Infante certas notícias do desembarque inglês na Madeira (4). Por isso, foi com o propósito firme de prosseguirem nos descobrimentos que os seus capitães voltaram a Pôrto-Santo em 1420, levando Morales por guia. Agora, como anteriormente, é Zarco o chefe; êle celebrizara-se em Ceuta, e, a ser autêntica a tradição, fôra o primeiro a empregar a artilharia; o achamento de Pôrto-Santo é-lhe principalmente atribuído.

Saindo de Lagos em Junho de 1420, mal chegou novamente ao «Pôrto Santo» do seu primeiro êxito, logo lhe chamou a atenção uma linha escura, semelhante a terra afastada, situada a sudoeste. Os colonos que ali deixara na sua primeira visita tinham-na observado todos os dias até adquirirem a certeza de ser mais do que aspecto passageiro do mar ou do céu, e Morales observou logo que aquilo era a ilha de Machim. A névoa que cobria aquela parte do oceano seria devida a floresta espêssa e úmida como a da ilha da sua antiga aventura (5).

(1) Perestrelo era fidalgo do infante D. João, irmão de D. Henrique, no dizer de Barros. (*N. do T.*)

(2) Aliás três. (*N. do T.*)

(3) Parece que só bastante mais tarde se introduziu a cana de açúcar e as vides Malvasia na Madeira. *(N. do T.)*

(4) O ilustre Autor manifesta-se crente na história do suposto João de Morales (ao qual o nosso D. Francisco Manuel chama «João de Amores»), a quem os companheiros de Machim e Ana d'Arfet teriam contado como haviam alcançado a Madeira. Veja-se o citado ensaio *O problema do descobrimento da Madeira*, para o qual tomamos a liberdade de remeter o leitor. (*N. do T.*)

(5) Segundo a versão corrente da lenda, Morales não era dos companheiros de Machim, mas sim um pilôto cativo dos Moiros, que aquêles encontraram quando, por sua vez, foram reduzidos à escravidão. *(N. do T.)*

Zarco resolveu ir ver. Após oito dias de descanso em Pôrto-Santo, fêz-se ao mar, e, observando que a névoa diminuía na parte oriental da nuvem, dirigiu-se para ali e chegou a um cabo baixo e pantanoso a que chamou ponta de S. Lourenço. A seguir, bordejando pela costa do sul, chegou às terras altas e às florestas da Madeira — assim chamada até hoje, ou, como diz Barros, «por causa do grãde & muy espesso aruoredo de q̃ éra cuberta» (1), ou, na forma de Machico, do nome do primeiro descobridor, o infeliz Roberto Machim (2). Porque os portugueses, ao desembarcarem, guiados pelo Morales, encontraram em breve a cruz de madeira e o túmulo do inglês e da amante, e foi ali que Zarco, sem qualquer ser humano a disputar-lhe o título, «tomou posse» da ilha em nome do rei D. João, do infante D. Henrique e da Ordem de Cristo (3).

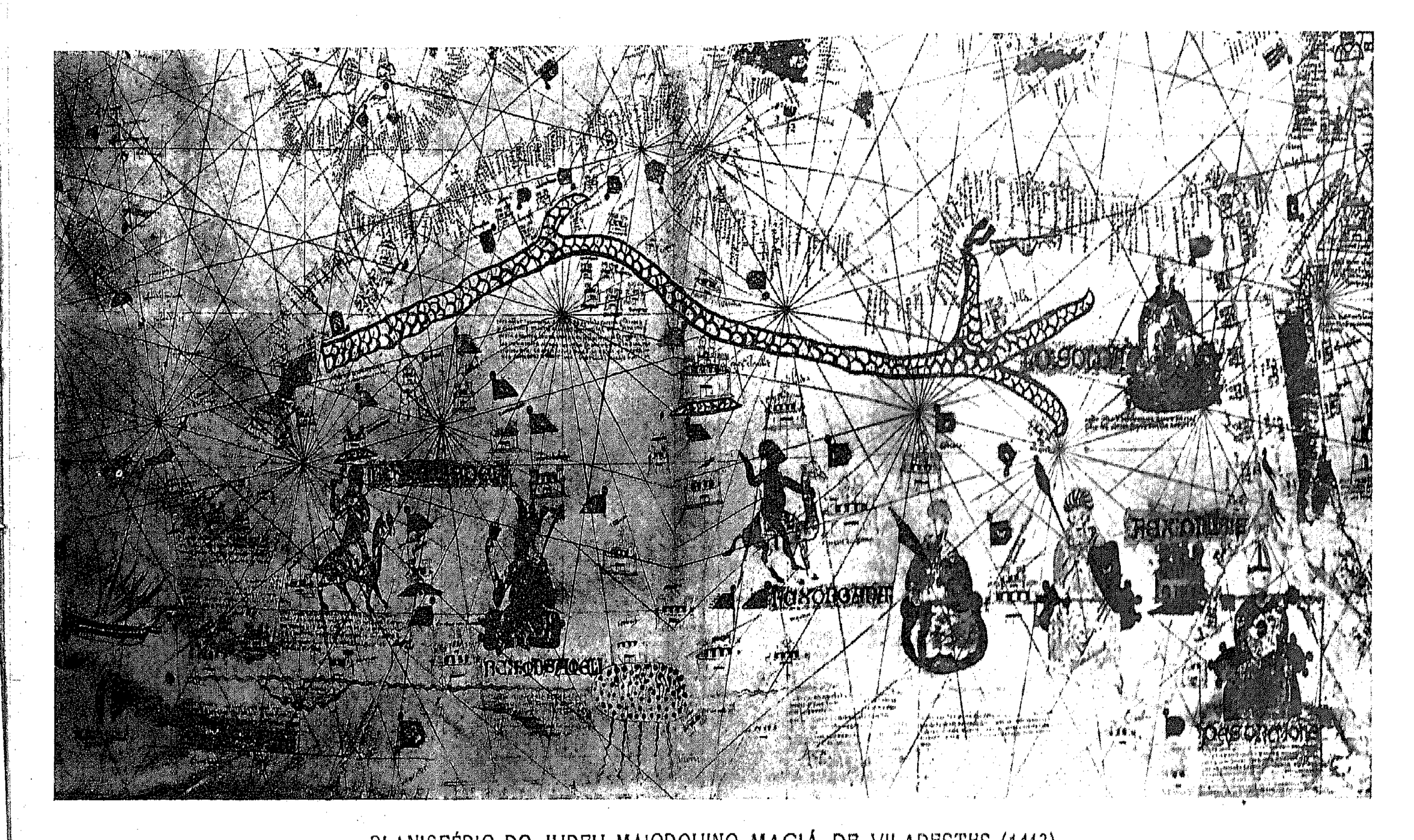
Embarcando de novo, costeou lentamente a ilha desde a «Fonte do Seixo» até à «Ponta dos Garajaus» e à «Câmara dos Lôbos», onde os seus homens espantaram um rebanho de focas, chegando a uma grande planície coberta de funcho ou «Funchal», onde se ergue hoje a capital da Ilha. Um grupo dirigiu-se para o interior em exploração, regressando com a notícia de que do alto dos montes se via o mar por todos os lados; e Zarco, depois de colher no Funchal alguns exemplares das madeiras, das plantas e das aves indígenas, regressou a Portugal nos últimos dias de Agôsto.

---

(1) Estas palavras são exactamente as de que se serve Zurara na *Crónica*. *(N. do T.)*

(2) Há aqui equívoco. *Machico* nunca foi nem podia ser forma sinónima de *Madeira*, até mesmo porque, enquanto êste têrmo designava tôda a ilha (chamado do *legname* = Madeira, nos portulanos medievais), aquêle aplicava-se apenas a uma povoação, que ainda hoje o conserva. A filologia opõe-se a considerar *Machico* corruptela ou derivação de *Machin*. O mais certo parece ter sido que o nome provenha de um certo «Machico», marinheiro que vivia no tempo de D. Fernando, possìvelmente companheiro dos Pessanhas nas primeiras explorações atlânticas, e quiçá o descobridor da ilha. *(N. do T.)*

(3) Ignoramos onde o Autor encontrou êstes pormenores, que supomos, terem sido bebidos na narrativa fantasiada de D. Francisco Manuel, esta, por sua vez, baseada numa suposta relação de um certo Francisco Alcoforado, companheiro de Zarco na viagem de descobrimento. De facto, Zarco só poderia tomar posse da ilha em nome do Rei. Só mais tarde foi concedido à Ordem de Cristo o domínio espiritual das ilhas atlânticas. *(N. do T.)*



PLANISFÉRIO DO JUDEU MAIORQUINO MACIÁ DE VILADESTES (1413)

(Da Biblioteca Nacional de Paris)

(Ver o índice dos mapas)

Receberam-no magnificamente na Côrte, criaram-no conde — «Conde de Câmara de Lôbos» —, sendo-lhe dada a capitania da ilha por tôda a vida. Pouco depois a capitania tornou-se hereditária na família. Tristão Vaz, o segundo dos enviados do Infante, também foi recompensado: a metade do norte da Madeira foi-lhe dada como capitania, e em 1425 D. Henrique começou a colonização efectiva. Zarco, já em Maio de 1421, regressara com a mulher, os filhos e criados, e começara a construir o «pôrto do Machico» e a «cidade do Funchal», mas isto não se tornou facto oficial senão passados quatro anos.

Mas a ilha, desde o princípio, devido à exportação de madeiras, de sangue de dragão (1) e de trigo, começou a recompensar o incómodo do descobrimento e da colonização. O açúcar e o vinho chegaram à maior perfeição no seu fabrico em anos posteriores, após o grande «incêndio de sete anos» ter queimado as florestas e e enriquecido o solo da Madeira. Foi logo depois do seu regresso ao Funchal que Zarco, pela primeira vez, lançou fogo às florestas que estavam por detrás dos campos de funcho da costa, a fim de abrir caminho até ao centro da ilha; o incêndio alastrou e continuou até se apoderar de todas as florestas que ocupavam as terras altas, não havendo nada, entre os fracos recursos dos primeiros colonos, que pudesse extingui-lo; e a Madeira, iluminou, como um vulcão, o caminho dos navios do Infante, que se dirigiam para o Sul, até 1428. Pelo menos era esta a história corrente em Portugal, à qual se costumava juntar outra — a da praga dos coelhos que comeram tôdas as novidades da ilha nos primeiros anos agitados da colonização de Zarco, o que impediu de exportar qualquer produto, excepto a madeira (2). Tão grande quantidade desta foi trazida para Portugal que o tempo de D. Henrique marca o início de uma nova era na arquitectura espanhola, e do comércio da ilha da Madeira

(1) O «sangue de dragão» é uma espécie de resina, que se extraía de uma árvore denominada dragoeiro e que abundava em Pôrto-Santo e na Madeira. Empregava-se na tinturaria. (*N. do T.*)

(2) A praga dos coelhos, segundo Zurara, foi na ilha de Pôrto-Santo que ocorreu, sendo até a principal causa de Zarco e o seu companheiro «se passarem» à Madeira. (*N. do T.*)

resultou um elevado estilo de construções que então principiou a substituir o modesto dos Árabes.

Uma carta de D. Henrique, datada de 1430, dez anos após o redescobrimento da Madeira, e que regista os nomes de alguns dos primeiros colonos, e a sua doação da ilha, ou antes do seu «espiritual», à Ordem de Cristo, a 18 de Setembro de 1460, pouco antes de morrer, são os principais elos de ligação entre esta colónia e a Metrópole durante a geração imediata, — mas na história das instituïções há poucos factos mais curiosos do que a insistência de D. Henrique em obter o censo da sua pequena «Nação». Desde o princípio fizeram-se cuidadosos registos familiares dos colonos, e por êles se vê algo do espanto de homens que estavam a começar a vida humana, por assim dizer, em uma nova terra. Às primeiras crianças nascidas na Madeira — um filho e uma filha de Aires Ferreira, um dos camaradas de Zarco — deram-se os nomes de Adão e Eva [1].

(1) Em 1418 e 1424-5, D. Henrique comprou e procurou assegurar para si os direitos de posse às Canárias, concedidos por Béthencourt, tentativas repetidas em 1445 e 1446. *(N. do A.)*.

Sôbre a questão das Canárias veja-se, principalmente, a *História de Portugal*, de Fortunato de Almeida, tom. III, Coimbra, 1925, págs. 759 e ss., onde o assunto é tratado com desenvolvimento e onde figuram novos documentos. *(N. do T.)*

CAPÍTULO X

O cabo Bojador e os Açores

(1428-1441)

Mas apesar do êxito de Zarco, o cabo Bojador ainda não fôra dobrado, embora saíssem, todos os anos, de Sagres, caravelas para atingirem a Guiné [1].

Em 1428, D. Pedro, irmão mais velho de D. Henrique, regressou à pátria, vindo das suas viagens com todos os livros e mapas que pudera reünir para auxiliar os exploradores — e é pràticamente certo que o mapa-mundi que lhe deram em Veneza actuou como sugestão directa para as tentativas posteriores ao oeste e em direcção ao sul — a seguirem para oeste, até aos Açores, e para o sul, até à Guiné.

Conservado no mosteiro real de Alcobaça até ao século XVI, embora hoje esteja irremediàvelmente perdido, êste tesoiro de D. Pedro, como os seus «manuscritos de viagens», parece ter sido utilizado na escola de Sagres até a morte do infante D. Henrique, e pelo menos já em 1431 se viam os seus efeitos no primeiro redescobrimento português dos Açores. Tôdas as ilhas ao oriente da África claramente descritas no mapa de 1428, estavam meio dentro e meio fora do conhecimento da Cristandade, já descobertas ou redescobertas por

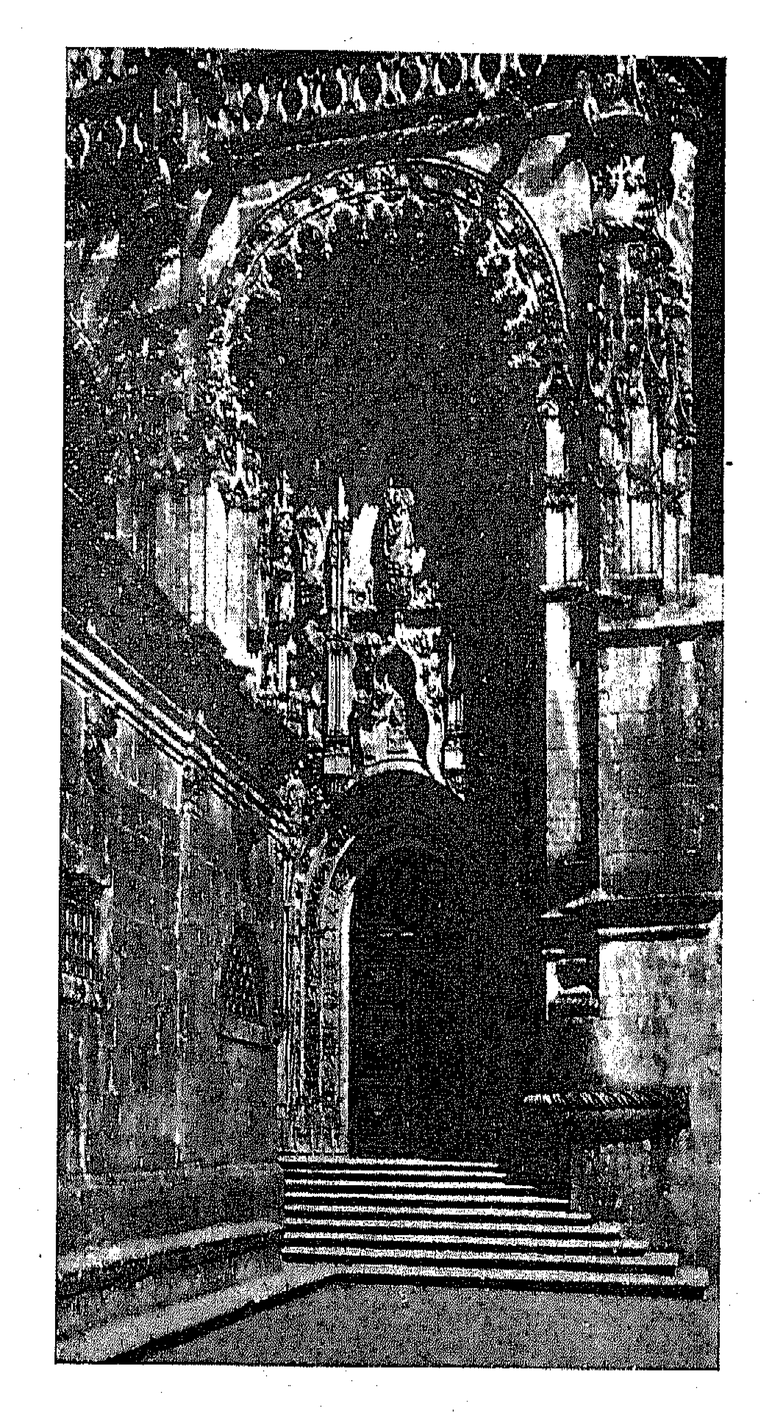
(1) Segundo a carta passada em 22-X-1443, por D. Pedro em nome de D. Afonso V, foram catorze as viagens efectuadas «atée que soube parte da dita terra». *(N. do T.)*

qualquer acidente ou emprêsa, já perdidos de vista e de memória por falta de exploração sistemática. Foi a isto exactamente que os Portugueses obviaram. Os Açores, indicados, no portulano Laurentino de 1351, eram pràticamente desconhecidos dos marinheiros, quando, ao fim de oitenta anos, Gonçalo Cabral saiu de Sagres para os ir procurar (1431) (1). Chegou ao grupo das Formigas e, no ano seguinte, voltou para fazer novos descobrimentos, principalmente o da ilha de Santa-Maria. Mas para aquêles sítios os progressos mais importantes fizeram-se entre 1444 e 1450, depois de se estabelecer a primeira colónia doze ou catorze anos antes, e resultaram da correcção teórica feita pelo Infante às observações práticas dos seus capitães. Comparando velhos mapas e descrições com os seus relatórios, pôde corrigir a sua rota marítima e dêste modo levá-los às próprias ilhas que êles haviam buscado em vão.

Êstes resultados, porém, ainda estavam muito distantes, e o lento e seguro avanço ao longo da costa africana para chegar ao Bojador foi o principal resultado da ajuda de D. Pedro. Em 1430 1431 e 1432, o Infante insistiu com os seus capitães, mostrando-lhes a excepcional importância da passagem do Cabo, que frustrara os esforços de tôdas as suas caravelas, devido às causa das suas fortes correntes oceânicas e aos seus perigosos baixios Por fim aquilo veio a constituir a ordem única do Infante: Passem ao menos o Cabo, se nada mais puderem fazer além disso. Mas os anos iam passando, D. João *de Boa Memória* morreu em 1433, e Gil Eanes, partido naquele mesmo ano com fortes esperanças de êxito, virou para as Canárias e apenas trouxe alguns escravos para Portugal Um numeroso partido na Côrte, no exército e entre os nobres e os mercadores queixaram-se amargamente da evidente falta de proveito das tentativas do Infante, e houve então sério perigo do colapso destas. Porque, embora êle tivesse pago até ali tôdas as despesas, os seus rendimentos não as poderiam suportar por muito tempo sem qualquer ajuda.

O Bojador, assim chamado «dêste muito bojar», situado cento e oitenta milhas além do cabo Não, era, desde os tempos do portulano Laurentino (1351) e das

(1) Veja-se o capítulo XV, adiante. *(N. do T.)*



PÓRTICO DA IGREJA DO CONVENTO DE CRISTO, EM TOMAR

viagens catalãs e portuguesas de 1341 e 1346, o ponto extremo do sul até onde chegavam os conhecimentos dos cristãos. Dizia-se ser preciso fazer um circuito, como no cabo da Boa-Esperança, para dobrar um promontório que estava umas cem milhas pelo Oceano dentro, onde as marés e os escolhos formavam uma corrente de vinte milhas de largura. Era a vista ou a imaginação desta agitação que aterrorizava os marinheiros de D. Henrique, porque impedia claramente tôda a cabotagem e obrigava os marinheiros a fazerem-se ao mar largo, fora da vista de terra [1]. E embora o descobrimento de Pôrto-Santo provasse ser fácil e o proveito que se obteria de se aventurarem com ousadia ao Mar Tenebroso, e apesar de, a partir de então (1418), o Infante mandar os seus capitães para Este em direcção aos Açores, e para o sul em direcção à Madeira, ambos a umas centenas de milhas do continente; todavia para dobrar o Bojador não havia apenas os terrores autênticos do Atlântico, mas também as lendas dos trópicos, que obrigavam a recuar de terror os mais arrojados.

Muitos marinheiros tinham ouvido dizer que todo o cristão que passasse o Bojador seria infalìvelmente transformado em negro e conservaria até ao fim da vida esta prova da vingança de Deus pela sua insolente vaidade. A tradição árabe do Mar Verde do Norte também entrava fortemente no pensamento dos cristãos para êste ser, com facilidade, abalado. E era para além do cabo que limitava os seus conhecimentos que os geógrafos sarracenos tinham povoado a costa de África com monstros marinhos, rochedos cheios de serpentes e unicórnios aquáticos, em vez de nomes, e haviam posto a terrível mão de gigante de Satanás erguida acima dos mares para agarrar o primeiro ser humano que ousasse entrar no seu fôjo. Se Deus fizera a terra firme, o Demónio fizera o Oceano desconhecido e traiçoeiro — tal era a lição real de muitos dos mapas medievais, e foi nesta enraïzada superstição que D. Henrique encontrou o pior inimigo, que aparecia às vezes até nos seus capitães mais dignos de fé e mais ousados.

---

[1] Veja-se o artigo do sr. alm. Gago Coutinho - *Passagem do Cabo Bojador* — publicado no número de Novembro — Dezembro de 1938 do *Boletim da Sociedade de Geografia*. *(N. do T.)*

E depois, as lendas da África tropical, da terra firme para além do Bojador, pouco menos terríveis eram do que as do Oceano Tropical. O Continente Negro, com o seu Mar Tenebroso circundante, era a sede do mistério e da lenda. Já vimos como os Árabes escreviam «Inabitável» em qualquer terra desconhecida — mares e terras tenebrosos eram simplesmente os que desconheciam, como a Idade Obscura para outros, mas em parte alguma a sua imaginação se patenteou em génios, fadas, feiticeiras e todos os horrores do Inferno, com interêsse mais entusiástico e genial do que na África, onde apenas a parte setentrional podia ser habitada pelo homem. Nos desertos centrais e meridionais, como no-lo dizem os próprios doutores muçulmanos, o sol lançava jactos de chamas líquidas e fazia referver o mar e os rios, dia e noite, com o terrível calor. Por isso, todo o marinheiro seria cozido vivo logo que se aproximasse da zona tórrida.

Foi esta espécie de ciência, desacreditada mas não esquecida, que estava viva ainda no espírito de Gil Eanes e dos seus amigos quando regressou à pátria em 1433, com desculpas incompletas. As correntes e os ventos do sul, diziam êles, tinham-nos impedido de avançar. Era impossível dobrar o Bojador.

O Infante ficou irritado, e no ano seguinte mandou o mesmo capitão tentar novamente passar o cabo. Os seus homens deviam ter aprendido mais alguma coisa além das fábulas infantis dos tempos passados. «Ca, disse êle, se ainda estas cousas que se dizem tevessem algũa autoridade, por pouca que fosse, nom vos darya tamanha culpa, mas quereesme dizer que por openyon de quatro mareantes; os quaes como som tirados da carreira de Frandes, ou de alguũs outros portos pera que comũumente navegam, nom sabem mais teer agulha nem carta pera marear; porem vos hii todavya, e nom temaaes sua openyam, fazendo vossa vyagem, ca com a graça de Deos, nom poderees della trazer se nom honra e proveito» (1).

O Infante foi secundado pelo decidido incitamento do novo rei D. Duarte, seu irmão mais velho, o qual ocupava o trono havia apenas um mês quando se decidiu a demonstrar o seu interêsse por um movimento nacional

(1) Zuzara, *Chronica* (...) *de Guiné*, cap. IX. (*N. do T*).

de descobrimento. D. João I morrera a 14 de Agôsto de 1433 (aniversário de Aljubarrota), e no dia 26 de Setembro do mesmo ano, por decreto datado de Sintra, o rei D. Duarte concedia as ilhas da Madeira e de Pôrto-Santo com as Desertas a D. Henrique, na sua qualidade de Grão Mestre (1) da Ordem de Cristo.

Com êste incitamento, o Infante mandou Gil Eanes em 1434 com o pesado encargo de não regressar sem trazer notícias concretas do cabo e dos mares que se estendiam para além dêle. Correndo pelo mar largo, a caravela dobrou o Bojador e, voltando para trás, junto à costa, encontrou o mar tão chão e tão navegável como na costa portuguesa, e a terra muito rica e agradável. Desembarcaram e não encontraram rastos humanos ou habitações, mas colheram uma espécie de plantas, semelhantes às rosas que em Portugal se chamam de S.ta Maria, para oferecerem a D. Henrique. Nem mesmo o cabo meridional das Tormentas ou da Boa-Esperança foi barreira tão antiga e tão obstinada como o Bojador o fôra, e o facto de se vencer esta dificuldade salvou os planos do Infante. Embora por diversas vezes interrompido, devido às perturbações políticas entre 1437 e 1449, o avanço no mar continuou e não voltou a haver qualquer perigo sério de insucesso devido à oposição e descontentamento gerais.

Em 1435 Gil Eanes saiu novamente para continuar os seus êxitos, juntamente com Afonso Baldaia, copeiro de D. Henrique, num navio maior do que os até então empregados nas explorações e chamado «varinel» ou galé de remos (2). Os dois capitães passaram cinqüenta léguas — cento e cinqüenta milhas (3) — além do cabo e encontraram rastos de caravanas, chegando até a uma baía a que chamaram Angra dos Ruivos por causa dos bancos daquele peixe, e voltaram a Lagos, no mesmo ano.

(1) Vd. a nota 3 de pág. 135. (*N. do T.*)

(2) Sôbre as várias espécies de embarcações empregadas pelos Portugueses durante a era dos descobrimentos veja-se *Os navios da descoberta*, por João Brás de Oliveira, Lisboa, 1940.

(3) A légua portuguesa, de quatro milhas, corresponde aproximadamente a 5.920 mts. ou 3.197 milhas actuais (1.852 mts.). Vd. *A Marinharia dos Descobrimentos*, por A. Fontoura da Costa, 2.ª ed., Lisboa, 1939, pág. 216.

Em 1435 houve ainda muitos meses durante os quais poderiam efectuar-se navegações marítimas, e D. Henrique mandou imediatamente Baldaia, mais uma vez, no seu varinel, com ordem de seguir o mais longe que pudesse ao longo da costa, pelo menos até encontrar indígenas, dos quais deveria trazer um consigo. Por conseguinte, Baldaia navegou durante cento e trinta léguas — trezentas e noventa milhas — além do Bojador, até entrar num estuário que penetrava na terra cêrca de vinte milhas, parecendo levar a um grande rio. Baldaia pensou ser o Nilo dos Negros ou o Rio de Oiro, e embora fôsse apenas uma enseada, o nome do Rio de Oiro, que então lhe deram as primeiras esperanças dos Portugueses, sobreviveu à decepção de encontrarem apenas uma costa arenosa em vez da via fluvial para as Montanhas da Lua e o reino do Preste João.

Baldaia ancorou ali, desembarcou uma parelha de cavalos que o Infante lhe dera para explorar a região, e mandou dois jovens fidalgos montados nêles a percorrer o país à procura de sinais de gente e, encontrando-os, trazerem um prêso para bordo. Sem levarem armadura, apenas armados de lança e espada, os rapazes subiram o «rio» até à nascente, situada a sete léguas dali, aparecendo-lhes então de repente dezanove selvagens armados de azagaias. Os dois correram sôbre êles e levaram-nos adiante de si até a um local cheio de pedras, mas como a noite se aproximava e não pudessem apanhar um cativo, voltaram para trás e alcançaram o navio ao amanhecer. «Huũ daquestes moços, diz o cronista, conheci eu despois seendo fidalgo nobre, assaz vallente no officio das armas, e chamavasse Eytor homem, o qual na cronica do regno acharees provado em grandes feitos. O outro chamarom Diego Lopez Dalmeida, fidalgo e bõo homem per sua pessoa, segundo aprendy dalguũs que o conheciam» (1).

O primeiro desembarque de europeus nas costas da África desconhecida, desde o tempo das colónias cartaginesas, é um dos grandes momentos da história da expansão e dos descobrimentos do Ocidente, pois significa que a Cristandade ocidental conseguira penetrar no primeiro círculo dos seus inimigos, a muralha do território

(1) Zurara, *ob. cit.*, cap. X. (*N. do T.*)

muçulmano fixo, e que começava a chegar ao mundo exterior mais vasto, não só pela costa do mar como também pelas vias comerciais do Oriente. E quási parecia de pouco valor prático que Marco Polo e os frades e os mercadores que o seguiram ultrapassassem o Islão na Ásia e chegassem até aos confins da Tartária, porque isso apenas tornou mais evidente que a Ásia não era cristã e que deveria haver uma luta de morte antes de poder, por ali, estabelecer-se a influência europeia até ao ponto que atingira no tempo de Alexandre. Mas a ocidente, nas costas do Atlântico, uma vez ultrapassado Marrocos, havia apenas tribos selvagens com quem tratar. Baldaia chegara então ao território dos pagãos, para além do Islão; a civilização rival dos Árabes e seus sequazes quási fôra flanqueada pelos navios de D. Henrique; e os rapazes que exploraram a costa do Rio de Oiro em 1435, eram a guarda avançada de um grande exército. A sua carga sôbre um grupo de homens feitos e dez vezes superior em número era a profecia das próximas conquistas da Europa cristã nos novos mundos que ela andava então a procurar no sul, a oriente e a ocidente.

Baldaia seguiu logo os seus homens. Escolheu um grupo com que saíu no bote de bordo e entrou no rio que subiu até ao lugar da luta, levando os rapazes ao lado dêle, a cavalo pelas margens, os quais lhe mostravam o monte de pedras onde os indígenas se haviam juntado no dia anterior. Mas, durante a noite, êles tinham todos fugido para o interior, abandonando a maior parte dos miseráveis bens. Os portugueses apossaram-se dêstes, e deixaram a Baía dos Cavalos, como chamaram a êste ponto afastado do Rio de Oiro, regressando ao varinel sem qualquer êxito a não ser uma salutar decepção. Teriam de continuar mais para o sul, se queriam alcançar o Nilo e o caminho para circundarem a África.

Baldaia não estava contente, pois queria trazer um prisioneiro como D. Henrique lhe ordenara; por isso navegou mais cinqüenta léguas, desde o Rio de Oiro até ao Gôlfo da Galé, rochedo semelhante a uma galé, onde havia o maior cabo que êle passara desde o Bojador. Desembarcou ali outra vez e encontrou algumas rêdes de indígenas, feitas de cascas de árvores, mas nenhum dos que as haviam feito.

Nos primeiros meses de 1436 êle e e seu varinel já se encontravam em águas portuguesas; mas a terra onde havia tocado então estava a trezentas milhas além da velha Finisterra africana. Dentro de dois anos (1434-6) Portugal e tôdas as nações cristãs haviam entrado, pela mão de D. Henrique, em um novo capítulo da História. O mundo estreito do Império romano e da Igreja medieval já estava a converter-se no globo moderno com o desfazer do velho terror dos mares, que fixara durante tanto tempo, ao homem, limites que não devia passar. As vias terrestres tinham sido patenteadas pelas Cruzadas à cultura ocidental, embora não conseguisse dominá-las.

Agora acabava de se entrar nas vias marítimas, mais temidas e desconhecidas do que aquelas. Até àquela época não há provas de que os moiros ou cristãos tiveram jamais dobrado o Bojador, e a sua localização teórica em mapas era coisa muito diferente da experiência de que êle era um cabo como outro qualquer, e não era o fim como o não era o próprio cabo de S. Vicente. Nem Genoveses, nem Calalães, nem Normandos de Dieppe, nem os aventureiros de Erdisi e Ibn Said estavam então adiante de D. Henrique. Os seus descobrimentos das ilhas atlânticas foram achados, redescobrimentos; as suas viagens costeiras a partir de 1433 eram tôdas aventuras no verdadeiro desconhecido.

Mas de 1436 a 1441, desde o segundo regresso de Baldaia até à partida de Nuno Tristão e de Antão Gonçalves para o Cabo Branco, as explorações não foram frutuosas nem constantes. A causa disto deve-se às outras ocupações do Infante Naqueles anos deu-se a fatal tentativa de Tânger, a morte do rei D. Duarte e as perturbações da menoridade de seu filho, D. Afonso V, *o Africano* dos anos futuros.

É verdade, lê-se na *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné,* que naqueles anos saíram para aquelas regiões dois navios ao mesmo tempo, mas o primeiro regressou em presença do mau tempo, e o outro apenas foi ao Rio de Oiro à busca de peles e de óleo de foca, regressando a Portugal depois de meter carga. E também é verdade que, no ano de 1440, se armaram e mandaram para o mar duas caravelas para ir àquela mesma terra, mas ali encontraram a sorte adversa, pois nada mais sabemos àcêrca da sua viagem.

CAPÍTULO XI

Vida política do Infante

(1433-1441)

O exílio do Infante no seu eremitério de Sagres não podia ser definitivo, pois êle estava sempre pronto a voltar à Côrte ou ao campo de batalha quando se tornasse necessário. Por isso esteve junto do leito de morte do pai em 1433, e do irmão em 1438, no cêrco de Tânger em 1437, e durante os primeiros anos da Regência (1438-1440) ajudou a governar em nome do sobrinho D. Afonso, filho de D. Duarte. De 1436 até 1441 não prestou séria atenção aos descobrimentos.

O que é principalmente interessante na história dêstes anos é o respeito quási religioso dos irmãos, das Côrtes e do povo todo por D. Henrique. Êle era superior e estava para além do seu tempo, mas não tanto que o não compreendesse. D. Henrique não era um chefe, pois não tinha sequazes; era um dêsses seres felizes que são melhor compreendidos pelos que viveram em íntimas relações com êles—o pai e os irmãos.

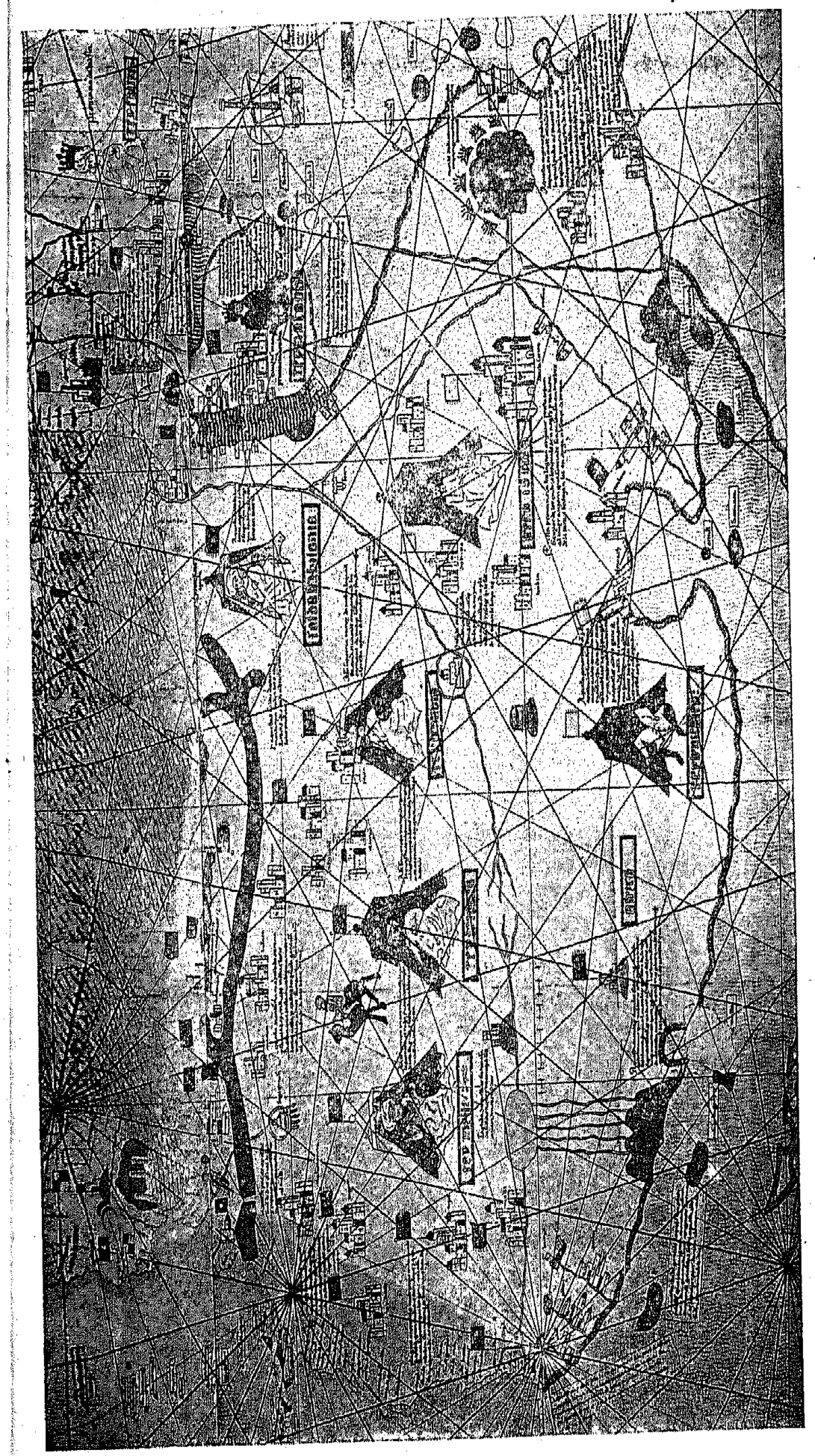
Acreditou-se em todo o reino que as últimas palavras de D. João I fôssem de incitamento para o Infante persistir no seu louvável e firme propósito de espalhar a fé cristã nas terras do paganismo. Verdadeiras ou não, viu-se que correspondiam à verdade, pelo que os irmãos de D. Henrique, D. Pedro e D. Duarte, cumpriram lealmente a ordem do pai para se manter a paz no país e mandar navios para o mar.

Mas o novo reinado foi curto e acidentado. Mal D. Duarte se aclamou Rei, D. Fernando, o quarto dos «altos Infantes» da casa de Avis (1433), fêz reviver o plano de uma guerra africana. Êste Infante, sempre cruzado do coração, recusou o chapéu de cardeal para poder conservar a fôrça de matar os inimigos de Cristo, tendo encontrado em D. Henrique quem o ouvisse com atenção. Foi êste, de facto, quem delineou e organizou o plano da campanha para que se insistia então com o Rei e com a Nação. Era natural que assim fôsse. A guerra de Ceuta tivera capital importância para a sua obra de descobrimento; fôra, em grande parte, obra sua, e os seus desejos de conquistar os pagãos e os sarracenos para dêles fazer bons cristãos eram quási tão fortes como a sua inclinação natural para os descobrimentos e colonização exploradora. Aproveitou, por isso, a sugestão de D. Fernando, converteu-a em projecto definitivo — um assalto a Tânger — e alcançou, a muito custo, o consentimento de D. Duarte e das Côrtes. A principal dificuldade consistia na falta de dinheiro; nem mesmo a popularidade do Govêrno pôde evitar a «grande murmuraçom e descontentamento do povo» (1). O infante D. Pedro contrariava inteiramente a idéia e, por atenção a êle, levou-se a questão até ao Papa. ¿Deve fazer-se guerra aos infiéis ou não?

Se êsses infiéis, respondeu a Cúria, residem em terras cristãs e se servem das igrejas de Cristo como de mesquitas de Maomé, ou se êles atacam os cristãos, embora voltem de novo para as suas terras, ou se, não fazendo isso, eram idólatras ou pecavam contra a natureza, os Infantes de Portugal tinham o dever de os ir guerrear. Deviam, porém, fazê-lo com prudência e piedade para evitar perdas aos cristãos. Mas só seria justo lançar tributos sôbre um povo cristão para manter uma guerra com infiéis, se essa guerra fôsse necessária à defesa do reino. Se ela fôsse voluntária, para conquistar novas terras aos pagãos, só devia ser custeada pelo Rei.

Antes, porém, de chegar esta resposta, concluíra-se o armamento do exército, e as coisas haviam chegado

(1) Rui de Pina; *Chronica d'el-rei D. Duarte*, cap. XIV. (*N. do T.*)



PLANISFÉRIO CATALÃO (séc. XV)

(*Da Biblioteca Estense, de Módena*) (*Ver o índice dos mapas*)

longe de mais para recuarem; a Rainha desejava ardentemente a guerra e levara D. Duarte a dar o seu consentimento da melhor vontade. Por isso, debaixo de uma atmosfera de maus presságios — a doença do Infante D. Fernando e as palavras de prudência de D. Pedro — as tropas embarcaram no dia 17 de Agôsto de 1437. A 22 levantaram ferro e a 26 desembarcaram em Ceuta, que D. Pedro de Meneses continuava a governar. Os triunfos europeus de 1415 e 1418 ainda estavam vivos na memória dos Moiros, e D. Henrique era considerado o seu herói. Foi por isso que as tribos do Beni Hamed lhe fizeram ofertas de submissão e de tributo às primeiras notícias da invasão. O Infante aceitou-lhes os presentes de oiro e de prata, de gado e de madeiras, deixando-as em paz durante a guerra, pois as fôrças de que dispunha mal chegavam para o cêrco de Tânger. Dos catorze mil homens levantados em Portugal, em Ceuta responderam apenas seis mil à chamada (1). Grande número dêles haviam fugido aos perigos da África; e a bordo o espaço para alojamento era incrivelmente insuficiente. Os transportes chegavam apenas à justa para os batalhões que iam então pôr-se em marcha, e se houvesse necessidade de reforços seria preciso mandá-los ir de Lisboa. No conselho de guerra a maior parte dos presentes foram de opinião que se esperasse, mas as dificuldades práticas eram tão grandes que D. Henrique resolveu não aguardar os reforços, mas avançar com os tropas que tinha.

A estrada directa para Tânger por Ximera estava então impraticável, resolvendo-se, por isso, seguir rodeando Tetuão, enquanto a esquadra seguiria ao longo da costa. D. Fernando, ainda doente e sem poder fazer a viagem por terra, devia ir por mar, ao mesmo tempo que o irmão mais velho, na qualidade de chefe supremo da expedição, procurou abrir caminho pelas

(1) D. Henrique reclamara catorze mil homens como sendo os necessários para a emprêsa. Apesar, porém, dos esfôrços sôbre-humanos empregados por êle e pelo irmão D. Fernando, apenas puderam juntar-se uns escassos seis mil, fôrças muito abaixo do que então era preciso não só para conquistar Tânger como também, e sobretudo, para a conservar. Veja-se Pina, *ob. cit.*, caps. XIX a XXII. (*N. do T.*)

estradas terrestres, no que foi feliz. Em três dias chegou em frente de Tetuão, que lhe abriu logo as portas, e a 26 de Setembro, sem perder um único homem, apareceu diante de Tânger velha, onde D. Fernando o aguardava já.

Espalhou-se então o rumor de que os moiros estavam a abandonar Tânger como haviam abandonado Ceuta dezanove anos antes, mas Sala ben Sala, que comandava ali como outrora fizera aqui, sabia agora como devia defender melhor tôda a cidade — com a coragem desesperada dos seus inimigos hispânicos. O ataque, imediatamente ordenado por D. Henrique contra as portas de Tânger, foi rechaçado, e durante os quinze dias imediatos as perdas dos cruzados foram tão elevadas que o cêrco se transformou em bloqueio. No dia 30 de Setembro, dez mil cavaleiros e noventa mil infantes surgiram para defender Tânger, vindos do interior até à costa. D. Henrique lançou-se prontamente à frente do seu pequeno exército na planície e ordenou o ataque; mas a grande hoste moirisca, então estacionada num monte à vista do acampamento, não se atrevendo a aceitar o desafio, ondulou, quebrou-se e correu para as montanhas precipitadamente. Porém, três dias depois reaparecem em maior número e até ousam descer à planície. D Henrique rechaçou-os de novo; no dia imediato voltaram ainda uma vez; por fim, depois de terem chegado a cento e trinta mil homens e de terem obrigado, pelo seu número esmagador, os cristãos a manterem-se por detrás dos seus entrincheiramentos, lançaram-se sôbre os portugueses. Depois de luta desesperada, foram derrotados, e uma surtida da cidade foi, ao mesmo tempo, também rechaçada; parecia que os europeus estavam dispostos a fazer frente a quaisquer inimigos. Depois destas vitórias, D. Henrique convenceu-se da próxima queda de Tânger; mandou fazer nova escalada, mas tôdas as escadas arderam ou se quebraram, e muitos dos seus homens ficaram esmagados debaixo das partes pendentes das muralhas que foram arremessadas sôbre os assaltantes. Neste ataque final, no dia 5 de Outubro, foram aprisionados dois moiros, os quais disseram a D. Henrique que vinham a caminho imensos socorros sob o comando dos Reis de Fêz, de Marrocos e de Tafilete, os quais traziam, diziam os cativos, pelo menos cem mil cavaleiros, sendo inumerável a infantaria. Era certo; no dia 9 de Outubro os montes em volta de Tânger apareceram cobertos pelos exércitos indígenas e tornou-se evidente que o cêrco tinha de se levantar. Tudo o que o Infante tinha a fazer era sair com os seus soldados a salvamento. Êle fêz o que pôde. Com tranqüila energia deu ordens à todos os contingentes; os marinheiros deviam embarcar logo; a artilharia foi entregue à guarda do Marechal do Reino; D. Álvaro Vaz de Almada, o Hércules de Portugal, devia dispor a Infantaria em linha de batalha; o próprio Infante postou-se com a cavalaria numa pequena elevação.

Quando os Moiros avançaram foram bem recebidos. Apesar de todo o seu poder, com um exército pronto a substituir outro à medida que os homens se cansassem, os portugueses mantiveram as suas posições. D. Henrique teve o cavalo morto debaixo de si; Fernão Álvares Cabral, seu monteiro-mor, caiu ao seu lado com vinte e cinco homens; a cobardia de um regimento, que fugiu para os navios, quási arruinou a defesa; mas, quando a noite veio, as colunas moiriscas retiraram aborrecidas, deixando ao Infante mais uma oportunidade para fugir e salvar-se. Era a única esperança, e até esta se perdeu por causa da deserção de um traidor. Martim Vieira, padre apóstata e antigo capelão de D. Henrique, revelou ao inimigo todo o plano de retirada.

Após longo debate, resolveu-se não massacrar o exército cristão, mas exigir reféns para que Ceuta fôsse entregue com todos os prisioneiros moiros em poder do Infante. Estas condições foram aceites, porque se viu logo ser impossível a fuga.

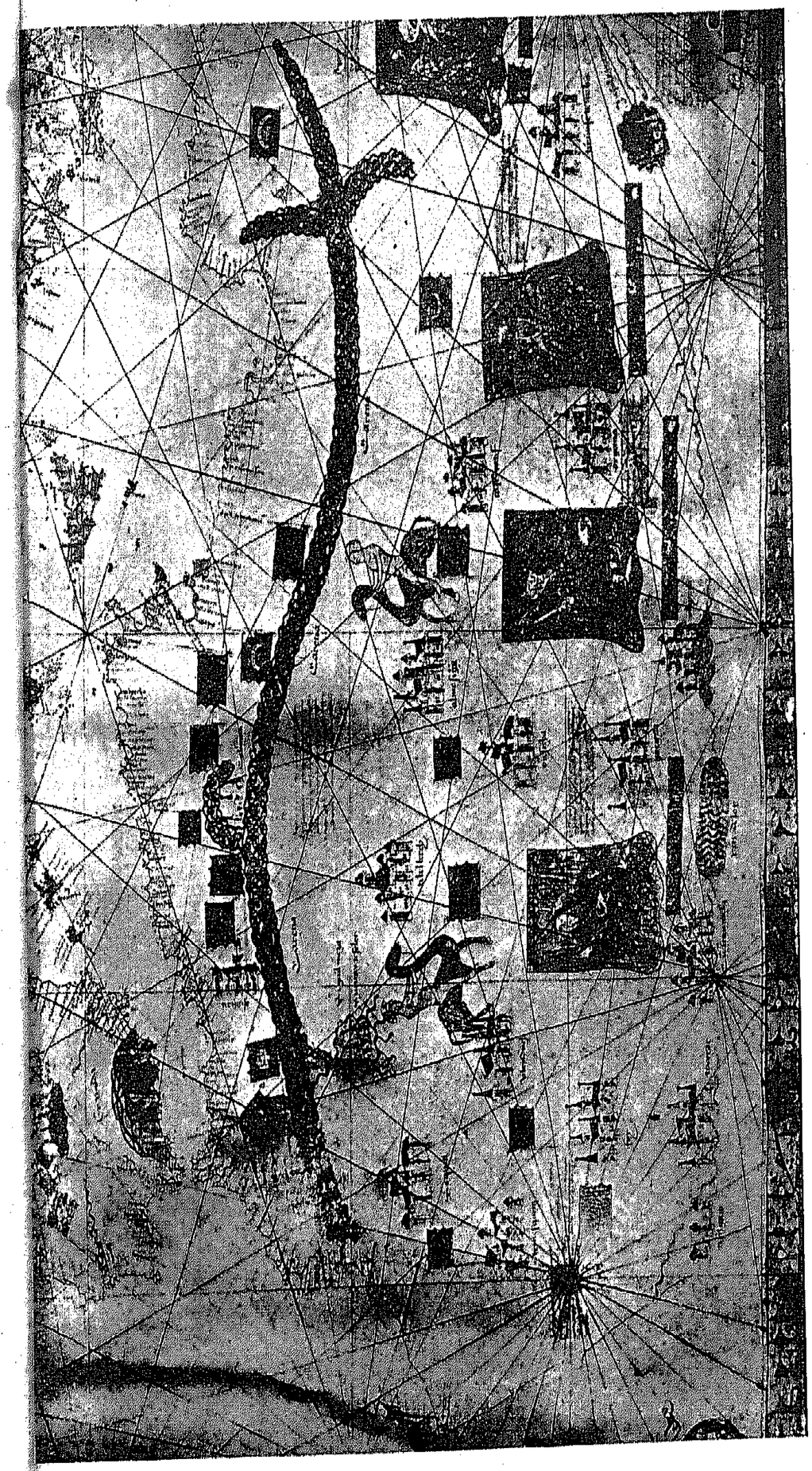
Porém, na manhã seguinte um grande número de moiros, num acto de traição superior à habitual entre êles, fêz uma última tentativa violenta para surpreender o campo. Durante oito horas fizeram-se oito ataques diferentes; quando viram que tudo era em vão, os berberes em retirada procuraram incendiar o madeiramento das trincheiras. D. Henrique, com a maior dificuldade, conseguiu salvá-los; e, a coberto da noite, fortificou novo acampamento mais pequeno junto do mar. Alimento e água eram escassos, e os sitiantes, agora sitiados, tiveram de matar os cavalos e cozinhá-los, servindo-se dos selins como combustível. Foram salvos de morrer de

sêde devido a uma chuva providencial; todavia a sua ruina era só questão de tempo, porque não havia esperança de se poder fazer o embarque à vista da cidade com todos os exércitos de Marrocos na espectativa de oportunidade para darem o assalto; as perdas dos Reis e dos chefes indígenas haviam sido tão grandes que êles estavam prontos a assinar uma trégua e obrigar os seus salteadores a cumprir-lhe as condições.

No dia 15 de Outubro, D. Henrique, em nome dos Portugueses, concordou em tornar a entregar Ceuta com todos os prisioneiros moiros á guarda de D. Pedro de Meneses, e que nenhum outro ataque se faria, da parte do Rei de Portugal, contra qualquer parte da Barbaria, durante cem anos. As armas e as bagagens dos cruzados tinham de ser entregues imediatamente; feito isto, deviam de reembarcar, sem quaisquer honras de guerra, e voltar logo para a Europa. D. Fernando e doze fidalgos ficaram como reféns até Ceuta voltar à posse dos Moiros (¹); por outro lado o filho mais velho de Sala ben Sala foi tudo quanto êles entregaram. Até depois disto planearam massacrar os «cães dos cristãos» quando passassem pelas ruas de Tânger, durante a sua passagem livre para o pôrto, como o tratado lhes garantia. D. Henrique teve conhecimento disto a tempo, e imediatamente mandou embarcar a sua gente em barcos que estavam na praia; mas a rectaguarda viu-se atacada quando embarcava, e cêrca de sessenta homens caíram mortos.

Foi um terrível desastre. Embora as perdas sofridas fôssem apenas uns quinhentos mortos e feridos, D Henrique sentiu todo o pêso da desgraça. Ao pensar que o irmão se encontrava em poder dos Moiros, recusou-se a mostrar-se em Portugal, e refugiou-se em Ceuta, onde, como perdia a esperança de encontrar qualquer modo de o libertar, adoeceu gravemente, até chegar nova esperança com a vinda de D. João, que D. Duarte man-

(¹) Sabe-se que D. Henrique, «com um Sancto e proveytoso proposito, assaz insistio pera ficar em a refens, e nom seu irmaaõ, com fundamento despois que os Christaaõs visse salvos, nom consentir que Cepta, nem outra cousa que muito relevasse se desse por elle, mas os do Conselho por justas causas que teverom, nom deram a ysso consentimento». Pina, *ob. cit.*, cap. XXXIII. *(N. do T.)*



PLANISFÉRIO CATALÃO DE GABRIEL DE VALSEQUA (1439)
(Do Instituto de Estudos Catalães, de Barcelona) (Ver o índice dos mapas)

dava em auxílio dos irmãos, com algumas reservas do Algarve. D. Henrique e D. João conferenciaram a respeito do resgate de D. Fernando, e por fim ofereceram em troca dêle o seu principal refém, o filho de Sala ben Sala, dizendo aos Moiros ser o único resgate que entregariam, pois Ceuta nunca seria dada.

A missão de D. João falhou, como era de esperar, e ambos os Infantes foram então chamados a Portugal, onde D. Henrique se recusou obstinadamente a ir à Côrte, conservando-se em Sagres num quási completo alheamento dos seus interêsses, até a morte do rei D. Duarte o obrigar a entrar de novo em acção. Foi a inevitável vergonha de ser a única coisa deixada à sua escolha e do reino que lhe paralisou a energia e o deixou melancólico e desamparado durante todo o tempo de inacção e de desgraça.

«Viu ser cativo o santo irmão Fernando,
Que tão altas emprêsas aspirava,
Que por salvar o povo miserando
Cercado, ao Sarraceno s'entregava.
Só por amor da pátria está passando
A vida de senhora feita escrava,
Por não se dar por êle a forte Ceita:
Mais o público bem que o seu respeita!» (1)

O insucesso do assalto a Tânger foi brilhantemente contrabalançado pela valentia dos soldados e as repetidas vitórias sôbre fôrças imensamente superiores. Mas agora, ou se devia entregar Ceuta em troca de D. Fernando, ou o mais novo e o mais querido dos irmãos da casa de Avis teria de morrer entre os Berberes. Muitos, se não a maioria, procuradores às Côrtes, convocados em 1438 para Leiria, foram de opinião que se entregasse Ceuta; mas todos os membros do Govêrno, exceptuando o Rei, foram de opinião «que ElRey nom devia, nem podia de sy tirar a Cidade de Cepta pello Ifante seu irmaaõ, nem ainda por seu filho herdeiro, ainda que cativo jouvesse» (2). Até D. Henrique veio a

(1) Camões, *Lusíadas*, IV, 52. (*N. do T.*)
(2) Pina, *ob. cit.*, cap. XL. (*N. do T.*)

concordar nisto por fim, juntamente com D. Pedro e D. João.

D. Duarte sentiu-se prêso do desespêro; êle queria pagar tudo o que fôsse possível para recuperar D. Fernando, e, com a esperança em obter ajuda, apelou, com os nobres, para o Papa, os Cardeais e as testas coroadas da Europa. Todos concordaram em que uma cidade cristã não devia ser trocada, mesmo que fôsse por um Príncipe cristão. Os oferecimentos de dinheiro e de «paz perpétua» da parte de D. Duarte foram rejeitados desdenhosamente pelos Moiros, que diziam: «Ou Ceuta ou nada» — e o desgraçado prisioneiro, tratado com todos os horrores mais vis do cativeiro, da escravidão e da tortura dos muçulmanos, morreu, após larga agonia, no sexto ano desta morte em vida e no quadragésimo primeiro de idade, a 5 de Junho de 1443.

Antes disto acontecer, o seu cativeiro levara ao mesmo fim o irmão mais velho, o rei D. Duarte, e só devido à inspiração de uma elevada missão, que deu à sua vida novo rumo, é que D. Henrique não morreu da mesma «saüdade». Todos os Portugueses ardiam por ir salvar o Infante — o *Príncipe Constante* (1); pedia-se ao Papa que ordenasse nova cruzada, levantaram-se tropas e construíram-se navios, quando apareceu a peste com terrível violência e ceifou tôdas as classes e tôdas as localidades, como já não acontecia desde o tempo da Peste Negra. O Rei, atacado por ela no meio da sua infelicidade, fraqueza e decepção amarga, foi uma das suas vítimas. O naufrágio de tôdas as suas esperanças deixou-o sem desejos de viver mais tempo, e a 9 de Setembro de 1438, com quarenta e sete anos, ao fim de um reinado de cinco, morreu em Tomar quando abria uma carta, mas não antes de ter D. Henrique junto de si (2).

Conservou-se até final a trabalhar pelo seu povo, e foi durante as fadigas de sair de um lugar atacado de peste para outro que apanhou a doença. Nunca houve, entre

(1) Nome que, num dos seus autos famosos, o grande Calderón de la Barca deu ao infante D. Fernando, herói do que tem êsse título. (*N. do T.*)

(2) Segundo o testemunho de Rui de Pina (*ob. cit.*, cap. XLIV), quando D. Duarte morreu apenas estava junto dêle o irmão D. Pedro. (*N. do T.*)

todos os Reis cristãos, nenhum melhor, mais nobre ou mais infeliz: foi um Alfredo com a má sorte de Etelredo, o *Irresoluto*.

Pelo seu testamento deixou novos encargos e incómodos a D. Henrique, a D. Pedro e às Côrtes. O sucessor — o pequeno D. Afonso V, com seis anos de idade — ficou com encargo de salvar D. Fernando a todo o custo, ainda que à custa de Ceuta, o que não era muito político; mas no que fêz mal foi em nomear sua mulher, D. Leonor de Aragão, juntamente com D. Pedro e D. Henrique, tutora dos filhos e Regente do reino.

Os Portugueses desconfiaram sempre do govêrno de um estrangeiro, e, desde os tempos de D. Leonor Teles, bem podiam recusar uma Regente. Por outro lado, a mulher de D. Duarte, que ganhara a absoluta confiança dêle como mulher e como mãe, não queria ceder a vez a D. Pedro e a D. Henrique. Por isso começou a organizar um partido, e enquanto trabalhava por um lado, os nobres e os patriotas minavam-no pelo outro. D. João foi o primeiro dos irmãos do marido a ocupar o lugar natural de chefe da oposição nacional; D. Henrique, durante algum tempo, pareceu hesitar entre a amizade e a lealdade; todos os que conheciam a Rainha ficavam a gostar dela, mas o povo repudiava a idéia de terem por Rainha uma estrangeira. Como John Knox, não podiam simpatizar com o Monstruoso Regimento de Mulheres (1) e a sua voz tornou-se cada vez mais clara em defesa de D. Pedro e dos seus direitos, reais ou imaginários. Como mais velho dos tios do jovem rei, como homem de Estado sempre pronto a servir, desde o seu regresso em 1428, era o Regente natural do reino; D. Henrique era um exilado voluntário da Côrte, embora o seu apoio fôsse a maior fôrça moral de qualquer govêrno; D. João iniciara o movimento de protesto, mas ninguém pensou nêle antes dos irmãos; enquanto êles viveram, o seu único papel foi ajudá-los na sua missão.

D. Leonor reconheceu em D. Pedro o principal inimigo e procurou vencê-lo. Quando reüniu as Côrtes,

(1) John Knox, reformador escocês, desgostoso com o govêrno de Maria de Lorena, regente na menoridade da filha, a célebre Maria Stuart, escreveu um panfleto contra *O Monstruoso Regimento de Mulheres*, que Isabel de Inglaterra nunca pôde perdoar-lhe.

insistiu com êle para assinar os decretos reais; depois propôs-lhe casar D. Isabel, filha dêle, com o Rei; D. Pedro obteve uma promessa escrita, e aguardou a abertura da Assembléia Nacional em 1439. Mas nesta levantou-se geral clamor entre os nobres contra o projecto de casamento do Rei; D. Pedro, porém, era demasiado forte para ser vencido. Começou então a insistir, lenta mas firmemente, pela Regência que pretendia. D. Henrique apareceu, nessa altura, como pacificador, e conseguiu um compromisso, no interêsse do irmão. A Rainha devia conservar a tutela dos filhos e preparar o pequeno Rei para o cumprimento da sua missão; D. Pedro governaria o Estado como «Defensor do Reino por el-Rei»; o Conde de Barcelos, daí a poucos anos Duque de Bragança, chefe do partido faccioso e fragmentário, devia ficar satisfeito com a administração da Justiça interna.

Ao princípio a Rainha lutou contra êste destronamento; fortificou-se em Alenquer e mandou pedir auxílio ao Aragão, sua antiga pátria. Sabendo-o, a populaça revoltou-se, e só D. Henrique pôde evitar um massacre e a guerra, que impediria, durante muito tempo, a expansão de Portugal. Foi direito a Alenquer (1439), falou à Rainha, chamando-a à razão e trouxe-a consigo para Lisboa, onde ela apresentou D. Afonso ao povo e ao Parlamento *(sic)*. D. Henrique conservou-se na Côrte durante um novo ano, completando a sua obra de apaziguamento e reconciliação, e nos fins de 1440 êsse trabalho parecia estar regularmente concluído. Passara o receio da guerra civil, o govêrno de D. Pedro começara bem, e D. Henrique pôde regressar a Sagres para a sua obra de descobrimento.

Já era tempo de fazer qualquer coisa por êsse lado, pois nos cinco anos anteriores poucos progressos se haviam feito no caminho da Guiné e das Índias.

CAPÍTULO XII

Do Bojador a Cabo-Verde

(1441—1445)

Mas com o ano de 1441 os descobrimentos entram em nova fase de intensidade, e as narrações originais dos capitães de D. Henrique, que o velho Zurara preservou na sua crónica, tornam-se cheios de vida e de interêsse. Daqui até ao ano de 1448, em que a *Crónica* termina, as suas descrições são extremamente pitorescas como se fôssem escritas com reminiscências de testemunhas oculares e actores dos descobrimentos e das conquistas que ela narra. E embora os pormenores sejam maçadores para o leitor moderno, por serem história prolixa, emocional e anti-científica, todavia o que nos conta é deliciosamente fresco e vivo, narrado com ingenuïdade e verdade simples que nos parecem quási perdidas na auto-suficiência da literatura moderna.

«Ja me parece — diz Zurara, no seu modo habitual de falar — que vou tornando alguũ tanto de prazer no recontamento desta estorya, porque acho algũa cousa com que satisfaça ao desejo deste nosso principe; o qual desejo tanto he mayor, quanto as cousas porque tam longamente trabalhou som mais acerca de sua vista. Porem agora em este presente capitollo, quero apresentar algũa novidade de sua trabalhosa sementeira. E foe assy que em aqueste anno de quatro centos e quarenta e huũ, avendo ja os feitos do regno alguũ assessego, ainda que grande nom fosse, fez o iffante armar huũ navyo pequeno, no qual mandou por capitam huũ Antam

Gonçalves, seu guarda roupa, homem assaz de nova idade; e a fim da vyagem daqueste nom era outra, quanto ao mandado do senhor, senom de carregar aquelle navyo de coirama e azeite, daquelles lobos marinhos de que ja fallamos nos outros capitollos ante destes. Nom he porem de dovidar que o iffante lhe nom desse aquelle mesmo carrego que dava aos outros; mas quanto a idade daqueste era mais fraca, e a autorydade pequena, tanto a encomenda serya de menos encarrego, e per conseguinte a esperança da fim de muyto mais pequena fiuza» (1).

Mas quando Antão Gonçalves realizou a viagem a que o tinham mandado, chamou Afonso Guterres, outro mancebo da casa do Infante, e os homens do seu navio, que eram vinte e um ao todo, e disse-lhes:

— Irmãos e amigos. Parece-me vergonha ter de regressar à presença do sr. Infante com tão pouco serviço prestado. Recebemos ordens precisas para fazermos mais do que fizemos; mais uma razão para tentarmos fazê-lo com mais zêlo. E que nobre acção não seria, se, em vez de levarmos apenas um carregamento dessa miséria que são os lôbos marinhos, levássemos, pela primeira vez, um cativo indígena à presença do sr. Infante. Temos de encontrar um aqui, porque é mais que certo haver gente que trafica com camelos e outros animais, os quais lhes transportam as mercadorias. O tráfico dessa gente deve ser feito, principalmente, com a costa. Como ainda não nos conheceram, devem andar por aí espalhados, sem defesa e, portanto, à nossa mercê. O sr. Infante não deve ficar pouco satisfeito quando lhe levarmos notícias de quem e de que espécie de gente vive nesta terra. Qual será a nossa recompensa, bem o podereis imaginar pela grande despesa e trabalhos que o nosso Infante tem tido, nos anos passados, só com o fim de chegar a isto.

Os tripulantes «determinaram fazer seu mandado, e o seguyr ataa onde mais chegar podessem», e na noite imediata Antão Gonçalves escolheu nove homens que lhe pareceram mais próprios, e dirigiram-se a terra, avançando até umas três milhas (2), até chegarem a um

(1) Zurara, *ob. cit.*, cap. XII. (*N. do T.*)
(2) Uma légua, diz Zurara. (*N. do T.*)

caminho que seguiram, pensando poderem encontrar por ali homem ou mulher que pudessem apanhar. Avançando mais nove milhas chegaram a um lugar onde se viam rastos de quarenta ou cinqüenta homens e rapazes, como pensavam, que tinham vindo em sentido oposto ao que êles seguiram. O calor era muito, e por isso e pelo incómodo que haviam tido na longa caminhada a pé sem água para beberem, Antão Gonçalves viu que o cansaço dos homens era muito grande.

— Voltemos agora para trás e sigamos êstes homens — disse êle.

E dirigindo-se para os lados do mar outra vez, chegaram ao pé de um homem nu, que seguia atrás de um camelo, com duas azagaias na mão. Ao vê-lo, nenhum dos homens, enquanto seguiam atras dêle, se lembrou mais do cansaço. Quanto ao indígena, embora estivesse completamente só, vendo tantos homens dirigiu-se contra êles, pôs-se na defensiva, como querendo mostrar que poderia empregar as suas armas, e mostrando no rosto muito mais energia do que a sua coragem requeria. Afonso Guterres feriu-o com um dardo, e o moiro, aterrado com as feridas, atirou fora as armas por inúteis e assim foi apanhado, com grande alegria dos nossos homens, os quais, continuando a caminhar, viram num monte as pessoas cujos rastos seguiam. E não lhes faltou vontade de ir ter com êles também, mas o sol estava então muito baixo e êles muito cansados e, pensando que arriscar-se mais poderia trazer-lhes mais danos que vantagens, determinaram voltar ao navio.

Mas, andando, chegaram ao pé de uma mulher moira negra, escrava dos que estavam no monte, e alguns entenderam que a deviam deixar ir, com receio de se arriscarem a outra escaramuça, o que não era conveniente ao pé dos que estavam no monte, que se encontravam ainda à vista e lhes eram superiores em mais do dôbro.

Mas os outros não foram tão tímidos que quisessem ficar assim mesmo, gritando Antão Gonçalves com veemência que tinham de a agarrar, pelo que a mulher foi aprisionada e os do monte fizeram menção de descer em seu socorro; mas vendo os nossos homens prontos a recebê-los, primeiro recuaram e depois afastaram-se. E assim Antão Gonçalves trouxe os primeiros escravos.

E porque o filósofo disse, resume o autor no capítulo seguinte da crónica, que o começo são duas partes de todo o assunto, grande louvor terá de dar-se a êste nobre mancebo que então foi armado cavaleiro, como se contará. Porque temos de ver agora como Nuno Tristão, um nobre cavaleiro, valente e zeloso, que fôra educado desde criança na Côrte do Infante, chegou àquêle lugar onde estava Antão Gonçalves, levando com êle uma caravela armada com ordem expressa do seu senhor para ir ao pôrto da Galé e mais longe ainda, procurando trazer mais prisioneiros por todos os meios de que pudesse dispor. E pode calcular-se qual seria a alegria dos capitães, ambos naturais do mesmo reino e criados na mesma casa, por se encontrarem assim tão longe da pátria. E Nuno Tristão disse que um árabe que trouxera consigo, criado do Infante, poderia falar com os prisioneiros de Antão Gonçalves e ver se lhes compreenderia a língua, e, compreendendo-a, tiraria proveito disso para conhecer o estado e condições da gente daquela terra. Mas a língua do árabe era muito diferente da dos cativos, de modo que não se puderam compreender.

E quando Nuno Tristão percebeu que nada mais podia saber a respeito daquela terra, esteve disposto a ir-se embora, mas por orgulho, quis fazer alguma coisa que se visse diante dos companheiros.

— Sabeis — disse êle a Antão Gonçalves — que o Infante há quinze anos que procura em vão obter notícias certas a respeito desta terra, dos seus habitantes, das suas leis e dos seus senhores. Levemos vinte homens, dez de cada navio, e vamos a terra à procura dos que vós encontrastes.

— Não, — disse o outro — porque os que nós vimos descer terão informado os outros, e talvez possamos cair em poder dêles pensando que os apanhamos. Onde alcançámos uma vitória não queiramos sofrer perdas.

Nuno Tristão achou bom o conselho, mas havia dois escudeiros profundamente desejosos de fazer o bem que pudessem, o primeiro dos quais era Gonçalo de Sintra, cujo valor teremos ocasião de avaliar melhor no decorrer desta história, o qual disse que tão depressa anoitecesse como saïriam os dois à procura de indígenas, e assim se resolveu. E foi tal a boa fortuna dos dois que chegaram de noite a um lugar onde se encontravam

diversas pessoas repartidas por duas habitações. O espaço entre os dois era muito pequeno, e os nossos homens dividiram-se em três grupos, começando a gritar o mais alto que puderam:

— Portugal e Santiago!

O barulho lançou tal confusão entre os inimigos que começaram a fugir em desordem, enquanto os portugueses caíam sôbre êles. Os homens fizeram menção de se defenderem com as azagaias, especialmente dois que lutaram contra Nuno Tristão até morrerem. Três outros foram mortos e dez feitos prisioneiros, entre homens, mulheres e crianças. Não há dúvida, porém, que muitos mais poderiam ter sido mortos ou aprisionados se todos os portugueses tivessem dado o assalto ao mesmo tempo. Entre os cativos estava um dos chefes, chamado Adaú, que demonstrava, pelo aspecto, ser mais nobre do que os restantes.

Resolvido o caso, foram todos ter com Antão Gonçalves e pedir-lhe para ser armado cavaleiro, respondendo êle que não seria razão receber tão grande honra, por um tão pequeno serviço além de a sua idade não o permitir, e que não queria recebê-la sem fazer coisas mais dignas do que estas e muitas mais semelhantes. Por fim, a pedido instante dos outros, Nuno Tristão armou Antão Gonçalves cavaleiro, ficando desde aí o lugar a chamar-se «Pôrto do Cavaleiro» (1).

Quando o grupo regressou a bordo, o árabe de Nuno Tristão foi pôsto novamente à prova, sem melhores resultados «porque a linguagem daquelles nom he mourisca, mas azeneguya de Zaara», a língua do Grande Deserto na sua zona ocidental, entre o extremo da região fértil setentrional em volta de Fêz e de Marrocos e o princípio da rica região tropical do Senegal, onde se encontraram os primeiros negros autênticos. Os portugueses desesperavam já de encontrar um prisioneiro que pudesse contar ao Infante o que êle pretendia saber, «mas o cavalleiro parece que assy como era nobre antre os outros que ally eram cativos, assy vira mais cousas e milhores, e andara outras terras onde aprendera a linguagem mourisca, e portanto se entendya com aquelle alarve, ao qual respondya a qualquer cousa que lhe preguntava».

(1) Veja Zurara, *ob. cit.*, caps. XII e XIII. (*N. do T.*)

Por isso, para experimentarem a gente da terra e dela obterem conhecimentos mais seguros, mandaram desembarcar o árabe e uma das moiras cativas, que, se pudessem, deviam falar com os indígenas a respeito do resgate dos que êles tinham aprisionado e das trocas de mercadorias.

Dois dias depois vieram à praia uns cento e cinqüenta moiros, a pé, e trinta e cinco montados em camelos e cavalos, e, embora parecessem ambos de raça bárbara e bestial, não lhes faltava certa astúcia com que pòdiam enganar os inimigos, porque a comêço apenas apareceram três na praia e os restantes ficaram emboscados até os portugueses desembarcarem e êles poderem correr sôbre êles e prendê-los, o que poderiam ter feito com facilidade, tão numerosos eram, se os portugueses fôssem menos astutos do que êles. Mas quando os moiros viram que os barcos não vinham até à praia, antes regressavam ao navio, descobriram a sua traição e desceram em grande número à praia, atirando pedras e fazendo gestos de desafio, mostrando o árabe como seu prisioneiro que lhes haviam mandado.

E assim os portugueses voltaram para bordo e dividiram entre si os presos. Antão Gonçalves regressou porque tinha a caravela carregada com a carga que pelo Infante lhe fôra ordenado, mas Nuno Tristão continuou, como resolvera. A sua caravela, porém, necessitava de reparações, pelo que a encalhou, mandou limpar e arranjar o melhor que pôde, aguardando a maré, como se estivesse no pôrto de Lisboa, de cujo atrevimento muitos se admiraram imenso. E partindo de novo, passou o pôrto da «Galé» e chegou a um cabo a que chamou «Branco», onde a tripulação desembarcou para ver se poderia apanhar cativos. Mas, tendo achado apenas rastos de homens e rêdes, voltaram para trás, visto como por então não podiam fazer mais do que já tinham feito.

Antão Gonçalves regressou primeiro à pátria, com a sua parte nos despojos, e depois chegou Nuno Tristão, «cujo presente recebimento, e despois gallardom, correspondeo assy ao seu trabalho passado, como a terra proveytosa com a pouca semente ao seu lavrador, aqual por pequena parte que receba, sempre acude com grande melhorya de fruito». E ainda «que a linguagem daquelles presos nom podesse seer entendida por nhuũs outros Mouros em que esta terra esteuessem, hora fossem forros ou cativos, abastou pera começo o que aquelle cavalleiro que Antão Gllz trouxera soube dizer, pello qual o Iffante foe em conhecymento de muy grande parte das cousas daquella terra donde elle morava». Mas o Infante, animado com a vista dos primeiros escravos e «consiirando como era necessaryo mandar la muytas vezes seus nauyos armados com suas gentes, onde de necessydade conviinha pellejar com aquelles infices (...) ordenou logo de envyar ao sancto padre, por lhe requerer que partysse com elle dos thesouros da sancta Igreja, pera salvaçom das almas daquelles, que nos trabalhos desta conquista fezesse sua fim» (1).

O papa Eugénio IV, então reinante, se não governando, na Sé Apostólica do Ocidente, respondeu a êste apêlo «mui ledo» e com tôda a retórica em uso no formulário papal:

«Como assy seja que da parte do nosso amado filho e nobre barom Henrique, duque de Viseu, e ministrador no spiritual e temporal, da cavallarya da ordem de Jhũ Xpõ, nos foe notificado, que confyando firmemente na ajuda de Deos, por destroyçom e confundimento dos Mouros e imiigos de Xpõ a aquellas terras que per elles som detheudas, por eixalçamento da fe catholica, entende com gente darma pessoalmente ir, e seu eixercito encaminhar contra elles: E empero que per os tempos elle hy persoalmente nom seja, os cavalleiros e irmaaõs da dicta ordem, e assy todollos outros fiees xpaaõs, que contra os dictos Mouros e outros imiigos da fe, que contra elles, com a graça de Deos, batalha e guerra quiserem mover e moverem sob a bandeira da dicta ordem: Nos por tal que esses fiees xpaaõs com mayor fervor se movam e animem aa dicta guerra: A todos e a cada huũ que na dicta guerra e batalha forem, per autoridade apostollica, e per o theor das presentes letras, concedemos e outorgamos comprida perdoança de todos seus pecados, dos quaaes de coraçom sejam contritos, e per boca confessados. E nom convenha a nhuũ esta carta de nosso mandado que-

(1) *Ob. cit.*, cap. XV. (*N. do T.*)

brar, ou contradizer, e qualquer que contra esto presomyr fazer, aja a maldiçom do todo poderoso Deos, e dos bem aventurados apostollos sam Pedro e sam Paulo» (1).

Além disso, acrescenta a *Crónica,* o infante D. Pedro, então Regente do Reino, deu a seu irmão D. Henrique uma carta garantindo-lhe o quinto dos lucros que pertencessem ao Rei (2), o que era, materialmente, mais proveitoso, considerando que fôra só por seu intermédio que se haviam iniciado, com grandes trabalhos e despesa, os descobrimentos, ordenou que ninguém pudesse ir àquelas regiões sem licença ou ordem de D. Henrique.

A *Crónica,* que nos contou como Antão Gonçalves fêz os primeiros cativos, continua a dizer como o mesmo capitão do Infante fêz os primeiros resgates. O chefe cativo, «aquelle cavalleiro de que ja fallamos», primeira proeza de D. Henrique ainda das terras para além do Bojador, sentia-se definhar na Europa, e «muytas vezes requerya a Antam Gllẽ que o levasse a sua terra, onde lhe afirmava que darya por sy cinquo ou seis Mouros negros, e assy lhe diria que eram ally antre os outros cativos, dous moços de semelhante rendiçom». Por isso, o Infante mandou-o outra vez com Antão Gonçalves para a terra da sua naturalidade, pois «milhor era salvar dez almas que tres, ca pero negros fossem, assy tiinham almas como os outros, quanto mais que estes negros nam viinham da linhagem de Mouros, mas de gentyos, pello qual seryam milhores, de trazer ao caminho da salvaçom, e que pellos negros podya ainda saber novas da terra muyto mais longe; dizendo ainda Antam gllẽ, que elle terya maneyra, quando no trato fallasse, de se trabalhar de saber as mais novas que elle podesse. O Iffante respondendo a todo, disse que lho tiinha em serviço, e que nom soomente daquella terra desejava

(1) Além desta bula, outras foram concedidas ao Rei e ao Infante: uma datada de 8-I-1450, pela qual Nicolau V concedeu a D. Afonso V todos os territórios descobertos pelo Infante; outra do mesmo Papa, datada de 8-I-1454, ratificando esta e ampliando a todos os sucessores do Rei o domínio sôbre as conquistas da África e ilhas adjacentes; e outra de 13-III-1455, de Calisto III, confirmando as bulas anteriores e determinando que só os Reis de Portugal pudessem descobrir e dominar os territórios africanos. *(N. do T.)*

(2) Por carta de 22 de Outubro de 1443. *(N. do T.)*

daver sabedorya, mas ainda das Indyas, e da terra de preste Joham, se seer podesse».

Antão Gonçalves saiu, pois, com a caravela, indo na sua companhia um nobre estrangeiro, como o dinamarquês Valarte, que encontraremos mais adiante, daquela espécie de estrangeiros que estavam constantemente a chegar à côrte de D. Henrique. Era o austríaco Baltasar, cavaleiro da casa do Imperador, que entrara ao serviço do Infante para tentar fortuna em Ceuta, onde fôra armado cavaleiro, e «que desejava muyto, ante que desta terra partisse, veer algũa grande tormenta, pera poder fallar em ella a aquelles, que a nunca viiram, E certamente que lhe nom foe a fortuna escassa no comprimento de seu desejo, ca elle se acertou de seer com Antam Gllẽ, como ja dissemos, querendo ir veer aquella terra ante que desta partisse, e foe a tormenta tam grande que per maravilha scaparom de perdiçom» (1).

Saíram de novo para o mar, e chegaram desta vez ao Rio-de-Oiro sem novidade, desembarcando ali o chefe prisioneiro «muy bem vestido de roupas que lhe o Iffante mandara da».

Mas «tanto que se vyo fora, esqueceosse muy asinha de suas promessas, sob cuja segurança Antam Gllẽ delle fiava, pensando que a nobreza que mostrava, serya seu principal costrangedor de nom quebrantar sua fe; de cujo engano dally avante todos receberam avisamento de nom fyar de nhuũ sem mais certa segurança».

Os mais entraram até doze milhas (2) pelo Rio-de-Oiro, lançaram ferro e aguardaram uma semana sem sinais de gente, mas ao oitavo dia apareceu um moiro, em cima de um camelo branco, com mais uns cem, que todos se haviam reünido para resgatar os dois rapazes. Dez dos da tribo foram entregues em troca dos jovens chefes «seendo trautador antre elles huũ Martym Fernandez, que era Alfaqueque do Iffante. E bem parece que avya grande sabedorya da lingoagem mourisca, pois antre aquelles era entendido onde o outro allarve, que era Mouro de naçom, nom podera achar quem o entendesse senom huũ soo».

(1) Zurara, *ob. cit.,* cap. XVI. *(N. do T.)*

(2) Quatro léguas, diz Zurara. *(N. do T.)*

Com os moiros negros, Antão Gonçalves obteve de resgate o que sempre foi muito mais valioso — um pouco de pó de oiro, o primeiro trazido por europeus directamente da costa da Guiné, o que mais predispôs, em Portugal, as opiniões em favor da causa do Infante, e modificou em seu favor mais inimigos maldizentes e indiferentes do que todos os descobrimentos do mundo.

No resgate recebeu também Antão Gonçalves «muytos ovos dema, em maneira que vieram huũ dya aa mesa do Iffante tres iguaryas delles, tam frescos e tam bõos como se foram dalgũas outras aves domesticas».

¿Julgar-se-ia, na côrte de Sagres, que as emas eram uma espécie de galinhas grandes?

«E segundo contarom aquelles Mouros, ha em aquella parte mercadores, que trautam com aquelle ouro o qual parece que se acha antre elles», o que era ainda mais aos olhos do Infante. Eram êsses mercadores os mesmos que as caravelas de D. Henrique haviam já conhecido na costa do Mediterrâneo, e cujo ponto de partida estavam êles agora a atingir. Desde os tempos dos primeiros Califas, êste comércio através do Saará estivera sob a vigilância do Islão; durante séculos estas caravanas tinham atravessado vales e planícies ao sul de Marrocos e vendido as suas mercadorias — pimenta, escravos e pó de oiro — na Ceuta muçulmana e na Andaluzia muçulmana; agora, ao fim de setecentos anos de monopólio, êste comércio muçulmano era destruído pelos europeus, que, dentro de cinqüenta anos, atingiriam o monopólio, mais vasto ainda, do Oceano Índico, quando Vasco da Gama saísse de Lisboa em direcção à costa do Malabar (1497-9).

No ano seguinte (1443) voltou a chegar a vez de Nuno Tristão. Todos desejavam agora ardentemente entrar para o serviço do Infante, depois de os escravos e, ainda mais, o pó de oiro terem sido vistos e tocados em Portugal, e «aquelle nobre cavalleiro», por cada uma e tôdas juntas das três razões dos seus companheiros — «huũs por servyr, outros por guaanhar honra, outros com sperança de proveito» — estava ansioso por os seus primeiros êxitos.

Comandando uma caravela, tripulada em grande parte com gente da casa do Infante, partiu direito ao cabo Branco, que fôra o primeiro a atingir em 1441. Andando

vinte e cinco léguas até ao banco de Arguim, viu uma pequena ilha, de onde vieram ao seu encontro umas vinte e cinco canoas, tôdas excavadas em troncos de árvores, com uma hoste de indígenas selvagens «todos nuus, nom ainda tanto pella necessydade da augua, como por seu antigo costume», e que vinham com as pernas fora das canoas, mexendo-as como se fôssem remos, de modo que «aos nossos tam pouco sohya seer em huso, veendoos de longe, pensarom que eram aves que andavam assy». Pelo seu tamanho, os marinheiros esperavam maravilhas muito maiores naquelas partes do mundo, que todos os mapas e tôdas as narrativas de viagens enchiam de monstros tão grandes como um continente.

Mas «tanto que conhecerom que eram homeẽs, forom seus coraçooẽs vestidos de nova ledice, principalmente porque os viram aazados pera os poderem filhar». Por isso arrearam imediatamente o escaler de bordo, empurraram-no até à praia e capturaram catorze; se o escaler fôsse mais forte, a história teria sido mais longa, porque com uma tripulação de sete homens poderiam apanhar mais prisioneiros, pelo que os restantes fugiram.

Com esta carga, dirigiram-se a outra ilha «em que avya infiindas garças reaaes, asquaaes parece se ajuntavam ally pera criarem, como de feito criavam, e assy outras muytas aves, de que ouverom grande refresco. E assy tornou Nuno Tristam com sua presa, ja quanto mais alegre que a primeira».

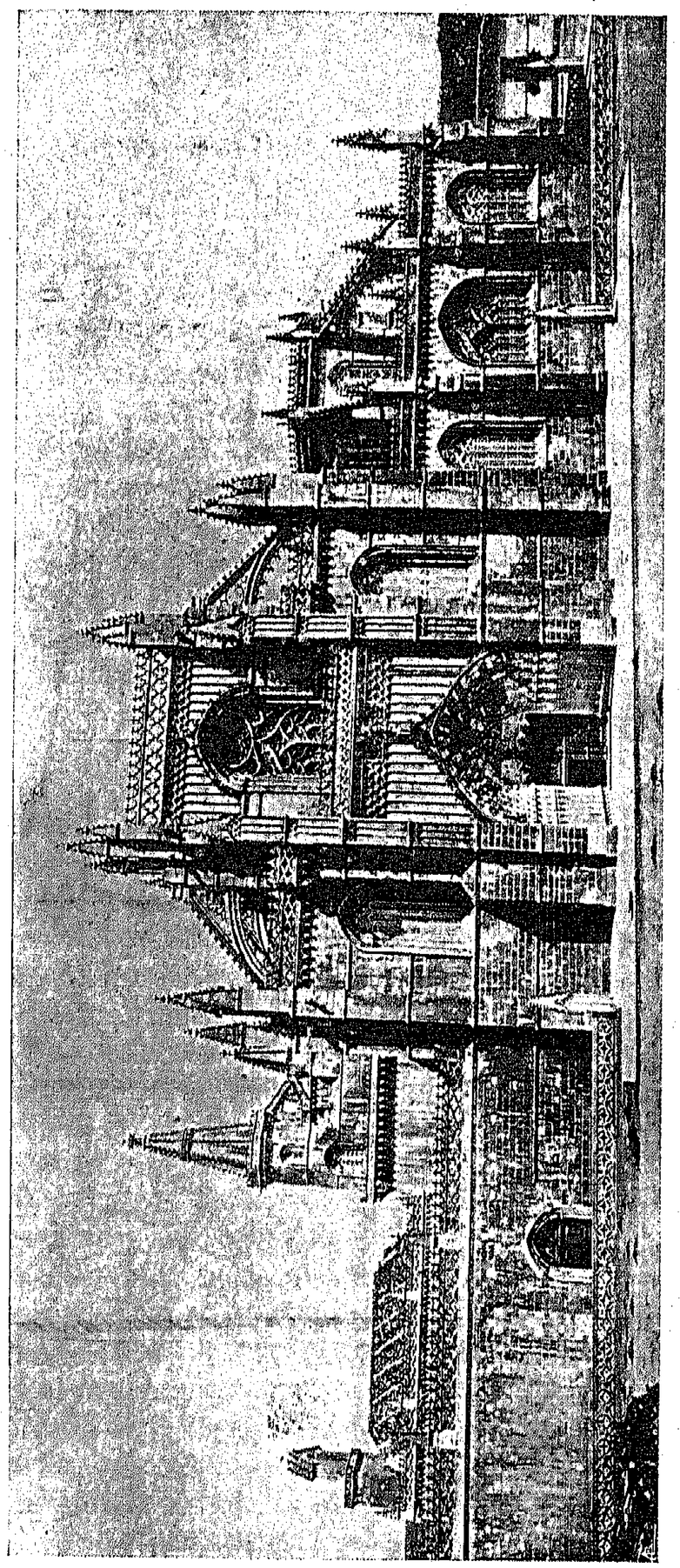
Êste último descobrimento era muito mais importante do que Nuno Tristão pensava. Naquele lugar viu apenas excelente local para caçar escravos, mas veio a transformar-se no ponto de partida para o comércio e para as relações com os Estados negros do Senegal e da Gâmbia, a sul e a leste. Foi ali, na baía de Arguim, onde a grande costa desértica do Saará faz a sua última grande saliência em direcção às ricas regiões do sul, que D. Henrique construiu em 1448 o forte que Cadamosto encontrou, que, nos dez anos seguintes, havia de tornar-se grande centro do comércio europeu, e que também foi uma das primeiras colónias permanentes da nova exploração cristã, um dos passos da colonização moderna.

O movimento voluntário estava então a começar. Ao princípio, diz Zurara, o povo murmurava contra a emprêsa do Infante, falando cada um como se o Infante gastasse alguma parcela dos *seus* bens; mas agora, ao verem o caminho aberto e os frutos das terras começarem a aparecer, principiaram a elogiar aquilo contra o qual haviam protestado. Grandes e pequenos, todos tinham declarado que daquelas aventuras nunca proviria benefício algum; quando, porém, os carregamentos dos escravos e do oiro começaram a chegar, todos se viram obrigados a trocar a censura pela lisonja e a dizer que o Infante era outro Alexandre, *o Grande;* e vendo as casas de outros cheias de novos servos provenientes das terras recém-descobertas e os seus bens sempre a aumentar, poucos houve que não procurassem tentar fortuna nas mesmas aventuras.

O primeiro grande movimento dessa espécie deu-se após o regresso de Nuno Tristão no fim de 1443. Os homens de Lagos aproveitaram o estabelecimento de D. Henrique perto dêles, em Sagres, e foram pedir-lhe licença para irem à sua própria custa à costa da Guiné, propriedade do Infante, pois ninguém podia ir até lá sem licença.

Um certo Lançarote, «scudeiro, criado de moço pequeno na camara do Iffante, o qual ja era casado, e almoxariffe delRey naquella villa de Lagos; e (...) homem de grande siso», foi o intérprete dêstes mercadores aventureiros. Fàcilmente conseguiu o que pretendia, «de que o Iffante foe muy ledo, e mandou logo fazer suas bandeiras com a cruz da ordem de Jhũ Xpõ, das quaaes mandou que levasse cada hũa caravella sua», partindo seis caravelas na primavera de 1443 para a primeira viagem de exploração à qual podemos chamar verdadeiramente nacional desde que o Infante principiara a sua obra.

Por isso, como início do interêsse geral pela cruzada dos descobrimentos que D. Henrique tinha prègado aos seus compatriotas durante trinta anos, como comêço da carreira do principal capitão de D. Henrique, principal dos seus aliados mercadores, como princípio, de facto, de novo e brilhante período, esta primeira viagem de Lançarote, esta primeira armada mandada a descobrir e a conquistar os moiros e os negros do sul, desconhe-



O MOSTEIRO DA BATALHA — O WESTMINSTER DE PORTUGAL
onde se encontra sepultado D. Henrique

cidos ou quási desconhecidos, merece mais do que uma simples notícia.

E isto não é pelo seu interêsse ou importância na história pura e simples dos descobrimentos, mas como prova de que a causa do próprio descobrimento se tornara popular, e que a causa de ambição comercial e política se identificara inteiramente com a da exploração. A expansão das *nações* europeias, diminuída de intensidade desde as Cruzadas, recomeçara, e, o que é maior infelicidade, no ponto de vista moderno, é que o comércio de escravos africanos, como parte do comércio europeu, começa também nesta altura. É desnecessário tentar disfarçar o facto com explicações.

Os motivos de D. Henrique não eram os de um esclavagista; parece que, quando os primeiros cativos vieram para a Península, foram tratados, por ordem sua, com tôda a bondade; os seus fins parecem ter sido utilizar esta caça ao homem como meio de cristianizar as tribos indígenas, captar todos pela educação de alguns prisioneiros.

Mas os seus capitães nem sempre olharam tão alto. A captura de escravos, moiros e negros, ao longo da costa da Guiné, era tão bárbara e implacável como a maior parte das caçadas aos escravos. Quási não havia captura feita sem violência e sem derramamento de sangue; uma incursão numa aldeia, incêndios, saques, carnificina, tal era o curso normal das coisas—a ordem do dia. E os indígenas, fôsse qual fôsse o proveito da sua vinda para a Europa, não se entregavam ràpidamente para serem ensinados; em regra, combatiam com desespêro, e matavam os homens que tinham ido ter com êles para lhes fazer bem, sempre que se lhes oferecia oportunidade para tal.

O rapto, que alguns escritores patriotas espanhóis parecem ter pensado ser simplesmente acto de caridade cristã, obra corporal de misericórdia, foi, nessa época, meio de obter lucros em dinheiro. Os corpos dos negros vendiam-se bem, as suas aldeias sofreriam o saque, e, como a morte dos irlandeses selvagens no século XVI, os homens do Infante consideraram a caça ao moiro negro o melhor dos desportos. Nada é, pois, de admirar que os marinheiros do tempo de Cadamosto (1450-60) encontrassem tôda a costa em armas contra êles, e que

tantos dêles caíssem vítimas das setas envenenadas do Senegal e da Gâmbia. Todo o indígena acreditava, como disseram a um dos capitães portugueses durante uma entrevista, que os exploradores roubavam a sua gente para a cozinhar e comer.

Na maioria dos discursos que encontramos na crónica do tempo, os chefes incitam os seus homens a irem a essa caça do escravo dizendo-lhes, primeiro, que glória alcançariam com a vitória; a seguir, que lucro certo obteriam com um bom fornecimento de cativos; por último, que generosa recompensa o Infante lhes daria pelas pessoas que pudessem informá-lo a respeito daquelas terras. Às vezes, depois de terem começado as represálias, é tudo uma questão de vingança, e assim Lançarote, na grande viagem de 1445, propõe friamente regressar ao cabo Branco sem procurar descobrir qualquer coisa, porque o fim da viagem se cumprira: queimara-se uma aldeia, duas dezenas de indígenas haviam sido mortos e o dôbro presos. A vingança estava satisfeita.

Era apenas aqui e além que se falava àcêrca dos fins de explorações do Infante, dos seus intuitos de alcançar o Nilo oriental, a terra do Preste João ou o caminho para a Índia pelo rodear da África; muitos dos marinheiros, homens e oficiais, parecem ter sabido que isso, ou qualquer coisa de análogo, era o desejo do seu senhor, mas poucos foram os que partiram ùnicamente para descobrir, e ainda menos os que seguiram a direito, sem voltarem à direita ou à esquerda, até chegarem ao ponto extremo alcançado nos anos anteriores, e acrescentarem, assim, alguma coisa mais aos mapas do mundo conhecido nos pontos desconhecidos.

O que a ignorância medrosa fizera antes, fazia então a cupidez, e êste último embaraço foi quási pior do que o primeiro. Assim se pode dizer ao verem-se as grandes despesas, as energias, o tempo e as vidas perdidas nas viagens desta época, especialmente nos anos de 1444-8. Partiram mais de quarenta navios, mais de novecentos cativos vieram para o reino, e as novas terras descobertas foram-no por três ou quatro exploradores. Parece que o interêsse nacional despertou para um intuito insignificante. Mas o que explica o lento progresso dos descobrimentos, explica também o facto

de êsse progresso, embora lento, se fazer inteiramente, àparte da acção pessoal do próprio Infante. Sem o interêsse comercial, a morte de D. Henrique teria trazido o fim e a ruína dos seus planos durante muitos anos.

Mas se não fôsse a esperança de aventuras e de saques proveitosos e a certeza de recompensa; se não fôsse a certeza, por assim dizer, de rendimento em troca dos riscos daquela época, a «opinião pública» portuguesa não devia mostrar-se mais avançada do que as outras variedades da mesma espécie. Ao decidir a questão abstracta a que o Infante dedicou a vida, a populaça de Lisboa ou de Lagos dificilmente se elevaria mais do que as multidões de hoje acima da noção do lucro pessoal. Se a causa dos descobrimentos e de um império a edificar lhes fôsse deixada para resolver, os chefes dos trabalhadores teriam dito então em Espanha o mesmo que hoje outros dizem em Inglaterra:

— Que vem a ser isso do Império? Que é isso para os trabalhadores? Nós não queremos Império, o que queremos é mais salário.

Assim aconteceu quando morreu o grande chefe e se deixou a outros a missão de levar por diante o cumprimento da sua vontade, e não foi por causa do seu sonho espiritual de grandes descobrimentos científicos, das suas idéias de conversão e de civilização, que os homens vulgares se lhe reconciliaram com o plano e lhe concluíram a obra. Se se pensou, falou e trabalhou para alcançar o caminho marítimo para a Índia veio a ser para chegar ao oiro, às especiarias e às jóias de um paraíso terreal.

Isto não é fantasia. É absolutamente impossível tirar qualquer outra conclusão dos relatos destas viagens na *Crónica* de Zurara, pois o próprio Zurara, apesar de ser um dos primeiros conversos do Infante, homem que compreendeu algo da grandeza dos planos do seu amo e o quanto êle estava acima de um simples ideal comercial, conservou nos discursos e actos dos capitães e marinheiros a prova bastante dos ideais vulgares da maior parte dos primeiros descobridores.

Por outro lado, a fôrça do movimento assentava precisamente nas poucas excepções. Enquanto todos ou quási todos os elementos humanos empregados fôssem apenas bucaneiros, só com olhos para os lucros do

comércio, os descobrimentos não poderiam progredir muito depressa ou avançar para mais longe. Não poderia haver exploração real senão por acidente até o verdadeiro significado da vida do Infante ser compreendido pelos seus continuadores mais próximos com espírito um pouco parecido com o dêle, apesar de nenhum interêsse nacional poder dedicar-se inteiramente às explorações sem existir esta base de lucro material.

O progresso real neste caso fêz-se pelo lento alargamento daquele círculo interior, que na realidade compartilhava das próprias ambições de D. Henrique, daquele grupo de homens que partiam não para negociar ou matar, mas para levar a bandeira de Portugal ou de Cristo até aonde ela ainda não tinha sido levada, «segundo a vontade do senhor Infante». E quando êstes homens foram chamados, e sòmente quando êles o foram, é que houve qualquer rápido progresso. Se dois marinheiros, Diogo Cão e Bartolomeu Dias, puderam, dentro de quatro anos e em duas viagens, explorar tôda a costa S. O. de África, desde o Equador até ao Cabo das Tormentas ou da Boa Esperança, ¿não é absurdo pensar que as primeiras caravelas, após a passagem do Bojador, levaram tantos anos a dobrar a costa do N. O. do Saará? (1).

Até alguns dos mais genuínos descobridores, os mais fiéis da casa do Infante, homens como Gil Eanes, o primeiro a ver ás costas para além do terrível Bojador, ou Dinis Dias, ou Antão Gonçalves, ou Nuno Tristão, tal como no-los apresenta a *Crónica* de Zurara, se parecem mais com os seus homens do que com o seu amo.

---

(1) Sem deixarmos de concordar com o pensamento do Autor, pelo menos nas suas linhas gerais, cremos, porém, que êle não levou em linha de conta os progressos da arte de navegar, verdadeiramente espantosos depois da morte do Infante, a febre descobridora do verdadeiro continuador de D. Henrique — o *Príncipe Perfeito* —, e o aumento da tonelagem dos navios utilizados no tempo de D. João II, que lhes permitiu afoitarem-se ao Atlântico meridional muito melhor do que na época das caravelas henriquinas. Não cremos que fôsse exclusivamente o interêsse comercial a impedir o progresso dos descobrimentos para o sul. O que os fêz quási suspender deve ter sido a ausência de uma *vontade* igual à do Infante, que só havia de encontrar-se quando o filho de D. Afonso V começou a governar. (*N. do T.*)

Êle pensava nos escravos «consiirando com grande prazer na salvaçom daquellas almas que ante eram perdidas». Êles pensavam muito mais, como a multidão que se juntou no mercado de escravos em Lagos, na «partilha dos escravos», e no dinheiro que com êles podiam ganhar. Naquelas vendas, que Zurara descreve tão vivamente, D. Henrique procedia como quem pouco se importava com acumular riqueza, e sabia-se que de vez em quando prescindia do seu quinto nos lucros, dizendo que «toda a sua principal riqueza stava em sua voontade». Mas os seus apaniguados parece terem estado tão cuidadosamente atentos à concessão de tais favores como o seu amo era fácil em fazê-los.

Voltemos, porém, à viagem de Lançarote.

«E porquanto o Iffante soube, per alguũs daquelles Mouros que levou Nuno Tristam, que na *ilha de Naar* (...) avera em ella pouco menos de duzentas almas», as seis caravelas começaram a descer até às ilhas. Lançaram-se à água cinco escaleres com trinta homens, os quais deixaram os navios ao pôr do sol. Remando tôda a noite, chegaram perto do amanhecer à ilha que buscavam, e, quando já amanhecia, viram uma aldeia de moiros junto à praia, na qual viviam todos os habitantes da ilha. Vendo isto, os tripulantes dos barcos levantaram-se e os chefes conferenciaram para saberem se deviam avançar ou voltar atrás. Resolvido o ataque, viu-se que trinta portugueses tinham de fazer frente a um número de indígenas cinco ou seis vezes superior. Os marinheiros desembarcaram e, correndo sôbre os indígenas, «viram que os Mouros, com suas molheres e filhos, sahiam ja quanto podyam de seus alojamentos, porque ouverom vista dos contrairos; e elles chamando Santiago, sam Jorge, Portugal, derom sobre elles, matando e prendendo quanto podyam. Ally poderiees veer madres desemparar filhos, e maridos molheres, trabalhando cadahuũ de fogir quanto mais podya. E huũs se afogavam sob as auguas, outros pensavam de guarecer sob suas cabanas, outros scondyam os filhos de baixo dos limos, por cuidarem de os scapar, onde os despois achavom. E em fim nosso senhor Deos, que a todo bem da remuneraçom, quis que pollo trabalho que tiinham tomado por seu serviço, aquelle dya cobrassem

vitorya de seus imiigos, e gallardam e paga de seus trabalhos e despesas, cativando delles, antre homeẽs, e molheres, e moços, clxv. [165], a fora os que morrerom e matarom» (1).

Depois, sabendo pelos cativos que havia outras ilhas próximas bem povoadas e à mão, partiram à busca de mais prisioneiros. Na incursão imediata não puderam apanhar homem algum, mas apenas mulheres e rapazinhos, que não puderam fugir, de que agarraram dezassete ou dezóito; pouco depois disto, encontraram os moiros já decididos, os quais apareciam de todos os lados para se defenderem; um grupo numeroso de trezentos selvagens rechaçou outros incursores, obrigando-os a embarcar.

Que a expedição não tinha quaisquer fins de descobrimento prova-se claramente pelo facto de Lançarote não procurar ir mais além do cabo Branco, já dobrado muitas vezes, mas regressar imediatamente ao ver que as terras eram desertas, tendo numa incursão conseguido apanhar apenas uma rapariga, que resolvera ir dormir enquanto o resto da gente fugia para o interior, à primeira vista dos barcos cristãos.

A viagem converteu-se numa caça ao escravo de princípio até final, e o resultado foram duzentos e trinta e cinco negros. O desembarque e a venda em Lagos foi dia de grande excitação, sendo recordado durante muito tempo o dia 8 de Agôsto, em que «muito cedo pella manhaã por rezom da calma, começarom os mareantes de carregar seus batees, e tirar aquelles cativos pera os levarem, segundo lhe fora mandado; os quaaes, postos juntamente naquelle campo, era hũa maravilhosa cousa de veer, ca antre elles avya alguũs de razoada brancura, fremosos e apostos; outros meios brancos, que queryam semelhar pardos; outros tam negros come tiopios, tam desafeiçoados, assy nas caras como nos corpos, que casy parecia, aos homeẽs que os esguardavam, que vyam as imageẽs do imisperyo mais baixo» (2).

Mas, diz o cronista, ¿que coração duro não se sentiria penetrado de piedade ao ver aquela companha? Muitos iam de cabeça baixa, chorando a fazer dó; outros olhavam uns para os outros; êstes gemiam dolorosamente, olhando às vezes para o céu, soltando gritos de agonia, como se invocassem o Pai da Natureza; aquêles batiam no chão, dando pancadas na cabeça com as mãos, enquanto outros gemiam a modo de canto, à maneira da sua terra, pois embora ninguém podesse entender-lhes as palavras, o seu sentido era claro na agonia dos que as proferiam.

(1) Zurara, *ob. cit.*, cap. XIX. *(N. do T.)*
(2) Zurara, *ob. cit.*, cap. XXV. *(N. do T.)*

Mais terrível, porém, se tornou essa agonia quando chegou a partilha e cada comprador tomou posse do seu lote. As mulheres viram-se separadas dos maridos, os pais dos filhos, os irmãos dos irmãos, sendo cada um obrigado a ir para onde a sorte o mandara. Pais e filhos, que tinham sido postos em frente uns dos outros, precipitaram-se para se abraçarem, como se o fizessem pela última vez; as mães, pegando nos filhinhos nos braços, atiravam-se para o chão, cobrindo com os corpos os próprios filhos.

E no entanto êstes escravos eram tratados com brandura, nenhuma diferença se fazendo entre êles e outros servos livres. Aos cativos mais jovens mandaram-se ensinar ofícios, e os que mostraram poder dirigir uma casa, foram libertados e casados, Senhoras viúvas trataram como filhas as raparigas compradas, deixando-lhes, muitas vezes, em testamento dotes para poderem casar-se inteiramente livres. Zurara diz que nunca soube de qualquer daqueles cativos que fôsse pôsto a ferros como outros escravos, ou não se fizesse cristão, acrescentando que assistiu freqüentemente a baptismos ou casamentos daqueles escravos, quando os donos faziam do acto uma coisa tão solene como se se tratasse de filhos ou parentes seus.

Durante a vida de D. Henrique a acção dos bucaneiros na costa africana foi mantida em xeque pelo espírito e pelo exemplo e ordens positivas do Infante, que mandava os seus homens a explorar e não podia impedir ultrajes quaisquer durante a exploração. Repetidas vezes ordenou aos seus capitães que tratassem bem os indígenas, negociassem com êles honradamente e os persuadissem a virem por algum tempo para a Europa por outros meios mais suaves do que o rapto. Nos últimos anos da sua vida conseguiu melhorar as coisas; esta-

belecendo uma feitoria oficial permanente na baía de Arguim, conseguiu meter na ordem a maldade indisciplinada dos piratas portugueses; Cadamosto e Diogo Gomes, os seus lugar-tenentes mais dignos de confiança nos últimos tempos, foram autênticos descobridores, que procuraram fazer pactos de amizade com os indígenas, em vez de escravos.

Nos primeiros tempos de exploração portuguesa, pode dizer-se também, as informações, as notícias em primeira mão, das novas terras e dos seus perigos, eram absolutamente necessárias, e se os negros e os moiros azenegues não sabiam ou não queriam falar uma língua cristã e guiar as caravelas até à Guiné, deviam ser levados para virem a constituir aptos instrumentos de trabalho.

Estaria deslocado aqui justificar ou condenar esta desculpa, ou entrar na questão mais vasta do direito ou do êrro do comércio dos escravos em geral. Basta ver como a obra de «salvar os pagãos» foi realizada brutalmente pelo explorador vulgar, quando os descobrimentos se realizavam com fins comerciais.

Ninguém então punha dúvidas àcêrca do direito que assistia aos cristãos de reduzirem à escravidão os negros pagãos, nem mesmo D. Henrique, pois êle servia-se dela com intuitos educativos; mandava prender os «gentios» para fins elevados, como cria, para lhes salvar as almas e ajudá-los a, no futuro, fazerem grandes feitos pela sua pátria e pela cristandade. Importava-se mais com os resultados do que com a crueldade casual, mais com as centenas de cativos do que com as muitas mais centenas de mortos, de mutilados ou de indivíduos privados de lar. Durante os séculos passados, os Moiros tinham trazido escravos do sul, através do Saará, para venderem nas costas de Tunes e de Marrocos; nenhum cristão punha em dúvida os direitos e — mais ainda do que os direitos — os méritos do Infante trazendo escravos negros, por mar, da Guiné até Lisboa, onde puderam salvar-se das garras do «falso cismatico Maffamede».

Por isso, quando se diz que D. Henrique deu início ao comércio de escravos na África, por parte das nações europeias, a afirmação não deve entender-se no mesmo sentido que as atrocidades sangrentas dos plantadores das Índias ocidentais, pois o emprêgo que êle fêz dos

seus cativos foi totalmente diferente, embora a sua acção viesse a dar origem a incessantes desvios do bom fim pelos piores meios.

Naquela época a questão do oiro era muito mais importante do que o comércio dos escravos, e muitos portugueses, muitos europeus — nobres, mercadores, burgueses, agricultores, trabalhadores — ficavam muito mais excitados pela notícia e pela vista do primeiro pó de oiro do que por qualquer outra coisa. Foi o primeiro punhado dêste pó, trazido por Antão Gonçalves em 1442, que teve efeito tão mágico na opinião pública que fêz estender-se o interêsse pelas explorações para além de um estreito círculo até às outras classes, atraindo voluntários de tôda a parte. A viagem à Guiné era então o plano favorito de tôdos os aventureiros.

Mas, expliquem-se como se explicarem, por muito naturais e até necessárias que elas pareçam, como as coisas se passavam em Portugal e na Cristandade latina, o comércio dos escravos e a fome do oiro impediram tanto quanto auxiliaram a obra do Infante. Se os descobrimentos posteriores dependiam dos lucros comerciais, dos intérpretes indígenas e das atracções de interêsse material, havia, pelo menos, o perigo de os descobridores, que nada estivessem dispostos a arriscar e iam apenas dispostos a receber a bôlsa, se espalharem pelas costas conhecidas até terem carregado tôda a prêsa que podiam apanhar e aparecerem em Sagres com muitas almas para o bom do Infante salvar, mas sem uma única palavra a respeito do descobrimento de novas terras. E, no fim de contas, era o que interessava. Não era a pirataria na costa do NO. da África que D. Henrique tinha em vista.

Portanto, deu uma caravela a um criado da sua casa Gonçalo de Sintra, «scudeiro criado de moço pequeno em casa do Iffante (...) avisandoo ante de sua partida que se fosse dereitamente a Guinee, e que per nhuũ caso nom fezesse o contrairo. O qual seguindo sua vyagem, chegou ao cabo Branco (...) onde lhe parecya que com pequeno perigoo poderya aver alguũs prisioneyros».

E assim, infringindo impudentemente as ordens expressas do Infante, deixou o navio andar por ali ao acaso e desembarcou na baía de Arguim, onde se haviam já feito tantas capturas, mas foi separado dos outros

homens e morto com mais sete por um bando de mais de duzentos moiros, e a *Crónica,* que narra tudo com prolixos pormenores, pára aqui para nos dar sete razões do facto, a primeira perda séria de vidas sofrida pelos europeus nas suas novas piratarias africanas. E quanto ao resto, que «Deus receba a alma que criou e a natureza que dêle proveio e é sua» (1).

Três novas caravelas, que seguiram brevemente a de Sintra, partiram com ordens especiais de cristianizar e de civilizar os indígenas, e o resultado disto viu-se na atrevida aventura de João Fernandes. Êste homem, modêlo de todos os Crusoes posteriores, ofereceu-se para desembarcar entre os negros e ficar ali com o fim de saber quais os hábitos, língua e costumes dos indígenas, pelo que o deixaram com aquela gente «bárbara e bestial» durante sete meses, nas costas da baía de Arguim, sendo mandado em troca um moiro para Portugal.

Todavia, nesta primavera de 1495 foi feita nova viagem por parte de Nuno Tristão. E, escreve Zurara, «porque Nuno Tristam era ja finado ao tempo que elRey dom Affonso mandou screver esta estorya» (2), o cronista não pôde obter qualquer informação exacta ou em primeira mão. Mas sabemos ter seguido direito à Ilha dos Gansos em Arguim, ter passado o deserto arenoso e desembarcado mais longe, numa terra fértil, cheia de palmeiras; e, tendo desembarcado, apanhou uns vinte prisioneiros. E assim Nuno Tristão foi o primeiro a ver a terra dos negros autênticos. Por outras palavras, Nuno Tristão atingiu o cabo das Palmas, muito para além do cabo Branco, onde viu as palmeiras e obteve a certeza importantíssima de o deserto acabar por ali, e que para além, em vez de uma terra inatingível por causa do calor, onde até o mar estava sempre a ferver como alcatrão, havia uma região mais rica do

(1) «*Habeat Deus animam quam creavit et naturam, quod suum est*». Zurara, cap. XXVII. *(N. do A.)*

(2) O Visconde de Santarém não deixa, neste passo, de chamar a atenção do leitor, pois êle «mostra quanto esta Chronica é preciosa pela sua authenticidade, visto que a dita passagem nos revéla que *Azurara* não só consultára os documentos escriptos, mas até os mesmos descobridores testemunhas ambas destes factos». Zurara, *ob. cit.,* pág. 156. *(N. do T.)*

que qualquer dos outros climas setentrionais, através da qual se poderia passar para o sul.

Posteriormente provou-se isto na seguinte viagem, a qual atingiu o extremo da grande saliência ocidental da costa africana, e viu-se que em vez do continente se estender cada vez para mais longe, infinitamente, havia uma reentrância na costa.

Dinis Dias, o mais velho dessa família que deu a Portugal alguns dos seus maiores homens e obreiros da sua grandeza, pediu ao Infante uma caravela, com a promessa de fazer mais do que outro fizera antes dêle.

Depois de passar Arguim, o cabo Branco e o cabo das Palmas, entrou pela embocadura do Senegal, o Nilo ocidental, então considerado o limite setentrional da Guiné ou terra dos negros.

«Por certo nom era esta pequena honra do nosso principe, cuja poderosa força foe abastante de mandar gentes tam alongadas do nosso regno, fazendo presas dos vezinhos da terra do Egipto». Zurara, como Dinis Dias e como o próprio D. Henrique, não só pensava que o Senegal era o Niger, o Nilo ocidental dos negros, mas também que as caravelas de Portugal se encontravam mais próximas da Índia do que de facto estavam, ou seja, que se encontravam perto das Montanhas da Lua e das nascentes do Nilo.

Mas Dinis Dias não se contentou com isto. Segundo a sua suposição, alcançara e passara o maior rio ocidental por onde se poderia subir, de acôrdo com as crenças do tempo, até às nascentes misteriosas do maior rio do mundo, e descer, pelos cursos oriental e setentrional do mesmo, até ao Cairo e aos mares cristãos. Navegou «ataa que chegou a huũ grande cabo, ao qual poseron nome o *cabo Verde*», belo promontório verde da relva e das árvores que o cobriam e semeado de aldeias indígenas, seguindo até muito longe, pelo oceano ocidental, muito para além de qualquer outra terra, para lá da qual não existia mais costa ocidental mas apenas meridional e oriental. Dêste ponto Dinis Dias regressou a Portugal.

«E hindo fazendo sua vyagem ao longo daquelle mar, virom a caravella os que estavam na terra, daqual cousa forom muyto maravilhados, ca segundo parece, nunca viram nem ouvyram fallar de semelhante, ca huũs pre-

sumyam que era peixe, outros entendyam que era fantasma, outros diziam que podya seer algũa ave que corrya assy andando por aquelle mar». Quatro aventuraram-se numa canoa e procuraram tirar-se de dúvidas. Saíram no barquito, feito de um tronco escavado, mas ao verem que havia gente na caravela, fugiram para terra e «polla fraqueza do vento ficarom por filhar» pelos portugueses.

«E peroque a presa nom fosse tamanha como as outras que ante vierom, o Iffante a teve por muy grande por seer daquella terra» (1), dos negros, do Cabo-Verde e do Senegal, e com razão, porque aquêles descobrimentos asseguravam-lhe o êxito da obra, terminando, desde então, todos os incómodos e tôda a oposição. Os marinheiros partiam para a terra do oiro encontrada, ou para a das especiarias que estava tão próxima; passava-se, assim, imediatamente da apatia extrema ou do extremo terror à confiança igualmente extrema. Pensava-se, segundo parece, que os frutos estavam ao alcance da mão prontos a ser colhidos, ainda antes de terem trepado até metade da árvore. Muito antes de se chegar a Fernando-Pó, enquanto as caravelas navegavam ainda ao longo da Serra-Leoa, em Portugal todos, desde D. Afonso V ao vulgar marítimo dos portos, pensavam que se passara havia muito tempo a linha de Tunes e até de Alexandria. Os difíceis passos do comêço pareciam acabados.

A seguir três voluntários, Antão Gonçalves e mais outros dois que já tinham navegado às ordens do Infante, pediram o comando de navios para irem descobrir e conquistar as terras da Guiné e trazer João Fernandes do exílio. Passando o cabo Branco, plantaram uma cruz de madeira ali e bem «se devya maravylhar alguũ doutro regno que per acertamento passasse por aquella costa, e visse antre os Mouros semelhante sinal e nom soubesse algũa cousa dos nossos navyos que navegavam per aquella parte» (2), diz Zurara com satisfação, dando-nos a prova bastante em tôdas as expressões desta espécie, muitas vezes escritas com perfeita simplicidade e verosimilhança natural, que para o seu conhecimento e o dos seus compatriotas, para a Europa de 1450, os portugueses não haviam tido precursores ao longo da costa da Guiné.

(1) Zurara, *ob. cit.*, cap. XXXI. *(N. do T.)*
(2) Zurara, *ob. cit.*, cap. XXXII. *(N. do T.)*

Um pouco ao sul da baía de Arguim, as caravelas descobriram na praia uns homens a fazer sinais para os navios, e, aproximando-se, viram João Fernandes, que muito tinha que contar. Durante os seus sete meses de permanência entre os indígenas ganhara totalmente a confiança dêles, e agora podia levar as caravelas a um mercado onde um chefe moiro, «huũ cavalleiro, que se chamava Ahude Meymam», trocava escravos ou oiro por bugigangas. Levaram-no, por isso, para bordo para contar a história ao Infante, passando a armada algum tempo a assaltar as tribos da baía de Arguim.

Quando pela primeira vez foi deixado em terra, contou João Fernandes a D. Henrique, os indígenas chegaram-se a êle, arrancaram-lhe as roupas e obrigaram-no a vestir outras feitas por êles. Depois levaram-no com êles para a sua terra, que era escassamente coberta de relva, de solo arenoso e pedregoso, com muito poucas árvores. Alguns espinheiros e palmeiras eram as únicas árvores a quebrarem a monotonia desta pradaria africana, na qual vagueavam alguns pastores nómadas em busca de pastagens para os rebanhos. João Fernandes pensou, ao princípio, que não havia flores, nem águas correntes no meio daquela devastação, mas por fim encontrou uma ou duas excepções a comprovarem a regra. Os indígenas tiravam a água dos poços, falavam uma língua e escreviam uns caracteres diferentes dos outros moiros, embora todos êstes povos das terras elevadas fôssem muçulmanos, como os berberes vizinhos de Portugal. Êles constituíam uma tribo, a dos Azenegues, dessa grande família berbere, que por quatro vezes — nos séculos XI, XII, XIII e XIV — tinham vindo auxiliar o poder muçulmano na Espanha.

No entanto, dizia Fernandes, êstes moiros do ocidente são inteiramente bárbaros: nem têm lei nem senhor; a sua alimentação é leite e as sementes das ervas bravas do monte e raízes; carne e pão são luxos raros, o mesmo acontecendo com o peixe entre os das

regiões do interior, mas os moiros da costa não comem nada mais, e durante meses êle viu aquêles entre os quais viveu, os seus cavalos e os cães comerem e beberem apenas leite, tal como as crianças. Não admira, pois, que êles sejam mais fracos do que os negros do sul com quem estão sempre em guerra, lutando à traição e não com a fôrça. Vestem peles de coiro — calças e casacos de coiro, mas os mais ricos usam um manto às costas —, e alguns dêstes pussuem bons cavalos velozes e éguas de criação. Foi a respeito do comércio e da religião do país que João Fernandes foi interrogado especialmente, e as suas respostas não foram animadoras. O povo era fanático, ignorante adorador das abominações de Mafoma, disse êle, e no fim de contas o seu comércio de escravos e de oiro era de pequena importância. O único oiro que viu no país foi em argolas para as pernas, usadas pelas mulheres dos chefes; o pó de oiro e os escravos que obtinham dos negros levavam-nos a Tunes e ao Mediterrâneo em camelos. O sal, de que possuíam grandes reservas, vinha das salinas de Tagazza, muito no interior. O chefe, Aúde Meimam, que fôra tão gentil com João Fernandes, vivia no interior; o cristão fôra obrigado a ir a cavalo, vindo da costa, e só chegara à Côrte depois de ter sofrido as torturas da sêde. A água faltou-lhes no caminho e nada tiveram para beber durante três dias,

O relato de Fernandes desanimou as tentativas ulteriores para fazer explorações por terra, onde tôdas as regiões que podiam alcançar-se pareciam ser ùnicamente desertos, com raros oásis pequenos. Na verdade, só quando os exploradores europeus chegaram ao Congo, nas suas viagens costeiras para o sul, é que encontraram um caminho natural e convidativo para o coração da África. O deserto do norte e do ocidente, os pântanos doentios e o sertão da costa da Guiné apenas apresentavam estreitas faxas de terra mais saüdável e regular, e os portugueses fizeram todo o possível por fechar com actos de crueldade selvagem e com impudentes fraudes as suas relações com os indígenas.

Outra expedição, e esta infeliz, sob o comando de Gonçalo Pacheco, cavaleiro de Lisboa, seguiu-se à última de Antão Gonçalves. Pacheco obteve consentimento para

empreender a viagem, equipou uma caravela que mandara construir para si, e conseguiu que duas outras partilhassem riscos e lucros com êle. E assim, diz Zurara (1), arvorando as bandeiras da Ordem de Cristo, dirigiram-se ao cabo Branco, encontrando, a uma légua do cabo, uma aldeia e, junto à praia, um letreiro, que Antão Gonçalves ali pusera, aconselhando os que passavam por ali a não se darem ao cuidado de desembarcar e saquear a aldeia visto estar deserta. Por isso, seguiram até à baía de Arguim, fazendo várias incursões e capturando uns cento e vinte indígenas, o que não é de muito interêsse para qualquer pessoa, embora, como Pacheco e os seus homens tivessem de pagar tal incómodo e tirar proveito da viagem, esta caça ao homem fôsse a principal coisa em que pensavam e em que falaram quando voltaram à pátria.

Homens como Pacheco e os amigos não eram exploradores. Passaram perto do limite assinalado por Dinis Dias como extremo da exploração europeia, e o seu único descobrimento foi um novo cabo a cem milhas ou mais, do banco de Arguim. Dirigindo-se para o sul, porque os indígenas fugiam à sua aproximação e deixavam a costa deserta, «toparom com huũ cabo, ao qual poseram nome o *Cabo de Santa Ana,* e acharom logo apos elle huũ braço de mar, que entra per terra acerca de quatro legoas, o qual lhes pareceo assy como se fosse ryo», onde caçaram mais escravos.

Ainda à busca de escravos e de oiro, seguiram até duzentas e cinqüenta milhas mais — oitenta léguas — à terra dos Negros, onde Dinis Dias tinha estado, grande cabo ocidental, tôda verde, abundante em habitantes e gado, mas quando tentaram aproximar-se da terra e desembarcar, uma tempestade obrigou-os a recuar. Lutaram durante três dias, contra ela, mas por fim encontraram-se perto do cabo Branco, mais de trezentas milhas ao norte, onde puseram de parte tôda a idéia de penetrar no sul desconhecido, e voltaram com alegria ao seu trabalho mais fácil de caçar escravos. Em uma destas incursões, um grupo de sete homens, tripulantes de um barco que se afastou dos restantes, foram assaltados e

(1) Cap. XXXVII. *(N. do T.)*

mortos como os homens de Gonçalo de Sintra por um trôço numeroso de indígenas, «cujas almas Deos por sua piedade receba no lugar dos Sanctos». Os Moiros arrastaram o barco para terra e desfizeram-no para lhe aproveitarem os pregos, e contaram a Zurara que os corpos dos mortos foram comidos pelos seus brutais vencedores. É certo, acrescenta êle, que é costume dêles comerem o fígado das vítimas e beberem-lhes o sangue quando querem vingar a morte dos pais, irmãos ou filhos, fazendo-o para se vingarem por completo dos que tanto mal lhes fizeram.

CAPÍTULO XIII

A armada de 1445

Enquanto Gonçalo Pacheco estivera a perder tempo, os seus homens e o bom nome da Europa e da Cristandade nas suas incursões entre o cabo Bojador e o cabo Branco, em Lagos conserva-se viva a memória da morte de Gonçalo de Sintra, e os habitantes da cidade mandaram uma deputação ao Infante, antes de passar o verão daquele mesmo ano (1445), a pedir-lhe licença para irem tirar completa, perfeita e suficiente vingança. Por outras palavras, êles ofereciam-se para equipar a maior esquadra que jamais navegara numa viagem oceânica — uma viagem à Guiné, como então já começava a chamar-se-lhe — desde que o Infante começou a sua obra. Pelo que sabemos, esta era também a maior das armadas mandada para os mares e terras recém-descobertas, redescobertas ou desconhecidas desde que as nações europeias tinham começado a olhar para além dos seus próprios e estreitos limites.

Nem a esquadra de 1341, que encontrou as Canárias e da qual Bocácio nos fala, nem a expedição de 1291, nem a aventura catalã de 1346, nem os armamentos de Béthencourt em 1402 para a conquista das Ilhas Afortunadas, se assemelhavam à armada de 1445. Esta constituía sinal evidente do interêsse nacional por uma obra que não era só de descobrimento, mas de lucros e de meio para alcançar muito mais; ela provava que em Portugal, embora de modo egoísta inferior e estreito, havia então espírito de actividade geral e empreen-

dedora, e até esta um dia ter sido despertada não havia muita esperança de grandes resultados dos esforços individuais.

O primeiro contingente armado então em Lagos — porque o Infante aprovara imediatamente a idéia dos seus homens — era constituído por catorze caravelas, catorze dos melhores navios que então navegavam, como Cadamosto disse mais tarde; mas êstes constituíam apenas o núcleo da esquadra, sob o comando de Lançarote. Da Madeira vieram mais três navios, um sob o comando de Tristão Vaz, o colonizador do Funchal; Dinis Dias comandava outro contingente de Lisboa; Zarco, o principal sócio no descobrimento e colonização da Madeira, mandou a sua própria caravela, comandada pelo sobrinho: ao todo eram vinte e sete navios — caravelas, galés e varinéis. Armada tão grande e tão ousada não descera jamais até êsse desolado ocidente da África desde que os Cartagineses mandaram os seus pioneiros, pelas colunas de Hércules, sob o comando de Hanão.

Gil Eanes, que dobrara o Bojador, ia nela com Dinis Dias, que passara o grande cabo e chegara primeiro à terra dos Negros, e a lista dos capitães era constituída por muitos dos mais ousados e experimentados marinheiros das Espanhas. Quási não houve homem, dos que se tinham aventurado às viagens oceânicas nos últimos trinta anos, ainda vivos e robustos, que não partisse no dia 10 de Agôsto de 1445.

À partida tomara-se o cabo Branco como ponto de reünião; os navios correram, com vento e maré favoráveis, até Arguim. Lourenço, irmão mais novo da família Dias, seguiu à frente e foi o primeiro a encontrar as três caravelas de Pacheco, que se dirigiam vagorosamente para o reino depois das suas perdas. Ouvindo dizer que uma grande esquadra vinha ali para tirar vingança, voltaram atrás para a esperarem, pois valia mais vingarem-se, embora tivessem de passar mal. Portanto, passaram a fazer parte da esquadra trinta navios europeus com as suas tripulações. O pioneiro Lourenço Dias e os restantes estavam na ilha das Garças, no banco de Arguim; enquanto ali esperavam, viram algumas aves maravilhosas, e Zurara conta-nos o que êles lhe contaram, embora duvidando disso. Os grandes bicos dos marabus ou Aves do Profeta impressionaram-nos muitíssimo com «os bicos de huũ covedo e mais, e danchura de três dedos, e parecem como bainhas de basas, assy lavradas, e com taes lavores, como se fezessem arteficialmente, com meestria de fogo, afim de lhes poer fremosura» — e a bôca e as goelas tão grandes que a perna de um homem de estatura regular poderia entrar por elas. Diz Zurara que os nossos homens, durante os três dias de permanência ali, alimentaram-se particularmente com estas aves.

Lenta mas seguramente, duas a duas ou três a três, juntaram-se nove caravelas no cabo Branco, e como o navio de Lançarote já estava ali, fêz-se imediatamente um ataque com duzentos e setenta e oito homens escolhidos entre as tripulações, infantes e lanceiros num barco e archeiros em outro, com o próprio Lançarote e os homens de armas à frente. Foram guiados por pilotos que tinham estado antes na costa e a conheciam, e esperava-se que assaltassem os indígenas da ilha de Tider com os primeiros clarões da alvorada. Mas o caminho era mais longo do que os pilotos contavam, a noite escuríssima, sem lua nem estrêlas, a maré estava na vazante e finalmente os navios encalharam. Já a manhã seguinte ia avançada, quando a nau conseguiu safar-se com a maré e seguir ao longo da costa à procura de um fundeadouro. A praia estava cheia de indígenas, não apanhados de surprêsa, mas a dançar, a gritar, a cuspir e a atirarem setas com desafio insolente. Depois de luta desesperada na praia, foram postos em fuga com perdas insignificantes — oito mortos e quatro prisioneiros — mas quando os incursos chegaram à aldeia, acharam-na vazia; as mulheres e as crianças haviam sido mandadas embora, e todos os seus pobres bens tinham ido com elas. O mesmo aconteceu com tôdas as aldeias daquela costa; mas no dia seguinte, noutra batalha, foram capturados setenta e sete moiros e o exército voltou para bordo mais uma vez.

A fôrça dividiu-se nesta altura. Lançarote, tomando conselho com os seus capitães, declarou estar cumprido o fim da viagem. Êles tinham castigado os indígenas e vingado Gonçalo de Sintra e outros mártires; competia, agora, a cada tripulação e a cada capitão resolverem se deviam ir mais longe. Tendo sido então divi-

didos todos os prisioneiros entre os navios, não havia já razão para continuarem ali.

Cinco caravelas regressaram imediatamente a Portugal, depois de tentarem explorar a pequena baía do cabo Branco; mas os escaleres não foram além de cinco léguas, voltando depois para trás. Uma delas ficou na baía de Arguim para traficar em escravos, e perdeu por descuido um dos cativos mais valiosos: — uma mulher, mal vigiada, fugiu e alcançou a nado a costa.

Mas em alguns outros da frota havia espírito mais decidido. O capitão da caravela do Rei, que viera de Lisboa ao serviço do tio Monarca, jurou não voltar para trás. Êle, Gomes Pires, havia de alcançar o Nilo, pois o Infante lhe mandara trazer notícias certas a respeito disso, e êle não faltaria. Lançarote disse o mesmo, e outro, um certo Álvaro de Freitas, ultrapassou as ofertas de todos os restantes. Êle havia de prosseguir até passar além do Nilo dos Negros e chegar ao Paraíso Terreal, no remoto Oriente, onde os quatro rios sagrados brotavam da árvore da vida.

«E porque (...) sabees muy bem a voontade do snõr Iffante como he grande de saber parte da terra dos Negros, especialmente do ryo do Nillo» o sr. Infante «me fara mercee e honra por ello deque posso cobrar mayor proveito».

O corpo principal dos «Perseverantes» era constituído por seis caravelas, que seguiram a direito, bordejando até alcançarem o cabo das Palmas de Dinis Dias, cabo que sabiam estar próximo do Senegal e da terra dos Negros, e «que bem mostrava o cheiro que viinha da terra, a bondade do seu fruito, ca tam delicioso era, que ally onde chegava estando elles no mar, lhes parecia que estavam em alguũ gracioso pomar, ordenado a fim de sua deleitaçom. (...) E quando os das caravelas viram as primeiras palmeiras e arvores allas, segundo ja teemos contado, bem conhecerom que eram preto do *ryo do Nillo,* da parte donde vem sayr ao mar do ponente, aoqual ryo chamam de *Çanaga*». Porque o Infante lhes dissera que um pouco mais adiante, a umas vinte léguas das palmeiras, veriam o rio, como os prisioneiros azenegues lhes haviam dito. E quando procuravam, cuidadosamente, sinais do facto, viram, finalmente, a duas léguas de terra, «hũa collor na augua do mar, desvayrada da outra, aqual era assy como collor de barro».

E julgando aquilo indício da existência de baixios, afastavam-se mais para o alto mar, por medida de precaução, quando um dêles levou um pouco de água à bôca, achando que era doce, e comunicando o facto aos outros, com gritos.

«Certamente, disserom elles, nós somos acerca do ryo do Nillo, ca esta augua bem parece que delle he, e por sua grande força corta o mar, e entra per elle assy». Por isso lançaram ferro na embocadura do rio, e da caravela de Vicente Dias (outro irmão de Dinis e de Lourenço) arrearam um escaler, com oito homens que avançaram para a praia.

Ali encontraram marfim e peles de elefante, e combateram vigorosamente com um negro enorme, cujos dois filhos nus êles levaram, — mas, apesar da crónica das viagens suspender aqui a narrativa, para, durante alguns capítulos, fazer reflexões ideais sôbre a grandeza do Nilo e o valor e o espírito do Infante que encontrara o caminho para a embocadura ocidental, devemos seguir os capitães na sua descida vagarosa ao longo das costas até Cabo-Verde, pois o «vento saltou ao sul, por cuja razom lhe conveo de fazer vella». Desembarcando num grupo de ilhas desabitadas, em frente do cabo, encontraram, primeiro que tudo, peles frescas de cabras e outras coisas, e, a seguir, as armas do Infante e as palavras da sua divisa — *Talent de bien faire* — gravadas em árvores, e, duvidaram, como o próprio Zurara ao escrever a narrativa que dêles ouvira, «se despois do grande poderyo de Alexandre e de César, foe algũu principe no mundo que tam longe de sua terra mandasse poer os malhoões de sua conquista», como aquelas ilhas o estavam de Sagres. Porque, embora a distância pareça pequena num mapa de todo o mundo, na carta do então conhecido era, realmente, grande — umas duas mil milhas, distância tão grande como tôda a costa do Mediterrâneo, desde a Palestina ao estreito de Gibraltar.

Depois, acrescenta o cronista, por aquêles indícios compreenderam muito bem terem já ali estado outras caravelas — e de facto assim era. Fôra o navio de João Gonçalves Zarco, capitão donatário da Madeira,

que ali passara, como verificaram ao outro dia. Querendo desembarcar, mas achando o número de indígenas tal, que não o podiam fazer de dia ou de noite, deixaram na praia um bôlo, um espelho e um papel com uma cruz desenhada.

Quando os indígenas vieram e os encontraram de manhã, quebraram o bôlo e atiraram fora os pedaços, partindo o espelho em bocadinhos com as azagaias e rasgando o papel, para mostrarem que não se importavam com nada daquilo.

— Visto que assim é, — disse Gomes Pires aos archeiros — atirem setas àquêles patifes para verem que somos gente que lhes pode fazer mal.

Os negros, porém, responderam com setas e azagaias — armas mortais, sem penas e sem mossa para a corda, mas embebidas em veneno de ervas, feitas de caniços ou madeira encastoada com compridas pontas de ferro, e as azagaias envenenadas de modo semelhante e providas com sete ou oito arpões de ferro para não ser fácil tirá-las da carne.

Por isso perderam a coragem para irem mais longe, com tôda a costa em armas contra êles, e regressaram a Lagos. Antes, porém, de deixarem o cabo, descobriram na ilha deserta, onde tinham encontrado as armas do Infante, árvores tão grandes como nunca haviam visto antes, pois entre elas estava uma com cento e oito palmos de circunferência. Todavia esta árvore, o famoso baobabe (ou imbondeiro) não era maior do que uma nogueira; «e da sua antrecasca fazem muy boõ fyado pera cordoalha, e arde esso meesmo como linho. O seu fruito he como cabaaças, cujas pevides som assy como avellaãs». E assim ficamos a saber que todos os capitães voltaram para trás, seguindo a costa, com a intenção de entrar no dito rio do Nilo; mas separando-se uma das caravelas das restantes, e não querendo entrar sòzinha no Senegal, partiu directamente para Lagos, e outra foi fazer aguada à Baía de Arguim e ao estuário do Rio-de-Oiro, onde vieram ter com êles imediatamente os moiros a bordo da caravela, cheios de confiança, porque nunca tinham tido até ali quaisquer relações com os mercadores das Espanhas, e venderam-lhes um negro por cinco dobrões e deram-lhes carne e água que os camelos haviam trazido, e entravam

e saíam dos navios, a ponto de haver grande receio de traição; mas por fim, sem qualquer contenda, êles desceram todos para terra, com a promessa de que, no mês de Julho seguinte, os seus amigos voltariam novamente e negociariam com êles em escravos e oiro a seu inteiro contento. E assim, metendo um bom carregamento de peles de foca, tomaram o caminho da pátria.

Entretanto, duas das outras caravelas e um varinel, que se tinham separado do núcleo no começo da viagem, sob a direcção do pilôto veterano Dinis Dias, tinham-se também dirigido para Cabo-Verde, combatido com os indígenas em algumas escaramuças desesperadas — houve um cavaleiro, «cujo scudo nom andava menos acompanhado darmas dos imiigos, que se fosse spinhaço de porco espim quando levanta suas penas» —, e regressado em face dos mesmos elementos desanimadores que os outros haviam encontrado; e assim teria terminado tôda esta grandiosa emprêsa sem a energia indomável de um capitão e da sua tripulação.

Zarco, da Madeira, dera a caravela ao sobrinho (1), com o encargo especial de, acontecesse o que acontecesse, não pensar em lucros e em comerciar, mas ùnicamente em fazer a vontade do Infante, seu senhor. Não devia desembarcar naquela fatal baía de Arguim, fim de tantas emprêsas; tinha de ir até onde Dinis Dias fôra primeiro, direito à terra dos Negros, e passar além do ponto extremo dos primeiros marinheiros. A caravela, diz Zurara com orgulho, estava bem equipada e tripulada por homens prontos a suportar tôdas as dificuldades, e o capitão cheio de energia e de zêlo, pelo que seguiram firmemente, pelo grande Mar Oceano, até chegarem ao rio do Nilo, onde encheram duas pipas de água, uma das quais levaram para Lisboa. E nem mesmo Alexandre, apesar de ter sido um dos monarcas de todo o mundo, bebera água vinda de tão longe como esta.

«Daquy forom avante, ataa que passarom o Cabo Verde, a allem doqual viram hũa ilha, onde sayrom pera veer se acharyam algũa gente, teendo porem acerca de sy aquelle resguardo, que sentirom que compria em seme-

(1) Álvaro Fernandes. *(N. do T.)*

lhante lugar. E andando pella ilha, acharom cabras mansas, sem nhũa gente que as guardasse, nem que morasse em algũa parte daquella ilha, e entam tomarom dellas seu refresco, segundo ja dissemos que os outros acharom os rastros, quando a aquellas ilhas chegarom, ca este Alvaro Frrẽ fora primeiro, e porque per outra guisa se nom pode contar, fallamos primeiro pela guisa que ouvistes; e dally forom avante, ataa o lugar onde está a palmeira e aquella arvor grossa, de que ja nos outros capitollos leixamos fallado, onde se acharom as armas do Iffante com a sua devisa e moto. Ally ouverom seu acordo de se irem lançar acerca do cabo, porque poderya seer que algũas almadyas viĩram a elles, comque podessem aver falla, siquer per aceno, ca hi nom avya outro torgimão. E seendo tam acerca do cabo como podya seer terço de legoa, lançarom ancora, e repousarom segundo trazyam ordenado; mas nom esteverom assy muyto, quando logo de terra partirom dous barcos, em que viinham dez Guineus, os quaaes logo começarom fazer dereitamente sua vyagem contra o navyo, come homẽes que viinham de paz. E seendo acerca, fezerom sinal pedindo segurança, aqual lhes foe dada, e logo sem outra cautella, entrarom cinquo delles na caravella, onde lhe Alvaro Frrẽ fez faser todo gasalhado que pode, mandandolhe dar de comer e de bever, com toda outra boa companhya que lhe pode seer feita; e des y partironse, com mostrança de grande contentamento; mas parece que as voontades al levariam concebido. E tanto que forom em terra, fallarom com os outros seos naturaaes toda a maneira que acharom, pello qual lhes pareceo que ligeiramente os poderyam filhar, e com este proposito se partirom seis barcos, com XXXV. ou quareenta delles, aparelhados come homẽes que queryam pellejar; porem seendo acerca, ouverom temor de se chegarem aa caravella, estando assy arredados hũa peça, sem ousarem de fazer nhũũ cometimento. E veendo Alvaro Frrẽ como nom ousavom de chegar a elle, fez lançar seu batel fora, noqual mandou que se metessem oito homẽes, os mais prestes que pera ello achou; e fez que o batel estevesse da outra parte da caravella, em tal guisa que nom fosse visto dos contrairos, sperando que elles se chegassem mais acerca do navyo. E tanto steverom os Guineus assy afastados, ataa que hũũ daquelles barcos filhou atrevimento de se chegar mais avante, saindosse dantre os outros contra a caravella, no qual eram cinquo Guineus vallentes e fortes, ca por taaes se stremarom elles antre os outros da companhya. E tanto que Alvaro Frrẽ sentyo que o barco era ja em lugar, que o batel podya chegar a elle ante que dos outros ouvesse acorro, mandou que saisse o batel trigosamente, e que fosse a elle. E segundo a grande avantagem que ha na maneira de remar, em muy breve forom os nossos com os contrairos; mas veendosse elles assy encalçados, nom teendo sperança de defesa, lançaronse a augua, e os outros barcos fogirom pera terra. Mas no filhamento daquelles que assy andavom nadando, ouverom os nossos muy grande trabalho, porque nom menos amergulhavom que corvos marinhos, entanto que nom podyam teer posto em elles; empero filharom logo hũu, nom porem muy ligeiramente; mas a prisom do segundo lhe fez perder todollos outros, ca era tam vallente, que dous homẽes, como quer que assaz de rijos fossem, nunca o poderom meter dentro no batel, ataa que tomarom hũu bicheiro, com que o ferrarom per acima de hũu olho, por cuja door elle cessou de sua bravura, leixandosse meter dentro no batel. E com estes dous se tornarom ao navyo. E porque Alvaro Frrẽ sentyo que sua stada nom aproveitava em aquelle lugar, polla sabedorya que ja delle tiinham, ante lhe podya empeecer, disse que querya ir mais avante, por veer se acharya algũa novidade que trouvesse ao Iffante seu senhor. E partindo dally, chegarom a hũu cabo, onde havya muytas palmeiras secas sem rama, e poserom nome a aquelle cabo, *o Cabo dos Matos*» (1).

Ali, um pouco mais adiante, desembarcou um grupo de sete homens em reconhecimento, e encontraram quatro caçadores negros sentados na praia, armados de arcos e flechas, os quais fugiram ao ver os estrangeiros.

Mas «nunca os poderom filhar, como quer que per vezes os encalçassem, esto por que elles andam nuus, e nom teem cabellos senom muy curtos, taaes em que se nom pode fazer presa», pelo que apenas lhes trouxeram as flechas como trofeu.

(1) Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXV. (*N. do T.*)

Êste cabo dos Mastros, ou qualquer outro ponto da costa mais para SE., foi o ponto mais avançado até onde chegou a caravela de Zarco. Daqui «tornaronse pera os navyos, onde teverom conselho de se viir pera o regno, viindosse direitamente aa ilha da Madeira, e des y aa cidade de Lixboa, na qual acharom o Iffante, de que assaz mercees receberom (...) E esta foe a caravella que em este anno [1445] foe mais avante que todallas outras que a aquella terra passarom».

Havia ainda um contingente da grande armada de que não havia notícias, mas êsses eram tristes desertores. Três dos navios, na viagem de ida que os separava do núcleo principal e do comando de Lançarote, tiveram a cobardia ou a indolência de abandonar o fim da viagem, resolvendo descer sôbre as Canárias em vez de irem à Guiné em todo aquêle ano.

Ali estiveram algum tempo, fazendo incursões e caçando escravos, e também observações nos indígenas e nos diversos aspectos naturais das diferentes ilhas, que, como o sabemos pela velha crónica, não são a parte menos interessante da história da armada de Lagos de 1445 (1).

(1) A data desta viagem é considerada o ano de 1447 por Santarém e por Oliveira Martins. (*N. do A.*)

CAPÍTULO XIV

Viagens de 1446-8

Todavia, se exceptuarmos a emprêsa dos marinheiros de Zarco, esta expedição de 1445, começada com tão bons auspícios, e na qual se gastara tanto tempo, e tantos incómodos se haviam passado, foi quási infrutífera em «novidades», em descobrimentos, em intuitos que eram o objecto de tôdas as viagens do Infante.

A tentativa imediata, feita por Nuno Tristão em 1446, terminou do modo mais desastroso que jamais teve marinheiro cristão das Espanhas. Nuno, que fôra educado desde a infância na côrte do Infante, «veendo como se trabalhava de mandar seus navyos aa terra dos Negros, e ainda muyto mais avante se o fazer podesse, ouvyndo como ja algũas caravellas passarom o ryo do Nillo», pensou que «se elle nom fosse alguũ daquelles speciaaes de que o iffante seu sñor fosse servido em aquella terra, de qualquer boa cousa que se em ella fizesse ou achasse, que elle nom poderya receber nome de boõ homem; e porem fez logo hũa caravella, aqual armada começou sua vyagem, nom fazendo algũa deteença em algũa parte, senom seguyr todavya contra a terra dos Negros. E passando per o Cabo Verde, foe mais avante LX. [60] legoas, onde achou huũ ryo, em que lhe pareceo que deverya de aver algũas povoraçoões; pello qual mandou lançar fora dous pequenos batees que levava, nos quaaes entrarom .xxii. homeẽs, scilicet, em huũ dez, e no outro doze. E começando assy de seguyr pello ryo avante, a maree crecia, com a qual

forom assy entrando, seguindo contra hũas casas que vyam aa maão dereita. E acertousse que ante que saissem em terra, sayrom da outra parte .xij. barcos, nos quaaes serym ataa Lxx. ou Lxxx. Guineus, todos negros, e com arcos nas maaõs. E porque a augua crecia, passousse a alem huũ barco de Guineus, e pos os que levava em terra, donde começarom de asseetar aos que hyam nos batees». Estes recuaram o mais depressa que puderam, mas antes de chegarem dos barcos, quatro caíram mortos.

«E assy começarom de fazer vella, leixando porem os batees porque os nom poderam guindar. E assy que dos xxii. que sairom fora nom scaparom mais que dous, scilicet, huũ Andre Dyaz, e outro Alvaro da Costa, ambos scudeiros do Iffante, e naturaaes da cidade dEvora; e os dez e nove morrerom, porque aquella peçonha era assy artefficiosamente composta, que com pequena ferida, soomente que aventasse sangue, trazya os homẽes ao seu derradeiro fim. Ally foe morto aquelle nobre cavalleiro Nuno Tristam, muy desejoso desta vida, porque nom ouvera lugar de comprar sua morte como vallente homem». Dos sete que tinham ficado na caravela, dois haviam sido feridos pelas flechas envenenadas quando procuravam levantar as âncoras, e estavam em perigo de morrer, passando vinte dias entre a vida e a morte, sem poderem levantar um dedo só para auxiliar os outros que procuravam manobrar a caravela a fim de voltarem à Pátria, pois apenas cinco ficaram em condições de o fazer.

Os homens de Nuno Tristão foram salvos pela energia de um só — um simples rapaz, pajem da casa do Infante — que tomou o navio a seu cargo, e dirigiu-lhe a rota em direcção ao norte, depois para NE., de modo que dentro de dois meses estavam à vista das costas de Portugal. Mas êles estavam absolutamente impossibilitados e desamparados, nada sabendo quanto ao lugar onde se encontravam, pois durante aquêles dois meses não tinham pousado a vista em terra alguma — pelo que, quando por fim descobriram uma fusta armada, «se temerom muyto», supondo ser um corsário moirisco. Ao aproximar-se viram que era um pirata galego; os pobres marinheiros quási ficaram doidos de alegria, e muito mais ainda por saberem que estavam nas proximidades de Lagos. Êles haviam tido um tempo horrível; primeiro quási tinham ficado envenenados com os cadáveres de Nuno Tristão e das vítimas das flechas envenenadas dos selvagens; depois, tendo lançado a honra ao vento e aqueles corpos aos mares, envergonhados e alquebrados, os cinco desgraçados marinheiros ignorantes, então sòzinhos, descaíram durante sessenta dias, tendo, por um lado, o imenso e terrível Oceano, e, pelo outro, essa desconhecida costa de África ainda mais perigosa. Um marinheiro «assaz pouco avisado na arte do marear»; um pajem da casa do Infante, o jovem herói salvador do navio; um rapaz negro, apanhado com os primeiros cativos da Guiné; e mais «outros dous moços assaz pequenos» — tal era a tripulação. Quanto ao resto — *Beati mortui qui in Domino moriuntur*, Bem-aventurados os que morrem no Senhor — exclama o cronista nesse lancinante grito de dor com que termina a história. Ficaram viúvas e órfãos, de que o Infante «teve despois special cuidado» (1).

Mas nem todos eram tão infelizes como Nuno Tristão. A caravela de Zarco da Madeira, que sob o comando de Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, passara já adiante de tôdas as outras no ano da grande armada de 1445, foi mandada outra vez «com o encargo de seguir mais avante quanto podesse» no ano negro de 1446. O seu nobre e valente dono encarregou «aquelle meesmo» Álvaro Fernandes, com o navio bem armado, de ir em busca de prêsa, tão inédita e esplêndida que provasse a sua boa vontade de servir o senhor que o fizera. Por isso, êles foram direitos a Cabo-Verde e para além ainda até ao cabo dos Mastros, o ponto extremo a que haviam chegado no ano anterior, mas não voltaram para trás ao chegarem ali, apesar dos indígenas pouco amigos e das costas desconhecidas. Continuando a costear, acharam rastos do homem, e um pouco mais adiante, uma aldeia «onde sairom os moradores della come homẽes que mostravom que queryam defender suas casas, antre os quaes vinha huũ bem adargado com hũa azagaya em sua maão, oqual veendo Alvaro Frrẽ, parecendolhe principal daquelles, foe

(1) Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXXVI. *(N. do T.)*

rijamente a elle, e deulhe com sua lança tam grande ferida que deu com elle morto em terra, e tomoulhe a darga e a azagaya, aqual trouve ao Iffante com outras cousas, como ao dyante sera contado». Os negros fugiram e os conquistadores voltaram para bordo e continuaram a viagem. No dia seguinte chegaram a uma terra onde viram mulheres daqueles negros e apanharam uma, com cêrca de trinta anos, juntamente com o filho, criança de dois, e outra, uma rapariga de catorze, «na qual avya assaz boa apostura de membros, e ainda presença razoada segundo Guinee»; mas a fôrça da mulher era tão grande que causou sérios embaraços aos três homens que a apanharam quando a levavam para bordo. E vendo-se obrigada a lutar na praia, recearam que viessem alguns indígenas sôbre êles, pelo que um dêles pôs a criança no barco, e o amor por ela obrigou a mãe a fazer o mesmo, sem lutar mais.

Daqui prosseguiram, continua a história, até chegarem a um rio, no qual entraram com um barco e roubaram uma mulher que encontraram numa casa. Porém, subindo o rio um pouco mais, com a idéia de apanharem boa prêsa, correram sôbre êles quatro ou cinco canoas cheias de negros, armados como homens que querem lutar pela sua terra, e cujo encontro os homens do barco não quiseram esperar em presença da superioridade do inimigo, receando, acima de tudo, o grande perigo das flechas envenenadas. Por isso começaram a descer o rio o mais depressa que podiam, em direcção à caravela; mas como uma das canoas se distanciou das outras e se aproximou dêles, correram sôbre ela e, durante o combate, um dos negros atirou um dardo que feriu o capitão Álvaro Fernandes num pé, e êle, prevenido do veneno, tirou ràpidamente a flecha e lavou o pé com ácido e azeite e depois untou-o com triaga, querendo Deus que êle melhorasse, tendo passado por um grande susto, embora estivesse durante alguns dias entre a vida e a morte. E assim voltaram à caravela.

Apesar, porém, de o capitão estar tão gravemente ferido, a tripulação não deixou de seguir ao longo da costa e prosseguiu (tôda ela era terra inteiramente nova) até chegar a um areal, em frente de uma grande baía, onde arrearam um escaler, saindo a ver a terra a que tinham chegado, e imediatamente vieram ao encontro dêles

cento e vinte negros uns com flechas e arcos, outros com escudos e azagaias, e quando chegaram à beira-mar, começaram a dançar à roda, «come homeẽs afastados de toda tristeza; e os do batel querendo scusar o convite daquella festa, tornaronse pera seu navyo».

Todo o caminho percorrido eram umas boas cento e dez léguas — trezentas e vinte milhas além do Cabo-Verde «e toda sua rota he geralmente ao sul» (isto é, mais ou menos a Serra-Leoa dos nossos mapas), e esta caravela ficou algum tempo no mar e prosseguiu mais longe ainda do que qualquer outro navio daquele ano e, a não ser por causa da doença do capitão ferido, não teriam parado ali. Mas por causa disso voltaram direitos ao banco de Arguim, «onde acharom aquelle Ahude Meimom, de que ja fallamos per vezes em esta storya». E apesar de não terem intérprete, por meio de quem pudessem tratar dos seus negócios, trataram do caso tão bem por sinais que puderam comprar uma negra em troca de certos tecidos que traziam com êles. E assim voltaram a salvamento à pátria. Não havia, então, muita dificuldade em obter voluntários para a obra de descobrimento, e uma recompensa de duzentos dobrões — cem da parte do infante D. Henrique e outros cem da parte do regente D. Pedro — aos exploradores ousados que tinham, recentemente, costeado a Senegâmbia, deram à emprêsa maior zêlo.

Neste mesmo ano de 1446-7, nada menos de nove caravelas foram de Portugal à Guiné em outra armada, no rasto dos felizes marinheiros de Zarco. Na Madeira juntaram-se-lhes mais dois, e tôda a frota foi, pelas Canárias, até ao grupo insular de Cabo-Verde. Oito passaram sessenta léguas, cento e oitenta milhas, além e encontraram um rio, o Rio Grande, «que era assaz de boa largueza», o qual subiram, excepto um navio pertencente ao Bispo do Algarve «porquanto se acertou de topar em huũ banco de area, de que abryo per tal guisa, que a nom poderom dally mais tirar; pero scaparom as gentes com todallas outras cousas que lhes della prouve tirar. Mas em quanto se alguũs em esto ocupavam, Stevam Affonso, e seu irmaaõ, forom em terra, cujos moradores eram em outra parte, e com entençom de os ir buscar partiram dally, guyandosse per alguũ sentido que avyam do rastro que achavam acerca do lugar».

Seguiram êste rasto com bastante temeridade, quási encontrando a sorte de Nuno Tristão. «E seguindo assy per seu caminho algũa peça disserom que achavam a terra com grandes sementeiras, e muytas arvores dalgodom, e muytas herdades sementadas darroz, e assy outras arvores de desvairadas maneiras. E diz que toda aquella terra lhe parecia a maneira de pauues». E chegando a «huũ arvoredo de grande spessura, sairom a elles de reves os Guineus com suas azagayas e arcos», e saüdaram-nos com uma chuva de flechas envenenadas. Os cinco primeiros europeus caíram mortos imediatamente, outros dois ficaram gravemente feridos, os restantes fugiram para os navios e êstes não foram mais avante naquele ano.

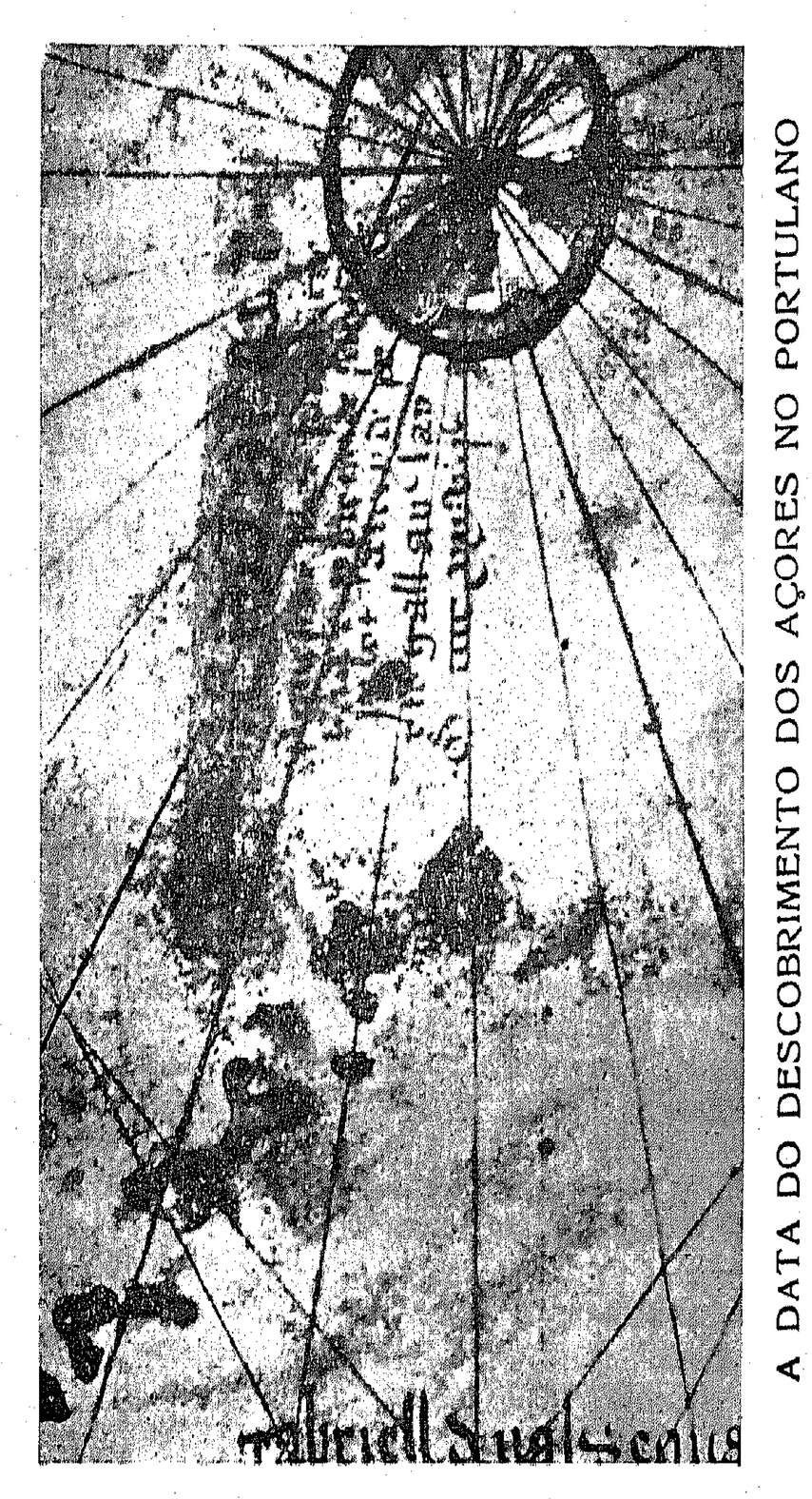
Pior ainda foi a sorte de Valarte nos primeiros meses de 1448. Valarte era um fidalgo da côrte do rei Cristóvão da Dinamarca, que viera à de D. Henrique, em Sagres, pela fama crescente das explorações do Infante, e que «huũ dya lhe veo a pedyr que fosse sua mercee de lhe armar hũa caravella, e de o encaminhar como fosse a terra dos Negros».

Um pouco além de Cabo-Verde, Valarte desceu em terra com a tripulação de um escaler e caiu na armadilha que apanhara os exploradores do ano anterior. Êle e os seus homens foram cercados por negros e mortos ou presos. Mas um escapou, nadando até ao navio, e contou como, olhando para trás para a praia, por diversas vezes, vira Valarte prisioneiro, sentado na pôpa do barco.

«Empero ao tempo que screvyamos esta estorya vierom ao poder do Iffante alguũs cativos naturaaes daquella parte, que disserom que em huũ castello muyto afastado pello sertaão, esteverom quatro xpaãos, dosquaaes ja huũ era finado, mas que os tres ficavom ainda vivos», e com isto se supôs na Europa que fôssem notícias de Valarte e dos seus homens.

Mas entre a última viagem da caravela de Zarco em 1446 e a primeira viagem de Cadamosto em 1455, não há progresso real nas explorações.

A «terceira armada», como é chamada, isto é a frota de nove caravelas de 1446-7, a viagem de Gomes Pires ao Rio-de-Ouro ao mesmo tempo, as aventuras comerciais da costa de Marrocos que foram o meio de trazer o



A DATA DO DESCOBRIMENTO DOS AÇORES NO PORTULANO DE GABRIEL DE VALSEQUA.
(Ver o índice dos mapas)

primeiro leão a Portugal em 1447, a expedição ao Rio-de-Oiro e a Arguim durante o mesmo ano, não fazem parte da história dos descobrimentos, mas do comércio. Na maior parte delas quási não há indícios de interêsse explorador. Até a aventura de Valarte em 1448 nada tem da novidade que tantos iam procurar para satisfação do Infante. As viagens à Guiné são freqüentes, quási constantes, durante êstes anos, e esta freqüência tem, de certo modo, o interêsse de tornar os europeus completamente familiares com a costa já explorada, apesar de pouco ou nada acrescentar ao novo conhecimento.

Contudo, o valor e o significado da vida e da obra de D. Henrique não estava, no fim de contas, no comércio, excepto num ponto de vista secundário; e estas viagens de interêsse simplesmente comercial, sem intuitos ou sem resultados descobridores, não pertencem ao nosso assunto. Cada uma delas tem a sua própria beleza pitoresca nas páginas da velha crónica da Conquista da Guiné, mas comparada a sua importância com a história geral da expansão da Europa, não há valor algum em nenhuma das viagens dos últimos capítulos das viagens de Zurara — descrição das Canárias do «Inferno» de Tenerife, de «Como foe povoada a ilha da Madeira, e assy as outras ilhas que som em aquella parte»; de «Como tornou a caravella d'Alvaro Dornellas, e dos Canareos que tomou»; de «Como Gomes Pirez foe ao Ryo do Ouro, e dos Mouros que tomou»; «Da caravella que foe a Meça, e dos Mouros que trouve»; e de «Como Antam Gonçalvez foe receber a ilha de Lançarote em nome do Iffante» (1).

Apenas o resumo, feito pelo cronista, dos resultados até ao ano de 1446, ano do insucesso de Nuno Tristão, é de maior interêsse.

«E forom estas caravellas a allem do Cabo [Bojador] iiij^c L. léguas [450]. E achasse que toda aquella costa vay ao sul, com muytas pontas, segundo que este nosso principe mandou acrecentar na carta de marear. E he de saber que o que se sabya em certo da costa do mar grande, eram vj.^c léguas [600] (2), e som acrecentadas

(1) Zurara, *ob. cit.*, caps. LXXXIII, LXXXV, LXXXIX, XCIII e XCV. (*N. do T.*)

(2) Aliás duzentas léguas. (*N. do T.*)

sobre ellas estas iiij^c L.; e o que se mostrava no mapa-mundy, quanto ao desta costa, nom era verdade, ca o nom pintavom senom a aventura; mas esto que agora he posto nas cartas, foe cousa vista por ollho, segundo ja teendes ouvido» (1).

E «porque das quatro me parece que vos tenho dado abastoso conhecimento nos capitollos onde falley da devisam daquellas partes do Oriente, ficame pera dizer da quinta rezom, poendo certo numero a as almas dos infiees que daquellas terras vierom a esta, per vertude e engenho do nosso gloryoso principe; asquaes per conto achey que forom novecentas e viinte e sete, dasquaes como primeiro disse, a mayor parte forom tornadas ao verdadeiro caminho da salvaçom. Hora veede qual serya o numero da geeraçom que se daquestes podya seguyr, ou qual filhamento de cidade ou villa podya seer mayor honra que aquesta de que ataa agora tenho scripto» (2).

(1) Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXVIII. *(N. do T.)*
(2) Zurara, *ob. cit.*, cap. XCVI. *(N. do T).*

CAPÍTULO XV

Os Açores

(1431-1460)

Chegamos agora quási ao fim das viagens descritas na velha *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, e, àparte a história do famoso veneziano Cadamosto, também ao fim do costeamento da África pelos marinheiros do Infante. Embora êle só morresse em 1460, e nós alcançássemos agora o ano de 1448, porque a lista dada por Zurara dos negros, trazida para a Europa é referida a 1446—«927, das quaes a maior parte forõ tornadas ao verdadeiro camjnho da saluaçã»—não há, contudo, nos últimos dez anos de vida do Infante, qualquer descobrimento digno de nota, excepto os que se compreendem neste e nos dois capítulos imediatos.

Primeiro temos o relato do próprio Cadamosto quanto às suas duas viagens ao longo da costa da Guiné, nas quais se julga ter chegado ao cabo das Palmas, umas quinhentas milhas além de Cabo-Verde, e certamente chegou ao Gâmbia, cuja larga embocadura, semelhante a um braço de mar, descreve no seu diário.

Depois é a relação do descobrimento das ilhas de Cabo-Verde por Diogo Gomes, criado do Infante, o qual nos conta a morte de D. Henrique, a quem foi dos mais fiéis entre os da sua Côrte. Mas há outro capítulo das explorações orientadas de Sagres e descrito por Zurara, capítulo que deve ter agora aqui o seu lugar, e de que

se fala melhor aqui, no intervalo entre os dois períodos mais activos das viagens ao largo da costa africana. É a história da colonização dos Açores, ou Ilhas Ocidentais, já em 1351 conhecidas dos cartógrafos pois figuram com bastante clareza na grande carta florentina daquele ano, embora não reclamados pela Europa e pelos cristãos até cêrca de 1430. Diz uma legenda do mapa catalão de 1439 que estas ilhas foram achadas por Diego de Sevill, piloto do Rei de Portugal, em 1427 (1). Todavia estas ilhas eram, antes de mais, apenas dois grupos do arquipélago, ficando o redescobrimento ou achamento das ilhas compreendido entre os anos de 1432 e 1450.

A viagem de Diego de Sevill e de Gonçalo Velho Cabral aos Açores, isto é à ilha de S.ta Maria e às Formigas, tem sido considerada como um dos mais antigos êxitos do Infante D. Henrique. Mas como foi desta primeira tentativa que resultou o descobrimento de todo o

(1) O problema do redescobrimento dos Açores é, talvez, o mais obscuro de quantos se apresentam ao historiador. Muito, a êste respeito, se tem escrito, e parece-nos que ainda continuará a escrever-se, sem poder chegar-se a qualquer conclusão, porquanto os testemunhos mais antigos, todos dignos de crédito, se contradizem. A admitirmos como verdadeira a legenda do mapa catalão de Gabriel Valsequa de 1439, o seu descobridor teria sido Diogo de Sevill (ou de Senill, ou de Sunis) indivíduo cujo nome não encontramos em qualquer das crónicas ou relatos de descobrimentos. Há, evidentemente, má leitura do nome, até por o primeiro estar abreviadamente escrito: *D.º*. Não poderemos, é claro, partilhar as fantasias delirantes de um historiador moderno, que vê no *D.º* o mesmo que *G.º*, desenvolvendo êste em *Gonçalo*, e no *Sevill-Senill* encontra o adjectivo latino *senil*, isto é *velho*. Logo teria sido o seu descobridor *Gonçalo Velho*. Evidentemente que êstes processos não podem tomar-se a sério, nem há que perder tempo a discuti-los, tão anti-científicos são.

Mas o que é óbvio é a data que se lê no mapa — *M cccc xx vij* — isto é *1427*. Logo, admitindo o conhecimento anterior do arquipélago nos meados do século XIV, descoberto, possìvelmente, pelas galés de Manuel Pessanha na volta das Canárias, e perdida a tradição da sua localização, elas foram redescobertas em 1427, embora só em 1431 ou 1432 Gonçalo Velho, por ordem do Infante, partisse à sua busca. Não se compadece com a índole destas notas a discussão dêste ponto, pelo que nos abstemos de mais largos comentários. Chamamos, porém, a atenção do leitor para o cap. XXXII do liv. I das *Saüdades da Terra*, do dr. Gaspar Fructuoso, e para os depoïmentos de Zurara e de Diogo Gomes. *(N. do T.)*

grupo, torna-se necessário contá-la de novo. Cabral, recompensado pelo seu senhor com a doação dos seus descobrimentos, e vivendo na ilha de S.ta Maria na qualidade de «Capitão donatário» ou Senhor da Terra, foi encarregado da colonização das ilhas que já encontrara e de muitas outras que pudessem aparecer.

Passou três anos (1433-6) a reünir gente e recursos em Portugal, e, a seguir, fixou-se nas «Ilhas Ocidentais» com algumas das melhores famílias da sua terra.

Com isto parece ter o descobrimento chegado a uma conclusão, mas, anos depois, cêrca de 1440-1, um acaso estranho impeliu a exploração para oeste mais uma vez. Teve de se perseguir um escravo, certamente negro do continente, o qual se refugiara no mais alto pico da ilha de S.ta Maria. O tempo estava claríssimo e êle imaginou ver ao longe, no horizonte, a silhueta de uma terra desconhecida. Seria outra ilha? Êle sabia bem que os amos se encontravam ali como exploradores e como colonizadores, e deve tê-los ouvido falar muitas vezes do achamento de novas terras; e a vontade do Infante, seu senhor, de que estas novas terras fôssem descobertas a todo o custo, não era segrêdo. Essa vontade os levara até ali; essa mesma vontade havia de alcançar o perdão do escravo, se êle saísse do seu esconderijo com a notícia de um descobrimento autêntico.

Assim raciocinou, e tinha razão. O Infante, ao ouvir a novidade, consultou imediatamente os seus mapas antigos e viu que êstes indicavam terras na mesma direcção indicada pelo escravo (1). E ordenou imediatamente a Cabral que partisse em busca delas. Êle tentou-o mas falhou. Veio, então, a maravilhosa prova do saber de D. Henrique; aquêle que nunca estivera a mais de mil milhas do lugar, provou ao seu capitão que êle passara entre a ilha de S.ta Maria e a terra desconhecida; corrigindo-lhe a rota, mandou-o de novo procurar até achar.

No dia 8 de Maio de 1444 foi encontrada a nova ilha, dia da aparição de S. Miguel, sendo-lhe dado o

(1) Se o Infante já conhecia a existência das ilhas pelas cartas que possuía (entre elas, naturalmente, o mapa catalão de 1375), ¿como é que, ao receber a notícia do achado da ilha de S.ta Maria, não ordenou logo ao descobridor que procurasse as restantes ilhas do grupo? *(N. do T.)*

nome por causa dessa festa. É a nossa moderna ilha de S. Miguel (1).

Nesta ilha, como nas outras, a colonização seguiu-se ao descobrimento. A 29 de Setembro de 1445, Cabral voltou com europeus, tendo antes deixado alguns moiros para desbravarem o terreno. Mas ao regressar, achou aquêles desgraçados quási mortos de mêdo por causa dos terramotos que os abalavam desde o desembarque. E se êles tivessem podido arranjar um barco, ainda que fôsse o mais pequeno, certamente teriam fugido nêle. O piloto de Cabral, que estivera antes com êle na mesma ilha, declarou que dos dois grandes picos que vira nos dois extremos da ilha, a oriente e a ocidente, só o oriental estava agora de pé. O nome de «Açores» começou então a substituir o velho nome de ilhas «Ocidentais», da quantidade de açores ou milhafres que se encontravam na recém-descoberta S. Miguel, e nas outras descobertas pouco depois (2), pois o terceiro grupo, o da «Terceira», foi avistado entre 1444 e 1450 e acrescentado aos domínios de Portugal, que avançava lentamente para o Ocidente desconhecido, como antecipando-se a Colombo, estabelecendo os seus postos avançados cada vez mais longe no Oceano, visto que os seus pioneiros cada vez se tornavam mais seguros do caminho para além do estreito de Gibraltar. Alguns marinheiros de D. Henrique, voltando da «Guiné» para a Espanha, qualquer aventureiro à procura de fama para si e para o Infante, alguns mercadores partidos a tentar a sorte para ocidente, como tantos

(1) Segundo Zurara, *ob. cit.*, cap. LXXXIII, «a esta posera o iffante dom Pedro nome a ilha de Sam Miguel, pella singullar devaçom que el sempre ouvera em aquelle sancto». *(N. do T.)*

(2) Segundo Gaspar Fructuoso, «dizem comumente os antigos que vendo muitos açores e bons (...), lhe puzeram nome ilhas dos Açores, o que bem podia ser: mas, o que outros têm por mais verdade, é que por aqui não haver senão poucos e como adventicios vinham a esta ilha d'outras terras não sabidas, vendo no ar muitos milhafres que havia, que com êles se pareciam e por taes os julgavam, como agora ha, e assim parecerem-lhe, puzeram este nome de ilhas dos Açores, o qual tambem se apegou às outras ilhas de baixo que depois se descobriram, onde não faltam estas aves de rapina; ou tambem por então n'elas se acharem açores, ainda que depois e agora os não houve, nem ha em nenhuma d'elas, senão alguns que com temporaes e tormentas acertam de vir desgarrados d'outras partes». *Saüdades da Terra*, Liv. IV, vol. I, Ponta Delgada, 1924, pág. 10. *(N. do T.)*

a haviam tentado para o sul, quaisquer bordejadores do continente africano, arrastados para longe da terra pelos ventos contrários — devem ter sido alguns dêstes que encontraram as restantes ilhas dos Açores: Terceira, ou ilha de Jesus, S. Jorge, Graciosa, Faial, Flores e Corvo.

Quem fôssem os descobridores, desconhece-se em absoluto. Até hoje só temos alguns rastos da primeira colonização, mas de duas coisas podemos estar certos. Primeira: os Açores foram todos descobertos e colonizados em vida de D. Henrique, e a maior parte entre 1430 e 1450. Segundo: não houve propósito formado de levar o descobrimento para além dêste grupo, através da vastidão das águas, em direcção ao ocidente, e assim achar a Índia pelo «lado esquerdo». D. Henrique e tôda a sua escola sentiram-se satisfeitos com a via de SE. Rodeando o continente, e não aventurando-se pelo oceano (1), esperavam achar o caminho para o Malabar e para o Catai, e tinham êsse intento. Quanto à colonização destas ilhas, ainda existe cópia da doação da capitania da Terceira ao flamengo Jácome de Brujas, por D. Henrique.

Os factos eram êstes. Jácome foi ter com o Infante, um dia, com um pedido a respeito das ilhas dos Açores — «que por quanto des ab initio e memória dos homeẽs se não sabião as Ilhas dos açores sub outro agressor senhorio, saluo meu, nem a Ilha de Jesus chrõ terceira das ditas Ilhas a não souberão pouoada de nenhũ a gente que ate guora fosse no mundo, e ao presente esta erma, e inhabitada que me pedia por merce, que por quanto a elle queria povoar, que lhe fizeçe d'ella merce, e lhe desse minha Real auctoridade para ello, como senhor das ditas Ilhas, e eu vendo o que assim me pedia, ser servisso de Deus e bem e proveito da dicta ordem [de Cristo], querendo-lhe fazer graça, e merçe me apras de lha outorgar como ma elle pedio, e tenho por bem, e me apras que elle a pouoe de qual quer gente

(1) Esta afirmação não é rigorosamente verdadeira. Muito antes de Colombo, os Portugueses percorriam os mares sem quaisquer receios. No entanto, tanto quanto o podemos hoje saber, o que interessava a D. João II e depois a D. Manuel, era o comércio do Oriente. *(N. do T.)*

que lhe aprouuer, que seja de fé catholica, e sancta de nosso Senhor Jesus xpo» (1).

Jácome era um rico flamengo, que entrara para o serviço do Infante, parece recomendado pela Duquesa de Borgonha, sobrinha de D. Henrique (2). Desde então, casara numa casa nobre de Portugal, e oferecia-se agora para se encarregar das custas da sua aventura. Tal homem não era digno de que o desprezassem, levianamente. O seu intento foi incitado e, mais do que isso ainda, seguido. Um fidalgo, chamado Vicente Gil Sodré, levou a família e amigos para a Terceira, a ilha de Jesus Cristo, e daqui saíu para se estabelecer na Graciosa, enquanto outro flamengo, Van der Haager, indo juntar-se a Van der Berge ou De Bruges, na Terceira, com dois navios armados à sua custa e cheios de gente e artífices que trouxera para trabalharem na nova terra, procurou, sem êxito, colonizar a ilha de S. Jorge.

O primeiro capitão donatário do Faial foi outro flamengo — Job van Huerter, senhor de Moerkerke —, havendo interêsse especial no nome dêste, porque foi por seu intermédio que se obteve em 1492 a longa e interessante notícia da primeira colonização dos Açores que figura no globo de Martim Behaim, hoje em Nuremberga, globo que havia de desempenhar tão curioso papel, tão involuntário como pouco generoso, na controvérsia colombina.

«As Ilhas dos Açôres — diz a nota apensa a elas no globo — foram habitadas em 1466 quando El-Rei de Portugal as dêo, depois de muitas instancias, á Duqueza de Burgonha, sua Irmã [*aliás «tia»*], por nome Izabel. Havia então em Flandres huma grande guerra, acompanhada de huma extrema fome; e a Duqueza mandou para estas Ilhas grande quantidade de homens e mulheres de todos os oficios, e igualmente Sacerdotes, e tudo o mais que pertence ao Culto religioso (...) Em 1490 havia ainda alguns milheiros de pessoas, tanto Alemans como Flamengas, que ali tinham vindo com o nobre Cavalheiro Job de Huerter, senhor de Moerkirchen em Flandres, meu caro Sogro, a quem estas ilhas forão dadas

(1) *Collecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açôres*. Ponta Delgada, 1932. Pág. 80. *(N. do T.)*

(2) Aliás irmã. *(N. do T.)*

para elle e seus descendentes, pela dita Duqueza de Burgonha (...)

«No anno de 1431 depois do nascimento de N. S. Jesu Christo, reinando em Portugal o Infante D. Pedro (*sic*), armarão-se dois navios, munidos das cousas necessarias para dois annos de viagem, por ordem do Infante D. Henrique, irmão do Rei de Portugal; e isto para hirem ao descobrimento dos Paizes que se achavão alem do Cabo de Finisterra; os quaes assim aparelhados fizerão sempre vela para o Poente, pouco mais ou menos na distância de 500 leguas, e finalmente descobrirão estas dez Ilhas e tendo desembarcado nellas, não acharão senão desertos, e aves tão domesticas, que não fugião de ninguem; pois como não havia vestigios de homens nem de quadrupedes, esta era a causa de não serem as aves espantadiças; e assim derão a estas Ilhas o nome de Açores. Depois para satisfazer ás ordens d'El-Rei de Portugal, mandarão no anno seguinte desaseis navios com toda a especie de animais domésticos, e lançarão huma porção em cada Ilha para multiplicarem» (1).

Da primeira colonização das Flores e do Corvo, as duas últimas ilhas do grupo, ainda menos se conhece, mas, em qualquer dos casos, parece não ter sido levada a cabo senão nos últimos anos de vida do Infante; naturalmente foi obra do seu sucessor no Grão-Mestrado *(sic)* da Ordem de Cristo, a quem tocava então colonizar

(1) Esta versão é a de Ernesto do Canto, publicada no *Archivo dos Açores*, vol. I, pág. 442. Há poucos meses o magnífico *Ibero-Amerikanisches Archiv* (Jahrgang XVII, heft 1 2, April-Juli 1943), publicou um excelente estudo do sr. Oswald Muris sôbre o célebre globo — *Der «Erdapfel» des Martin Behaim* — acompanhado de noventa e duas fotografias reproduzindo todo o globo. Apesar da excelência das fotografias, não nos foi possível decifrar a larga inscrição que acompanha as ilhas dos Açores e que se encontra dispersa pelas fotografias 10, 11, 12 e 13, embora se distingam perfeitamente os contornos de cada ilha e os nomes de quási tôdas.

Sôbre Martim Behaim (ou Martinho de Boémia, como entre nós é conhecido) veja-se: *Memoria sobre Martim de Bohemia*, por Sebastião Mendo Trigoso, «Memorias de Literatura Portugueza», tom. VIII, 2.ª parte (1814), pág. 365; e *Martim Beheim e o seu globo de Nuremberg*, por E. do Canto, «Archivo dos Açores», vol. I (1878), pág. 435. *(N. do T.)*

as novas terras descobertas, pois, entre os últimos actos do Infante, figura a doação destas ilhas — que lhe haviam sido concedidas pelo irmão, o rei D. Duarte, em 1433 — ao infante D. Fernando, seu sobrinho, que êle adoptara com o fim de o fazer seu sucessor nos intentos e no cargo, na direcção do progresso dos descobrimentos e na chefia da Ordem de Cristo (1).

(1) Em 18 de Setembro de 1460, o Infante passou três cartas com as seguintes doações: das ilhas de S. Miguel e S.ta Maria, à Ordem de Cristo; da espiritualidade das ilhas de Jesus Cristo (Terceira) e Graciosa, à mesma Ordem; e da temporalidade das ilhas de S. Luís, S. Dinis, S. Jorge, S. Tomás e S.ta Iria, a D. Afonso V.

Sôbre o descobrimento dos Açores vejam-se, principalmente, os seguintes estudos: *Colecção de documentos relativos ao descobrimento dos Açôres,* precedida de um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda. Ponta Delgada, 1932. *Quatro ilhas dos Açôres: S. Luís, S. Dinis, S. Tomás, S.ta Iria,* por Francisco Fernandes Lopes. «Petrus Nonius», vol. 1.º (1937), pág. 261. *As Ilhas dos Açôres,* por Alfredo Pimenta. Lisboa, 1944. *Frei Gonçalo Velho e o fantástico quinto Centenário do descobrimento dos Açôres em 1932,* por António Ferreira de Serpa. «Portucale», vol. II, (1929), págs. 335, 422. *Descoberta dos Açores,* por Gago Coutinho. «Seara Nova», n.º 233 (8 de Janeiro de 1930). E ainda os artigos que, sob o título de *Quando foram descobertas as ilhas do arquipélago dos Açores,* o sr. Jordão de Freitas publicou no diário lisbonense *Voz,* desde Novembro de 1931 a Abril de 1932. *(N. do T.)*

CAPÍTULO XVI

A regência e a queda de D. Pedro

(1440-1449)

D. Pedro fôra nomeado Regente único de Portugal a 1 de Novembro de 1439, e, ao findar o ano seguinte, parecia terminado todo o alvorôço provocado pela mudança. Todavia entre os vários partidos continuava a existir o ódio.

À frente de todos estava o Conde de Barcelos, filho natural de D. João I, criado Duque de Bragança por D. Afonso V, que trabalhava por suplantar o Regente. A Rainha Mãe nem esquecera, nem perdoara a acção de D. Pedro à morte de D. Duarte, e o próprio jovem Rei, embora noivo da filha do Regente, já estava desconfiado e pronto a dirigir o partido do Barcelos contra o Infante.

A 18 de Fevereiro de 1445, morreu a rainha D. Leonor, com suspeitas de veneno, diligentemente fomentadas pelos descontentes (1). No ano seguinte (1446), D. Afonso atingiu a maioridade aos catorze anos, e o tio propôs-se imediatamente resignar todo o poder e retirar-se para os seus domínios de Duque de Coimbra. Mas o Monarca ou não se sentia ainda preparado para o receber, ou sentia ainda certa gratidão pelo tutor, «a mais sólida cabeça das Espanhas».

(1) Deve acentuar-se que D. Leonor fugira para Castela, quando viu que o povo lhe não obedecia após o alevante provocado pela sua atitude, chamando em seu auxílio o irmão, Infante de Aragão. Foi em Castela que ela morreu. *(N. do T.)*

Pediu-lhe, pois, para conservar a direcção geral dos negócios, agradeceu-lhe o que fizera no passado, e prometeu ajudá-lo no futuro. Mais ainda: afirmou querer casar com a prima, D. Isabel, filha de D. Pedro. Êles haviam sido noivos oficialmente durante quatro anos; D. Afonso V convocou os fidalgos e procuradores às Côrtes para testemunharem o casamento.

Em Maio de 1447, celebrou-se êste casamento real, mas com frieza e sem espavento, pois sobrinho e tio estavam então afastados. Quanto mais o mais novo detestava e suspeitava do mais velho, tanto mais veementes se tornaram os seus protestos de respeito. Porém, êle ressentia-se amargamente da acção do Duque em manter a sua promessa, e, antes do casamento, dicidiu-se, daí por diante, a governar além de reinar.

O Regente evitou a demissão resignando o cargo; o Rei mostrou-se quási enternecido ao despedir-se do tutor, que conservara o reino em perfeita paz e agora resignava um cargo tão bem desempenhado; contudo até a mulher não pôde evitar a chegada da tormenta. Lutou enèrgicamente para reconciliar o pai e o marido, mas os intriguistas podiam mais do que ela. Persuadido de o Duque ser traidor, o Rei permitiu-se incitá-lo à revolta.

— Vosso pai, disse êle severamente à Rainha, quere ser castigado. Há-de sê-lo.

Se D. Henrique, que nos últimos seis anos apenas saíra de Sagres para armar cavaleiro o filho mais velho de D. Pedro em Coimbra em 1445, pudesse então, em pessoa e por escrito, estar ao lado do irmão nesta crise, o Regente ter-se-ia salvo (1). Assim, mal D. Pedro se fixou no seu exílio em Coimbra, logo se encontrou acusado de assassino oculto do rei D. Duarte, da rainha D. Leonor, do infante D. João (2). Quanto mais monstruosa era a

(1) Ainda hoje é enigma para os historiadores a atitude de D. Henrique nesta emergência. Chegou a vir à Côrte e a intervir junto de D. Pedro, mas nada de positivo resultou dessa intervenção, talvez por êle não ter actuado com energia. *(N. do T.)*

(2) D. João, um dos filhos mais novos de D. João I, fôra o grande campeão da paz enquanto vivo, e o defensor mais ardoroso do irmão Regente, apesar de genro do Conde de Barcelos. Se morreu envenenado, tê-lo-ia sido pelos inimigos de D. Pedro, uma das mais nobres figuras de tôda a história de Portugal. *(N. do T.)*

calúnia, quanto mais absurda e contraditória parecia, mais insistentemente se espalhava.

Uma perseguição tão mesquinha e tão insistente como a que levou Wolsey (1) à morte, obrigou, por fim, D. Pedro a pegar em armas. O filho, armado cavaleiro pelo próprio D. Henrique, para poder desempenhar o elevado cargo de Condestável do Reino, fôra obrigado a fugir, as armas do arsenal de Coimbra saqueadas para serviço do Rei, as cartas do Duque para o sobrinho abertas e respondidas, dizia-se que pelos inimigos que respondiam em nome do soberano como êle escreveria a um rebelde declarado. Tudo isto o Infante suportou; ao saber, porém, que o irmão bastardo, o Bragança, que o atraiçoara, o intrigara e o arruinara, se pusera em marcha para saquear os seus domínios como um condenado fora da lei, reüniu algumas tropas e barrou-lhe a passagem. Àquilo, D. Afonso foi persuadido a declarar guerra.

Só um grande fidalgo se manteve ao lado do caído Regente, mas êsse era o seu amigo Álvaro Vaz de Almada, o Hércules espanhol, seu irmão de armas e de viagens, um dos heróis da cristandade, criado Conde em França e cavaleiro da Jarreteira em Inglaterra. Foi êle que, então, fugindo da sua prisão honrosa de Sintra, se juntou a D. Pedro em Coimbra e lhe propôs irem ambos à Côrte e pedir justiça e rápido julgamento, mas de espada na mão e à frente dos seus homens. ¿Não é melhor morrer como soldado, do que como traidor sem nos ouvirem?

Portanto, no dia 5 de Maio de 1449, o Duque saiu de Coimbra com o seu exército de vassalos, mil cavaleiros e quinhentos infantes, e passou pela Batalha para visitar de novo a grande igreja e os túmulos do pai e dos irmãos. Dali seguiu direito a Lisboa, que o Rei, em Santarém, defendia com trinta mil homens. Junto do ribeiro de Alfarrobeira encontraram-se os dois exércitos; um virote ou flecha matou o Infante, um simples soldado cortou-lhe a cabeça e levou-a a D. Afonso, na esperança de obter a sua elevação a cavaleiro. Vaz de Almada, que combateu até já não poder mais por perda

(1) Poderoso e violento ministro de Henrique VIII, antes da revolta do Rei contra Roma. *(N. do T.)*

de sangue, morreu com o amigo. Atirando a espada para longe, lançou-se no chão, gritando desdenhosamente:

—Ora fartar, rapazes! Ora vingar, vilanagem!

Embora ao princípio se encontrassem dificuldades para dar sepultura ao corpo de D. Pedro, o seu nome foi-se impondo com o tempo. Sua filha deu um filho ao Rei, e as provas da sua lealdade, os conselhos indignados de Côrtes estrangeiras, as súplicas da Rainha, levaram, por fim, D. Afonso a um quási arrependimento e correcção do mal feito. Mandou sepultar o Regente na Batalha e perdoou aos amigos dêle, os que escaparam à carnificina de Alfarrobeira.

CAPÍTULO XVII

Cadamosto

(1455-1456)

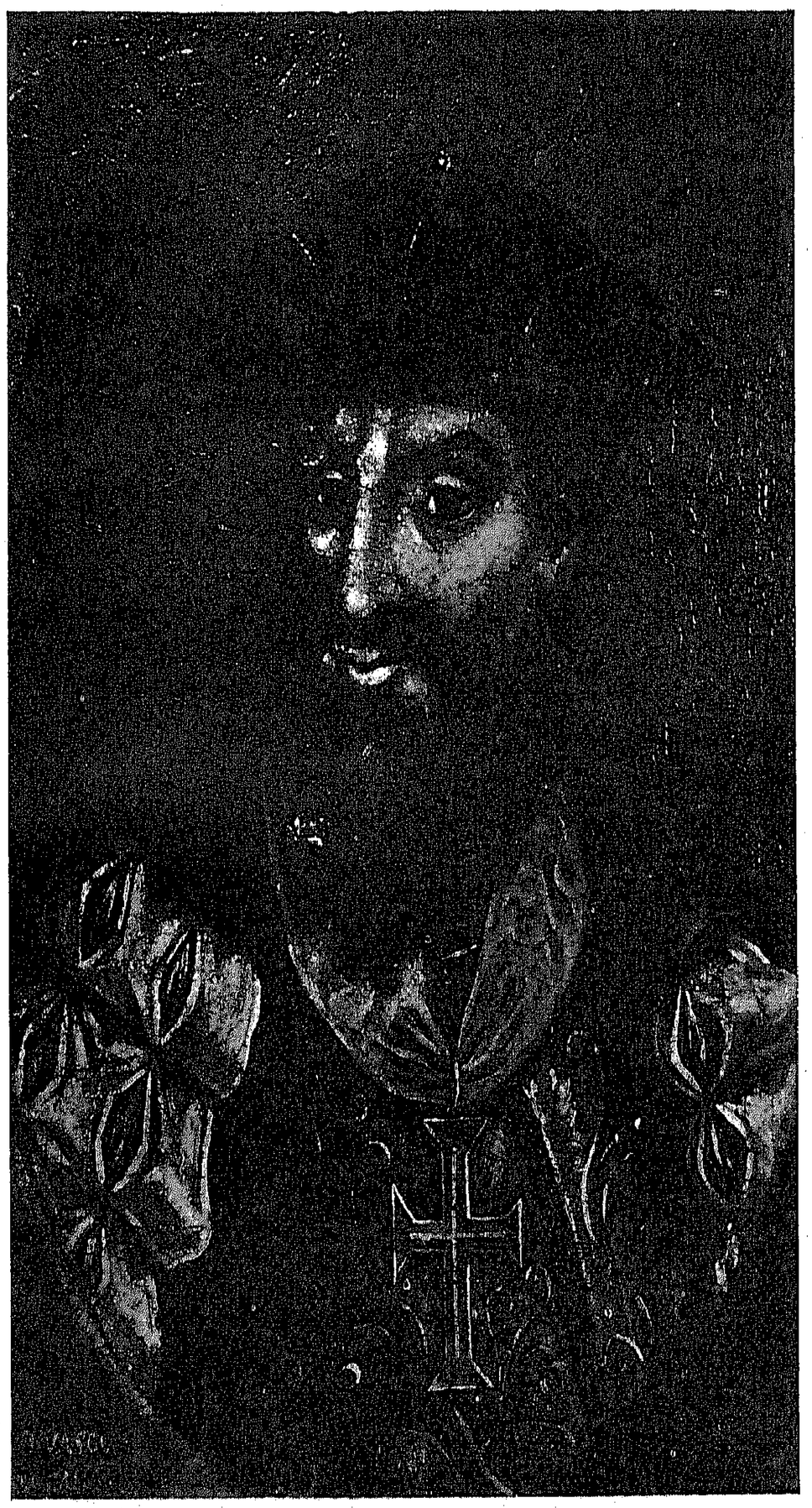
Chegamos agora às viagens do veneziano Cadamosto, ao serviço do infante D. Henrique. Embora estas viagens estivessem longe de ser as mais impressionantes nos seus efeitos gerais, são, certamente, as mais famosas, as mais conhecidas de tôdas as emprêsas dêstes cinqüenta anos (1415-1460). É verdade que Cadamosto quási chegou à Serra-Leoa e, passando o ponto mais remoto das primeiras caravelas portuguesas, avançou muitas milhas daquela grande reintrância oriental da costa africana do Oeste, a que chamamos gôlfo da Guiné. Mas é à sua fama geral como marinheiro, à sua posição na Itália e ao interêsse que êle despertou com a sua história escrita e publicada, que deve a sua maior parcela de atenção.

Começa a narrativa por dizer:

«Deve-se pois saber que o primeiro inventor destas Navegações em os nossos tempos, e por esta parte do Mar Oceano para o meio dia das terras dos Negros da baixa Ethiopia, foi o muito illustre Infante D. Henrique, filho que foi do Infante D. João, Rei de Portugal e dos Algarves, o primeiro deste nome: o qual ainda que possa ser grandemente louvado pelos seus Estudos na sciencia do Curso do Ceo, e da Astrologia, com tudo passallo-hei em silencio, e sómente direi, que sendo de grande coração, e engenho sublime e elevado, se entregou todo á milicia de N. S. *Jesu* Christo, pelejando com

os Barbaros, e combatendo pela Fé, sem se resolver nunca a tomar estado, e conservando-se sempre donzel por causa da sua grande castidade. Fez grandes proezas guerreando com os Mouros, tanto com a sua propria pessoa como pela sua industria, as quaes são dignas de eterna memoria: de tal sorte que estando ElRei D. João seu Pai em artigo de morte no anno de 1432 (1), chamou o dito D. Henrique seu filho, como quem conhecia as suas virtudes, e com affectuosas palavras lhe recommendou aquella Escóla de Cavalleiros Portuguezes, rogando-o e exortando-o a continuar com o seu santo, real, e louvavel proposito de perseguir com todas as suas forças os Inimigos da Santa Fé de Christo: o qual Senhor em poucas palavras lhe prometteo de fazello assim: e depois da morte de seu Pai com ajuda de ElRei D. Duarte, seu Irmão mais velho, que succedeo no Reino de Portugal, fez muitas guerras na Africa aos do Reino de Fez, nas quaes sendo bem succedido por muitos annos, procurando por todas as vias damnificar ao dito Reino; intentou mandar as suas Caravellas armadas a correr a Costa de Çafim e Messa, que são do mesmo Reino de Fez, o qual vem até ao Mar Oceano da parte de fóra do Estreito de Gibraltar; e assim as empregou annualmente, fazendo sempre muito damno aos Mouros: e solicitando o dito Senhor que navegassem cada anno mais avante, as fez chegar até hum Promontorio chamado Cabo de Nam, que ficou assim chamado até o dia de hoje: e este foi sempre o termo donde ninguem antes passou, que podesse tornar; e assim se chamava Cabo de Nam, como quem dissesse; quem o passa não volta. Desta maneira navegavão até este Cabo as ditas Caravellas, e não ousavão passar mais avante; e desejando o dito Senhor, que o passassem, assim o determinou em o anno seguinte (?) com o favor e ajuda de Deos; porque sendo as Caravellas de Portugal os melhores Navios de véla, que andão sobre o Mar, e sendo estes bem providos de todo o necessario, julgava impossivel não poderem navegar por toda a parte: e desejoso de descobrir, e ouvir cousas novas, a fim de conhecer as Nações, que habitavão aquelles Paises, para se ajudar dellas contra os Mouros, fez preparar

(1) Aliás 1433. *(N. do T.)*



VASCO DA GAMA

tres Caravellas bem apparelhadas do necessario, e guarnecidas de homens valerosos, as quaes se fizerão á véla, e vingárão o dito Cabo, navegando pela costa, e surgindo de dia e de noute; e tendo caminhado cousa de cem milhas mais para diante sem achar habitação nem gente alguma, senão toda a extensão da terra arenosa; tornárão outra vez para o Reino: e vendo o dito Senhor que mais nada podia fazer naquelle anno os tornou a mandar no seguinte com ordem de passar além mais cento e sincoenta milhas, ou ainda mais, se lhe parecesse, promettendo a todos fazellos ricos quando voltassem. Partirão pois, porém não achando igualmente nada se não arêa, tornárão a voltar. Em summa, sabendo o Senhor Infante, pelo conhecimento que tinha das Sciencias, que mais longe se acharião Povos e habitações, tantos annos as empregou nesta Navegação, até que lhe trouxerão a noticia de alguns lugares habitados por Arabes, que vivem naquelles desertos; e mais adiante por hum Povo, a que chamão Azenegues, que são homens pardos, de quem ao depois se fará larga menção. Por este modo forão descobertas determinadamente as terras dos primeiros Negros, nas quaes depois, de tempos a tempos, se veio a ter noticia de outros Povos, outros idiomas, outros costumes, e religião, como na continuação deste meu Livro mais largamente se verá» (1).

E continua, no cap. I:

«Achando-me eu Luiz de Cadamosto na nossa Cidade de Veneza em o anno do Senhor de 1444, sendo de idade de quasi vinte e dous annos, e tendo já navegado por algumas partes destes nossos mares mediterraneos, havia determinado voltar a Flandres, onde já huma vez tinha estado, com o fim de fazer fortuna, (...) me embarquei nas nossas Galés de Flandres, (...) e navegando por nossas jornadas, fazendo as escalas nos lugares do costume, chegámos a Hespanha: e vendo-me obrigado pelos ventos contrarios a pairar com as ditas Galés no Cabo chamado de S. Vicente; succedeo por ventura, que não muito longe daquelle Lugar estava assistindo o

(1) *Navegações de Luiz de Cadamosto.* «Colleção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas», 2.ª ed., tom. II, Lisboa, 1867, págs. 1-3. *(N. do T.)*

Sr. Infante D. Henrique, em huma Povoação visinha, chamada Raposeira, onde por ser sitio remoto do tumulto das gentes, e apto para a contemplação dos seus estudos, habitava muito de boamente».

Ali ouviram contar a respeito do Infante «tantas, e tão grandes cousas, que não só me maravilhárão, mas até me fizerão crescer o desejo de hir buscallas; e perguntando se o dito Senhor deixaria fazer esta viajem a qualquer que quizesse emprehendella, respondêrão-me que sim» pelo que «determinei-me a ir com os sobreditos fallar áquelle Senhor; e fazendo-o assim, em poucas palavras, me confirmou ser verdade tudo quanto me havião dito, e ainda muito mais» (1).

Por fim Cadamosto fêz um contrato com o Infante: ou êle, aventureiro, forneceria os navios à sua própria custa, e assumiria os riscos de tôda a emprêsa, dando a quarta parte dos lucros ao seu senhor; ou o Infante suportaria as despesas da esquipação, tendo metade dos lucros. Mas, em qualquer dos casos, se não houvesse lucros, tôdas as despesas seriam suportadas pelo negociante. O Infante acrescentou que receberia de bom grado quaisquer outros voluntários de Veneza, e insistiu com o próprio Cadamosto por uma breve partida; «vendo-me moço, e bem disposto para soffrer qualquer fadiga; desejoso de vêr mundo, e cousas que ninguem da nossa Nação ainda tivesse visto, esperando tambem conseguir honra e interesse; determinei de partir a todo o risco: e informando-me das mercadorias, e cousas que erão necessarias, vim á Galé, aonde consignando a hum parente tudo o que tinha trazido para Ponente: comprei ahi mesmo quanto me pareceo necessario para a minha viajem, e assim desembarquei em terra» (2).

Entretanto o Infante mandou equipar uma caravela, que deu a um certo Vicente, natural de Lagos, na qualidade de capitão, e mandou armá-la por completo, como era preciso, e no dia 21 de Março de 1485 (3), Cadamosto partiu para a Madeira. No dia 22 chegavam a Pôrto-Santo, e o veneziano detém-se para nos fazer a descrição da ilha, que, diz êle de passagem, fôra encontrada e colonizada pelos marinheiros do Infante, vinte e sete anos antes. A colonização valeu a pena. Tôdas as espécies de cereais e de frutas nasceram ràpidamente, e iniciou-se, em larga escala, o comércio de sangue de dragão, que «he huma gomma, que ellas estilão em certo tempo do anno».

A 27 de Março, Cadamosto partiu de Pôrto-Santo para a Madeira, a quarenta milhas de distância, e fàcilmente vista daquela ilha ainda quando o tempo estava nublado, e aqui pára a narrativa para descrever e admirar suficientemente. A Madeira tinha sido colonizada, sob a orientação e por indústria do Infante, vinte e quatro anos antes, e encontrava-se então densamente povoada de colonos portugueses. A sua existência, excepto em Portugal, era mal conhecida. O nome fôra dado «porque quando foi descoberta não tinha palmo de terra que não fosse cheio de arvores grandissimas» — mas os primeiros colonos tinham-lhe destruído a maior parte ao tentarem abrir, por meio do fogo, um espaço amplo.

Tôda a ilha estivera em chamas; os colonos apenas se haviam salvado metendo-se nos rios, e até Zarco, o principal descobridor, com a mulher e os filhos tivera de estar dentro de um rio durante dois dias e duas noites antes de poderem aventurar-se a voltar de novo à terra sêca.

A ilha tinha quarenta milhas de circuito; assim como Pôrto-Santo, não possuía um pôrto de abrigo, mas não era desprovida de lugares onde os navios pudessem estar; o solo era fértil, bem irrigado por oito rios que atravessavam tôda a ilha.

Ali «continuamente se trabalhão obras de Carpintaria, e bofetes de muitas invenções, de que se provê todo o Portugal, e outros paizes».

E «por ser a Ilha banhada de muitas agoas, o

(1) *Ob. cit.*, pág. 5. *(N. do T.)*

(2) *Ob. cit.*, pág. 6. *(N. do T.)*

(3) Apesar de o próprio Cadamosto indicar o ano de 1445 no seu roteiro como aquêle em que iniciou as suas navegações, ano que Damião de Góis também aceita, a verdade é que a data está visìvelmente errada, sendo, talvez, devida a êrro tipográfico. O navegador veneziano nunca poderia ter estado em Portugal antes de 1455, principalmente por só ter iniciado a sua vida aventurosa após a falência do pai, facto ocorrido em 1453. Entre êste ano e o da vinda a Portugal, atraído pela fama do Infante, visitou Alexandria e a Flandres, sendo por ocasião da segunda viagem a esta última que arribou ao cabo de S. Vicente, entrando, então, em relações com D. Henrique. *(N. do T.)*

Senhor Infante fez plantar muitas canas de açucar [1], as quaes provárão muito bem, e fabricão-se açucares pela quantidade de quatrocentos cantaros, tanto da primeira cosedura como de mistura; e pelo que posso perceber, far-se-ha com o tempo maior quantidade, por ser paiz muito proprio para isso, pelo seu ar quente, e temperado (...); os seus vinhos podem reputar-se muito bons, se se considerar, que forão transplantados de fresco; e são em tanta quantidade, que bastão para os habitantes, e ainda sobrão para exportar para fóra. Entre as outras videiras fez o dito Senhor plantar bacellos de Malvazia, que mandou vir de Candia, os quaes produzirão muito bem: (...) e ouvi dizer a pessoas honradas, e dignas de credito terem visto aqui, por causa da temperança do ar, não só agraço, mas uvas maduras pela semana Santa, e por todo o outavario da Pascoa» [2]; e já no tempo de Cadamosto as uvas constituíam evidentemente o principal interêsse dos ilhéus, que sentiam o maior entusiasmo com a sorte da sua experiência, pois ninguém jamais pusera antes a mão naquela terra.

Da Madeira a caravela atravessou mais trezentas e vinte milhas até às Canárias, das quais, diz Cadamosto, há dez, sete cultivadas e três ainda desertas; e, das sete habitadas, quatro são cristãs e três ainda pagãs, ao fim de cinqüenta anos após a conquista de Béthencourt. No seu solo não se dão os cereais nem o vinho, e dificilmente quaisquer frutas, apenas uma espécie de tintura empregada nos tecidos em Portugal; a carne de cabra e o queijo podem exportar-se também, e algo podia fazer-se, pensa Cadamosto, dos burros selvagens que enxameiam pelas ilhas.

Estando cada uma destas ilhas Canárias a cêrca de quarenta milhas da outra, os habitantes de uma não compreendem a fala dos seus vizinhos. Não têm muralhas, mas vivem em aldeias abertas; tôrres de vigia estão colocadas nas mais altas montanhas para defender os habitantes de uma aldeia dos ataques de outra, porque está na ordem do dia uma guerra de guerrilhas, espécie de guerra civil, meio de pilhagem, meio guerra a sério.

(1) Veja-se *O surto do açúcar da Madeira*, por Duarte Leite: «Coisas de Vária História» (1941), pág. 224. *(N. do T.)*

(2) *Ob. cit.*, pág. 10. *(N. do T.)*

Falando das três ilhas pagãs, que são também as mais povoadas, Cadamosto detém-se para falar, durante algum tempo, do pico de Tenerife, dizendo que «a marinheiros dignos de fé, ouvi dizer terem-na visto a vontade, do mar, em distância de sessenta a setenta legoas de Hespanha, que são duzentas e sincoenta milhas das nossas, e isto por ter huma ponta, ou monte no meio da Ilha a modo de diamante, que he altissimo, e arde continuamente, o que tambem se póde ouvir aos Christãos, que estiverão presos na mesma Ilha; os quaes affirmão ter a sobredita ponta, de altura desde a base até ao cume, obra de quinze legoas de Portugal, que são sessenta milhas das nossas» [1].

Êstes indígenas não usam armas de ferro, mas combatem à pedrada e com espadas de madeira; andam nus excepto quando usam uma armadura defensiva feita de pele de cabra, à frente e atrás. Não têm casas, nem mesmo a mais pobre choça, mas vivem em cavernas na montanha, sem fé e sem Deus. Alguns adoram, na verdade, o sol, a lua e os planetas, outros prestam reverência a certos ídolos; nos casamentos, os chefes têm o primeiro direito por concurso comum, e a maior parte dos seus sacrifícios religiosos efectuam-se sôbre os túmulos dos chefes mortos; os ilhéus praticam apenas uma arte, a de arremessar pedras, a não ser que contemos a sua habilidade para escalar as montanhas e nas corridas e ainda em todos os exercícios físicos, no que a natureza tornou êstes canários superiores a todos os outros mortais.

Pintam os corpos com sumo das plantas de tôda a sorte de côres, e acham a mais elevada das perfeições guarnecer a pele como se fôsse um canteiro de jardim.

Das Canárias, Cadamosto dirigiu-se para o Cabo Branco, no continente, um pouco além do Bojador, «para a Ethiopia», passando a baía e as ilhas de Arguim no caminho, onde a tripulação encontrou tal quantidade de aves marinhas que trouxe para Portugal dois navios carregados. E neste passo, diz a narrativa, deve notar-se que saindo de Cádis para a Etiópia, ao sul, nada se encontra senão terras desertas até se chegar ao cabo Cantim, de que é pequena distância até ao Cabo Branco.

(1) *Ob. cit.*, pág. 12. *(N. do T.)*

Estas partes para o sul seguem ao longo das costas da terra dos negros, e esta grande extensão de terra branca e árida, cheia de areia, muito baixa, poderia atravessar-se fàcilmente em sessenta dias. No cabo Branco começaram a erguer-se alguns montes, e êste cabo foi o primeiro achado pelos Portugueses, e nêle não há senão areia: nem rastos de vegetação ou de árvores; vê-se de muito longe, sendo nitidamente marcado, com três faces e no cimo três pirâmides, ou coisa semelhante, distante uma da outra uma milha. Um pouco adiante dêste grande terreno deserto há um vasto mar e um maravilhoso concurso de rios, até onde só os exploradores têm chegado. No Cabo Branco há um mercado de mercadores árabes, estação para os camelos e caravanas do interior, e os que passam pelo cabo vêm da terra dos negros e vão para a Barbaria do norte da África. Como podia esperar-se, nem vinhas nem cereais crescem em terreno tão árido e pedregoso; os naturais têm bois e cabras, mas muito poucos; a sua única bebida é leite de camela e outros animais; quanto a religião, os desgraçados adoram Maomé e odeiam de morte os cristãos. O que é de mais interêsse para o mercador veneziano é que os mercadores daqueles lugares têm muitos camelos que transportam carregamentos de bronze e de prata e até de oiro, trazidos dos negros para os povos da Europa.

Os indígenas de Cabo Branco são negros como toupeiras, mas vestem-se com roupas brancas flutuantes, segundo a moda moirisca, com um turbante atado à volta da cabeça; e, na verdade, muitos árabes andam sempre pelo cabo e pela baía de Arguim por causa do negócio com os navios do Infante, especialmente a prata, os cereais e tecidos e, acima de tudo, escravos e oiro. Para proteger êste comércio, o Infante, algum tempo antes (1448), construíu um forte na baía, e todos os anos as caravelas portuguesas que vêm ali estão sob a sua protecção e trocam os escravos negros que capturaram mais longe, ao sul, por cavalos árabes, um contra dez ou quinze escravos, ou por sêdas e tecidos de Marrocos e de Granada, de Tunes e de tôda a terra da Barbaria. Os Árabes, por seu lado, vendem aos Portugueses, em Arguim, escravos que trouxeram do interior, ao todo quási mil por ano, de modo que os europeus, que

costumavam saltear tôda esta costa alta até ao Senegal, acham agora mais proveitoso negociar.

A citação do Senegal leva Cadamosto à segunda fase da sua viagem, ao grande rio que «divide as terras dos Azenegues, do primeiro Reino dos Negros».

Os Azenegues, continua Cadamosto, são um povo de côr entre negro e cinza, que os Portugueses assaltaram e reduziram à escravidão, mas com quem presentemente traficam em paz «e não consente o Sr. Infante, que se faça damno a nenhum delles; porque espera, que tratando com os Christãos, brevemente se possão reduzir a nossa crença, não estando ainda bem firmes na fé Mahometana, senão pelo que della tem ouvido dizer» (1). Mas, continua o viajante, são uma raça imunda, todos êles sovinas e abjectos, mentirosos e traiçoeiros, atarracados, de hálito fétido, embora, na verdade, cubram a bôca por decência, dizendo que a bôca é uma latrina e uma fossa de impurezas. Besuntam os cabelos com gordura muito mal cheirosa, o que julgam dar-lhes virtude e honra. Às mulheres, gordas e grossas, deformam-lhes, usualmente, os peitos para êles ficarem ainda mais compridos, apertando-lhes cordas quando têm dezassete anos.

Ignorantes e brutais como são, nenhum outro povo cristão conhecem além dos Portugueses, que os assaltaram e escravizaram nos últimos catorze anos. Quando viram pela primeira vez os navios de D. Henrique pensaram ser aves vindas de longe a baterem os ares com as suas asas brancas. Ao verem os tripulantes ferrar as velas e descer à praia, os naturais mudaram de opinião e pensaram que eram peixes; alguns, que tinham visto primeiro os navios a navegar durante a noite, supuseram ser fantasmas a andar. Vendo os homens, debateram muito a questão se êles eram mortais; e todos ficaram na praia a olhar estùpidamente para a nova maravilha.

O centro do poder e do comércio nesta região não estava na costa, mas um pouco para o interior. A seis jornadas existe o lugar chamado Tagaza ou Mercado de Oiro, de onde se faz grande exportação de sal e metais que são transportados nos camelos dos Árabes e dos

(1) *Ob. cit.*, pág. 17. *(N. do T.)*

Azenegues até à costa. Outra via comercial é para o Império negro de Meli e a cidade de Tombucto, onde o calor é tal que até os animais não podem suportar o trabalho, e não nascem quaisquer ervas verdes para a alimentação dos animais, que de cem camelos que transportam o oiro e o sal (que armazenam em duzentas ou trezentas choças) só uns trinta voltam a Tagaza, pois a viagem é longa, uns quarenta dias de Tagaza a Tombucto e mais trinta daqui até Meli.

«Perguntei a estes homens, continua Cadamosto, o que os mercadores de Melli fazião daquelle sal, e me respondêrão, que huma pequena quantidade delle se gastava no seu paiz, sendo certo, que por estarem visinhos à equinocial, onde os dias são sempre tão grandes como as noutes; ha calores extraordinarios em certos tempos do anno, os quaes fazem apodrecer o sangue, por modo, que morrerião se não fosse elle» (1). E precisam tanto dêle que, quando descarregam os camelos à entrada do reino de Meli, põem o sal em blocos à cabeça dos homens, que o transportam através do país como um interminável regimento de infantaria. Quando um grupo de negros troca sal com outro, o primeiro que chega ao lugar combinado poisa o sal em montão, assinalando o seu monte com qualquer sinal. Depois afastam-se, cêrca do meio-dia, quando o segundo grupo chega, ansioso por que o não vejam, e coloca junto de cada monte tanto oiro quanto o comprador acha razoável. Depois afastam-se também. Os vendedores regressam de tarde, cada um vai ver o seu monte, e nos lugares em que achar o oiro suficiente para os seus desejos, leva-o, deixa o sal e afasta-se; onde não é bastante, deixa oiro e sal e só se afasta para esperar até que os compradores tenham feito segunda visita do monte. Volta o segundo grupo novamente, leva o sal onde o oiro foi aceito, mas onde êle ainda está recusado, ou acrescenta mais ou leva de novo o oiro, segundo entende que êle vale ou não o sal.

Uma vez o Rei de Meli, que mandou um grupo com sal para trocar por oiro, ordenou aos seus homens que prendessem alguns dos negros que tão cuidadosamente

(1) *Ob. cit.*, pág. 19. (*N. do T.*)

se escondiam. Êles deviam esperar até os compradores aparecerem com o seu oiro; depois correriam sôbre êles e apanhariam os que pudessem. Assim fizeram, e um único homem foi agarrado, o qual recusou tôda a comida e morreu ao terceiro dia depois da sua captura, sem pronunciar uma palavra, pelo que o Rei de Meli não lucrou muito, mas levou os homens de Meli a supor que aquêle povo era de mudos. Os captores descreveram o aspecto dos que haviam fugido, como «homens negrissimos, e bem formados do corpo, hum palmo mais alto do que elles, e que tinhão o beiço de baixo cousa de tres quartos de comprido, cahindo-lhe sobre o peito, grosso e vermelho, mostrando na parte de dentro verter sangue; e o beiço de cima pequeno como o delles; e por esta formatura de beiços mostravão as gengivas, e os dentes, os quais dizião serem maiores do que os seus; e tem nos lados da boca dous dentes grandes, e os olhos grandes e negros; são de aspecto terrivel» (1).

Por causa desta traição interrompeu-se o comércio durante três anos, até a grande falta de sal obrigar os negros agravados a recomeçar, e desde então o negócio tinha corrido tão bem como antes.

O oiro assim obtido é transportado pelos homens de Meli para a sua cidade e depois dividido em três partes; uma vai, por meio de caravanas, para a Síria, as outras duas para Tombucto, e são aí divididas mais uma vez, indo parte para Tunes, a cabeça da Barbaria, e parte para as regiões de Marrocos, em frente a Granada e para cá das Colunas de Hércules (Gibraltar). A essas partes vêm os mercadores cristãos, especialmente italianos, para comprarem o oiro em troca de mercadorias de tôda a espécie, porque entre os negros e os Azenegues não há moedas de oiro ou de prata, nem sinais de moeda metálica, tudo servindo simplesmente para troca.

Do comércio, passa Cadamosto a falar da política dos indígenas, das suas maneiras e costumes. Na sua maioria os governos dêles não são monarquias mas tiranias da casta mais rica e mais poderosa. As suas guerras são empreendidas apenas com armas ofensivas, espadas e cavalos pequenos; não usam armadura defen-

(1) *Ob. cit.*, pág. 22. (*N. do T.*)

siva, mas empregam cavalos sôbre que montam à moda dos moiros. Os seus trajos ordinários são de algodão.

A praga da sêca excessiva durante todo o ano, excepto de Agôsto a Outubro, é agravada em certas épocas pela praga pior das locustas «e na occasião, que passei por alli, os vi na marinha, e não em numero e quantidade incalculavel (1)». Depois desta longa digressão, Cadamosto regressou ao gôlfo do Senegal, que, diz êle, «he o primeiro rio da terra dos Negros (...) o qual extrema os Negros dos Pardos chamados Azenegues». A embocadura do estuário tem de largura uma milha, mas uma ilha que está no meio divide o rio em duas partes, exactamente quando êle entra no mar. Embora o canal central seja bastante fundo, a entrada torna-se difícil para os estranhos devido aos baixios e aos bancos de areia de cada lado; de seis em seis horas o rio sobe e desce com o fluxo e refluxo do oceano, chegando êstes a uma distância de sessenta milhas, como dizem os Portugueses que o observaram. O Senegal está quási quatrocentas milhas além do Cabo Branco; uma costa arenosa estende-se entre os dois; pelo rio acima o marinheiro apenas vê das margens os Azenegues vagabundos, selvagens morenos, atarracados e miseráveis; para além do rio, para o sul, estão os negros autênticos, «bem formados de corpo», e, após uma extensão tão longa de deserto árido e pedregoso, há uma terra bela e verde, coberta de árvores frutíferas, trabalho do próprio rio, que, dizem, vem do Nilo, sendo um dos quatro rios mais gloriosos na terra que descem do jardim do Eden e do Paraíso terreal. Porque, assim como o Nilo oriental banha o Egito, assim êste banha a Etiópia.

A terra dêstes negros fica à entrada da Etiópia, desde a qual até ao Cabo Verde é tudo plano, e onde o Rei do Senegal, reinando sôbre um povo sem cidades mas ùnicamente com choças espalhadas, vive dos presentes que os seus súbditos lhe dão, como bois, cabras e cavalos, muito valiosos devido à sua escassez, mas usados sem selim, sem rédeas e sem arreios. A êstes presentes o Rei acrescenta o que pode roubar com os seus

(1) *Ob. cit.*, pág. 24. *(N. do T.)*

próprios meios de fôrça, especialmente escravos, de que há grande comércio com os Azenegues. Vendem também os seus cavalos aos mercadores cristãos da costa. O Rei pode ter quantas mulheres quiser (e tem sempre um mínimo de trinta), e a cada uma delas são dados certos bens com escravos e gado, mas não igualmente: dá-se mais a umas, menos a outras. O Rei percorre tôdas estas propriedades à sua vontade e vive dos seus produtos. Todos os dias podem ver-se legiões de escravos transportando frutas de tôda a espécie para o Rei, enquanto êle vai percorrendo o país com a sua gente atrás, vivendo todos à larga.

Dos negros destas regiões muitos andam nus, mas os chefes e os nobres usam saias de algodão, pois a terra abunda nesta espécie de tecidos. Cadamosto descreve pormenorizadamente a manufactura indígena de vestuário, e os hábitos das mulheres; andam sempre descalças e em cabelo, vestidas de linho, de trajos elegantes, de vida e de alimentação miseráveis, sempre a tagarelar, grandes mentirosas, traiçoeiras e infiéis no último grau. As guerras entre os príncipes dêstes bárbaros são sanguinosas e implacáveis. Não usam cavalaria nem armaduras, mas empregam venábulos e dardos guarnecidos com muitas pontas envenenadas, e várias espécies de flechas como nós. Nada sabiam, desde o princípio do mundo, a respeito de navios antes da chegada dos Portugueses; empregavam apenas canoas leves ou esquifes, cada uma das quais pode ser transportada por três homens, e nas quais pescam e vão de um lugar para o outro, pelo rio.

Os limites do reino do Senegal são: a ocidente, o oceano; a terra de Gâmbia, ao sul; a terra dos Negros, a oriente; e ao norte, o Rio Negro (Senegal), que «extrema os Negros dos Pardos chamados Azenegues», rio que, conclui Cadamosto, «sinco annos antes que eu fizesse esta jornada, foi descoberto o Senegal por tres Caravellas, do Sr. Infante, entrárão dentro nelle, e tratárão amizade com estes Negros; de modo que principiárão logo a commerciar; e assim de anno em anno forão hindo lá Navios até o meu tempo» (1).

(1) *Ob. cit.*, loc. cit. *(N. do T.)*

Cadamosto resolveu continuar a subir o rio mais além do que outros até ali, e assim chegar à terra de Budomel, um dos grandes príncipes e reinos negros, porque o nome é simultâneamente de pessoa e de lugar. Quando chegou lá, achou um Imperador «que era pessoa de bem, de quem a gente se podia fiar», o qual trocou os seus cavalos e tecidos de lã e de algodão pelas fazendas e pelos escravos dos estrangeiros, com modos tão amáveis como as palavras. O nosso aventureiro ficou tão contente com o «Senhor Budomel» que, alegremente, percorreu na sua companhia duzentas e cinqüenta milhas do país, sob a promessa de novo carregamento de escravos, negros mas belos, e nenhum com mais de doze anos.

Nesta viagem aventurosa, de que nos dá quási completo relato, Cadamosto foi tomado ao cuidado de Bisboror, sobrinho (1) do Príncipe, com quem viu muitas coisas dignas de se verem. O veneziano não tinha pressa de fazer-se ao mar, pois o tempo estava mau, tão mau que nenhum navio podia aventurar-se das margens até à foz do rio onde estavam os navios, e o capitão mandara notícias à sua tripulação por meio de nadadores negros que podiam atravessar qualquer espécie de água, pois são homens que excedem todos os outros dentro da água, podendo mergulhar durante uma hora sem vir acima.

Não vale a pena seguir Cadamosto em tôda a sua longa narrativa do que viu e ouviu àcêrca da vida dos negros durante a viagem; é falha de pitoresco à medida que se vai fazendo vulgar. Repete muitas coisas do que disse acêrca dos Azenegues, do seu servilismo para com os Príncipes que, para êles, são como deuses mortais; das incessantes viagens e digressões daqueles Príncipes à roda dos seus reinos, de aldeia em aldeia, vivendo daquilo que as mulheres lhes juntaram; das próprias aldeias, nem castelos nem cidades, como poderia imaginar-se, diz Cadamosto, mas constituídas simplesmente por quarenta ou cinqüenta choças, com uma orla de árvores à volta, e o palácio real no meio.

O príncipe de Budomel tem uma guarda de duzentos homens, além da guarda voluntária dos seus inumeráveis

(1) Aliás «neto», segundo o próprio Cadamosto. *(N. do T.)*

filhos, que são divididos em dois grupos, um sempre na Côrte, e êstes são os mais importantes, o outro espalhado pelo país, como uma espécie de guarnição real. Os desgraçados súbditos, que suportam mais ao seu Rei, de boa vontade, do que suportariam a qualquer estranho pela fôrça, são castigados com a pena de morte pela mais pequena coisa. Só duas classes têm privilégios: os ministros da religião partilham com os maiores fidalgos o único direito de acesso à pessoa do «Deus Mortal».

Cadamosto estabeleceu um mercado no interior e ganhou o que pôde, dada a miserável pobreza dêles, trocando por algodão, tecidos, azeite, milho, peles, fôlhas de palmeira e, acima de tudo, oiro, o pouco que podiam adquirir.

«Estes Negros tanto homens, como mulheres, vinhão vêr-me por maravilha; e parecia-lhes cousa extraordinaria vêr Christãos, nunca até então vistos; e não menos se admiravão do meu traje, do que da minha brancura: este traje era á Hespanhola, hum jubão de damasco negro, e huma capa por cima: olhavão o panno de lã, que elles não tem, e o jubão, e ficavão muito pasmados: e alguns me tocavão as mãos, e os braços, e me esfregavão com cuspo, para vêr se a minha brancura era alguma tinta, ou só a carne; e vendo que era carne, ficavão cheios de admiração» (1). Êstes selvagens comportavam-se então com Cadamosto como outros o haviam de fazer com Cook.

No fim de contas pouco oiro pôde obter-se, e o grupo de exploradores não demorou muito em regressar às caravelas e continuar para além do Cabo Verde. Os navios e os seus instrumentos foram, até ao fim, o principal terror e encanto dos negros e, acima de tudo, das negras; tudo aquilo era obra dos demónios, diziam êles, não de homens, visto como os nossos engenhos de guerra podiam matar cem homens com uma só descarga; quando as buzinas tocavam, diziam ser os gritos de um animal feroz e furioso. Cadamosto deu-lhes uma para êles verem e aprender a tocá-la; imediatamente mudaram de opinião e decidiram que tais coisas eram feitas directamente por Deus, admirando sobretudo

(1) *Ob. cit.*, pág. 41. *(N. do T.)*

as diferentes notas e dizendo, em altos gritos, que nunca tinham visto coisa tão maravilhosa.

As mulheres olhavam para todos os recantos do navio—mastros, leme, âncoras, velas e remos. Os olhos pintados na proa admiravam-nas: o navio tinha olhos e podia ver à sua frente, e os homens que nêle iam deviam ser maravilhosos feiticeiros como os demónios.

«Tambem se admiravão muito do artificio do nosso Navio, e dos aparelhos delle, e dos mastros, vélas, cordas e ancoras; e tinhão para si que os olhos que se pintão na prôa dos Navios, erão verdadeiramente olhos, e que o Navio via por elles onde caminhava pelo mar: pensando que nós eramos grandes encantadores e quasi comparaveis ao Diabo; pois que os homens, que andão por terra, tinhão muito trabalho em saber os caminhos, de huns para outros lugares: e nós andavamos por mar (o qual elles tinhão ouvido dizer era tão grande), e apesar de estarmos tantos dias sem ver terra, sabiamos aonde estavamos (...)

«Tambem se admirão de vêr arder de noute huma véla sobre hum castiçal; pois naquelle paiz não sabem fazer outra luz, senão a do fogo ordinario; e vendo huma véla accesa, cousa nunca antes por elles vista, lhes pareceo huma invenção bella e maravilhosa: e porque aqui se acha mel e por conseguinte cêra; logo que tem o dito mel o chupão com a boca, e deitão a cêra fóra. Pelo que tendo eu comprado a hum delles huns poucos de favos, lhes ensinei como se extrahia o mel da cêra: e depois lhes perguntei se sabião, que cousa era aquella que restava do favo; ao que me respondêrão, que era cousa, que não valia nada: então na sua presença lhes fiz algumas vélas, e lhas accendi; vendo o que, ficárão muito admirados, dizendo, que todo o saber das cousas, estava em nós os Christãos» (1).

Cadamosto estava agora disposto a afastar-se da costa e a seguir, pelo mar alto, para o sul, em direcção ao reino de Gâmbia, como o Infante lhe recomendara, o qual lhe dissera que êsse reino não era longe do Senegal, como lho haviam dito os negros em Sagres, e que êle

(1) *Ob. cit.*, pág. 42. (*N. do T.*)

era tão abundante de oiro, segundo lhe diziam, que, se os cristãos pudessem lá chegar, ficariam imensamente ricos.

Por isso o veneziano estava já para partir novamente, com dois fins—achar a terra do oiro e fazer novos descobrimentos—quando vieram ter com êle mais dois navios de Portugal, concordando todos em dobrarem juntos o Cabo Verde, apenas a umas quarentas milhas para além de Budomel, chegando lá as caravelas no dia seguinte.

O Cabo Verde tomou êste nome devido à relva verde e às árvores, assim como o Cabo Branco por causa da areia branca. Ambos são salientes e elevados e vêem-se a grande distância por entrarem muito pelo mar dentro, mas o Cabo Verde é mais pitoresco, salpicado de pequenas aldeias indígenas dos dois lados do mar, e com três pequenas ilhas desertas a pequena distância, onde os marinheiros encontraram ninhos e ovos de aves aos milhares, de espécies desconhecidas na Europa, e sobretudo, enormes tartarugas de doze arráteis de pêso.

Logo depois de passar a Cabo Verde, a costa faz uma grande curva para leste, ainda coberta de árvores sempre verdes, que descem em florestas espêssas até a um tiro de besta do mar, de modo que, vista à distância, a linha das florestas parece tocar no ponto da maré alta, «e segundo o que eu entendo, apesar de ter navegado por muitos lugares do Levante, e Poente, nunca vi terra mais bella do que esta me pareceo».

Do lugar a descrição passa, novamente, para a gente, e mais uma vez nos é dito, com repetições maçadoras, que os povos situados além do Cabo Verde se parecem, em muitas coisas, com os negros do Senegal «mas não sugeitos ao Rei do Senegal. Elles não tem Rei nem Senhor algum proprio; (...) São grandes Idolatras, não tem Religião alguma, e são homens cruelissimos: uzão de arco com flechas, mais do que de nenhuma outra arma; e atirão com ellas envenenadas, de modo que tocando a carne, logo que fazem sangue, morre o ferido immediatamente» (1)—isto é, são gente truculenta, mas negros de bela presença. Acharam

(1) *Ob. cit.*, pág. 44. (*N. do T.*)

que tôda a costa oriental de Cabo Verde não era fàcilmente abordável, excepto em pequenos portos, pelo que «Correndo pois com vento largo pela Costa, seguindo a nossa viagem para o Sul; descobrimos a base de hum rio, largo obra de hum tiro de bésta, o qual era pouco fundo, e lhe puzemos o nome de Rio Barbacim; e por esta maneira he notado na Carta de navegar, que se fez daquella costa; e são de Cabo verde a este sitio sessenta milhas: a nossa navegação por esta costa, e para diante sempre foi de dia; lançando ancora todas as tardes ao Sol posto, em dez ou doze braças de agoa; affastados da terra quatro ou sinco milhas; e ao nascer do Sol, faziamo-nos á véla tendo sempre hum homem na gavea, e dous na prôa da Caravella, afim de ver se quebrava o mar em algum lugar e assim descobrir algum cachopo: e continuando a nossa navegação, chegámos á embocadura do outro rio grande, o qual mostrava não ser menor que o Senegal: e vendo este rio bello, e o paiz ainda mais bello, e coberto de arvoredo até ao mar, lançámos ferro, e deliberámos mandar a terra hum dos nossos Interpretes (...) Estes Escravos tinhão-se feito Christãos, e sabião bem a lingoa Hespanholla, e tinha-mo-los havido de seus Senhores, com o contrato de lhes dar por seu estipendio e soldo, hum Escravo por cada hum, a escolher em todo o nosso monte: (...) Lançando pois sortes sobre a quem tocava pôr o seu Interprete em terra, cahio ella sobre o Genovez; pelo que armando a sua barca, o fez meter dentro; com ordem de não chegar a terra, senão quanto fosse bastante para o pôr fóra; e assim lhe cometeo o exame do paiz e cujo fosse, que indagasse se nelle se achava ouro, ou outras cousas a nosso proposito» (1). O desgraçado, encarregado de saber quais as raças que por ali habitavam, as suas maneiras, seus hábitos, o nome e a capital do Rei, que fornecimento de oiro havia, e outros assuntos de carácter mercantil, mal chegou à costa foi logo agarrado e feito em pedaços por alguns selvagens armados, enquanto os navios seguiam levados pelo vento sul, sem fazerem qualquer tentativa para vingar a vítima, chegando por fim à embocadura do rio Gâmbia, a uma costa

(1) *Ob. cit.*, loc. cit. (*N. do T.*)

AFONSO DE ALBUQUERQUE

fundador do Império português na Índia

encantadora, guarnecida de árvores, baixa e luxuriante, onde, a três ou quatro milhas, encontraram o ancoradoiro desejado e onde Cadamosto esperava obter uma grande colheita de oiro, pimenta e especiarias.

A caravela mais pequena partiu logo na manhã seguinte após o descobrimento, para subir o rio, e levando com ela um barco para o caso de o calado da água se tornar de repente pouco, enquanto os marinheiros iam sondando o rio com varas durante todo o caminho. Todos estavam cuidadosamente atentos à aparição de canoas indígenas, mas não tiveram de esperar muito. A duas milhas, apareceram repentinamente três almadias indígenas, parando logo, espantadíssimos os naturais a olharem o navio e os homens brancos que iam dentro. Apesar de, ao princípio, se mostrarem ameaçadores, os europeus convidaram-nos a aproximarem-se com tôda a espécie de acenos que se puderam imaginar.

Como os naturais não se aproximavam, a caravela voltou à foz do rio, e, na manhã seguinte, cêrca das nove horas, tôda a frota levantou ferro ao mesmo tempo, subindo o rio para o explorar «a fim de hir ter com a nossa conserva, e entrar naquelle rio em nome de Deos, esperando achar nas suas margens gente mais humana». A quatro milhas, vieram ter com êles mais negros, em maior número, «bellissimos de corpo, e muito negros, vestidos todos de camizas de algodão brancas, e com as cabeças cobertas com huns chapelinhos brancos, á moda dos Tudescos; salvo que de cada lado tinhão huma especie de aza branca, com huma penna no meio do dito chapelinho, quasi como querendo dar a entender, que erão homens de guerra: em cada huma das prôas das ditas almadias, havia hum Negro em pé, com huma adarga redonda no braço, que parecia de couro» (1).

Depois de breve espaço de suspensão, enquanto os dois grupos se mediam, os negros dispararam as flechas e as caravelas replicaram com os seus engenhos, que mataram uma fila inteira de negros. Então os selvagens juntaram-se à volta da caravela pequena e saltaram dentro dela, sendo, finalmente, expulsos com pesadas

(1) *Ob. cit.*, pág. 49. (*N. do T.*)

perdas, fugindo todos. Os intérpretes escravos gritaram-lhes, enquanto fugiam, que entrassem em negociações com os homens que tinham vindo ali para negociar, e «que eramos vindos de paizes distantes, para trazer alguns presentes de valor ao seu Rei, e Senhor por parte do de Portugal; o qual desejava ter amizade, e boa paz com elle; e que lhes rogavamos, nos quizessem dizer em que paiz estavamos; e que Senhor reinava naquellas partes, como aquelle rio se chamava, e que viessem para nós pacifica e amorosamente a tomar das nossas mercadorias, dando-nos das suas, quanto quizessem, ou pouco ou nada, que de tudo seriamos contentes» (1).

Os negros retorquiram que não podiam enganá-los a respeito dos estrangeiros, que eram cristãos. Nada queriam com êles, pois conheciam a maneira como se tinham comportado com o Rei do Senegal. Nada de bom pode vir da parte dos cristãos, que comem carne humana. ¿Para que compravam êles os escravos negros? Os cristãos eram salteadores e tinham vindo roubá-los. Quanto ao seu Rei, dêles negros, residia a três dias de jornada da embocadura do rio, que se chamava Gâmbia.

Quando Cadamosto tentou aproximar-se, os indígenas desapareceram e as tripulações recusaram subir mais o rio, tendo as caravelas voltado para trás, descido o rio e seguido para Portugal. Mas, antes de terminar o seu diário, o veneziano conta-nos como os navios do infante D. Henrique haviam atingido o Equador. «Nos dias que estivemos sobre a embocadura deste rio [Gâmbia], não vimos mais que huma vez a estrella do norte: apparecia muito baixa sobre o mar e era necessario para a vêr estar o tempo muito claro, parecendo levantada sómente cousa de uma lança de altura» (2). Também êle e os seus homens viram seis brilhantes estrêlas, em forma de cruz, e acharam «a noute de onze horas e meia, e o dia de doze e meia, estando em o principio de Julho».

Cadamosto não voltou a Portugal senão para preparar-se para segunda viagem. Apesar de ao principio se sentir desolado com o «trato aspero e selvagem» dos

(1) *Ob. cit.*, pág. 50. *(N. do T.)*
(2) *Ob. cit.*, pág. 51. *(N. do T.)*

homens de Gâmbia, resolveu voltar ali de novo, partindo no ano seguinte pelas Canárias e pelo cabo Branco, encontrando, ao fim de três dias de viagem, algumas das ilhas de Cabo-Verde, onde ninguém estivera antes. Os vigias viram duas ilhas muito grandes, dirigindo-se para a maior delas imediatamente, na esperança de encontrar bom ancoradoiro e indígenas amigos. Mas ninguém, amigo ou inimigo, parecia viver lá.

Por isso, na manhã seguinte, diz Cadamosto, «para me acabar de aclarar de todo, mandei doze homens bem providos de armas, e béstas, que devião subir á dita Ilha, por huma parte onde ella era montuosa e alta para vêr se achavão alguma cousa, ou descobrião outras Ilhas. Partirão pois, mas não achárão nada mais que terra deshabitada, e huma grande quantidade de pombos, que se deixavão apanhar á mão, não conhecendo ainda o que fosse o homem» (1).

Depois, de certo ponto da primeira ilha, descobriram mais três, para o norte, e duas outras para oeste, que não se podiam ver claramente por causa da grande distância. Mas «a estas não cuidei de hir, tanto por não perder tempo, a seguir a minha viagem, como por julgar que erão deshabitadas, e selvagens, como erão estoutras duas; (...) Tornando ao nosso proposito, partimos desta Ilha, e seguindo a nossa derrota [para o Sul], chegamos á vista das outras duas: e correndo ao longo da costa de huma dellas, que parecia chea de arvores, descobrimos a boca de hum rio, e julgando que fosse de boa agoa, surgimos para nos prover della; e sahindo alguns dos meus em terra forão ao primeiro porto pela margem acima deste rio, e achárão algumas pequenas lagôas de sal branquissimo, e bello; de que trouxerão para o Navio grande quantidade, e delle tomámos quanto nos pareceo; e igualmente vendo a agoa bellissima tambem nos provemos della: e declaro que aqui achámos grande quantidade de tartarugas, das quaes tambem tomámos algumas, e as suas conchas erão maiores, que uma boa adarga (2).

Estiveram ali durante uns dias, a explorar a região e a pescar no rio, tão largo e fundo que um navio de cento

(1) *Ob. cit.*, pág. 54. *(N. do T.)*
(2) *Ob. cit.*, loc. cit. *(N. do T.)*

e cinqüenta toneladas poderia entrar por êle fàcilmente, e um tiro de flecha não poderia atravessá-lo. A seguir, chamando à primeira ilha descoberta Boa-Vista, e Santiago à maior do grupo, por ter sido achada no dia daquele Apóstolo, seguiram até à costa da terra firme, chegando ao lugar das duas palmeiras, entre o Senegal e o Cabo Verde, «e tendo bastante conhecimento da costa, continuámos a navegar escorrendo o Cabo, e na manhã seguinte o passámos, e navegamos tanto, que chegámos outra vez ao rio de Gambia», o qual começaram logo a subir.

Nenhumas canoas vieram ter com êles, desta vez, nem apareceram quaisquer indígenas, excepto alguns que por ali andavam e não lhes fizeram frente. A dez milhas acharam uma pequena ilha, onde morreu de febres um marinheiro, e, do nome dêle, puseram à terra recém-descoberta o nome de S.to André. Os indígenas eram agora muito mais familiares, e os homens de Cadamosto conversaram com os mais resolutos que se aproximavam das caravelas. Como aos do Senegal, duas coisas, acima de tudo, os impressionavam e confundiam: as velas brancas dos navios e a côr branca dos marinheiros. Após largo debate, de barco para barco, um dos negros veio a bordo da caravela e foi carregado de presentes para o tornar mais comunicativo. O estratagema deu resultado. A corda da língua dêle soltou-se e êle tagarelou bastante. A região, assim como o rio, chamava-se Gâmbia; o Rei, Farosangul, vivia a dez dias de jornada para o sul, mas era vassalo do Imperador de Meli, chefe de todos os negros.

¿Não havia outro mais próximo do que Farosangul? Sim, havia Batimansa, o «Rei Bati» e muitos outros Príncipes que viviam à beira do rio. ¿Poderia êle guiá-los até junto de Batimansa? Sim, era fácil, visto como o país dêle ficava apenas a umas quarenta milhas da foz do Gâmbia.

E dêsse modo chegaram êles até Batimansa, onde «era o rio muito mais estreito que na embocadura; pois, segundo eu julgo, não tinha mais largura do que huma milha», e onde Cadamosto ofereceu presentes ao Rei, e fêz um grande discurso perante os magnates negros, o qual êle resumiu na sua narrativa com receio de ter de fazer uma grande Ilíada. O Rei Bati retribuiu os presentes

dos portugueses com outros de escravos e de oiro, mas os europeus ficaram desapontados com o oiro, por não ser igual ao que esperavam desde que os povos do Senegal lhes haviam falado, sendo «certo que nós achavamos pouco para o nosso desejo, e elles muito, porque são gente pobrissima». Por outro lado, os negros de Gâmbia seriam capazes de dar qualquer importância por bugigangas e por brinquedos insignificantes, apenas por serem coisa nova para êles. Cêrca de quinze dias estiveram os Portugueses ali a negociar e imensa foi a variedade dos que os visitaram durante êsse tempo. A maior parte vinham a bordo apenas para os admirar e olhar para êles, outros para vender os seus tecidos de algodão, rêdes, anéis de oiro, almiscar e peles, bugios e marmotas, frutas e, especialmente, tâmaras. Cada canoa parecia ser diferente das restantes, assim como as respectivas tripulações. O rio, cheio destas embarcações leves, parecia o Ródano perto de Lião, mas os naturais faziam andar os barcos como gôndolas, de pé, um remando, outro governando com os remos, semelhantes a meia lança, do comprimento de passo e meio, com uma tábua arredondada e semelhantes a uma trincha atada na extremidade; «e com esta casta de remos vogão á força de braços estas suas barcas velocissimamente, pela costa do mar terra a terra: tem muitas bocas de rios, onde se metem, e são bastante seguros, mas commumente não se affastão muito do seu paiz; para que não succeda que na passagem de huma terra para a outra sejão feitos prisioneiros, e vendidos por escravos» (1).

Depois de estar durante quinze dias nas terras de Batimansa, as tripulações começaram a adoecer, e Cadamosto resolveu descer o rio mais uma vez até à costa, apontando os hábitos dos indígenas, de caminho. A maior parte dêles eram idólatras, e quási todos acreditavam em feitiços, «alguns da seita de Mafoma» e outros nómadas como os ciganos da Europa. A maior parte dos povos da Gâmbia viviam como os do Senegal, vestindo-se de algodão e empregando a mesma comida, excepto que êles comiam carne de cão e eram todos tatuados, tanto homens como mulheres.

(1) *Ob. cit.*, pág. 58. *(N. do T.)*

Não precisamos de seguir Cadamosto no seu relato das grandes árvores, dos elefantes selvagens, dos grandes morcegos e do «peixe-cavalo» da região. Um chefe, chamado Guermimansa, o «Rei Guermi», e que vivia perto da foz do Gâmbia, levou-o à caça do elefante, da quál trouxe alguns trofeus: uma pata, uma tromba e a pele, que levou para, em Portugal, mostrar ao infante D. Henrique.

Ao descer o Gâmbia, a caravela procurou seguir ao longo da costa da terra inexplorada, mas foi levada por uma tempestade para o mar alto. Depois de andarem ao acaso durante algum tempo e, quási sempre, em frente de uma costa perigosa, «viemos ter á embocadura d'hum grandissimo rio, e tão grande, que ao principio todos nós julgámos que era golfo; (...) cuja largura foi julgada por todos, ser ao menos de vinte milhas». Ali encontraram indígenas em duas canoas, os quais mostraram disposições pacíficas, mas não compreendiam a linguagem dos intérpretes. A nova terra encontrava-se absolutamente fora dos limites mais remotos da exploração anterior, tendo de recomeçar os descobrimentos de novo. Cadamosto não pensava em arriscar mais nada. A tripulação estava doente e extenuada, pelo que regressou a Lisboa, observando, antes de deixar o Ra ou Rio Grande, como verificara na primeira viagem, que a Estrêla Polar quási tocava no horizonte e «que havendo aqui maré de água enchente e vazante, como ha em Veneza, e em todo o Poente, onde em cada dia cresce seis horas, e baixa outras seis, aqui cresce quatro horas, e baixa outo; e he tão grande o impeto da corrente da dita maré, quando principia a encher, que he quasi incrivel, porque com tres ancoras na proa, apenas e com trabalho nos podiamos segurar» (1).

(1) *Ob. cit.*, pág. 64. *(N. do T.)*

CAPÍTULO XVIII

Viagens de Diogo Gomes

(1458-60)

A última viagem realizada em vida de D. Henrique foi a do seu fiel criado Diogo Gomes, por quem as ilhas de Cabo-Verde primeiro se tornaram clara e totalmente conhecidas, e que seguiu de perto a aventura de Cadamosto.

«Não muito tempo depois o senhor Infante armou em Lagos uma caravela, a que chamavam *Picanço* (1), e entregou-lhe o comando a Diogo Gomes. E armou duas outras caravelas para seguirem além. E nomeou Diogo Gomes capitão-chefe destas caravelas. E em uma destas caravelas foi o capitão João Gonçalves Ribeiro, familiar do Infante, e em outro, Nuno Fernandes de Baia, escudeiro do mesmo Infante. E ordenou-lhes que seguissem o mais avante que pudessem.

«E assim passámos o rio de S. Domingos e outro grande rio chamado Fancaso, para lá do Rio Grande, e encontrámos ali grandes correntes maritimas, e a maré enchente tinha tal impeto (chamado macaréu) que a âncora não podia agüentar-se. Por isso os capitães e os seus homens receavam muito, julgando que o mar acabasse ali, e me pediram que regressasse. E no meio da maré havia mar calmo e claro, e vieram Moiros da

(1) Zurara, *ob. cit.*, caps. LIX e LXVIII, refere-se a um certo «homem de Lagos» com êste nome. *(N. do T.)*

terra nas suas almadias, e trouxeram-nos as suas mercadorias, isto é, panos de bombazina ou de algodão, dentes de elefante e uma quarta medida de malagueta em grão e nos seus cortiços tal como nasce, com o que ficámos muito satisfeitos.

«E estivemos ali, não seguindo avante por causa das correntes marítimas. E quando a maré crescente veio até nós, como anteriormente, foi-nos necessário voltar atrás e desembarcámos. Saímos em terra, onde perto da praia há muitas palmeiras, que tinham os ramos quebrados e eram de tal altura que julgámos, de longe, que eram mastros ou vergas dos negros, e estivemos ali e encontrámos uma planície cheia de feno.

«E naquele campo vimos mais de cinco mil miongas, na língua dos negros, que são animais pouco maiores do que cervos, que ao ver-nos não mostraram mêdo. E vimos ali sair de um rio pequeno, guarnecido de árvores, cinco elefantes, três já adultos e dois novos, fugindo dos ditos animais. E encontrámos à beira-mar muitos ninhos de crocodilos. E regressámos aos navios e naquele dia partimos a caminho de Cabo Verde. E vimos a larga embocadura dum grande rio, que tinha três léguas de largura, no qual entrámos, e, pela largura dêle, imediatamente julgámos ser o rio Gâmbia, que era de facto.

«E entrámos com vento e maré próspera até a uma pequena ilha que está no meio do rio, e ali ficámos naquela noite. De manhã subimos mais adiante, e vimos muitas almadias com homens, que fugiram ao ver-nos, porque êles eram os que haviam matado os cristãos com o dito capitão (1). No outro dia, para lá do cabo do rio, vimos gente à mão direita dêle, e fomos ter com êles e fizemos paz com êles, cujo chefe se chamava Frangazique, sobrinho de Farosangul, grande príncipe dos negros. E ali recebi dêles cento e oitenta libras de oiro em troca das nossas mercadorias, isto é panos, etc. E disseram-nos qual a razão por que os negros da parte esquerda não quiseram falar-nos e por que haviam assassinado os cristãos. O senhor daquela terra tinha um negro de nome Buquer, que conhecia tôda a terra dos

(1) Nuno Tristão. *(N. do T.)*

negros, e achei que falava verdade, e pedi-lhe para ir comigo a Cantor, e quis dar-lhe um manto e camisas e todo o necessário, o que prometi ao seu senhor e cumpri. E subimos o rio e mandei um capitão com a sua caravela ao pôrto chamado Ulimais e outro ficou em Avimais. E subi o rio o mais que pude, e cheguei a Cantor, que é uma grande cidade perto daquele rio. E por causa da abundância de árvores, que estão dos dois lados do rio, não pudemos seguir à vela. E mandei sair o negro, que havíamos levado connosco, para declarar aos homens daquela terra de que maneira ali fôramos a tratar de negociar. E assim vieram negros em grande multidão.

«Feita a paz com êles, correu a notícia por tôda a região de que os cristãos estavam em Cantor e de tôdas as partes acorreram ali, isto é, de Tombucto, ao norte e os que vivem ao sul, junto da serra Gelei (1); vieram pessoas de Quioquia, que é uma grande cidade rodeada de muralhas de tejolo. E soube por êles que naquela cidade havia abundância de oiro, e que por ali passavam caravanas de camelos e de dromedários, que transportavam mercadorias de Cartago ou Tunes, Fêz, do Cairo e de tôda a terra dos Sarracenos que vendiam oiro, porque ali há abundância de oiro, que é transportado das minas dos montes Gelei. E da parte oposta dêstes montes chamam, àquela serra, Serra Leoa. E disseram-me que estes montes começam em Albafar e seguem para o sul, o que me agradou muito saber, porque todos os rios, grandes ou pequenos, descem dêstes montes e correm para ocidente. E disseram-me que outros rios correm dêstes montes para oriente e que eram grandes rios, e que perto daquela cidade havia um grande rio chamado Emiu. E disseram-me que havia um grande lago não muito largo e que havia lá grandes almadias semelhantes a navios, e os povos de ambas as margens do lago, combatiam uns com os outros e que os que viviam na parte oriental do lago eram brancos.

«E preguntei-lhes quem reinava naquelas regiões, e responderam-me que na região dos homens negros havia um Rei de nome Sambegeni e na parte oriental havia outro chamado Samanogu, e que sempre se com-

(1) Serra Leoa. *(N. do T.)*

batiam, e que havia pouco tempo tinham tido uma grande guerra e Samanogu saíu vencedor.

«E disse-me um certo Anredi, sarraceno de Termezem, que foi lá por terra e que a percorreu tôda, e tomou parte na luta, no lago e em terra. E depois de voltar para o senhor Infante, ao contar-lhe tudo isto, êle disse-me que um mercador de Orão lhe escrevera dois meses antes a respeito da guerra entre Samanogu e Sambegeni. E êle acreditou em tudo aquilo.

«Foram estas as coisas que me contaram os negros que estiveram comigo em Cantor. Fiz-lhes preguntas a respeito do caminho pelo qual se ia até às terras onde havia oiro e pertenciam ao senhor daquelas terras. E disseram-me que era o rei Bormelli, e que tôda a terra dos negros, da parte direita do rio, estava sob o seu domínio, e que êle vivia na cidade de Quioquia. E disseram que êle era o dono de tôdas as minas e tinha em frente da porta uma lápide de oiro, tal como ela saíra da terra, que não tinha ido ao fogo, e de tal grandeza que vinte homens não a poderiam mover, e que aquêle Rei a levava sempre amarrada ao seu cavalo, e que estimavam esta pedra de oiro não pelo seu valor mas pela sua pureza e pela sua grandeza, e que os nobres da sua Côrte traziam oiro no nariz e nas orelhas.

«E disseram que aquela parte oriental estava tôda cheia de minas de oiro, e que os homens que trabalhavam nas minas e transportavam as areias auríferas, as traziam para fora e davam às mulheres para lavar e para extraírem o oiro da areia. E que aquêles homens não podem viver muito por causa do mau ar que sai das minas.

«E preguntei qual era o caminho de Cantor para Quioquia. E disseram-me que de Cantor para Morbomeli o caminho é por Somanda, para oriente, e de Somanda para Conniuberta e para Cedemull e para outros lugares, que esqueci. E nestes lugares atrás citados há grande quantidade de oiro, o que acredito bem, porque vi negros que vieram carregados de oiro por aquêles caminhos.

«E disseram que Farosangul era vassalo de Mormelli, que é senhor de uma região à direita do rio Gâmbia. E feita a paz com êstes homens de Cantor, os meus sentiram-se fatigados com o calor, e assim regressámos às

duas caravelas. E, na caravela que ficou em Olimansa, encontrei nove homens mortos, e o capitão Gonçalo Afonso doente, assim como os seus outros homens e apenas três de saúde. E encontrei outra caravela, cinqüenta léguas mais adiante, com quinze homens mortos. E imediatamente nos afastámos e dirigimos para o mar, e cheguei ao lugar onde recebera os viajantes negros e dei-lhes o que lhes prometera. E disseram-me então que da parte esquerda do rio havia um grande senhor, ao sul, chamado Batimansa, e eu quis fazer a paz com êle, e mandei-lhe aquêles negros que tinham ido comigo a Cantor. Como aquêle senhor da terra desejava falar comigo, encontrámo-nos numa grande floresta, junto do rio, trazendo êle consigo gente infinita armada de flechas envenenadas, azagaias, espadas e adagas. E eu fui ter com êle, levando-lhe os meus presentes, o nosso biscoito e o nosso vinho, porque êles não usam o vinho senão de palma. E êle deu-me três negros, duas mulheres e um homem. E ficou muito contente e extremamente grato, jurando-me pelo Deus vivo e único que não voltaria a fazer guerra aos cristãos, e que êles podiam ir seguros através das suas terras para negociarem.

«Eu quis experimentá-lo, pelo que mandei à terra um certo índio Jacob, que o senhor Infante mandara connosco para nos servir de intérprete se chegássemos à Índia, e ordenei-lhe que fôsse ao lugar chamado Alcuzete, com o senhor daquela terra, a onde um certo cavaleiro fôra com êle uma vez pela terra de Jalofo para procurar a serra de Gelui e Tombucto. Êste Jacob índio disse-me que Alcuzete é uma terra muito viçosa, com um rio de água doce e muitos limões, de que me trouxe alguns. E o senhor daquela terra mandou-me dentes de elefante e quatro negros, que transportaram um grande dente para o navio, e assim vieram em paz até aos nossos navios.

«E depois fui à terra dêle, onde havia muitas casas de negros, feitas de algas marinhas cobertas de palha, e fiquei com êle durante três dias. Há ali muitos papagaios e muitas onças, e êle deu-me seis peles de onça, e mandou matar um elefante e levar a carne para as caravelas. E por êle soube a verdade: que todo o mal feito aos cristãos o fizera um certo rei chamado Nomimansa, que possuía a terra junto daquele cabo. Pelo que

tive muito trabalho para fazer a paz, e mandei-lhe muitos presentes pelos seus homens nas almadias que iam buscar sal à terra dêle, porque o sal é ali abundante e de côr vermelha. E êle receava muito os cristãos por causa do mal que lhes fizera e às caravelas, como disse já.

«E desci o rio até ao mar, chegando a um pôrto perto da embocadura do rio. E êle mandou ao meu encontro muitos homens e mulheres para me pôr à prova, a ver se eu lhes fazia algum mal, fazendo eu o contrário, recebendo-os com tôda a afabilidade. Depois de o Rei ter sabido disto, veio à margem do rio com grande poder, e, sentando-se na praia, ordenou-me que fôsse ter com êle, o que fiz com tôda a cerimónia, da melhor maneira que pude. E estava ali com êle um certo Bispo da sua igreja, que me fêz preguntas a respeito do Deus dos cristãos. E respondi-lhe de modo que compreendesse, conforme Deus mo permitiu. Por fim fiz-lhe preguntas a respeito de Mafamede, em que êles crêem. Estas palavras agradaram de tal modo ao Rei, que ordenou ao Bispo que dentro de três dias abandonasse o seu reino. E, pondo-se de pé, disse que, sob pena de morte, ninguém podia falar no nome de Mafamede, porque só acreditava em Deus único e não acreditava em nenhum outro Deus senão nêle, em que o infante D. Henrique, seu irmão, dizia acreditar. E, chamando irmão ao senhor Infante, disse-me desejar ser baptizado, o que todos os senhores da casa dêle e mulheres fizeram também. E o Rei dizia que não queria ter outro nome senão o de Henrique.

«Os seus nobres receberam nomes semelhantes aos nossos, como Tiago, Nuno, etc., nomes cristãos. E naquela noite fiquei na terra com o Rei e os seus barões e não me atrevi a baptizá-los por ser leigo. Mas ao outro dia pedi ao Rei que viesse comigo comer às nossas caravelas, com doze chefes e oito mulheres, o que êles fizeram, indo desarmados. E dei-lhes galinhas e carnes preparadas para o nosso uso, e o vinho branco e tinto que quiseram beber, e êles diziam uns para os outros que nenhuma nação era melhor do que a dos cristãos.

«Depois de voltar a terra, quis que o baptizassem. E respondi-lhe que não tínhamos licença do Sumo Pontífice. Mas se êle o queria, eu di-lo-ia ao senhor Infante, que lhe mandaria um sacerdote para os baptizar. E êle imediatamente escreveu ao senhor Infante para lhe mandar um bom sacerdote para lhes ensinar a fé, e que lhe mandasse um açor para caçar, porque êle ficou muito admirado quando eu lhe disse que os cristãos traziam uma ave na mão para caçar as outras aves, e que lhe mandasse mais dois carneiros e ovelhas e gansos machos e fêmeas e um porco, e ainda dois homens que soubessem construir casas e rodear a sua cidade de muros. O que eu prometi que o Senhor Infante faria. E no meu regresso êle chorava juntamente com todos os seus devido à grande amizade que entre mim e êles se estabelecera.

«... Depois de deixar êste Rei de Gâmbia, segui para Portugal, mandando directamente uma caravela que tinha gente mais sã, e ficando comigo a outra que tinha os doentes. E disse do referido capitão que, se tivesse vento próspero, passasse a Portugal, e, se não tivesse, me esperasse em Arguim. E êle partiu. E eu, com a outra caravela, fui para Cabo-Verde com vento próspero. E no caminho vimos junto à praia duas almadias que saíam para o mar. E pusemo-nos entre elas e a terra, e navegámos com direcção a elas; e em cada almadia iam trinta e oito homens. E o intérprete veio ter comigo e disse-me ao ouvido que nelas vinha Beseguiqui, o senhor daquela terra, e homem mau, do qual acima falámos. E mandei-os entrar na caravela e dei-lhes de comer e de beber e presentes duplicados, e preguntei-lhes, fingindo não saber qual era o chefe, para os pôr à prova:

«— Esta terra não pertence a Beseguiqui?

«E êle respondeu que sim, e eu preguntei-lhe porque é que êle era tão mau para os cristãos. Melhor seria fazer a paz com êles, para ambos poderem negociar e êle receber cavalos e outras coisas, como faziam Burbruque, Budomel e outros chefes negros.

«— E dizei-lhe que eu vos capturei neste mar e que, por amor dêle, vos mando livres para a vossa terra, e muito me alegro por isso.

«E disse-lhes que voltassem para as almadias. E, quando todos entraram nelas, disse ao chefe.

«— Bezeguiqui, Bezeguiqui, não julgues que não te conheci. Quando estavas em meu poder eu poderia

fazer de ti o que quisesse. E como te fiz bem a ti, tu deves também fazer bem aos nossos cristãos.

«E cada um de nós seguiu o seu caminho. Poucos dias depois chegámos ao cabo de Tofia e Anterote, e entrámos em Arguim. E não muito longe da terra, encontrámos a ilha chamada das Garças, que achámos despovoada e com uma légua apenas de circuito. Ali vimos inumerável multidão de aves de tôdas as espécies e encontrámos em terra ninhos de pelicanos, dos quais muitos estavam mortos. E não são como os pintores os pintam, pois têm grande bico e grande papo, que pode bem levar a medida de trigo a que vulgarmente se chama alqueire. E havia ali tão grande quantidade de aves, que matámos as que pudemos levar na nossa barca, e entramos em Arguim, e, pouco depois, voltámos a Portugal e chegámos ao Algarve, à cidade chamada Lagos, onde então se encontrava o senhor Infante, que ficou muito contente com a nossa chegada.

«Depois da chegada do senhor Infante da África, onde fôra com o rei D. Afonso, lembrei-lhe o que me pedira o rei Nomimansa, que lhe mandasse tudo o que eu lhe prometera. E o Infante fêz tudo e mandou-lhe um sacerdote, parente do Cardeal-abade de Souto de Casa, para viver junto daquêle rei e ensinar-lhe a fé E mandou-lhe mais um jovem da sua casa, chamado João Delgado, e isto foi no ano de 1458.

«... Dois anos depois, o senhor rei D. Afonso armou uma grande caravela, na qual me mandou por capitão, levando eu comigo dez cavalos, e fui à terra dos Barbacins, que fica entre Serreos e o rei de Nomimansa. E êstes Barbacins são dois reis—Barbacin *dun* e Barbacim *negor*. E o Rei deu-me poder sôbre as costas daquele mar, para que tôda a caravela que viesse à terra da Guiné ficasse sob o meu mando ou domínio, pois êle sabia que andavam por ali caravelas que levavam espadas e armas para os Moiros, e ordenou-me que as capturasse e levasse para Portugal

«E, com a ajuda de Deus, cheguei, em doze dias, à terra dos Barbacins, e encontrei lá duas caravelas, uma em que seguia Gonçalo Ferreira, familiar do senhor Infante, natural da cidade do Pôrto, e que levava cavalos para lá. E da outra caravela era capitão António de Noli, genovês, que também levava cavalos. E isto aconteceu no pôrto de Zaza. Também encontrei ali Borgebil, que foi rei de Jalofo, que para lá fugira com mêdo de Burbuque, o qual lhe tomara a terra. Os referidos mercadores com as suas caravelas faziam muito mal ao comércio, porque onde os Moiros costumavam dar doze negros por um cavalo, àquêles não davam mais de seis. Então convoquei os capitães e, em nome do Rei, dei-lhes sete negros por um cavalo e dei um cavalo qualquer por catorze e quinze negros.

«E estando nós assim, chegou uma caravela de Gâmbia e deu-nos a notícia de que um indivíduo chamado De Prado, vinha com uma caravela cheia de riquezas. Mandei armar imediatamente a caravela de Gonçalo Ferreira, e ordenei-lhe, em nome do Rei e sob pena de morte e perda de todos os seus bens, que fôsse a Cabo-Verde e ali esperasse aquela caravela. Êle assim fêz, capturou-a, e nela encontrámos muito oiro. E eu mandei o capitão ao Rei com o referido Gonçalo Ferreira, e escrevi ao Rei a contar tudo.

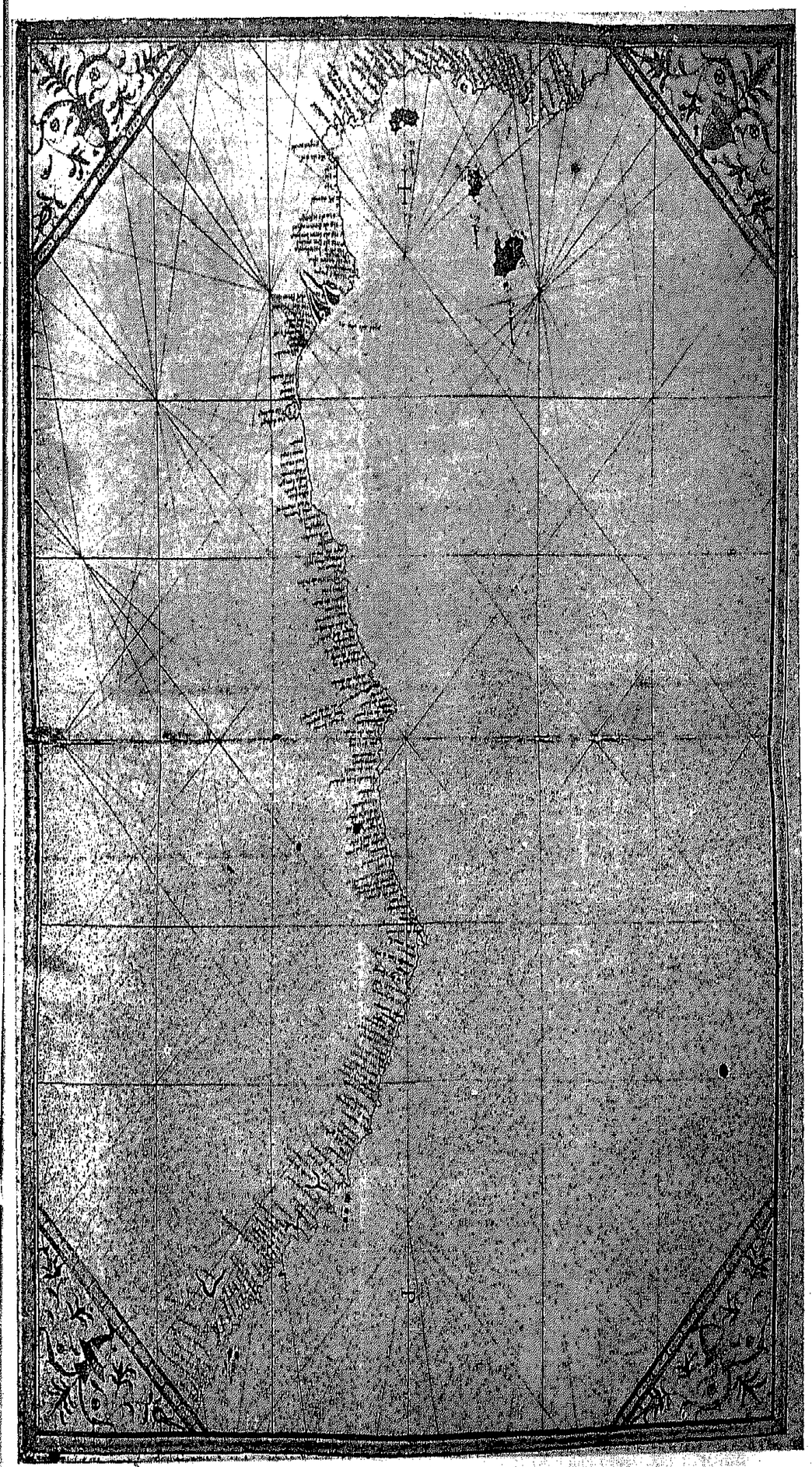
«Eu e António de Noli partimos daquele pôrto de Zaza e andámos dois dias e uma noite a caminho de Portugal, e encontrámos ilhas no mar. E como a minha caravela era mais leve que as outras, cheguei eu primeiro a uma daquelas ilhas, onde encontrei areia branca e bons portos, e lancei ferro, e o mesmo fêz António de Noli. E disse aos homens que queria ser eu o primeiro a desembarcar, e assim fiz, e não encontrámos ali rastos de qualquer outro homem. E chamámos àquele ilha Santiago, que conservou aquêle nome até hoje. E havia ali grande quantidade de peixes. Em terra encontrámos muitas aves estranhas e rios de água doce. E as aves não nos fugiam, pelo que as matámos com paus. E havia ali muitos patos. E havia também ali abundância de figos, mas não nascem em árvores como nas nossas regiões, porque os nossos nascem junto das fôlhas, e êstes junto do tronco, desde a raiz até ao cimo. E há lá grande quantidade daquelas árvores. E havia ali muito feno.

«E como eu tinha um quadrante, quando ali fui, escrevi na tábua do quadrante a altura do polo ártico e achei-a melhor do que na carta, porque, se é certo que na carta se encontra a rota, uma vez errada nunca leva ao caminho primitivo.

«E depois vimos a ilha Canária, a que chamam Palma; e depois fomos à ilha da Madeira. E querendo ir para Portugal com vento contrário, fui ter às ilhas dos Açores, e António de Noli ficou na ilha da Madeira. Com tempo melhor, chegou a Portugal antes de mim, e pediu ao Rei a capitania da ilha de Santiago, que eu descobrira; e o Rei deu-lha e êle conservou-a até à morte.

«E eu, com grandes trabalhos, consegui chegar a Lisboa, em Portugal. E o Rei, por aquela época, veio ao Pôrto, onde estava a ferros aquêle De Prado que Gonçalo Ferreira trouxera e que levava armas para os Moiros. E o Rei ordenou que o martirizassem num carro, que acendessem uma fogueira e o lançassem lá juntamente com as suas armas e o seu oiro» (1).

(1) *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*. Edição da Academia Portuguesa da História, Lisboa — MCMXL. Pág. 193-200. Dispensamo-nos de transcrever o original latino, devido à longa transcrição feita pelo Autor. A tradução fizemo-la directamente do original latino, visto como a tradução inglêsa do sr. C. R. Beazley é, em certos passos, um resumo, e noutros se afasta dos dizeres do autor. (*N. do T.*)



O GOLFO DA GUINÉ

(De uma carta veneziana de ± 1489, existente no Museu Britânico, de Londres) (Ver o índice dos mapas)

CAPÍTULO XIX

Ultimos anos e morte de D. Henrique

(1458-1460)

Enquanto Cadamosto e Diogo Gomes iam levando a bandeira do Infante das praias da Europa até pontos a que Alexandre ou César nunca se haviam aventurado, o próprio Infante cada vez se deixava absorver mais pelo projecto de uma nova guerra santa contra o Infiel.

A queda de Constantinopla nas mãos dos Turcos otomanos em 1453 teve, pelo menos, o efeito de aterrorizar e quási despertar a Cristandade ocidental. Nos Estados latinos mais miseràvelmente divididos falava-se, então, em fazer grandes coisas, embora o tempo e o espírito para as fazer tivesse passado havia muito, ou ainda não tivesse vindo. A Espanha, a única parcela da Igreja e dos Estados ocidentais que ainda vivia dentro do fervor das Cruzadas do século XII, estava sòzinha em campo. O reino de Portugal, especialmente no tempo de D. Afonso V, mantivera uma cruzada regular em Marrocos e ansiava por empregar homens e dinheiro na grande emprêsa levantina. Por isso o Legado do Papa foi recebido de braços abertos quando veio em 1457 prègar a guerra santa. D. Afonso prometeu levantar um exército de doze mil homens para a guerra contra o Otomano e mandou cunhar uma nova moeda — o *cruzado* — para comemorar o ano da Libertação.

Mas Portugal não podia libertar a Nova Roma ou a Terra-Santa, e, como as outras potências da Europa se

tinham recusado a mexer-se, D. Afonso contentou-se com a velha cruzada na África, mas dando então maior impulso do que antes à ambição favorita: a fundação de um império territorial em ambos os lados do Estreito, sendo a última aparição pública de D. Henrique no campo do sobrinho, durante a campanha de Marrocos em 1458. No cêrco de Alcácer-Ceguer, o «Senhor Infante» forçou as baterias, montou os canhões e tomou a seu cargo a direcção geral do cêrco. Fêz-se logo uma brecha nas muralhas, e a cidade rendeu-se em fáceis condições, porquanto D. Henrique disse que «ElRey seu Senhor era ally vindo por servyço de Deos soomente, e nom por cobiça de seus resgates» (1). Êles tinham ùnicamente de entregar os prisioneiros cristãos; quanto a si, podiam levar consigo as mulheres, os filhos e os bens.

O valoroso veterano Duarte de Meneses foi nomeado governador de Alcácer e conservou a cidade com a sua coragem indomável contra tôdas as tentativas de a recuperarem. Quando os sitiantes propuseram condições, em troca êle ofereceu-lhes as escadas de cêrco para que tivessem uma justa oportunidade; quando os Moiros iam levantar o cêrco, mandou-lhes recado:

— Queriam ou não tentar?

Entretanto D. Henrique voltando à Europa por Ceuta, regressou à sua vila de Sagres pela última vez. A sua obra estava quási cumprida, e, na verdade, dela falta apenas falar de uma coisa. O grande mapa veneziano, conhecido por carta de Fra Mauro camaldolês, executado no convento de Murano, junto de Veneza, não é apenas o espécime que coroa tôda a cartografia medieval, mas uma revista científica passada a tôda a exploração do Infante. Assim como o próprio D. Henrique encerra a idade média das explorações e abre a moderna, assim êste mapa, pintura e prova dos seus descobrimentos, é não só o último dos mapas do tipo antigo, mas também o primeiro dos do novo estilo — o estilo que aplicou os métodos minuciosos e cuidadosos do desenho dos portulanos ao esquema do mundo inteiro. É o primeiro atlas científico.

(1) Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V.* «Collecção de livros ineditos de historia portugueza», Tom. I, Lisboa, 1790, cap. CXXXVIII, pág. 466. *(N. do T.)*

Mas a sua escala é demasiado grande para podermos dar pormenores: mede seis pés e quatro polegadas de largura (1), e é desenhada com cuidado minucioso, sendo obra de três anos de labor incessante (1457-9) desde Andrea Bianco e todos os primeiros navegadores e cartógrafos da época. Em geral, há um cuidado externo assim como magnificência na execução do trabalho; as costas, especialmente no Mediterrâneo e na costa ocidental da Europa, quási podem adaptar-se a uma moderna carta do Almirantado, enquanto é ponto especial de todo o trabalho a notícia, a primeira, dos descobrimentos africanos e atlânticos do infante D. Henrique.

Há certa tendência para exagerar o aspecto dos rios, montanhas, cidades e tôda a proporção das coisas, à medida que nos afastamos do território conhecido da Europa; a Rússia e o norte e nordeste da Ásia são um pouco maiores, mas na parte central pode dizer-se com certa verdade que as regiões ocidentais do Cáspio se indicam com correcção, o melhor que jamais se fêz em qualquer projecção.

Ninguém podia olhar para o mapa de Fra Mauro sem deixar de ver, de relance, todo o velho Mundo; e quanto mais se olhava, tanto mais digno de fé parecia ser ao lado das primeiras tentativas neste campo. Não podemos olhar para os mapas árabes e para as suas imitações cristãs durante a Idade Média, conscientes ou inconscientes (como o exemplar espanhol de 1109), sem desespêro. Quási impossível se torna reconhecer nêles a forma, as proporções ou a distribuïção das regiões do mundo cujo nome ostentam, e que se pode quási supor que representavam naquele tempo.

Coloque-se o mapa de 1459 ao lado do mapa de Hereford de 1300 ou do esbôço de Edrisi de 1150 (feito na côrte cristã da Sicília), ou ao lado de qualquer dos mapas teóricos dos mil anos passados, e ver-se-á ser

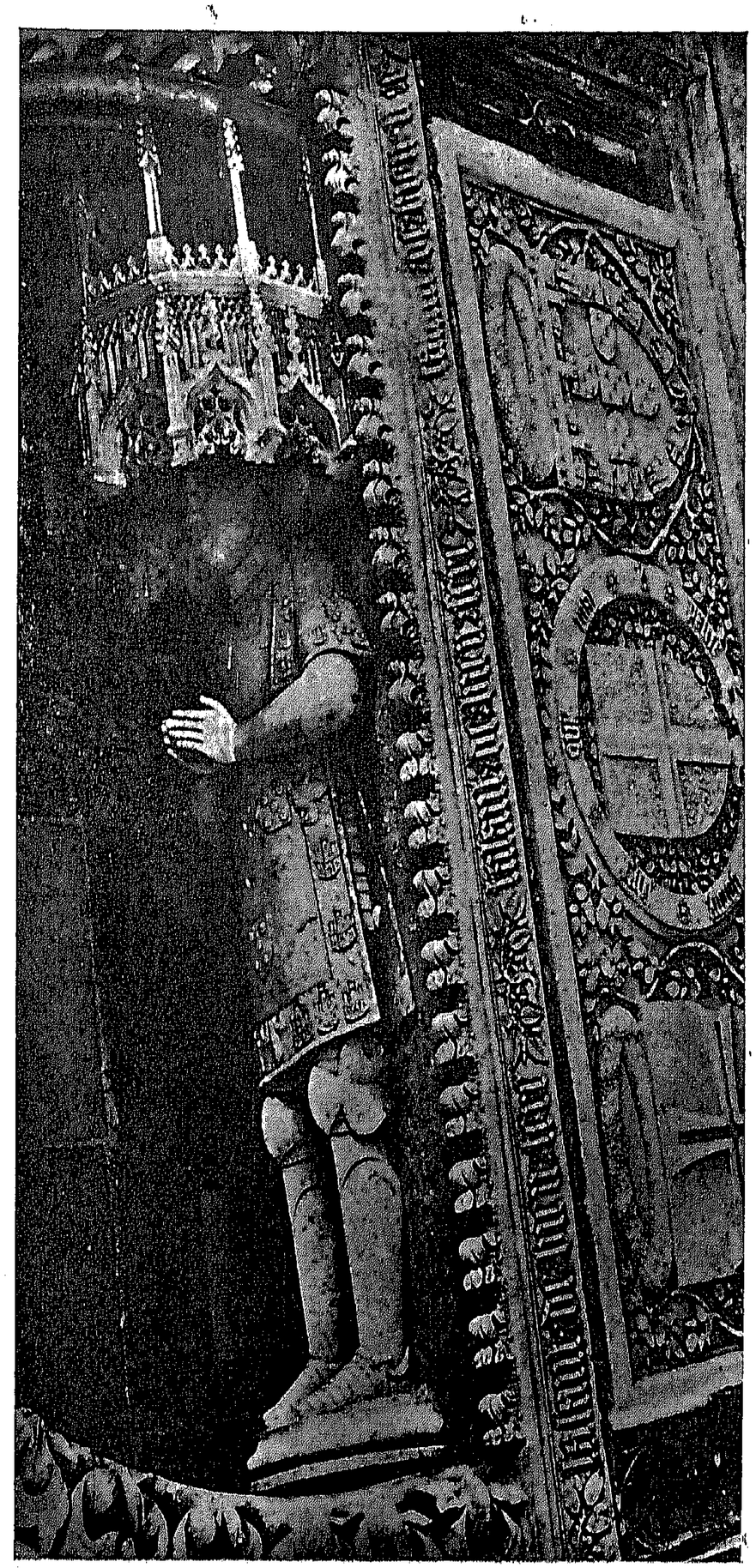
(1) A carta, que mede 1m,937 de altura por 1m,965 de largura, foi encomendada por D. Afonso V, e paga por vinte e oito ducados de oiro. D. Placido Zurla descreveu-a pormenorizadamente em obra editada em Veneza em 1806. *(N. do T.)*

quási absurdo fazer a pregunta: — ¿ Pertencem êles, de qualquer modo, à mesma civilização? ¿ Que responderia a mais elevada crítica, fora das suas provas evidentes infalíveis e internas? Estas são, de facto, totalmente diferentes. Uns são simplesmente uma colecção de rabiscos de selvagens, o outro é o protótipo dos mapas modernos. No entanto o mundo cristão é responsável pelas duas espécies; êle caminhava, com muita dificuldade, pelo meio da ignorância, da superstição e da tradição, para uma luz mais clara e um conhecimento mais verdadeiro.

E quando a geografia grega renasceu, em parte isto foi conseqüência dêsse renascimento da verdadeira ciência que começara naquela época verdadeiramente obscura, a noite do século XII, onde não é provável encontrarmos quaisquer sinais de alvorada sem olharmos, não para o que estava então escrito, mas para o que os pobres e rudes selvagens do tempo de Abelardo, de S. Bernardo, de S. Tomás de Aquino e do Dante deixaram para dar testemunho de si próprios.

Entre o regresso de D. Henrique de Alcácer e a sua morte, enquanto o grande mapa veneziano estava em execução, passaram-se dois anos, em que Diogo Gomes descobria as ilhas de Cabo-Verde e levava os descobrimentos europeus mais longe ainda para o sul; mas do trabalho pessoal do Infante, àparte o dos seus cartógrafos, pouco ou nada possuímos além de um grupo de diplomas, relacionados com os lucros comerciais do tráfico da Guiné e dos colonos estabelecidos nas regiões recém-descobertas em frente do continente — Madeira, Açores e Canárias — e têm interêsse por serem uma espécie de última vontade e testamento do Infante legados à sua pátria, estabelecendo as suas colónias, providenciando pelo trabalho das terras que explorara, antes de ser muito tarde. Já a 7 de Junho de 1454, D. Afonso concedera à Ordem de Cristo, para as explorações feitas e por fazer à custa dela, o espiritual da Guiné, da Núbia e da Etiópia, com todos os seus direitos tal como os exercia na Europa e na Casa-Mãe em Tomar.

Agora, a 28 de Dezembro de 1458, D. Henrique concedeu «na minha villa», à mesma Ordem, a duodécima parte de tôdas as mercadorias provenientes da Guiné, escravos, oiro e outros artigos; o resto dos lucros devia



ESTÁTUA JACENTE DE D. HENRIQUE
no seu túmulo da Batalha

tocar ao sucessor do Infante no seu «Reino dos Mares» (1). Do mesmo modo, no dia 18 de Setembro de 1460, o Infante concedeu os rendimentos das igrejas de Pôrto-Santo e da Madeira à Ordem de Cristo, e a temporalidade à Coroa de Portugal, o que era da sua alçada, porque, por decreto real de 15 de Setembro de 1448, todo o contrôlo do comércio africano e marítimo e das colónias lhe fôra expressamente concedido. Como vimos, nenhum navio poderia passar além do Bojador sem sua licença; quem transgredisse esta disposição, perdia o navio; e todos os navios que navegassem com seu consentimento eram obrigados a pagar-lhe um quinto ou um décimo do valor dos seus fretes.

Mas o fim estava já à vista. O Infante tinha então sessenta e seis anos e gastara-se demasiado para poder esperar-se dêle vida muito mais longa. Nos últimos anos, apertado pelas necessidades prementes da sua obra, pedia emprestado enormes quantias ao irmão bastardo, o milionário Duque de Bragança. Agora o corpo falhara-lhe, como lhe falhou o dinheiro.

O que sabemos a respeito da sua morte é principalmente pelo criado, capitão Diogo Gomes, que esteve junto dêle até ao fim:

«No ano do Senhor de 1460, o senhor infante D. Henrique adoeceu na sua vila, que está no cabo de S. Vicente, doença de que morreu no dia 13 de Novembro do dito ano, a uma quinta-feira. E na noite em que morreu, levaram-no à igreja de Santa Maria, em Lagos, onde ficou sepultado honradamente. E o rei D. Afonso estava então na cidade de Évora, o qual chorou com o seu povo a morte de tal senhor; porque todos os rendimentos que possuía e os que obtinha da Guiné, todos gastava na guerra e em contínuas armadas que andavam no mar em luta contra os sarracenos, em defesa da fé cristã. No fim daquele ano, o rei D. Afonso mandou chamar-me, estando eu continuamente, por mandado do Rei, junto do corpo do Infante, dando as coisas necessárias aos sacerdotes, que faziam contínuas vigílias e ofícios divinos, e mandou-me ver e verificar se o

(1) Veio a ser o infante D. Fernando, seu sobrinho por ser filho de D. Duarte, o qual foi pai do Duque de Bragança, D. Fernando II, decapitado em Évora à ordem de D. João II. *(N. do T.)*

corpo do Infante estava putrefacto, porque êle queria mandar transportar aquêles ossos para o belíssimo mosteiro que chamam Santa Maria da Batalha, que seu pai o rei D. João I mandou edificar para os frades da Ordem dos Prègadores. Mas quando eu cheguei junto do corpo do defunto e olhei para êle, achei-o sêco e incorruto excepto no nariz. E encontrei-o cingido de um cilício áspero de pêlo de cavalo. E bem canta a Igreja: «Não permitirás ao teu Santo ver a corrução». Porque o senhor Infante permaneceu virgem até à morte e fêz muito bem em sua vida, o que seria prolixo contar. Então o Rei mandou seu irmão o infante D. Fernando, duque de Beja, e bispos e condes, acompanhar o corpo até ao referido mosteiro da Batalha, onde o Rei aguardava o corpo do defunto. E o corpo do Infante foi deposto na linda e grande capela que seu pai, o rei D. João I, mandou fazer, onde o mesmo Rey jaz com a mulher, D. Filipa, mãe dêle, e cinco de seus irmãos, cuja memória será louvada para sempre» (1).

(1) «*Anno Domini 1460 Dominus Infans Henricus infirmatur in villa quadam sua, quae est in Cabo Sancti Vincenti, de quo mortuus est XIII die nouembris anno praedicto in vna quinta feria. Et nocte illa, qua mortuus est, portauerunt eum ad ecclesiam S. Mariae in Lagos, vbi sepultus est honorifice. Et rex Alfonsus tunc temporis erat in ciuitate Euora. Qui valde contristabatur vna cum populo suo de morte tanti domini; quia omnes prouentus, quos habebat, et ex Guinea omnia expendebat in bello et continua armata in mari contra sarracenos pra fide christiana. In fine anni rex Alfonsus me jussit vocari, qui continue fui ex mandato regis in Lagos juxta corpus Infantis dando quae necessaria erant sacerdotibus, qui vacabant continuis vigiliis et officio diuino, et iussit vt viderem et respicerem, si corpus Infantis esset putrefactum, quia ossa illius vellet translatare ad monasterium, quo vocatur Sancta Maria de Batalha valde pulcherrimum, quod pater suus rex Johannes primus aedificaverat cum fratribus ordinis praedicatorum. Ego vero veniens ad corpus defuncti discooperui illud, et inueni illud siccum et integrum praeter aclemnasi. Et inueni illum indutum cilicio aspero de pilis equorum. Et bene cantat ecclesia; non dabis sanctum tuum videre corruptionem. Qui Dominus Infans vsque ad mortem virgo permansit, et fecit multa bona in vita sua, quae essent prolixa enarrare. Tunc rex jusssit ire fratrem suum Infantem Dominum Ferdinandum Ducem de Begia et episcopos et comites, vt corpus portarent vsque ad monasterium de Batalha supradictum, vbi rex corpus defuncti exspectabat. Et positum est corpus Infantis in capellam pulcherrimam et magnam, quam fecit pater ipsius rex Johannes, vbi idem rex jacet et vxor ejus domina Philippa, mater ejus et quinque fratres ipsius, quorum omnium laudabilis memoria est vsque in sempiternum*». *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*. Lisboa, MCMXL, pág. 198. *(N. do T.)*

Diz Zurara que êle era vigoroso e forte como ninguém. A côr, clara do seu natural, tornara-se inteiramente morena pelo trabalho constante e pela vida ao ar livre. A fisionomia era carregada, e quando irritado, terrível. Bravo de coração e agudo de intelecto, tinha a paixão dos grandes feitos. Nem a intemperança nem a avareza encontravam abrigo no seu coração. De muito novo se desabituara do uso do vinho, e, mais ainda do que isto, dizia-se comummente que passava os dias em completa castidade. Era tão generoso que nenhum outro Príncipe sem coroa, na Europa, possuía casa tão nobre, escola tão grande e tão brilhante para os jovens fidalgos da sua terra.

Todos os melhores homens da sua pátria e, ainda mais, os que até êle vinham de terras estrangeiras, eram bem recebidos na sua Côrte, sendo maravilha ouvir ali uma mistura de línguas e ver a de povos e de costumes. E ninguém que honradamente saísse da sua Côrte o fazia sem qualquer prova da sua bondade.

Só para si era severo. Todos os dias os levava a trabalhar, e não será fàcilmente crível quantas noites êle passava sem dormir, de modo que pela sua incansável acção chegava a fazer o que era impossível a outrem. As suas virtudes e bondades é difícil mencioná-las tôdas; prudente e reflectido, de maravilhosa cultura e de calma aparência, cortês no falar e nos modos, digníssimo no trato, todavia nenhum súbdito da mais baixa extracção mostrou mais obediência e respeito ao seu soberano do que êste tio ao sobrinho, até desde o princípio do reinado, quando o rei D. Afonso ainda era menor. Constante na adversidade e humilde na prosperidade, o Infante nunca teve ódio ou má vontade a ninguém, até mesmo àquêles que o haviam ofendido gravemente, de modo que alguns, que falavam como se soubessem tudo, diziam que não retribuía a justiça, embora fôsse imparcial sob todos os outros aspectos. Assim, queixavam-se de êle perdoar a soldados que o haviam abandonado durante o ataque a Tânger, quando se encontrava no maior perigo. Êle dera-se totalmente ao serviço público e sentia-se sempre contente por encontrar novos planos para o desafôgo do Reino à sua própria custa. Orgulhava-se da guerra contra os Infiéis e de estar em paz com todos os cristãos.

E assim era amado de todos porque a todos amava, nunca fêz mal a ninguém, não faltou ao respeito e à cortesia devidos a qualquer pessoa, ainda que humilde, sem esquecer a sua própria posição. Dos seus lábios nunca saiu palavra grosseira ou indecente.

À Igreja foi, acima de tudo, obedientíssimo, assistindo a todos os seus ofícios e na sua capela particular fazia-os celebrar tão solenemente como em qualquer Catedral. Reverenciava tôdas as coisas sagradas e deleitava-se com honrar e fazer bem a todos os ministros da religião. Passava quási metade do ano a jejuar, e as mãos dos pobres nunca iam vazias de ao pé dêle. Só de uma coisa o seu coração tinha mêdo: de pecar (1).

(1) Vd. Zurara, *ob. cit.*, caps. IV, V e VI. *(N. do T.)*

CAPÍTULO XX

Resultados da obra do infante D. Henrique

A vida de D. Henrique é, de certo modo, a parte menos importante dêle próprio. Vimos quantas foram as linhas da história e do progresso — na cristandade, em Portugal e na ciência — que nêle se cruzaram; como a geografia grega e árabe, quer em conhecimento quer em exploração prática, fizeram tanto parte dos materiais por êle encontrados como as memórias dos peregrinos cristãos, mercadores e viajantes, durante mil anos; como a energia exploradora e expansionista que os Normandos espalharam na Europa, levando directamente ao movimento cruzado, estava a produzir no Portugal do século XV os mesmos resultados que na França, na Itália e na Inglaterra dos séculos XII e XIII; e como, após a falência das Cruzadas sírias, a contra-partida espanhola dessas Cruzadas, o maior dos levantamentos sociais e religiosos na Idade Média, chegara a tal ponto de sucesso que os cristãos vitoriosos da Espanha puderam procurar novos mundos exteriores a conquistar. Também vimos como o progresso científico dos séculos XII, XIII e XIV, especialmente em mapas e plantas geográficas, a grande extensão de viagens terrestres e os começos das viagens oceânicas durante a mesma época devem ser tomados em consideração na vida e na obra do Infante. Agora temos de considerar, por momentos, os imensos resultados da mesma vida que teve tão vasta e tão longa preparação.

Porque, exactamente como não podemos ver como essa obra sua podia ter sido feita sem qualquer das

partes dessa preparação multifacetada na história do passado, assim é também difícil ver como as grandes realizações da geração que o seguiu e a dêsse maravilhoso século XVI, que se seguiu à época dos cortesãos e dos discípulos de D. Henrique podiam ter sido realizadas sem o impulso que êle deu e os conhecimentos que êle espalhou.

Na realidade os seus marinheiros não tinham apenas quebrado ao meio a parede de terror supersticioso e passado através dela para o sul desconhecido até a uma distância de cêrca de duas mil milhas; os europeus não tinham simplesmente passado, entre 1412 e 1460, os limites do ocidente e do sul, tal como a lenda os fixara; não se passara sòmente a parte mais dificultosa da costa africana, entre o Bojador e o Gôlfo da Guiné, deixando o caminho marítimo para a Índia aberto em mais de metade. Isto era verdade. Quando Vasco da Gama dobrou, um dia, o cabo do sul, encontrou-se logo, não em um oceano desconhecido e jamais atravessado, mas em uma das grandes vias comerciais do mundo maometano.

A principal distância entre o ponto extremo atingido pelo Infante e o cabo da Boa Esperança foi passada em duas viagens, de 1482 a 1486.

Mas havia mais do que isso. D. Henrique, não sòmente realizou os primeiros e mais difíceis passos do seu grandioso projecto central — o descobrimento do caminho para a Índia rodeando a África; êle não começou apenas a conversão dos indígenas, a civilização das tribos costeiras e a colonização de certos locais comerciais; êle fundou também essa escola de pensamento e de prática que fêz todos os grandes descobrimentos que ultrapassaram totalmenfe os seus.

Dessa escola saíu Colombo, que achou o caminho do ocidente para a Índia, partindo da sugestão da tentativa de D. Henrique pelo sul e pelo oriente. Bartolomeu Dias, que atingiu e dobrou o ponto extremo do continente do Velho Mundo e abriu o Oceano Índico aos marinheiros europeus; Vasco da Gama, o primeiro dêsses marinheiros a obter a vantagem total do trabalho de noventa anos, o primeiro que foi de Lisboa a Calecute e voltou; Afonso de Albuquerque, o fundador do primeiro império colonial da Europa moderna, o primeiro grande estabelecimento exterior da cristandade, o domínio português no Oriente; Fernão de Magalhães, que provou, finalmente, o que todos os grandes descobridores estavam na realidade a dar como provado — a esfericidade do globo; os aventureiros sem nome que parece terem tocado na Austrália algum tempo antes de 1530; os cartógrafos que nos deixaram o primeiro mapa verdadeiro do mundo. Portanto, não é nos feitos realizados pelos esforços do Infante que podemos medir a sua importância na História. É por ter sido a sua obra infinitamente sugestiva, por ter lançado alicerces sólidos para o movimento expansionista da Europa e da Cristandade, por ter sido o orientador de um verdadeiro Renascimento e de uma verdadeira Reforma, que êle é mais do que uma simples figura da História de Portugal.

Há figuras de interêsse nacional; outras há que são menos do que isso, figuras de importância familiar ou provincial; outras são-nos sempre queridas como seres humanos, como homens que sentiram as necessidades e as paixões ordinárias dos homens, com um brilhantismo e um poder intenso que era todo seu; há outros homens que se salientam como os que modificaram mais ou menos, mas vital e realmente, o curso da história mundial, sem os quais tôda a nossa sociedade moderna, a civilização de que nos orgulhamos, teria sido profundamente diferente.

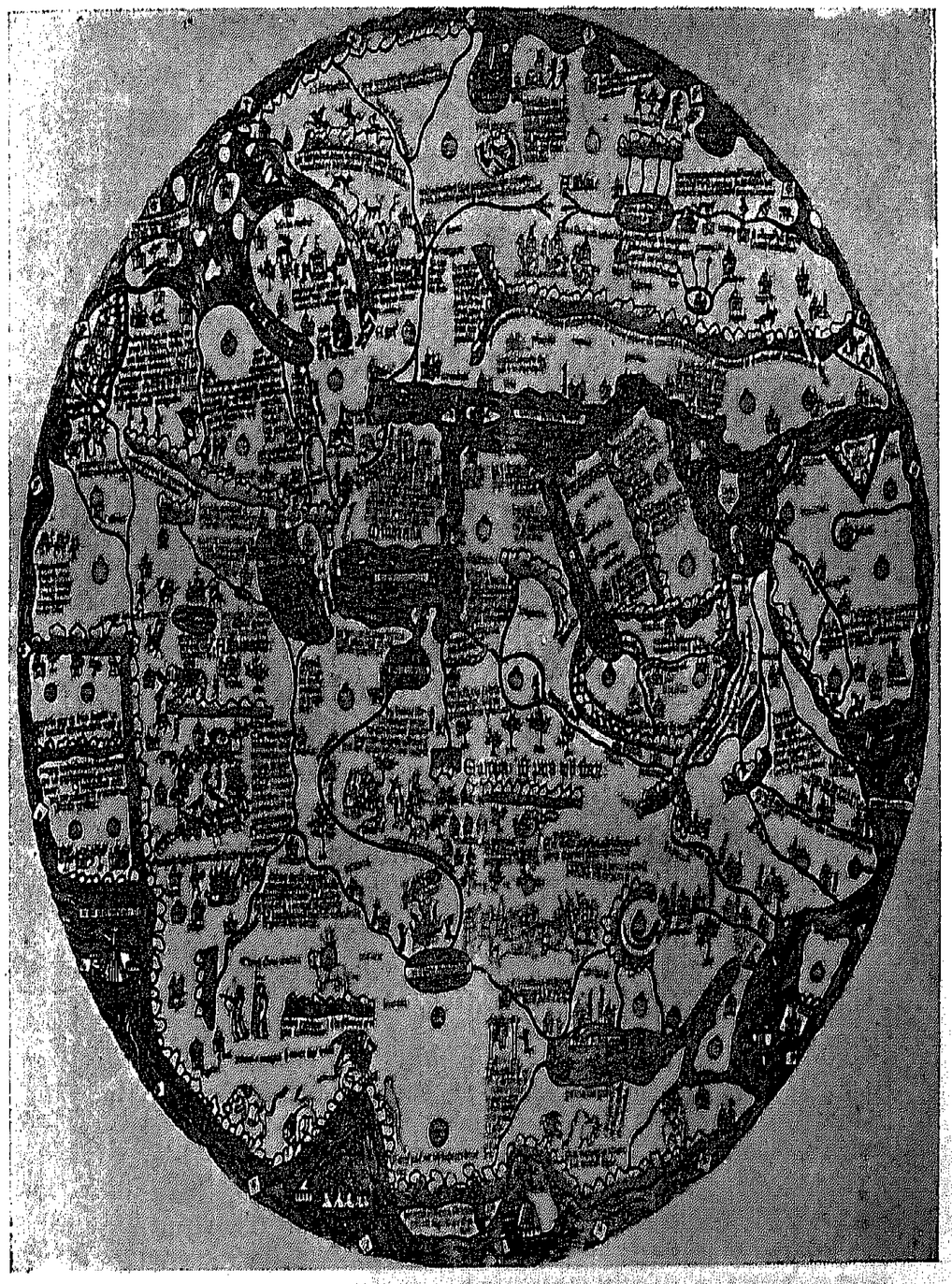
No fim de contas, o mundo europeu moderno e cristão tem alguma coisa de que orgulhar-se, apesar dos seus escritores passarem muito do seu tempo a amesquinhá-lo e a dizerem mal dêle. Alguma coisa é que o nosso mundo ocidental tenha conquistado ou vencido tôdas as outras civilizações da terra; que, com a excepção única da China, fizesse converter em propriedade sua as invejadas regiões da Ásia; que descobrisse, colonizasse e desenvolvesse um novo continente que havia de tornar-se o igual do antigo; que alcançasse não um conhecimento completo mas bom de tôda a superfície do globo. Presentemente achamo-nos à vontade no mundo, e se quisermos saber o que isso significa, olhemos para a Europa no século X, ou até do XIV, para os mapas teóricos da Idade Média, para as lendas e pseudo-ciência de uma civilização que estava encerrada em si mesma e condenada durante muito tempo a lutar num círculo estreito contra os ataques incessantes do

exterior e a barbárie que êste estado de coisas conservava em si. Depois talvez deixemos de admitir por bons os factos, e talvez tenhamos de começar a pensar que se êste grande avanço, o maior facto da história moderna que conhecemos, o orgulho e a glória dos últimos três séculos, é totalmente devido à inspiração e à acção de D. Henrique de Portugal, um obscuro príncipe do século XV, êsse obscuro Príncipe deve, naturalmente, passar à categoria dos grandes civilizadores, os homens que mais alteraram e impulsionaram a sociedade, semelhantes a Alexandre e a César e aos fundadores das grandes religiões mundiais.

Provemos, agora, muito resumidamente tal afirmação, e vejamos como a obra do Infante foi seguida, primeiro nas suas linhas em direcção ao sul e ao ocidente, e depois, em outras, por elas sugeridas, para o ocidente e para o norte.

D. Afonso V, sobrinho de D. Henrique, mais guerreiro obstinado e rei de torneios do que homem capaz de dar execução aos planos do tio, recebera, todavia, bastante inspiração dêle para impulsionar, embora lentamente, o avanço ao largo da costa de África. Já fizera tudo o que pudera para obter de Fra Mauro a conclusão do seu mapa, o qual, corporizando todos os feitos de D. Henrique e dando o conspecto mais perfeito e mais completo jamais visto do mundo, chegou em 1459, precisamente antes de D Henrique morrer, último tributo da ciência à obra do Infante.

Em 1461, sòzinho em presença do descobrimento e conquista da Guiné, D. Afonso mandou reparar o forte de D. Henrique na baía de Arguim e ordenou a Pedro de Sintra que fôsse observar a costa para lá do Rio Grande, o ponto extremo da primeira viagem de Cadamosto. Êle andou seiscentas milhas até à baía de Benim, passou uma cordilheira chamada Serra-Leoa (nome proveniente do ruído que o trovão fazia nos seus cumes, semelhante ao rugido do leão), e regressou até ao ponto, mais tarde conhecido por forte de Mina (1461). Nos anos seguintes, outro cortesão, Sueiro da Costa, seguiu Pedro de Sintra à Guiné, mas sem quaisquer resultados; quando Cadamosto saíu de Portugal (a 1 de Fevereiro de 1463), disse que já se não realizavam viagens até aos países recém-descobertos.



O MAPA BORGIANO DE 1450

(Da Biblioteca do Museu Britânico, de Londres)

(Ver o índice dos mapas)

O comércio de escravos, mais próximo da metrópole, absorvia então, na verdade, tôdas as energias; e a principal relação de D. Afonso com as viagens africanas encontra-se nas suas disposições regularizadoras da segurança daquêle comércio.

Porém, em 1471 deu-se outro impulso no caminho de novos descobrimentos, pois a energia exploradora não estava morta ou exausta, mas ùnicamente à espera de um orientador. Fernando Pó chegou à ilha que ainda lhe conserva o nome, e está numa remota enseada do gôlfo da Guiné, encontrando-a quando seguia a reintrância oriental da África que se vinha seguindo tão confiadamente desde 1445, o ano em que se dobrou o Cabo Verde, e que então terminou com rápida quebra em direcção ao sul. Foi uma grande decepção, mas, apesar dela, ao mesmo tempo, dois dos mais arrojados pilotos portugueses, Martim Fernandes e Álvaro Esteves, passavam tôda a costa da Guiné, as baías de Benim e de Biafra e atravessaram o Equador, a caminho de um novo céu e de uma nova terra, à beira da qual, havia muito, as caravelas de Portugal pairavam, vendo, como Cadamosto, estrêlas desconhecidas no hemisfério austral, perdendo de vista, cada vez mais, a Estrêla Polar.

Em 1475, atingiu-se o cabo de S.ta Catarina, dois graus ao sul da Linha, e ao cabo de seis anos mais de exploração vagarosa e florescente comércio, o rei D. João II sucedeu a D. Afonso V e retomou o trabalho com o mesmo espírito do Infante D. Henrique (1).

---

(1) Devemos acentuar, nesta altura, que, como muito bem diz o Autor, o verdadeiro continuador da obra do Infante foi D. João II. A obra do sucessor imediato de D. Henrique, o Duque de Beja, é nula, ou quási nula. E se olharmos para a carta da África e, cuidadosamente, compararmos a extensão de costas descobertas durante os três ciclos — 1418-1460; 1460-1481; 1481-1495 — verificamos que foi, na realidade, o segundo o menos progressivo, e o terceiro o mais intenso.

Todavia, apesar de os historiadores portugueses de nossos dias estarem divididos, defendendo uns a teoria de que o Infante era ùnicamente movido por razões de ordem espiritual, outros a de que êle era impulsionado ùnicamente por meros intuitos mercantis; não obstante entenderem uns que, quási desde a primeira hora, D. Henrique tinha em mente atingir a Índia, baseados, sobretudo, no texto de Zurara que é, apesar de tudo, bastante claro não deixando margem

Então, em seis breves anos, a exploração executou a parte mais importante dos desígnios de tantos anos: o cabo meridional da África foi dobrado, e aberto o caminho da Índia. Haviam chegado os tempos e o homem. D. João II acrescentou novo capítulo aos descobrimentos com os viajantes que mandou através do Continente Negro e marinheiros para os mares árticos à descoberta da passagem do NO. para a China (1).

Morreu, porém, justamente quando estava a completar a expedição que ia atingir a terra prometida, e a glória da viagem de Vasco da Gama coube a quem não trabalhara mas havia de obter os frutos do trabalho de outrem — o rei palaciano D. Manuel, *o Venturoso*. Mas, pelo menos, os nomes de Dias, de Diogo Cão e de Covilhã, a passagem do cabo das Tormentas, a primeira viagem (embora terrestre) directa de Lisboa ao Malabar, pertencem ao segundo fundador dos descobrimentos portugueses e europeus, D. João, *o Príncipe Perfeito*.

Menos de quatro meses após a morte do pai, D. João, que, como herdeiro presumptivo, obtivera parte dos seus rendimentos do comércio e das pescarias africanas, mandou Diogo de Azambuja com dez caravelas com o fim de tratar de três assuntos: a construção de um forte em S. Jorge da Mina, a reedificação do velho forte de D. Henrique, em Arguim, e a exploração da costa ainda desconhecida, até ao ponto mais remoto possível, para o

---

para dúvidas, o facto real e, digamos, «palpável» é que o autor *consciente* do plano da Índia foi D. João II. Se é certo que êste admirável Rei foi o continuador do Infante, a verdade é que o espírito dos dois homens era totalmente diverso. A D. Henrique animava-o o desejo de, sobretudo, esmagar o Moiro; era um cruzado, com tôdas as qualidades e todos os defeitos dos Cruzados. A D. João II moviam-no altos ideais de domínio político e comercial; êle foi, incontestàvelmente, o precursor dos imperialismos modernos, ou, pelo menos, aquêle que corporizou êsses ideais, até então vagos, e com um único modêlo em mente: — o Império Romano. *(N. do T.)*

(1) As viagens para o norte, a partir de 1474 (?), parece não se terem efectuado por iniciativa dos Monarcas, mas serem apenas conseqüência de iniciativa individual. Este capítulo da história dos descobrimentos não está suficientemente estudado para poder esclarecer-se por completo.

Sem pretensões de o esclarecer totalmente, esperamos dizer algo de novo sôbre a matéria no nosso próximo estudo *O problema das Côrte-Reais e a pedra de Dighton*, para o qual tomamos a liberdade de remeter o leitor. *(N. do T.)*

que seguiram na armada pedras, tejolos, madeira, argamassa e ferramentas, ao mesmo tempo que padrões de pedra lavrada para erguer em tôdas as terras descobertas de novo, em vez das cruzes de madeira até então empregadas. Cada padrão tinha catorze mãos de alto e levava gravadas à frente as armas reais, e dos lados os nomes do Rei e do descobridor, com a data do descobrimento em latim e em português.

A frota de Azambuja saiu no dia 11 de Dezembro de 1470, fêz um tratado com o chefe Bezeguiqui, próximo do Cabo Verde, e chegou à Mina, ao sul da costa da Guiné, a 19 de Janeiro de 1482, após ter gasto um ano na construção do forte e na celebração de tratados com os indígenas do NO. da África. O forte e a igreja da Mina concluíram-se em vinte dias, e Azambuja recambiou os navios com um grande carregamento de escravos e de oiro, mas sem quaisquer notícias de novos descobrimentos. D. João II não estava disposto a contentar-se com isto. Em 1484, Diogo Cão recebeu ordem de ir para o sul até onde pudesse e não esperar em parte alguma por nada mais. Passou o cabo de Santa Catarina, logo para lá da Linha, que desde 1475 havia sido o limite dos descobrimentos, e, continuando para o sul, chegou ao grande rio Congo, chamado Zaire pelos naturais, e hoje considerado o segundo dos rios africanos, o verdadeiro correspondente dêsse Nilo ocidental que todos os geógrafos, desde Ptolomeu, haviam reproduzido e que, no Senegal, no Gâmbia e no Niger, os portugueses tinham repetidas vezes julgado encontrar.

Cão, com o consentimento dos naturais, levou quatro reféns para servirem de intérpretes, e no ano seguinte regressou ao Congo, que passou, e andou duzentas léguas mais avante, até ao sítio da moderna baía de Walvisch (1485).

Ali, como a costa parecia estender-se interminàvelmente para o sul, embora êle tivesse passado na realidade já nove décimos da distância até ao cabo do sul, Cão regressou ao Congo, onde persuadiu o Rei e o povo a fazerem-se cristãos e aliados de Portugal. Já em 1484, uma embaixada indígena enviada ao rei D. João levara notícia semelhante de um Príncipe do interior, um certo Ogane, cristão de coração, que tôda a Côrte de Lisboa pensou dever ser o, há muito tempo perdido, Preste João,

e o Monarca português, cheio de ardor e de esperança, mandou imediatamente procurar, por terra e por mar, êste «grande senhor católico».

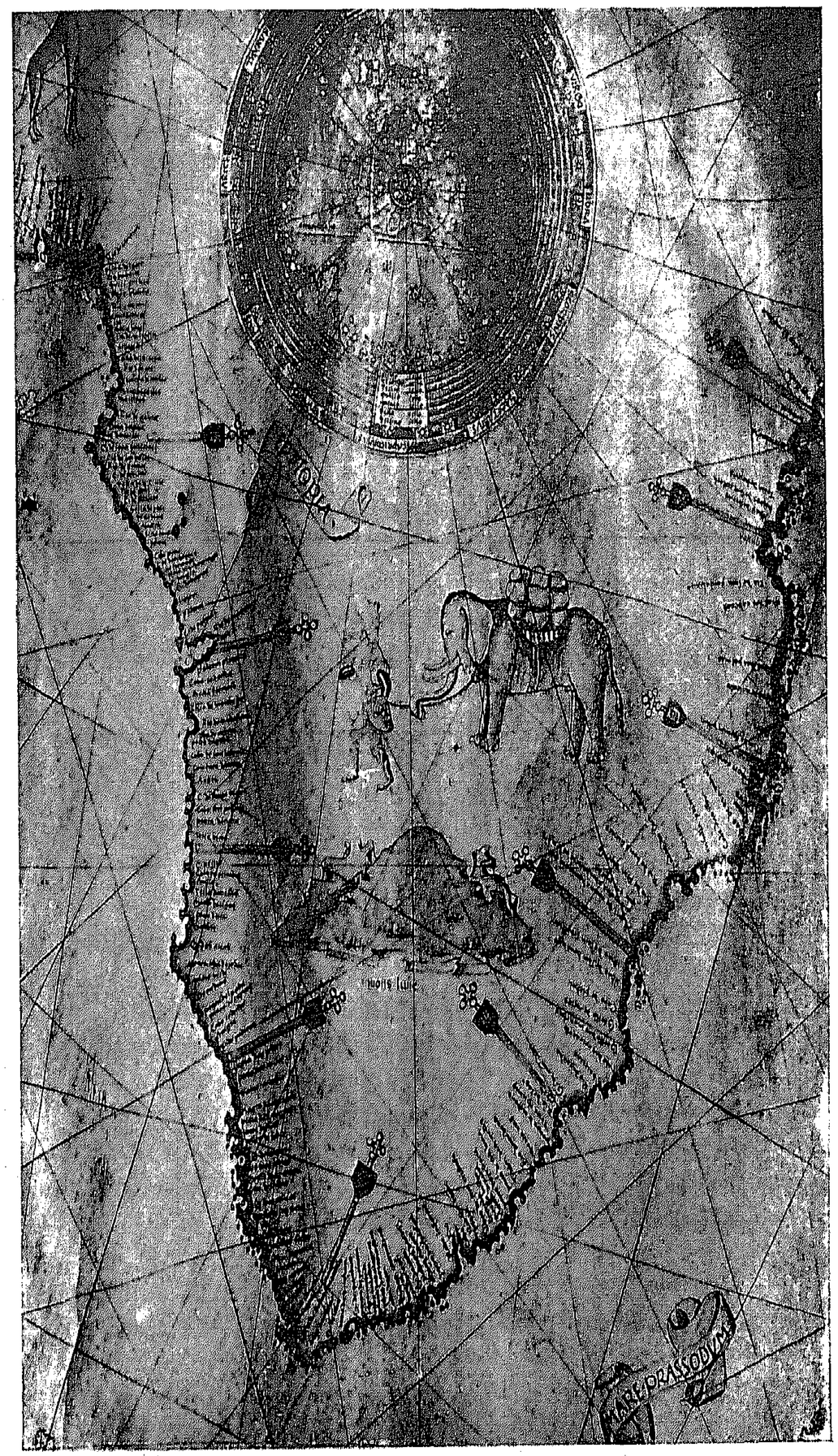
Bartolomeu Dias partiu em Agôsto de 1486 com dois navios, primeiro em busca do Preste e depois para explorar tôda a terra e mar que pudesse e estivesse ao seu alcance. Dois emissários, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, foram mandados com a mesma incumbência, via Jerusalém, Arábia e Egito; outra expedição foi mandada subir o Senegal até à sua junção com o Nilo; um quarto grupo partiu com o fim de achar o caminho para Cataio pela passagem do NE.

Camões cantou as viagens de Covilhã, que primeiro viu o cravo, a canela, a pimenta e o gengibre, e acabou num estado de reclusão na Côrte abissínia do Preste; mas a viagem de Dias quási não tem lugar nos *Lusíadas*, e o próprio nome do descobridor é geralmente esquecido. Vasco da Gama espoliou-o com êxito.

João Dias fôra o segundo capitão a dobrar o Bojador; Dinis Dias, em 1445, descobrira o Senegal e Cabo Verde; quarenta anos mais tarde Bartolomeu Dias completara o maior feito de descobrimento em tôda a história, anterior a Colombo; porque o descobrimento das Américas pelos Normandos foi um caso de sorte desconhecido e fortuito, ao passo que a viagem de 1486 modificou directa ou indirectamente o conhecimento, o comércio, tôda a face do mundo, de uma vez e para sempre.

Partindo com duas pequenas fragatas, cada uma de cinqüenta toneladas, na crença de que os navios que descessem a costa da Guiné podiam ter a certeza de chegar ao extremo do continente, seguindo persistentemente em direcção ao sul, Dias, em uma só viagem de dezasseis meses, executou a principal tarefa que D. Henrique, setenta anos antes, pusera ante os olhos da sua pátria.

Passando a baía de Walvisch e o mais remoto padrão de Diogo Cão, chegou a um cabo onde ergueu o seu primeiro padrão no lugar ainda hoje conhecido pela Ponta de Dias. Continuando para o sul e virando freqüentemente de bordo, passou o Rio Orange, limite setentrional da actual Colónia do Cabo. Em seguida, azendo-se ao mar outra vez, Dias andou treze dias à



OS PADRÕES DA COSTA MERIDIONAL DA ÁFRICA

(Da carta do genovês Nicolau de Canerio — 1502)

(Ver o índice dos mapas)

frente do vento para o sul, na esperança de assim poder dobrar a extremidade meridional do continente, que não podia estar muito longe. Achando que o frio se tornava quási ártico e lutando com mares impetuosos, mudou o rumo para leste e, como não houvesse sinais de terra, ao fim de cinco dias virou ao norte. A primeira terra vista foi uma baía onde andava gado a pastar, hoje chamada Flesh Bay, a que Dias pôs nome das vacas e manadas que ali viu. Depois de desembarcar três indígenas, dos levados da Guiné ou do Congo para Portugal, e mandados agora como esclarecedores para os europeus, os navios seguiram para leste, procurando, em vão, a extremidade da terra, até verificarem que a costa se dirigia gradual mas lentamente para o norte.

O último padrão foi colocado na baía da Alagoa, a primeira terra pisada por cristãos para além do Cabo. No Grande Rio dos Peixes (Great Fish River), sessenta milhas adiante e quási quinhentas além do ponto que Dias buscava tão ansiosamente, a tripulação recusou-se a ir mais longe, e o Almirante voltou para trás, certo apenas de uma coisa: de ter perdido o Cabo e de todos os seus trabalhos serem em vão. Vencido pela inquietação da sua amarga decepção e incessante trabalho inútil, começou a seguir vagarosamente ao longo da costa, quando um dia o véu lhe caíu dos olhos. Chegara à vista daquele promontório, desconhecido durante tantos séculos, por onde passava o caminho para a Índia, e cujo descobrimento fôra a grande ambição de tôdas as expedições desde que a expansão da Europa começara de novo nos primeiros anos do século XV.

Enquanto Dias se encontrava ainda a braços com as tempestades do grande cabo, Covilhã e os seus amigos tinham saído de Lisboa para estabelecerem o curso do futuro caminho marítimo para a Índia, observando tôdas as costas do Oceano Índico, explorando o que pudessem da África meridional, procurando encontrar o Preste João e levando o poderio português a aliar-se com tudo o que pudessem encontrar de poderio cristão nas Índias.

Assim como os aventureiros do Senegal, ao serviço de D. João, tinham andado a explorar o Niger, os caminhos das caravanas do Saará, a cidade de Tombucto

e o fantástico Nilo ocidental, assim os viajantes da Abissínia inspeccionaram todo o território da África e do Malabar a onde havia de chegar a primeira frota que pudesse dobrar o cabo das Tormentas. Pedro da Covilhã «loguo hi escreueo pello iudeu çapateiro de Lamego em como tinha descuberto ha canella, & pimẽta, na cidade de Calecut, & que ho crauo vinha de fora, mas que tudo se ali aueria & q̃ fora nas ditas cidades de cananor & calicut & Goa tudo em costa & q̃ pera esto se poderia bem nauegar polla sua costa & mares de guine vindo demãdar ha costa de cofala em que elle tambem fora, ou hũa grande Ilha aque hos mouros chamã ailha da Iũa. Dizem que tem trezentas legoas de costas & que de cada hũa destas terras se poderia tomar a costa de calecut» (1).

Todavia, outro capítulo dos descobrimentos foi aberto pela frota de D. João II mandada ao Cataio. Não conseguiu obter notícias da passagem do NE, mas para lá da costa setentrional da Ásia encontrou-se uma ilha gelada cujo nome de Novaia Zemlaia ou Nova Zembla (Terra Nova) ainda conserva a memória das primeiras tentativas portuguesas pelo caminho onde tantos marinheiros holandeses e ingleses morreram em anos posteriores.

A grande viagem de Vasco da Gama (1497-9), o império fundado por Albuquerque (1506-15) nos mares da Índia, foram outros passos para a completa realização da ambição do infante D. Henrique. Quando nos primeiros anos do século XVI se iniciava um razoável comércio directo e permanente entre o Malabar e Portugal, quando os estabelecimentos e fortes europeus dominaram tôdas

(1) Álvares, *Verdadera informaçam,* cap. CIII. Da carta de Covilhã não existe qualquer cópia, nem se conhece o seu conteúdo. E, mais que certo que, a ter sido escrita, sôbre ela se devem ter baseado as instruções de D. João II a Vasco da Gama, que devia comandar a esquadra encarregada de ir à Índia. Nem para outra coisa o Monarca mandou às partes do Oriente os seus dois emissários.

Quem à carta se refere pela primeira vez é o P.e Álvares na *ob. cit.* Modernamente, o ilustre Conde de Fialho fala dela com vagar nas *Viagens de Pedro da Covilham* (Lisboa, 1898), cap. IV. Veja-se também *Em demanda do Preste João,* por Miss Elaine Sanceau, edição da Livraria Civilização. (*N. do T.*)

PLANISFÉRIO DE HEINRICUS MARTELLUS (1489)
(Do Museu Britânico, de Londres)
(Ver o índice dos mapas)

as costas orientais e ocidentais da África desde a entrada do mar Vermelho à do Mediterrâneo, e as cinco chaves das Índias—Malaca, Goa, Ormuz, Adém [1] e Ceilão—ficaram tôdas em mãos cristãs, quando o comércio muçulmano entre a África oriental e a Índia ocidental passaram para a posse dos Reis de Lisboa, D. Henrique poderia ver o trabalho da sua alma e ficar muito satisfeito.

O suposto descobrimento da Austrália cêrca de 1530 ou um pouco antes, e as viagens de Fernão Mendes Pinto ao Japão e ao Extremo Oriente, a abertura do comércio com a China em 1517 e a completa exploração da Abissínia, o reino do Preste João, em 1520, por Álvares e outros missionários católicos, os milhões de convertidos por Francisco Xavier e os Jesuítas prègadores no Malabar, e a união da velha Igreja cristã da Índia com a Romana (1599), foram outros passos na mesma via. Todos êles, por muito que recuemos, nos levam à Côrte de Sagres, e o mesmo podendo dizer-se dos Impérios espanhol, francês, holandês e inglês no mundo meridional e oriental. D. Henrique edificou para a sua pátria, mas, quando ela caiu exausta, por haver perdido o seu melhor sangue, outros povos entraram na posse da herança do seu trabalho.

Embora, porém, não pudesse ver a realização dos seus planos, quer a passagem do sueste, quer os homens que a efectuaram foram seus—obra e edificação sua.

Gama, Diogo Cão, a família Dias e a maior parte dos grandes marinheiros que seguiram o caminho por êle aberto, ou haviam sido «criados de moços pequenos em casa do Iffante», como a *Crónica do Descobrimento* nos diz a respeito de cada nova figura que entra em cena, ou o consideravam seu mestre; deviam à Escola de Sagres o treino e começaram a aprendizagem náutica com o seu consentimento e protecção. Até as linhas que a expansão e a exploração nacional seguiam eram tão estricta e exclusivamente as mesmas por êle seguidas, que, quando uma rota diferente para as Índias foi suge-

(1) Esta afirmação deve ser lapso do Autor, pois os portugueses nunca dominaram em Adém. *(N. do T.)*

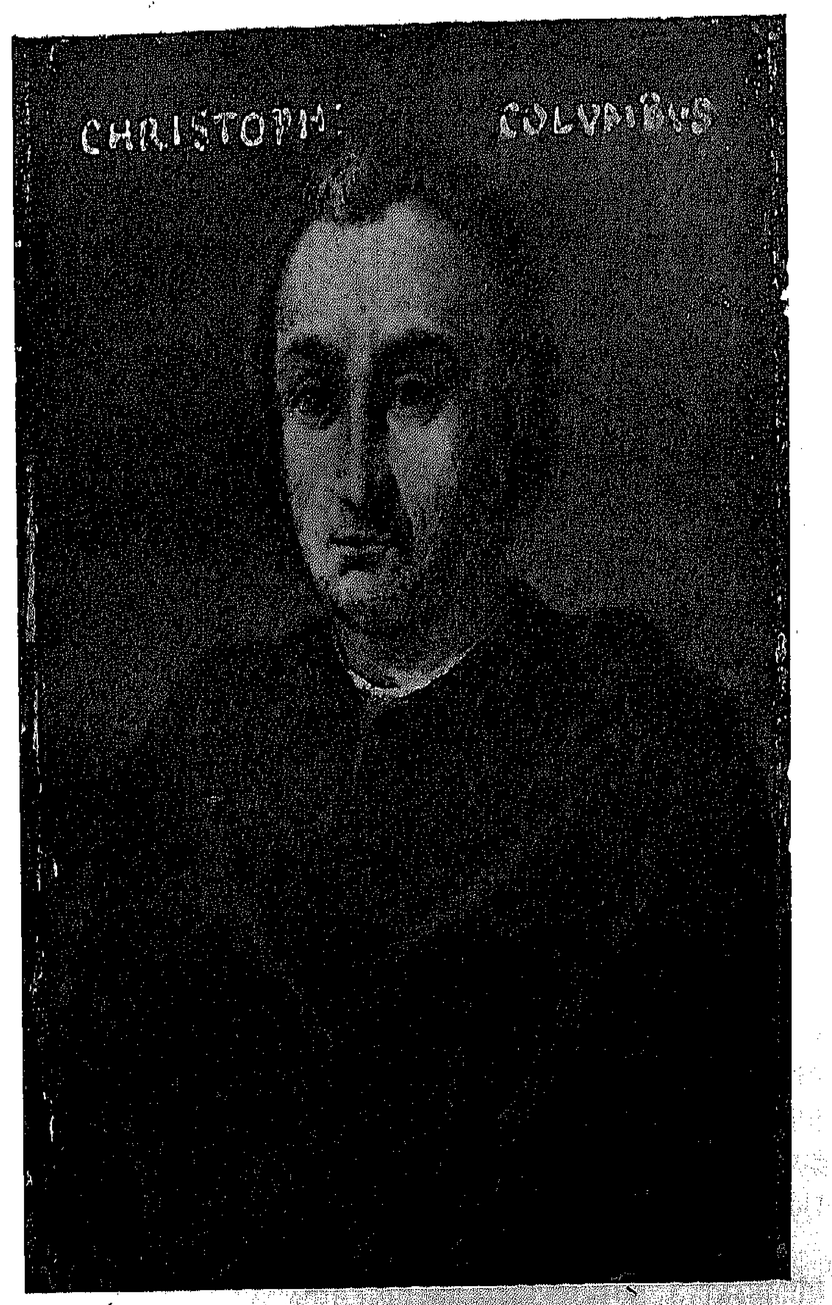
rida, após a sua morte, por Cristóvão Colombo, a Côrte de D. João II recusou tratar o caso sèriamente. Isto leva-nos a considerar o outro aspecto, o indirecto, da influência de D. Henrique.

«Foi em Portugal — diz Fernando Colombo, na sua *Vita de l'Amiraglio,* s u pai — que o Almirante começou a pensar que, se os homens podiam ir tão longe pelo sul, também se poderia navegar para oeste e encontrar terras nessa região». A segunda grande corrente dos descobrimentos modernos pode, assim, fazer-se remontar até ao «generoso Henrique» dos *Lusíadas* com não menos clareza, embora mais indirectamente, do que a primeira; o caminho ocidental foi sugerido pelo seu êxito no oriental.

Mas êsse êxito fêz andar à roda a cabeça do seu próprio povo. Quando Colombo, filho de um cardador de lã genovês, residente em Lisboa desde 1470, submeteu à Côrte de D. João II, pouco antes de 1484, uma proposta para encontrar o Cipango de Marco Polo navegando algumas semanas para oeste, a partir dos Açores, consideraram-no um sonhador. D. João, como discípulo e sucessor de D. Henrique, era, como outros discípulos, mais exclusivista do que o mestre no próprio caminho do mestre.

Êle estava pronto a gastar dinheiro e a dar-se ao trabalho, mas não a novidades. Prosseguiria como lhe haviam ensinado. Tinha razão em confiar, e a sua Junta científica de quatro homens, entre os quais Martim Behaim de Nuremberga, a quem Colombo foi mandado, estava muitíssimo satisfeita com os seus novos melhoramentos no astrolábio e a nova certeza de que o cabo meridional breve seria passado. Não podia, por isso, sofrer com paciência o dogmatismo veemente de um teórico desconhecido.

Mas como êle se mostrava demasiado crente na sua mensagem para poder, fàcilmente, ser abalado, trataram-no com a mais baixa velhacaria. Por sugestão do Bispo de Ceuta, Colombo teve de ficar à espera de uma resposta, e pediram-lhe que entregasse os planos com todos os pormenores, assim como mapas e ilustrações, o que êle fêz. E, enquanto o Conselho pretendia estar a meditar nêles até a uma decisão final, mandaram uma caravela às ilhas de Cabo-Verde para tentar



CRISTÓVÃO COLOMBO

seguir o caminho que êle sugeria — uma experiência à custa de um cérebro italiano [1].

Os Portugueses navegaram para oeste durante muitos dias até o tempo se tornar tempestuoso; então, como o seu coração não estava na aventura, regressaram à Europa com novo fornecimento das lendas desprezadas por D. Henrique. Haviam chegado a uma névoa impenetrável que lhes impedira todo o avanço; algumas aparições tinham-lhes dito que voltassem para trás; o mar enxameava de monstros naqueles sítios; tornava-se impossível respirar.

Colombo soube como fôra logrado, e a morte da mulher ajudou-o a decidir-se, dada a sua aversão pela terra e pela gente. Pelos fins de 1484 saiu de Lisboa. Três anos depois, muitíssimo desgostoso com a lentidão dilatória e as picuinhas da Espanha, voltou a oferecer-se a Portugal. D. João II já se arrependera da sua mesquinhez; a 20 de Março de 1488 respondeu a Colombo, oferecendo-se para o defender contra quaisquer providências que contra êle se tomassem em Lisboa. Mas, por seu lado, a Côrte de Castela receou ter de perder o que poderia ser uma vantagem sem fim; Colombo entrou para o serviço de Fernando e de Isabel, e, finalmente, em Agôsto de 1492, os «Reis Católicos» mandaram-no, de Palos, a descobrir o que pudesse, e nas condições por êle propostas.

O que se seguiu — o descobrimento da América, e tôdas as conseqüentes aventuras dos Cabotos, de Américo Vespúcio, de Cortês e de Pizarro, de Soto, de Raleigh e dos Padres Peregrinos — não se relaciona, muitas vezes, com os lentos e penosos começos da expansão europeia no Portugal do século XV, mas tem, ainda assim, uma relação verdadeira e autêntica. Todo o movimento expansionista da grande era das explorações foi impulsionado por um só homem. Talvez êsse movimento se fizesse sem êle, mas o facto é simplesmente que foi por meio dêle que, como facto histórico, veio a resultar. «Que vá à frente o que fêz mais do que isso».

---

[1] Dispensamo-nos de desenvolver êste caso numa breve nota, tomando a liberdade de remeter o leitor para o nosso próximo ensaio *D. João II e Colombo*, o terceiro da série *Estudos de história dos descobrimentos*, a editar pela revista *Gil Vicente*. *(N. do T.)*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abulfeda: 38.
Açores, sua colonização: 229; descobrimento de todo o arquipélago: 231.
Adelardo de Bath, seus postulados geográficos: 27.
Adelardo ou *Atelardo:* 81.
Afonso V (D.), atinge a maioridade: 235; casa com D. Isabel, sua prima: 236; força D. Pedro à revolta e declara-lhe guerra: 237; manda Diogo Gomes com uma grande caravela: 270; manda sepultar o infante D. Henrique na Batalha: 278; prossegue a obra do tio D. Henrique: 284; sucede-lhe D. João II: 284.
África, sua forma: 28.
Albateni, problemas de geografia astronómica, que determinou: 32.
Alberto Magno, seus postulados geográficos: 26, 27.
Albuquerque (Afonso de): 290.
Albiruni, sua obra: 33.
Alfarrobeira (combate de): 237.
Alfredo, o Grande, crédito que merece quanto a descobrimentos: 72; seus esforços para se fazerem explorações, e pelo progresso da religião: 74.
Al-Heravi, sua vida: 36.
Almada (D. Álvaro Vaz de), o Hércules português: 175; coloca-se ao lado de D. Pedro: 237; sua morte: 237.
Almamum (Era de): 31.
Almanaque, suas traduções árabe e latina: 34.
Antonino Mártir: 43; suas lendas: 44.
Arculfo: 49; suas viagens: 50.
Arguim (Fortaleza de): 191.
Arim, o «Cimo do Mundo»: 25; tomado para medição de lugares: 27; duplo Arim: 27.
Armada de Lagos: 209.
Atelardo ou *Adelardo:* 81.
Avis (Dinastia de): Ver *D. João I.*
«Aventureiros» de Lisboa: 35.
Azambuja (Diogo de): 286.
Azenegues, sua descrição por Cadamosto: 246.

Bacon (Rogério), seus postulados geográficos: 27.
Baldaia (Afonso), parte com Gil Eanes: 167; segunda viagem: 168.
Bati (Rei): 260.
Batuta (Ibn): 37.
Benjamim de Tudela: 84.

Bernardo, o «monge francês», sua rota: 52.
Bezeguiqui, seu encontro com Diogo Gomes: 269; celebra um tratado com Diogo de Azambuja: 287.
Biami Heriulfson é levado a uma nova terra: 59.
Boa-Vista (Ilha da): 260.
Bojador, ponto meridional extremo do conhecimento dos cristãos: 164; lendas a seu respeito: 165; é dobrado por Gil Eanes: 167.
Branco (Cabo), é visitado por Cadamosto: 245.
Bruges (Jácome de), recebe a capitania da ilha Terceira: 231.

Cabral (Gonçalo Velho), descobre as Formigas e a ilha de Santa-Maria: 164; é nomeado capitão donatário desta última: 229; estabelece-se nas Ilhas Ocidentais: 229; parte à procura de terra para além de Santa-Maria, perde-se e volta a partir: 229; descobre S. Miguel: 229; regressa a S. Miguel com europeus: 230.
Cadamosto, relação das suas duas viagens: 239; sua narrativa: 240; é apresentado ao Infante: 240; visita a Madeira: 243; vai às Canárias: 244; a Cabo Branco: 245; chega ao Senegal: 247; descreve os Azenegues: 247; prossegue até à terra de Budomel: 252; chega ao Cabo Verde: 253; descreve as populações que estão para além: 253; explora o Gâmbia: 257; regressa a Portugal, reabastece-se e parte segunda vez: 258; explora as ilhas ao largo do Cabo Verde: 259; dá nome às ilhas da Boa-Vista e de Santiago: 260; sobe o Gâmbia e dá nome a Santo André: 260; visita Batimansa: 260; e Guermimansa: 262; regressa a Lisboa: 262; sai de Portugal: 262.
Canárias (ilhas), visitadas por Cadamosto: 244.
Cantor, visitado por Diogo Gomes: 266.
Cão (Diogo): 287; chega ao Congo e à Baía de Walvisch: 287.
Carpini (João de Plano): 86; o seu *Liber Mongalorum*: 87.
Ceuta, D. João I planeia conquistá-la: 144; sua situação: 145; D. Pedro de Meneses, seu primeiro governador: 150; fica nas mãos dos cristãos: 150.
Cod (Cabo), ponto até onde chegou a migração escandinava: 67.
Colónias árticas, seu insucesso: 62.
Colombo (Cristóvão), influência sofrida pela *Imago Mundi*: 28; na Côrte portuguesa: 292; na Côrte espanhola: 293.
Constantino, reinado em que principia a era dos peregrinos cristãos: 41.
Corvo (Ilha do): 231; sua colonização: 233.
Cosmas Indicopleustes: 43; sua teoria: 45; interêsse que tem para nós: 48.
Costa (Sueiro da): 284.
Covilhã (Pêro da): 288.
Cabo da Cruz, lugar assim chamado por causa do chefe ali morto: 62.
Cruzadas e viagens por terra: 75; seus resultados: 139.
Cruzado, moeda portuguesa cunhada por D. Afonso V: 273.
Cublai Cã, poderoso Rei tártaro: 88-93.

Daniel de Kiev (Abade): 82.
De Prado, aprisionado: 272; martirizado: 272.
Descobrimentos (Princípios, da arte e da ciência dos): 140.
Dias (Bartolomeu): 288; faz o maior descobrimento da história antes de Colombo: 289.
Dias (Dinis), entra na embocadura do Senegal: 203; chega ao Cabo Verde: 203; comanda parte da esquadra de Lagos: 210; chega de novo a Cabo Verde: 215.
Dias Lourenço: 210.
Dias (Vicente): 213.
Duarte (D.), filho primogénito de D. João I: 133; é aclamado Rei: 164; sua morte: 178.

Eanes (Gil), sua viagem às Canárias: 164; dobra o Cabo Bojador: 167; parte na armada de Lagos: 210.
Edrisi, o Ptolomeu árabe: 33; nascimento e vida: 34; seu relato da viagem dos «Aventureiros» de Lisboa: 35; «Doutoramento em viagens» no seu tempo: 36; o seu mapa é suplantado: 37.
Emossaid, família árabe: 36; estabelecem-se como mercadores: 36.
Eratóstenes, sua geografia: 22.
Erico, «o Ruivo» dá novo nome à Gronelândia: 59.
Escravos, comêço dêste comércio: 193; descrição de uma venda de escravos: 198; seu tratamento: 199; desculpa dêste comércio: 200.
Esperança, terra dêste nome: 63.
Esteves (Álvaro), cruza o Equador: 285.
Estrabão, sua geografia: 22.
Europa, reunida em uma federação espiritual: 75.
Europeus, seu primeiro desembarque nas costas da África desconhecida: 168; sua ruína do comércio muçulmano: 190.
Expansão europeia, seus princípios: 55.

Farosangul, rei de Gâmbia: 260.
Faial (ilha do): 231; seu primeiro Donatário: 232.
Fernando (D.), quarto filho de D. João I: 133; reaviva o plano de uma guerra africana: 170; vai a Tânger: 173; fica como refém: 176; morre no cativeiro: 178.
Fernando (D.), o Formoso, último Rei da Dinastia de Borgonha: 129.
Fernandes (Álvaro), comanda uma caravela de Zarco, seu tio: 210; parte de novo com a caravela: 221; sua viagem: 221-3.
Fernandes (João), fica como refém no banco de Arguim: 202; volta à pátria: 205; sua história: 205-6.
Fernandes (Martim), cruza o Equador: 285.
Ferrer (Jaime), explorador: 106.
Fidelis (Monge), suas viagens: 52.
Filipa (D.), rainha de Portugal, seu carácter e sua morte: 144-5.
Flores (Ilha das): 231; sua colonização: 233.
Formigas (ilhéus das), descobertos por Gonçalo Cabral: 164.
Frangazique, neto de Farosangul: 264.
Freitas (Álvaro de: 212.
Freydis, filha de Erico, o «Ruivo», tenta colonizar a Vinelândia: 65.

Gama (Vasco da): 290.
Geografia cristã primitiva: 42; do século VIII ao XI: 48.
Gerardo de Cremona, seus postulados geográficos: 26-7.
Gog e Magog (Muralha de): 28.
Gomes (Diogo): parte a comandar a caravela *Picanço*: 262; sua narrativa: 262; visita Cantor: 266; converte Nomimansa: 268; encontra-se com Bezeguiqui: 269; regressa a Lagos: 269; é mandado por D. Afonso V e chega à terra dos Barbacins: 270; descobre Santiago: 271; regressa a Portugal: 272; descreve a doença final e morte do infante D. Henrique: 277.
Gonçalves (Antão), é mandado por D. Henrique: 182; sua viagem: 182-5; faz os primeiros cativos: 185; é armado cavaleiro por Nuno Tristão: 185; regressa a Portugal: 186; volta à África com o Príncipe cativo: 189; troca dois rapazes por dez

prisioneiros, pó de oiro e ovos de êma: 190; pede o comando de navios: 204.
Graciosa (Ilha): 231; colonização: 232.
Gregório X, papa: 89.
Gronelândia, é avistada por Gunnbiorn e recebe nova denominação de Erico: 59; sua colonização: 59.
Guilherme de Rubruquis, é mandado por S. Luís com o encargo de converter e de descobrir: 87; interêsse da sua obra: 88.

Haroldo Hardrada, tipo de todos os «Vikings»: 70.
Helluland ou Terra da Lousa: 60.
Henrique (D.), *infante de Portugal*, interêsse especial da sua vida e obra: 39; autor do movimento descobridor: 39; sua preparação: 78; predecessores dos seus marinheiros: 104-9; primeira viagem: 110; mapas de que se serviu: 116-9; Herói de Portugal: 121; inspira aos seus compatriotas o amor das explorações: 123; D. Pedro, seu irmão, é o seu braço direito: 133; nascimento: 135; seus fins: 136; procura encontrar o caminho marítimo para a Índia rodeando a África: 136; a sua obra de exploração é a fundação de um império para a sua pátria: 137; cruzado e missionário: 138; dá o exemplo da exploração sistemática: 139; mestre e orientador de exploradores mais felizes: 140; manda caravelas para passarem o Cabo Não: 143; conduz a armada portuguesa ao pôrto de Ceuta: 146; lança ferro em frente de Ceuta: 146; dirige o ataque a Ceuta e é dado por morto: 147; é armado cavaleiro: 148; principia as viagens costeiras: 148; é mandado a libertar Ceuta do cêrco: 150; seus planos para tomar Gibraltar: 150; regressa à Côrte: 151; é criado Duque de Viseu e Senhor da Covilhã: 151; suas razões para explorar a Guiné: 152; Lagos é o lugar escolhido para aí permanecer: 155; é nomeado Governador vitalício do Algarve: 155; suas edificações em Sagres: 156; sua obra científica: 156; resultados do seu estabelecimento no Cabo de S. Vicente: 158; manda homens e navios para colonizar Pôrto-Santo: 159; coloniza a Madeira: 161; orienta a ida de capitães aos Açores: 164; sua impaciência perante a superstição e os terrores dos navegadores: 166; recebe a doação da Madeira, de Pôrto-Santo e das Desertas: 167; manda sair Gil Eanes: 167; e Baldaia: 168; mete-se na política: 171-80; veneração em que é tido: 171; planeia e organiza a guerra de África: 172; parte para Ceuta: 173; avança pela estradas do interior: 173; ataca e bloqueia Tânger: 174; levanta o cêrco: 174; assina uma trégua com os Moiros: 176; fecha-se em Ceuta: 176; é chamado a Portugal: 176; é nomeado tutor de D. Afonso V: 179; arranja um compromisso entre D. Pedro e D. Leonor: 179; manda pedir ao Papa dinheiro para a ajuda da sua cruzada: 187; concede a Lançarote licença para ir até à Guiné: 192; seus motivos do tráfico dos escravos: 193; persegue os bucaneiros: 199; difere dos plantadores das Índias ocidentais: 200; dá uma caravela a Gonçalo de Sintra: 201; permite que Lagos equipe e mande uma armada a Guiné: 210; seu cuidado especial pela viúva e órfãos da expedição de Nuno Tristão: 221; recompensa os exploradores: 223; seu maravilhoso conhecimento demonstrado na correcção da rota de Gonçalo Cabral: 229; concede a Capitania da Terceira a Jácome de Bruges: 231; relação que, a seu respeito, dá Cadamosto: 239; absorvido por nova guerra santa contra o Infiel: 272; sua última aparição em serviço público: 274; faz uma série de concessões: 277; doença e morte: 277; o seu corpo é sepultado na Batalha: 278; seu aspecto pessoal: 279; seu carácter: 279; resultados da sua vida: 281.
Heravy (Al), sua vida: 36.
Hereford (Mapa-mundi de): 119.
Huerter (Job van), seu estabelecimento nos Açores: 232.
Hipalo, seu descobrimento das monções: 31.

Iacuto, o «Romano», seu «Dicionário»: 37.
Iansequão, rio da China: 91.
Ibn Batuta: 37.
«Imago Mundi», sua influência em Colombo: 28.
Inglaterra, os «Vikings» desembarcaram ali pela primeira vez: 57.
Isidoro de Sevilha, suas crenças: 47.
Islândia, é avistada por Nadodd: 58; sua colonização: 59
Italianos, mercadores que, pela primeira vez, abriram a Côrte do Grão Cã a Veneza e a Génova: 86; era das viagens sul-atlânticas e africanas: 104

Jácome de Maiorca: 156
Japão, seu descobrimento por Cublai Cã: 94.
Jerusalém, sua perda: 86
João de Plano Carpini, primeiro legado do Papa aos Tártaros: 86; dá uma relação genuína da Tartária: 87; primeiro explorador autêntico da Europa cristã: 87.
João (D.), quarto filho do rei D. João I: 133.
João (D.), sucede a seu pai D. Afonso V: 285.
João (D.) I, de *Boa Memória*, figura de transição: 131; trabalho pessoal e seus resultados: 131-3; seus filhos: 133; planos de ataque a Ceuta: 144; sua fala ao saber mortos dois dos filhos: 147; sua morte: 171.
Jordanus: 101.

Karlsefne (Thorfinn), o maior dos marinheiros da Vinelândia: 63.
Klalarness (Cabo da Quilha): 61.

Labrador, seu possível descobrimento: 60; é atingido pela migração escandinava: 67.
Lagos equipa e manda para o mar uma armada: 210.
Lançarote obtém autorização para ir à costa da Guiné: 192; sua viagem: 197-9; desembarque em Lagos e venda dos escravos que capturou: 199; chefe de uma armada mandada por Lagos: 210; toma conselho com os seus capitães: 211; decide ir ao Nilo: 212.
Latini (Bronetto), descreve o magnete: 115.
Leif, filho de Erico, o «Ruivo», parte à descoberta: 60.
Leonor Teles, o génio mau de D. Fernando I e de Portugal: 129; seu casamento com o Rei: 129; revolta do povo contra ela: 130.
Leonor de Aragão, pretende a Regência: 179; deixa-se convencer pelas razões de D. Henrique: 180; sua morte: 235.
Lisboa, sua conquista: 127.

Machin (Roberto): 107.
Madagáscar, seu primeiro conhecimento na Europa: 99.
Madeira, seu descobrimento pelos Portugueses, que lhe dão o nome: 160; natureza da ilha; 161; é visitada por Cadamosto: 244.
Magalhães (Fernão de) prova a esfericidade do globo: 283.
Magnete, sua primeira menção: 115.
Magno, *«o Bom»*: 70.
Mandeville (Sir John de); 101, 102.

«Mappa Mundi» de Hereford: 119.
Mapas dos séculos XIV e XV: 116.
Marabuto ou Ave do Profeta: 210.
Markland ou Terra dos Bosques: 60.
Massudi, visita vários países: 32; sua discussão de problemas: 33; o nome mais ilustre da primeira era da geografia árabe: 33.
Mastros (Cabo dos): 217.
Mauro (Fra), sua carta: 275.
Meimam (Aúde): 205, 206
Melli, império negro: 248; seu comércio do sal: 248.
Meneses (D. Duarte de): 274.
Meneses (D. Pedro de), é-lhe entregue o comando de Ceuta: 150.
Mina: 287.
Missões do Papa para converter os Tártaros: 86.
Mitologia geográfica, seu gradual desenvolvimento: 25.

Noli (António de), viaja com Diogo Gomes: 271; obtém a capitania de Santiago: 272.
Nomimansa, rei negro, é convertido por Diogo Gomes: 268.
Normandos, seus descobrimentos: 54; primeiros estabelecimentos: 57; ponto extremo da Europa do norte até aonde chegaram: 58; tipo da sua raça: 70; terras que tornaram conhecidas: 69; avanços definidos até o desconhecido: 72.

Odjein, Arin ou Arim: 25.
Ogane: 287.
Othere: 71; serviços prestados à geografia ocidental: 72.
Olavo Trigveson: 69.
Oiro, primeiro pó trazido à Europa directamente pela costa da Guiné: 190; efeitos: 201.

Pacheco (Gonçalo), sua expedição infeliz: 206; encontra-se com Dias na viagem de regresso, e volta para trás: 211.
Paiva (Afonso de): 288.
Pedro (D.), infante de Portugal: 133; toma parte no ataque a Ceuta: 144-9; é armado cavaleiro: 148; é criado Duque de Coimbra e senhor do Infantado: 151; regressa das viagens: 155; assume a Regência: 180; faz concessões a D. Henrique: 188; recompensa os exploradores: 223; demite-se de Regente: 236; toma armas contra D. Afonso V: 237; marcha sôbre Lisboa e é morto. 237.
Peregrinações cristãs, seu início com Constantino: 41.
Peregrinos primitivos: 41; pioneiros da expansão da Europa e da Cristandade: 75.
Peste negra em Portugal: 126.
Pires (Gomes) dirige-se ao Nilo: 212; ataca os indígenas: 214.
Pó (Fernando): 285.
Polo (Marco) faz uma viagem ao Oriente com o pai e o tio: 89; nomeado membro do Conselho Imperial: 91; suas memórias: 91; ouviu falar de Madagáscar e escreveu a seu respeito: 99; é o Heródoto da Idade Média: 99.
Polo (Nicolau e Mateus), mercadores italianos na Crimeia e na Rússia meridional: 88; fazem nova jornada ao Extremo Oriente: 90; engenheiros consultivos da Côrte mongol: 91; sua partida: 97.
Portulanos, substituem o mapa de Edrisi: 37; desenhados como o auxílio da bússola: 118.
Portulano Laurentino: 117.
Portugal, principais aspectos da sua história: 121; guia da Europa no caminho de um mundo mais vasto: 123; sua história medieval: 125-131.
Portugueses, dão valor à arte e à ciência dos descobrimentos: 140.
Prado (De): 272.
«Promontório Sacro» dos Romanos: 155.
Ptolomeu, sua carta: 22; sua teoria do «Quartel habitável» do mundo: 28.

Rio Grande: 223; é ultrapassado por Diogo Gomes: 262.
Rubruquis (Guilherme de): 87, 88.

Sagres, lugar escolhido por D. Henrique: 155; estudo sistemático da ciência aplicada fundado ali: 158.
Santa-Maria (Ilha de), seu descobrimento: 164.
Santa Sílvia de Aquitânia, suas viagens: 42.
Santiago (Ilha de), descoberta por Diogo Gomes: 271.
Sanuto (Marino), seu mapa: 116.
Senegal, alcançado por Cadamosto: 247; região próxima do gôlfo e descrita por êle: 248.
Sevulfo de Worcester: 76; sua peregrinação; 79; classes de cruzados peregrinos no seu tempo: 18.
Simbade (Saga de): 33.
Sintra (Gonçalo de): 184; parte para a Guiné: 201; é morto pelos Moiros: 202.
Sintra (Pedro de): 284.
Sodré (Vicente Gil): 232.
S. Jorge (Ilha de): 231.
S. Miguel (Ilha de), seu descobrimento: 229.
S. Vicente, nome actual do «Promontório Sacro» e de Sagres: 155.

Tagaza, o mercado do oiro: 247.
Tânger, seu cêrco: 174.
Terceira (Ilha), é avistada: 230; Jácome de Bruges é nomeado seu donatário: 231.
Teodósio, um dos peregrinos primitivos: 43.
Thorfinn Karlsefne, o mais notável dos marinheiros da Vinelândia: 63.
Thorstein, terceiro filho de Erico, «o Ruivo», faz-se ao mar: 62.
Thorwald Ericson, faz-se ao mar: 61; suas viagens: 62; sua morte: 62.
Tombucto, estrada continental dos mercadores que se dirigiam até lá: 248.
Tristão (Nuno) encontra-se com Antão Gonçalves: 184; auxilia-o na captura de indígenas: 184-6; prossegue a viagem e regressa a Portugal: 186; parte para outra viagem: 189; dirige-se à baía de Arguim, faz cativos e regressa: 189; sua terceira viagem: 203; chega ao Cabo das Palmas: 203; arma uma caravela e parte: 219; é morto pelos Moiros: 220.
Trigveson (Olavo): 69.

Valarte, sua expedição e fim: 224.
Vaz (Tristão), parte a explorar a costa da Guiné: 158; é recompensado: 161; comanda três navios da Madeira na armada de Lagos: 210.
Verde Mar das Trevas: 28.
Vergílio, missionário irlandês: 47.
Viajantes ingleses (Primeiros): 49.
«Vikings», o tipo mais elevado dos exploradores: 40; descobrimentos, conquistas e colónias da expansão europeia iniciados por êles: 57; suas viagens: 59; luta contra os Esquimós: 61; dão nomes novos aos lugares que visitam: 61; a sua obra, no sul e no sudoeste, não foi de exploração: 68; tipo de todos os —: 70; crédito que merecem quanto a descobrimentos: 73; seus Estados no tempo de Alfredo: 73.
Vilibaldo, suas viagens: 50.
Vinelândia, seu descobrimento: 61; toma novo nome: 63; é visitada e abandonada por Thorfinn: 63; é colonizada de novo por Freydis: 65; notícias fragmentárias a seu respeito: 66.
Vulfstão: 72; falà de viagens: 72; seus serviços à geografia ocidental: 73.

Zarco (João Gonçalves), parte em exploração da costa da Guiné: 158; suas viagens: 158; regressa à Madeira: 161; manda uma caravela sua com a armada de Lagos, sob o comando do sobrinho: 210; a viagem: 210-8; a mesma caravela parte de novo: 221.
Zurara (Gomes Eanes de), cronista das viagens de descobrimentos de D. Henrique: 152.

ÍNDICE DAS GRAVURAS

ILUSTRAÇÕES

INFANTE D. HENRIQUE . . . . . Pág. 5

Retrato de fantasia, do século XVIII, que figura no tômo I da *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais,* de J. F. Lafitau. Supomo-lo baseado na estátua que figura entre os dois portais do pórtico dos Jerónimos. (*N. do T.*)

O INFANTE D. HENRIQUE . . . . . Pág. 16

Êste admirável retrato, devido ao pincel maravilhoso de Nuno Gonçalves, constitui, com a miniatura da *Crónica* de Zurara, a única efígie, digna de confiança, do homem que iniciou e impulsionou os descobrimentos, abrindo, assim, ao mundo novas perspectivas, e transformando por completo o curso da história.

Sob o retrato vê-se o fac-símile da assinatura de D. Henrique. *(N. do T.)*

TÚMULO DOS INFANTES NO MOSTEIRO DA BATALHA . . . . . Pág. 132

Túmulos de D. Henrique e de seus irmãos os Infantes de Avis.

PÓRTICO DA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS, EM BELÉM . . . . . Pág. 140

Construído no local de uma velha capela dos marinheiros, ainda existente no tempo de D. Henrique, e utilizada pelos seus homens. No nicho, situado entre os dois portais, está a estátua de D. Henrique, de armadura.

D. FILIPA DE LENCASTRE E D. JOÃO I . . . . Pág. 144

O pai e a mãe de D. Henrique. Reprodução das estátuas tumulares jacentes que se encontram no mosteiro da Batalha.

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA . . . . . Pág. 156

Quando D. Henrique vivia, a Universidade encontrava-se ainda em Lisboa. Só em 1536 D. João III a transferiu definitivamente para Coimbra. (*N. do T.*)

PÓRTICO DA IGREJA DO CONVENTO DE CRISTO, EM TOMAR . . . . . Pág. 164

A igreja-Mãe da Ordem de Cristo, de que D. Henrique foi Grão-Mestre (1).

O MOSTEIRO DA BATALHA — O WESTMINSTER DE PORTUGAL (2) . . . . . Pág. 192

Fachada da igreja em que D. Henrique e a sua família estão sepultados. Foi fundado pelo pai do Infante, o rei D. João I, para comemorar a vitória de Aljubarrota, alcançada sôbre os castelhanos.

VASCO DA GAMA . . . . . Pág. 240

De um retrato existente na Sociedade de Geografia de Lisboa e que pertenceu aos Condes da Vidigueira. (*N. do T.*)

AFONSO DE ALBUQUERQUE . . . . . Pág. 256

Dos *Comentarios* de Albuquerque, na edição da Sociedade Hakluyt.

ESTÁTUA JACENTE DO INFANTE D. HENRIQUE . Pág. 276

Dos túmulos dos Infantes é o único que possui baldaquino a cobrir a estátua jacente. Na orla lê-se perfeitamente a divisa do Infante: *Talant de bien fere*. Na parte inferior, os escudos representativos das suas dignidades: Governador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Jarreteira (o escudo central) e Infante de Portugal. (*N. do T.*)

CRISTÓVÃO COLOMBO . . . . . Pág. 292

Reprodução de um retrato existente na galeria do arquiduque Fernando do Tirol. (*N. do T.*)

(1) Ver a nossa nota (2) de pág. 19. (*N. do T.*)

(2) A Catedral de Westminster, em cujo estilo se construiu o nosso mosteiro da Batalha, é o Panteão nacional da Grã-Bretanha, encontrando-se aí sepultados os maiores vultos da história e das letras, nascidos na Inglaterra. (*N. do T.*)

MAPAS

O MUNDO SEGUNDO PTOLOMEU. . . . . Pág. 20

Do *Atlas* fac-similado de Nordenskjöld.

O MUNDO SEGUNDO EDRISI (1150) . . . . . Pág. 28

Reconstituïção de M. Reinaud, feita pelas descrições escritas pelo geógrafo árabe. Ilustra a concepção, extraordinàriamente irreal e falsa, àcêrca da Terra entre os estudiosos muçulmanos, especialmente os que seguiam as teorias de Ptolomeu, por ex.: a extensão da África para E., quási junta à China e transformando o Oceano Índico num mar interior.

O MAPA-MUNDO DE S. SEVER . . . . . Pág. 32

(Museu Britânico, sala dos mapas, gaveta 35 [5], fôlha 6). De época incerta, entre 780 e 980, mas provàvelmente não posterior ao século X. Um dos exemplares mais remotos da cartografia cristã.

O MAPA ANGLO-SAXÃO. . . . . Pág. 36

(Museu Brit., MSS. Cotton, Tib. B. V., fol. 59). É o conspecto do mundo mais interessante e mais cuidado que devemos à ciência cristã anterior às Cruzadas. O contôrno quadrangular, mas não convencional, está feito com considerável cuidado e precisão. A letra, embora pequena, é legível; mas o Nilo, que, como o Mar Vermelho, está pintado a *vermelho*, em contraste com a côr *cinzenta* das águas, comum neste exemplar, serpenteia pela África, de lado para lado, com desaparecimentos ocasionais, de modo perfeitamente fantástico. Êste mapa, tirado de um MS. de *Peviegesis*, de Prisciano, parece ter sido executado nos fins do século X.

É feito em pele, cuidadosamente acabado, e foi gravado, em contôrno, no *Atlas* de Playfair (grav. I), e, com maior desenvolvimento, no *Penny Magazine,* de 22-VII-1837. Parece ter pertencido à Abadia de Battle no reinado de Henrique II.

O MAPA DE TURIM (séc. XI) . . . . . Pág. 44

(Museu Brit., sala dos mapas. Da reprodução de Ottino). Um dos mais velhos e mais simples mapas-mundi cristãos, dá particular relêvo ao Paraíso (com as figuras de Adão, Eva e a serpente), às montanhas e aos rios do mundo e aos quatro ventos do céu. Deve relacionar-se com o mapa espanhol de 1109 e o de S. Sever. *(N. do A.)*

Êste mapa foi estudado por Malte-Brun e pelo ilustre Visconde de Santarém, que dêle dá uma descrição minuciosa. *(N. do T.)*

O MAPA HISPANO-ÁRABE (1109). . . . . Pág. 48

(Museu Brit., MSS. Add., 11695). O original, profusamente colorido, representa as noções mais elementares dos cristãos e dos muçulmanos a respeito do mundo, até mesmo mais elementares do que as dos mapas de Turim e de S. Sever, que se parecem, ambos, com êste. A Terra é representada de forma quadrangular, rodeada pelo Oceano. A E. está o Paraíso com as figuras da Tentação. Uma parte do S. é cortada pelo Mar Vermelho, em linha recta (e pintada de vermelho), exactamente como o Mediterrâneo, também uma linha recta, com as suas ilhas quadrangulares, divide o quartel NO., ou Europa, do quartel SO., ou África. O Mar Egeu liga em ângulo recto com o Mediterrâneo, ao centro do mapa. No oceano, rodeando todo o conjunto, há ilhas quadradas: Tile (Tule), Britania, Scocia, Fu(o rtunarum insula. O mapa de Turim aparece em outra cópia do mesmo trabalho. — *Um comentário do Apocalipse.*

MAPA DO SALTÉRIO (século XII). . . . . Pág. 64

(Museu Brit., MSS. Add., 28, 681). Bom exemplar do tipo circular dos mapas medievais, que, às vezes, é um pouco mais do que um panorama de legendas e de monstros. Cristo ao alto; os dragões por baixo, encolhidos; Jerusalém, o umbigo do mundo, ao centro, como uma espécie de clarabóia, tudo demonstra a geografia «religiosa». A linha de figuras estranhas, à direita, e que figura a costa S. da África, lembra o mapa-mundi de Hereford, ainda mais fantasista. (Ver a edição do mapa de Hereford, de Bevan e Phillott).

CARTA MARÍTIMA ÁRABE (comêço do século XIV). Pág. 96

(Existente na Biblioteca Ambrosiana, em Milão). Desenho perfeito, com as legendas em língua árabe. *(N. do T.)*

O MUNDO SEGUNDO MARINO SANUTO (± 1306) Pág. 112

(Museu Brit., Biblioteca Real, 149 F. 2 p. 282). Supõem alguns que a forma da África neste mapa tem valor na história do progresso da geografia, pois sugere a possibilidade de passar do Atlântico para o Índico.

PLANISFÉRIO DE ANGELINO DULCERT (1339). . Pág. 116

(Existente na Biblioteca Nacional de Paris). Demonstrativo do cuidado na execução das cartas costeiras do século XIV, especialmente no Mediterrâneo.

A ÁFRICA NO MAPA DE HEREFORD *(1275-1300)* . Pág. 124

(Museu Brit., Biblioteca Real, XXIII). A costa S. da África está orlada de tribos monstruosas, como no mapa do Saltério. Animais monstruosos enchem grande parte do interior. Metade do círculo que representa Jerusalém, no centro do mundo, aparece no canto NE. A idéia do desenhador àcêrca das ilhas mediterrâneas e atlânticas é curiosa. O mapa de Hereford é um exemplo da escola de geógrafos medievais, totalmente tradicional e teórica, que baseavam o seu trabalho nos livros ou nas colecções das narrativas dos viajantes, tais como Plínio, Solino ou Marciano Capela — e que têm de distinguir-se da escola científica do mesmo período, cujas melhores obras foram os *Portulanos,* ou roteiros das costas, do comêço do séc. XIV.

PLANISFÉRIO GENOVÊS DE GIOVANNI DE CARIGNANO (± 1320) . . . . . Pág. 128

(Existente no Arquivo do Estado, em Florença). Exemplar típico do *portulano,* revelador do cuidado na sua execução, em contraste com os mapas-mundi coevos. Note-se o traçado das costas da Europa setentrional, singularmente deformadas, em especial as do Báltico, que se estendem indefinidamente para leste. *(N. do T.)*

PLANISFÉRIO CATALÃO DE ABRAÃO CRESQUES Pág. 148

(Museu Brit., sala dos mapas, 13, 14). Apresenta as Ilhas Britânicas, as costas da Europa ocidental, o N. de África até ao cabo Bojador, e as Canárias e outras ilhas do Atlântico. O interior da África está cheio de desenhos fantásticos representando as tribos indígenas. O navio cheio de gente, ao largo do cabo Bojador, no extremo SO. do mapa, representa provàvelmente os exploradores catalães do ano de 1346, cuja viagem à procura do «Rio do Ouro» êste mapa recorda. (*N. do A.*)

Note-se a legenda, invertida, à esquerda, que pode ser lida com o auxílio de lupa, e que descreve as fantásticas ilhas Afortunadas, nas quais o autor inclui todos os arquipélagos atlânticos. (*N. do T.*)

PLANISFÉRIO DO JUDEU MAIORQUINO MACIÁ DE VILADESTES (1413). . . . . Pág. 160

(Existente na Biblioteca Nacional de Paris). Esta admirável carta, inegàvelmente uma das obras primas da cartografia medieval, representa grande parte da África setentrional, simbolizando os vários reinos do interior por figuras coroadas e de ceptro na mão. Por ela se pode ver perfeitamente até onde chegavam os conhecimentos da Europa no fim da Idade-Média no que respeitava às costas ocidentais da África. Lá aparece o arquipélago da Madeira, já na situação geográfica verdadeira, embora os Açores se encontrem orientados em direcção muito diversa da real, e incluam ilhas—como a *Fortaventura* e a do *Brasil*—verdadeiramente fantásticas.

Êste mapa, um dos mais perfeitos da escola cartográfica catalã, foi extraído da obra monumental de Ch. de la Roncière. (*N. do T.*)

PLANISFÉRIO CATALÃO (século XV) . . . . . Pág. 172

(Existente na Biblioteca Estense, em Módena). Na opinião de Ch. de la Roncière, de cuja obra o extraímos, êste mapa deriva da fonte de que se serviu o franciscano espanhol a quem é atribuída a autoria do *Libro del conoscimiento*. Ver *La Découverte de l'Afrique au Moyen-Âge*, vol. I. (*N. do T.*)

PLANISFÉRIO CATALÃO DE GABRIEL DE VALSEQUA (1439) . . . . . Pág. 176

(Existente no Instituto de Estudos Catalães, em Barcelona). Outro exemplar acabado da maravilhosa escola cartográfica catalã, que, com os dois mapas anteriores, é dos mais completos dessa época. (*N. do T.*)

A DATA DO DESCOBRIMENTO DOS AÇORES NO PORTULANO DE GABRIEL DE VALSEQUA . . . . . Pág. 224

É esta a famosa inscrição onde está indicado o nome do descobridor e a data do descobrimento das ilhas do arquipélago açoreano. Se o nome daquele ainda é motivo de controvérsia, a data é por demais clara para ser contestada. Se as primeiras três linhas só podem ler-se com o auxílio de lupa, as duas restantes são bem nítidas para se lerem à vista desarmada. Diz a inscrição: «*Aquestes illes foran trobades p. diego (?) de sillues* (1) *pelot delrey de portogall an lay M. cccc. xx. vij*».

¿Qual a razão por que Zurara omitiu um facto desta natureza na sua *Crónica*? Possivelmente por entender que êle não estava compreendido no âmbito do que se propusera e era apenas falar do «descobrimento e conquista da Guiné». Há, em história, factos verdadeiramente enigmáticos; êste é um dêles. Não é o único, porém. Quando um dia estiverem publicados todos os documentos dispersos pelo mundo e relativos aos descobrimentos dos portugueses, muitas surpresas haverá e, possivelmente, terá de reescrever-se a história dos nossos descobrimentos. (*N. do T.*)

O GÔLFO DA GUINÉ . . . . . Pág.

(Existente no Museu Brit., em Londres). Representa o gôlfo da Guiné e os descobrimentos posteriores à morte do infante D. Henrique até às viagens de Diogo Cão. (*N. do T.*)

A ÁFRICA NO MAPA DE FRA MAURO. (1459) . . Pág. 280

Êste mapa é considerado como representativo, não do mundo então conhecido, mas dos descobrimentos do infante D. Henrique, em particular na costa ocidental da África. Neste ponto de vista causa talvez, decepção; a baía do Rio-de-Oiro (?), ao S. do Saará, é exagerada ao ponto de se tornar irreconhecível; no cabo do S. (de Boa-Esperança) está pintada uma grande ilha, separada da terra firme por um canal, e que representa, possivelmente, Madagáscar deslocada. (*N. do A.*)

Embora a África esteja notàvelmente deformada, a verdade é que já não é o continente de limites indefinidos de Ptolomeu. É já considerado,

(1) Seguimos a leitura do sr. dr. Damião Peres, que nos pareceu a mais racional e lógica.

teòricamente embora, uma península, com forma, vaga é certo, a lembrar a autêntica. Prevalece ainda a teoria do Oceano envolvente, pelo que a Ásia está totalmente deformada, pela necessidade em que o autor se viu de a introduzir tôda em um único hemisfério.

Em contra-partida, a região central, das Colunas de Hércules ao mar Cáspio, é de uma correcção impressionante, que muito se assemelha à dos portulanos dêsse século e do anterior. O leitor curioso poderá, com auxílio de lupa, ler algumas das legendas que filiam êste planisfério ainda na velha cartografia artística de que são obras-primas, como se viu, os mapas de Villadestes e de Valsequa.

O mapa-mundi original tem nos quatro ângulos exteriores ao planistério, quatro pequenos círculos representativos: do sistema ptolomaico das Esferas; da influência da Lua nas marés; dos círculos do globo terrestre; e da expulsão de Adão e Eva do Paraíso, considerado lugar murado, e no qual a figura de Deus, aureolada de raios, expulsa os prevaricadores que se encontram junto da árvore da Ciência. *(N. do T.)*

O MAPA BORGIANO DE 1450 . . . . . Pág. 284

(Museu Brit., sala dos mapas, gaveta 2 [6], 13, 14, cópia de 1797). Executado pouco antes da perda de Constantinopla (1453), êste mapa dá um conspecto do mundo como o imaginavam no século XV. É fantástico e anti-científico, mas notável entre os da sua espécie pela sua comparativa independência da influência eclesiástica.

OS PADRÕES DA COSTA MERIDIONAL DA ÁFRICA Pág. 288

Esta secção do belo mapa de Nicolau de Canerio (1502), que, ao que se supõe, foi copiado pelo de Cantino, representa a costa meridional da África com os padrões ali colocados desde Diogo Cão. *(N. do T.)*

PLANISFÉRIO DE HEINRICUS MARTELLUS (1489) Pág. 290

(Museu Brit., MSS. Add. 15760). Dá um conspecto geral dos descobrimentos dos portugueses ao longo de tôda a costa O. da África, até um pouco além do Cabo de Boa Esperança, que foi dobrado em 1486.

ADENDA & CORRIGENDA

Indicam-se abaixo os erros mais importantes, esperando-se que a benevolência do Leitor, relevando-os, corrigirá os restantes:

Pág.	*Linha*	*Êrro*	*Correcção*
11	12	*Entwhistle*	*Entwistle*
16	24	*Wrigth*	*Wright*
26	nota (1)	porque	por que
59	43	Biami	Biarmi
60	11, 16 e 18	Biami	Biarmi
64	34	1383	1583
»	43	tendo	tendo-se
68	7	Hibéria	Hibérnia
80	39	quem.	quem
»	23	Helbrão	Hebrão
97	38	publicado	publicada
107	40	Buce	Bruce
»	44	Buston	Burton
115	2	Bronetto	Brunetto
119	nota (1)	*(N. do T.)*	*(N. do A.)*
153	21	nosso	novo
»	24	*(N. do T.)*	*(N. do A.)*
157	41	Trigoz	Trigozo
160	32	chamado	chamada
170	1	e e	e o
179	26	podiam	podia
187	10	infices	infiees
199	24	casados,	casados.
202	19	1495	1445
209	6	conserva-se	conservava-se
290	34	E	É

Adverte-se que são do tradutor as notas das págs. 114 e 167.

A nota de pág. 179 devêmo-la à muita amabilidade de *Miss* Elaine Sanceau, ilustre lusógrafa, a quem Portugal está já a dever imenso pelos seus desinteressados estudos da nossa história.

Em referência à nota da pág. 228, devemos acrescentar que o sr. dr. Damião Peres, distinto autor da *História dos Descobrimentos Portugueses*, em publicação, manifesta a opinião de que a palavra que tem sido lida até aqui *Senill* e *Sevill*, deve ler-se *Silves*. Seja como for, a questão do nome do piloto que teria descoberto as primeiras ilhas dos Açores não tem importância primacial, mas, a nosso ver, sim a da data que, na carta de Valsequa, é clara sem deixar motivos para dúvidas.

ÍNDICE

PÁGS.

Prefácio do tradutor 11
Prefácio 15
Introdução 21
I — Primeiros peregrinos cristãos 39
II — Os «Vikings» ou Normandos 55
III — As Cruzadas e as viagens terrestres 75
IV — As explorações marítimas 103
V — A ciência geográfica no mundo cristão desde as primeiras Cruzadas 113
VI — Portugal até 1400 121
VII — A posição e os desígnios de D. Henrique na época das suas primeiras viagens 135
VIII — O infante D. Henrique e a tomada de Ceuta 143
IX — O estabelecimento de D. Henrique em Sagres e os primeiros descobrimentos 155
X — O cabo Bojador e os Açores 163
XI — Vida política do Infante 171
XII — Do Bojador a Cabo-Verde 181
XIII — A armada de 1445 209
XIV — Viagens de 1446-8 219
XV — Os Açores 227
XVI — A regência e a queda de D. Pedro 235
XVII — Cadamosto 239
XVIII — Viagens de Diogo Gomes 263
XIX — Últimos anos e morte de D. Henrique 273
XX — Resultados da obra do infante D. Henrique 281
Índice onomástico 297
Índice das gravuras
Ilustrações 307
Mapas 309
Adenda & Corrigenda 315